



CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS

Flu. N.º	37
Folios	87X
Out.	10/10/81

LA 341

ESTADO E CLASSES
BRASIL : 1964 - 1980

*Dissertação de Mestrado Apresentada
ao Departamento de Economia e Plane-
jamento Econômico do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas.*

Carlo Artur Krüger Passos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

Brasília - 1981



para

Eduardo, Fábio,
Mariana e Carolina,
com amor.

ESTADO E CLASSES - BRASIL: 1964 - 1980

Carlos Artur Krüger Passos

EMENTA

Este trabalho descreve a estrutura de poder estabelecida entre 1964-1980 no Brasil, com destaque para a estruturação das classes sociais e do Estado Nacional Brasileiro. A partir dos elementos teóricos sobre classes sociais, hegemonia, Estado e acumulação, é realizada a análise histórica do período e a gênese da configuração do poder resultante. Descreve a estrutura de classes segundo sua inserção na estrutura de poder. Destaca no conjunto das classes dominantes aquelas que exercem, em bloco, a hegemonia. Analisa a conformação do Estado Burocrático-Autoritário, seus elementos dirigentes e os processos decisórios adotados. Caracteriza as tarefas governamentais, as produtivas e as financeiras do Estado, em suas conexões internas, e a autonomia relativa do Estado para com as classes sociais. Descreve as linhas básicas da ideologia do desenvolvimento e da política econômica adotadas, e ainda realiza a identificação da privatização do Estado.

STATE AND CLASSES - BRAZIL: 1964 - 1968

Carlos Artur Krüger Passos

SUMMARY

This dissertation describes the power structure in Brazil between 1964 and 1980 emphasizing the structure of both the Brazilian National State and social classes. From the theoretical elements about social classes, hegemony, State and accumulation, it is produced a historical analysis of the period and a conformation of the resulting power structure. It describes the class structure according to its insertion in the power structure. It also accentuates from the whole set of dominant classes, those which, in the lump, perform the hegemony. It analyses the shape of the Bureocratic-Authoritarian State, its leading elements and the decision processes which were adopted. It characterizes the government, productive and financial tasks of the State, in what refers to their internal connections, and the relative autonomy of the State from social classes. It describes the basic lines of the ideologies of the development process and economic policy which were put into practice, identifying, finally, the State as a private entrepreneur, and the private appropriation of State's benefits.

L'ETAT ET LES CLASSES - BRESIL: 1964 - 1980.

Carlos Artur Krüger Passos

SOMMAIRE

Ce travail décrit la structure de pouvoir établie au Brésil entre 1964-1980, en soulignant la structuration des classes sociales et de l'Etat National Brésilien. A partir des éléments théoriques sur les classes sociales, l'hégémonie, l'Etat et l'accumulation, nous réalisons l'analyse historique de la période et la genèse de la configuration du pouvoir qui en est résulté. Le travail décrit la structure de classe selon son insertion dans la structure du pouvoir, en accentuant dans l'ensemble des classes dominantes celles qui exercent, en bloc, l'hégémonie. Il analyse la conformation de l'Etat Bureaucratico-Autoritaire, ses éléments dirigeants et les processus décisifs qui furent adoptés. Le travail caractérise les tâches gouvernementales, les productives et les financières de l'Etat, dans ses connexions internes, et, l'autonomie relative de celui-ci envers les classes sociales. Il décrit les lignes de base de l'idéologie du développement et de la politique économique qui furent sanctionnées et réalise encore l'identification de la privatisation de l'Etat.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação pretende apenas constituir-se em mais uma contribuição à análise da sociedade brasileira. Aqui explicitamos considerações sobre a estrutura de poder vigente no Brasil entre 1964 e 1980.

Sob esta ótica, o relacionamento entre as classes sociais, e destas com a organização do Estado guardam tantas especificidades e complexidade, cujo deslindar constitui um dos maiores desafios da aventura do conhecimento humano.

Para as compartimentalizadas formações universitárias de que somos originários, esta tarefa eminentemente multidisciplinar representa grandes obstáculos pois os conceitos utilizados não formam, por si próprios, uma unidade epistemológica. Ambos os esforços, tanto os que realizam tarefas integrativas e os que aprofundam aspectos específicos, são necessários e igualmente meritórios. Minha formação acadêmica de economista determina maiores dificuldades nas observações sobre os outros aspectos da vida social. Esta, entretanto, se desenrola como uma totalidade. É nesse sentido que pretendi levar a efeito a realização desta dissertação.

As limitações pessoais, as condições objetivas e o tempo disponível para realizá-lo devem estar refletidos em suas possíveis deficiências. Não obstante, trata-se de um esforço de compreensão sobre uma realidade difícil, tanto porque contemporânea, impedindo a captação do essencial escondido nas suas aparências, como porque não tendo sido uma época de amplos debates, constituiu-se num sedativo para a acuidade ana-

lítica de todos nós.

Iniciei relatando alguns elementos teóricos que pudessem favorecer a compreensão das posições expressas adiante. Sobre estes temas a quantidade das formulações teóricas é muito ampla; ative-me a alguns autores que fornecessem o arcabouço mínimo fundamental.

Em seguida exponho sumariamente os aspectos históricos das transformações econômicas e políticas a partir de 30 de modo a estabelecer a gênese do movimento civil-militar de março de 1964; em continuação realizo considerações sobre a história do período em análise.

No terceiro capítulo estão descritas questões infra e superestruturais da formação das classes no Brasil, de forma a definir uma taxinomia das mesmas, agrupadas segundo seu posicionamento na estrutura de poder pós 64. Ainda nesta parte aponto dentro do bloco no poder o conjunto das frações de classe que dominam e dirigem o conjunto da sociedade brasileira, ou seja, as frações hegemônicas, as quais neste contexto tem a característica de se constituírem em um bloco.

Isto aponta, e é o que fazemos no quarto capítulo, para a importância do Estado, não apenas pelo seu porte e funções na dinâmica da acumulação, mas como amálgama dos interesses hegemônicos, do bloco no poder e ainda para subordinar as classes dominadas. Para tanto efetuamos uma separação das funções exercidas pelo Estado em setores e estabelecemos suas conexões internas. A seguir analisamos a questão da autonomia relativa do Estado frente as classes, as práticas ideológicas e a política econômica e concluímos com a questão da privatização do Estado.

Esta dissertação é uma resultante da minha história de vida, no sentido de que nela influenciaram tanto os entes mais próximos - Alvina, Nice e irmãos - como os amigos e os professores que participaram de minha formação.

No período da sua elaboração vários colegas e amigos gentilmente forneceram informações e material bibliográfico. Anonimamente inúmeras outras pessoas colaboraram com auxílios do cotidiano.

Outros destacaram algum tempo de suas atividades para, a partir de trechos em fase incipiente de elaboração, fornecerem observações e sugestões. A Dimas Florani Pacher, Fernando Coutinho Garcia, Francisco B.B. Magalhães Filho, Healthy Kobashi, Michael Wilberg, Rabah Benakouche, Roberto Vermulm, Ronaldo Coutinho Garcia e Sonia Draibe, minha gratidão.

Luiz Gonzaga de Mello, Beluzzo, por amizade, aceitou assumir a orientação, em condições para ele bastante difíceis. Sou-lhe grato.

Devo ressaltar, como de praxe, que pelos eventuais equívocos existentes na dissertação, assumo inteira responsabilidade.

Cecília Feltrin e José Ribamar P. de Souza datilografaram partes da versão preliminar, e Maria Gorette Henrique Santana e Márcia Lilian Santos de Carvalho com exemplar eficiência na datilografia final, confirmaram a dedicação que lhes é peculiar.

Gina Gulineli Paladino, foi incansável em seu apoio, este em todas as dimensões da vida, e sem o qual, talvez esta dissertação não tivesse sido realizada.

Agosto de 1981.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Capítulo Primeiro - ELEMENTOS TEÓRICOS.....	1
1.1 Sobre as classes sociais.....	4
1.2 O poder e as classes sociais.....	7
1.3 O Estado e as classes sociais.....	12
1.4 Ideologia: das classes e no Estado.....	21
1.5 Hegemonia e Intelectuais.....	31
1.6 Sobre as relações de força.....	35
1.7 Limites do Estado capitalista.....	42
Notas.....	47
Capítulo Segundo - ASPECTOS HISTÓRICOS.....	52
2.1 Período anterior a 1964.....	52
2.2 Período 1964-1980.....	65
Notas.....	86
Capítulo Terceiro - AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL.....	94
3.1 A estrutura de classes e o poder.....	94
3.2 O bloco hegemônico.....	121
3.2.1 A burguesia nacional e o bloco hegemônico.....	121
3.2.2 Caracterização do bloco hegemônico.....	143
3.2.3 Hegemonia-interação Estado e Sociedade Civil..	174
3.2.4 Um caso de mediação de interesses.....	179
Notas.....	189
Capítulo Quarto - O ESTADO NACIONAL BRASILEIRO.....	198
4.1 A organização do Estado.....	198
4.1.1 O Setor Governamental do Estado.....	206
4.1.2 O Setor Produtivo Estatal e o Setor Financeiro Estatal.....	216
4.1.3 A autonomia relativa do Estado.....	239
4.2 As práticas do Estado.....	245
4.2.1 A ideologia desenvolvimentista.....	245
4.2.2 A política econômica.....	255
4.3 A privatização do Estado.....	275
Notas.....	285
CONCLUSÃO.....	291
ANEXOS.....	294
BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....	339

CAPÍTULO PRIMEIRO

ELEMENTOS TEÓRICOS

O objetivo deste capítulo é indicar as bases teóricas dos conceitos utilizados ao longo da dissertação, de modo a explicitar a matriz teórica que influencia as reflexões efetuadas.

Qualquer tipo de bem realizado pelo trabalho humano, inclusive uma dissertação, é resultante de uma infinidade de interações de ordem material e espiritual que incidiram na vida anterior e na atualidade do momento de produção, de modo que tais bens resultam sempre como um produto social, embora ao se expressarem através dos produtores recebam características específicas de suas individualidades.

Isto posto, deve ficar claro que as opções pelos conceitos básicos aqui utilizados prenderam-se a duas ordens de considerações constitutivas da minha visão de mundo: a lógica interna na estruturação dos conceitos e a sua capacidade explicativa da realidade estudada.

Fora destes dois parâmetros não tenho portanto quaisquer compromissos com ortodoxias ou correntes e escolas de pensamento; mesmo porque a minha percepção das colocações dos pensadores utilizados pode não ser adequada, a aplicação dos conceitos é realizada para contextos diferentes daqueles onde foram originados, e os objetivos explicativos a que se propõem podem diferir significativamente.

O que se busca, no conjunto do trabalho, é demonstrar como se estruturam as classes sociais e o Estado Brasileiro sob o ponto de vista do poder, caracterizadas para o período 64/80, ou seja, a estruturação e a dinâmica do poder sob o regime recente.

Durante o período ocorreu uma grande ampliação de formas de controle social de cunho institucional, político e ideológico, intensificando e reformulando o grau de controle econômico e prevalescente.

Mas por que isto? Pergunta Miriam Limoeiro Cardoso, e me parece corretamente, avança a responder: "Todo parece suceder como si se tratara de un rencuentro con una posición ya definida, ya implantada, pero que no ha conseguido sustentarse cómodamente dentro de los patrones institucionales largo tiempo sedimentados. Estos demostraron ser insuficientes para continuar absorbiendo las oposiciones, a partir del momento en que comenzaron a romperse las alianzas entre las clases. Las nuevas alianzas interclases indican una agravación de la escisión entre las clases fundamentales. Es el caso en que si los viejos mecanismos hegemónicos ya no funcionan, se crean otros. Es en este sentido que yo entiendo el fortalecimiento institucional como forma adoptada por la fun-

ción coercitiva de la hegemonía, cuando el alejamiento de las clases crece mucho, supuestamente poniendo en peligro la hegemonía global de la clase dominante, que entonces se fortalece por su propia unión interna, procurando afirmarse como tal".(1)

Assim, há que buscar entender a um só tempo, na perspectiva da totalidade histórica, as relações entre as classes sociais, as relações de poder que entre elas se estabelecem e a sua determinação econômica, implicando em acompanhar o movimento do processo de acumulação dos capitais.

1.1. - Sobre as Classes Sociais

Em suas considerações sobre o problema da transformação social, Miriam Limoeiro Cardoso insere as seguintes observações: "Na sociedade de troca por excelência - em que não se lida mais com meros produtos, mas com mercadorias - a tendência é que tudo que dela faz parte passe a ser tratado como mercadoria. Neste tipo de sociedade as relações sociais são encobertas e aparecem como relações entre coisas. Uma vez desvendado este mascaramento das relações sociais, no entanto, são estas que aparecem como os termos das relações de estrutura.

Admitindo-se este processo e o papel fundamental das relações de produção, não há como negar que estas são sempre relações sociais, embora nem sempre sejam relações de classe. /.../ Nem todas as relações sociais são relações de classe, mas todas as relações de produção são relações sociais. /.../ Os elementos mais gerais da produção, quaisquer que sejam as formas sociais de que ela se reveste, são os meios de produção e o trabalho. Eles fundam os grupos sociais básicos que se dividem a sociedade, isto é, implicam relações sociais que

constituem as classes fundamentais da sociedade de classes. Deste ponto de vista, as classes são condições de produção, pois são elas que dão forma à produção e a permitem; assim como são condição de troca, na sociedade produtora de mercadorias, pois é através delas que as mercadorias chegam e saem do mercado. As classes sociais são tão importantes na determinação do processo da produção quanto as condições materiais. Não é possível isolar estes dois elementos da produção sem dificultar, então, o entendimento do próprio significado delas". (2)

E, mais adiante, "Definem-se duplamente as classes sociais, não cada qual isoladamente, mas enquanto sistema: 1º) nas relações que estabelecem entre a base econômica da sociedade e as formas ideológicas; 2º) nas relações que mantêm entre si. Deste modo, elas são uma dimensão crucial da articulação estrutural, com sua raiz na base econômica - que responde pela sua forma objetiva -, e com a sua afirmação no plano ideológico - em que se tornam capazes de identificar seus próprios interesses, defini-los face aos das outras classes, e em que se organizam e agem de acordo com eles. Sua formação se faz em ambos os planos, o econômico e o ideológico.

Assim é que as condições econômicas, embora as mais importantes, não são as únicas responsáveis pela definição de um sistema de classe. São elas, na verdade, que fundamentalmente nos podem dizer se estamos ou não diante de uma sociedade de classes. Mas a classe como tal depende da sua identificação consigo mesma e da sua diferenciação das demais, da sua consciência e da sua ação organizada. Uma sociedade pode

funcionar operando os mecanismos da divisãõ de classes e, desta forma, ser uma sociedade de classes, sem que as classes estejam constituídas como classes. Por outro lado, as relações entre elas não são puramente objetivas, mas sempre permeadas pelo nível de consciência respectivo e pelos mecanismos institucionalizados e que porventura dispunham".(3)

E ainda, "... podemos encontrar en el propio Marx la colocación de las relaciones sociales en un mismo nivel, en cuanto a la causación estructural, de las condiciones materiales.

El proceso capitalista de producción, al igual que cuantos lo precedieron, se desarrolla bajo determinadas condiciones materiales, que son al mismo tiempo exponentes de determinadas relaciones sociales que los individuos contraen en el proceso de la reproducción de su vida. Lo mismo aquellas condiciones que estas relaciones son, de una parte, premisas y de otra parte resultados y creaciones del proceso capitalista de producción: son producidas y reproducidas por él". (4)

1.2. - O Poder e as Classes Sociais.

Poulantzas em seu recente texto reelabora e avança suas concepções a respeito do poder. Dele extraio um conjunto de observações que marcam profundamente minha orientação:

"O poder referido às classes sociais é um conceito que designa o campo de sua luta, o das relações de forças e das relações de uma classe com uma outra: os interesses de classe designam o horizonte de ação de cada classe em relação às outras. A capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesses) de outras classes: o campo do poder é portanto estritamente relacional. O poder de uma classe (da classe dominante por exemplo) não significa uma substância que ela tenha em mãos: o poder não é uma grandeza quantificável que essas diversas classes partilhariam ou trocariam entre si segundo a velha concepção de poder-soma-zero. O poder de uma classe significa de início seu lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar que recobre as práticas das classes em luta, ou seja as relações desiguais de dominação/subordinação das classes estabelecidas na divisão social do trabalho, e que

consiste desde então em relações de poder. O lugar de cada classe, portanto seu poder, é delimitado, ou seja ao mesmo tempo designado e delimitado, pelo lugar das outras classes. O poder não é portanto uma qualidade imanente à uma classe em si no sentido de uma reunião de agentes, mas depende e provém de um sistema relacional de lugares materiais ocupados por tais ou quais agentes. /.../ O Estado não é uma coisa ou uma entidade com essência instrumental intrínseca que deteria um poder-grandeza quantificável, mas que reflete as relações de classes e forças sociais. Sô se pode entender por poder de Estado o poder de algumas classes (dominantes), ou seja o lugar dessas classes na relação de poder frente às outras (dominadas), e, ainda mais, na medida em que se trata-se aqui de poder político, a estratégica relação de forças entre essas classes e suas posições. O Estado não é nem o depositário instrumental (objeto) de um poder-essência que a classe dominante deteria, nem um sujeito que possua tanta quantidade de poder que, num confronto face a face, o tomaria das classes: o Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É uma lugar e um centro de exercício do poder, mas que não possui poder próprio". (5)

Enquanto relações de poder entre as classes sociais, o Estado não corresponde à forma por excelência do estabelecimento destas relações, mas apenas uma forma, e a privilegiada, devido a ser o aparato fundamental do momento da dominação por dispor do monopólio da força armada legítima.

Segundo Poulantzas, "Cabe a Max Weber o mérito de ter esclarecido este ponto, mostrando que a legitimidade do Es-

tado, que concentra a força organizada, é a legitimidade "racional-legal" fundamentada na lei: a acumulação prodigiosa de meios de coação corporal pelo Estado capitalista acompanha seu caráter de Estado de direito. O grau de violência física aberta exercida nas diversas situações de poder "privado" exteriores ao Estado, da fábrica às famosas microssituações de poder, está em regressão na exata medida em que o Estado se reserva o monopólio da força física legítima".(6)

E, em prosseguimento, "Se considerarmos no processo de produção a primazia das relações de produção sobre as forças produtivas, somos levados a considerar que as relações de produção e as ligações que as compõem (propriedade econômica/posse) traduzem-se por poderes emanantes dos lugares em que essas ligações se delineiam. No caso, poderes de classe que nos levam à relação fundamental da exploração: a propriedade econômica espelha notoriamente a capacidade (o poder) de destinar os meios de produção a determinadas utilizações e de, assim, dispor dos produtos obtidos, da posse, da capacidade de ativar os meios de produção e de comandar o processo de trabalho. Estes poderes situam-se na rede de relações entre exploradores e explorados, nas oposições entre práticas de classes diferentes; em suma, na luta de classes, pois esses poderes inscrevem-se num sistema de relações de classes. Porque é precisamente considerando o processo econômico e as relações de produção como rede de poderes, que se pode compreender que as relações de produção, como poderes, estão ligadas constitutivamente às relações políticas e ideológicas que as consagram e legitimam e que estão presentes nas relações econômicas.

Vê-se bem que:

I - /.../ O processo econômico é luta de classes e portanto relações de poder (e não somente de poder econômico): levando-se em conta que esses poderes são específicos, na medida em que estão ligados à exploração. /.../ No caso da luta de classes, o poder liga-se a lugares objetivos, ancorados na divisão de trabalho, e designa a capacidade de cada classe de realizar seus interesses, não podendo portanto ele fugir às relações econômicas. Essas relações de poder, lastreadas na produção da mais-valia e na ligação aos poderes político-ideológico, materializam-se nas instituições-aparelhos específicos que são as empresas-fábricas-unidades de produção, lugares de extração da mais-valia e de exercício desses poderes.

II - O poder não é de nenhuma forma redutível ou identificável ao Estado /.../ As relações de poder, como é o caso da divisão social do trabalho e da luta de classes, ultrapassam de muito o Estado". (7)

Destacamos em continuação, "se os poderes de classe não são redutíveis ao Estado e sempre transcendem seus aparelhos, é que estes poderes fundamentados na divisão social do trabalho e na exploração detêm a primazia sobre os aparelhos que os encarnam, notadamente o Estado. O que corresponde a exprimir de maneira nova a proposição segundo a qual, na complexa relação luta de classes/aparelhos, são as lutas que detêm o papel primordial e fundamental, lutas (econômicas, políticas, ideológicas) cujo campo, já visto ao nível da exploração e das relações de produção, não é outro senão o das relações de poder.

Deve-se por isso dizer que o Estado tem apenas um papel secundário, desprezível na existência material do poder? Para fugir da imagem de um Estado totalitário, cair na ilusão de um Estado como simples apêndice do social? Nada disso. O Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção". (8)

E ainda, "Onde existe divisão de classes, há portanto luta e poder de classe, existe o Estado, o poder político institucionalizado. Não há nessa ordem luta e poder de classe anterior ao Estado ou sem o Estado, "estado natural" ou "estado social", como pretendia toda uma tradição que carrega os sinais evidentes da filosofia política do Iluminismo (a do contrato social anterior ao Estado). O Estado baliza desde então o campo de lutas, aí incluídas as relações de produção; organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio político e instaura a classe politicamente dominante; marca e codifica todas as formas de divisão social do trabalho, todo o real no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes". (9)

1.3. - O Estado e as Classes Sociais.

O papel desempenhado pelo Estado na estruturação do poder nas sociedades capitalistas é assim descrito por Poulantzas:

"Em relação principalmente às classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de organização. Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico, ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra. Organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica.

O Estado constitui portanto a unidade política das

classes dominantes: ele instaura essas classes como classes dominantes. Esse papel fundamental de organização não concerne aliás a um único aparelho ou ramo do Estado (os partidos políticos), mas, em diferentes graus e gêneros, ao conjunto de seus aparelhos, inclusive seus aparelhos repressivos por excelência (exército, polícia, etc.) que, também eles, desempenham essa função. O Estado pode preencher essa função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder, na medida em que detém uma autonomia relativa em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares. Autonomia constitutiva do Estado capitalista: remete à materialidade desse Estado em sua separação relativa das relações de produção, e à especificidade das classes e da luta de classes sob o capitalismo que essa separação implica". (10)

E ainda, "Esse Estado, agora como no passado, deve representar o interesse político a longo prazo no conjunto da burguesia (hipoteticamente o capitalista coletivo) sob a hegemonia de uma de suas frações, atualmente o capital monopolista.

a) A burguesia se apresenta sempre como que constitutivamente dividida em frações de classe: capital monopolista e capital não monopolista (pois o capital monopolista não é uma entidade integrada, mas designa um processo contraditório e desigual de "fusão" entre diversas frações do capital), fraçionamentos desdobrados se se consideram as atuais coordenadas de internacionalização do capital;

b) Essas frações burguesas em seu conjunto, se situam ,

se bem que em graus cada vez mais desiguais, no terreno da dominação política, fazendo parte portanto do bloco do poder. Indo de encontro a determinadas análises /.../ sobre o Capitalismo Monopolista de Estado, não é apenas o capital monopolista que ocupa o terreno da dominação política.

c) O Estado detém sempre uma autonomia relativa em relação a essa ou aquela fração do bloco no poder (inclusive em relação a tal ou qual fração do próprio capital monopolista) a fim de assegurar a organização do interesse geral da burguesia sob a hegemonia de uma de suas frações. De encontro ainda a certas análises do Capitalismo Monopolista de Estado, não se trata aqui nem de uma "fusão" do Estado e dos monopólios /.../, nem também, e no sentido rigoroso da palavra, de sua "reunião" (mesmo contraditória) num "mecanismo único";

d) Tudo isso ainda é verdadeiro mesmo se as formas atuais do processo de monopolização e a hegemonia particular do capital monopolista sobre o conjunto da burguesia impõem incontestavelmente uma restrição da autonomia do Estado em relação ao capital monopolista e do campo de compromissos deste com as outras frações da burguesia". (11)

E destaca a seguir sua formulação mais precisa sobre o caráter do Estado "... o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do "capital", como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado". (12)

Sobre as conexões do Estado com as classes populares,

Poulantzas diz: "As divisões internas do Estado, o funcionamento concreto de sua autonomia é o estabelecimento de sua política através das fissuras que caracterizam-no, não se reduzem às contradições entre as classes e frações do bloco no poder: dependem da mesma maneira, e mesmo principalmente, do papel do Estado frente às classes dominadas. Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas. Os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas. A autonomia relativa do Estado diante de tal ou qual fração do bloco no poder é necessária igualmente para a organização da hegemonia, a longo termo e de conjunto, do bloco no poder em relação as classes dominadas, sendo imposto muitas vezes ao bloco no poder, ou a uma outra de suas frações, os compromissos materiais indispensáveis a essa hegemonia.

Mas esse papel do Estado diante das classes dominadas, tanto como seu papel frente ao bloco no poder, não deriva de sua racionalidade intrínseca como entidade "exterior" às classes dominadas. Ele está igualmente inscrito na ossatura organizacional do Estado como condensação material de uma relação de forças entre classes. O Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas". (13)

E ainda, " Na realidade, as lutas populares atravessam

o Estado de lado a lado, e isso não acontece porque uma entidade intrínseca penetra-o do exterior. Se as lutas políticas que ocorrem no Estado atravessam seus aparelhos, é porque essas lutas estão desde já inscritas na trama do Estado do qual elas esboçam a configuração estratégica. Certamente, as lutas populares, e mais geralmente os poderes, ultrapassam de longo o Estado: mas por mais que elas sejam (e elas o são) propriamente políticas, não lhe são realmente exteriores. Rigorosamente falando, se as lutas populares estão inscritas no Estado, não é porque sejam absorvidas por uma inclusão num Estado-Moloch totalizante, mas sim antes porque é o Estado que está imerso nas lutas que o submergem constantemente. Fica entendido no entanto que até as lutas (e não apenas as classes) que extrapolam o Estado não estão no entanto "fora do poder", mas sempre inscritas nos aparelhos de poder que as materializam e que, também eles, condensam uma relação de forças (as fábricas-empresas, a família numa certa medida, etc.). Em razão do encadeamento complexo do Estado com o conjunto de dispositivos do poder, essas lutas mesmas têm sempre efeitos, "à distância" desta feita, no Estado". (14)

Demonstrando o papel que jogam as classes de apoio na estruturação do Estado, Poulantzas assim se refere: "A configuração precisa do conjunto dos aparelhos de Estado, a organização deste ou daquele aparelho ou ramo de um Estado concreto (exército, justiça, administração, escola, igreja, etc.) dependem não apenas da relação de forças internas no bloco no poder, mas igualmente da relação de forças entre este e as massas populares, logo da função que eles devem exercer diante das classes dominadas. O que explica a organização

diferencial do exército, da polícia, da igreja, nos diversos Estados e que funciona como a história de cada um deles, história que é também a marca impressa em seu arcabouço pelas lutas populares.

Tanto é assim que o Estado, trabalhando para a organização da hegemonia, logo para a divisão e desorganização das massas populares, faz de algumas delas, especialmente a pequena burguesia e as classes populares camponesas, verdadeiras classes-de-apoio do bloco no poder e curto-circuita sua aliança com a classe operária. Essas alianças compromissos, essa relação de forças, incorporam-se no arcabouço de tal ou qual aparelho de Estado que desempenha exatamente essa função". (15)

Sobre a participação das classes dominadas no Estado, diz: "... se tal ou qual aparelho detém o papel dominante no seio do Estado (partidos políticos, parlamento, executivo, administração, exército) não é apenas porque ele concentre o poder da fração hegemônica, mas porque ele consegue da mesma maneira, e ao mesmo tempo, cristalizar a função político-ideológica do Estado diante das classes dominadas. Mas geralmente, as divisões e contradições internas do Estado, dentre seus diversos setores e aparelhos, no seio de cada um deles, no pessoal de Estado, ocorrem também devido à existência de lutas populares no Estado.

Ora, a existência das classes populares não se materializa no seio do Estado da mesma maneira que as classes e frações dominantes, mas de maneira específica.

As classes e frações dominantes se constituem no Estado mediante aparelhos ou setores que, certamente sob a unidade

do poder de Estado da fração hegemônica, não deixam de cristalizar um poder próprio dessas classes e frações. Não é mediante aparelhos que concentram um poder próprio das classes dominadas que elas se constituem no Estado mas, no essencial sob a forma de focos de oposição ao poder das classes dominantes". (16)

E, com notável limpidez, o autor demonstra como as lutas das classes dominadas se manifestam e resultam em novas contradições entre o bloco no poder:

"Se as lutas populares estão constitutivamente presentes nas divisões do Estado sob as formas mais ou menos diretas da contradição classes dominantes-classes dominadas, elas o estão sob uma forma mediatizada: isso devido ao impacto das lutas populares nas contradições entre classes e frações dominantes em si mesmas. As contradições entre bloco no poder e classes dominadas intervêm diretamente nas contradições no seio do bloco no poder. /.../

As diversas frações do capital (capital monopolista, capital não monopolista, capital industrial, bancário ou comercial) não tem pois sempre as mesmas contradições com as classes populares (ou uma ou outra dentre elas), e suas atitudes políticas nesse aspecto não são sempre idênticas. As diferenças de tática, ou mesmo de estratégia política, numa conjuntura dada ou a mais longo prazo, frente às massas populares, são um dos fatores primordiais de divisão no seio do próprio bloco no poder. Isso se verifica ao longo da história do capitalismo, e não se pode deixar de mencionar as diferentes políticas seguidas, frente aos mesmos problemas, pelos diferentes Estados. Se é verdade que existe um acordo de funda-

mento entre as classes e frações dominantes quanto à sustentação e reprodução da dominação e exploração de classe, seria falso acreditar em um acordo sobre uma política unívoca, a todo momento, diante das massas populares. É igualmente falso acreditar que as viradas da política burguesa se reduzam aqui à uma simples questão de periodização histórica, como se, segundo os diversos períodos e conjunturas, a burguesia se alinhasse em bloco a tal ou qual solução política. As contradições no seio do bloco no poder são permanentes: elas se referem tanto a problemas relativamente secundários quanto às grandes opções políticas, inclusive as próprias formas de Estado a instaurar frente às massas populares, as escolhas entre formas de Estado de exceção (de guerra aberta contra as massas populares: facismos, ditaduras militares, bonapartismos) e formas de "democracia parlamentar", ou entre essas últimas (por exemplo regimes de direita clássicos ou regimes social-democratas). Nesse caso também, a burguesia não adere em bloco, e de maneira unívoca, a tal ou qual solução (facismo ou democracia parlamentar, regime de direita clássico ou social-democracia).

Tanto é assim que, desta vez em sentido contrário, as diversas frações de bloco no poder procuram muitas vezes, segundo suas próprias contradições com as massas populares, assegurar-se, por diversas políticas, de seu apoio contra outras frações do bloco. Ou seja, utilizá-las em suas relações de forças com as outras frações desse bloco, com o fim quer de impor soluções mais vantajosas para si, quer de resistir mais eficazmente às soluções que as prejudicam em relação a outras frações: compromissos do capital monopolista com cer-

tas parcelas da classe operária ou com a nova pequena burguesia (as camadas médias assalariadas) contra o capital não monopolista, compromisso deste com a classe operária ou a pequena burguesia tradicional (comerciantes, artesãos) contra o capital monopolista. Tudo isso que se condensa nas divisões e contradições internas do Estado, entre seus diversos segmentos, redes e aparelhos, e no seio de cada um deles.

Em resumo, as lutas populares estão inscritas na materialidade institucional do Estado, mesmo se não se esgotam aí, materialidade que traz a marca dessas lutas surdas e multiformes. As lutas políticas desencadeadas sobre o Estado não estão, tanto quanto qualquer luta frente aos aparelhos de poder, em posição de exterioridade frente ao Estado, mas derivam de sua configuração estratégica: o Estado, como é o caso de todo dispositivo de poder, é a condensação material de uma relação". (17)

1.4. - Ideologia: das Classes e no Estado.

A colocação do problema da ideologia pode ser iniciada através da clássica observação de Marx, segundo a qual, "... na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas rela-

ções transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material - que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa - das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas conseqüências. Assim como não se fulga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção". (18)

Miriam Limoeiro Cardoso nos indica a utilidade da ideologia, dizendo:

"La sociedad capitalista muestra un debate muy rico en ideas. Son sistemas de ideas que se forman como resultado de determinaciones concretas y que, a su vez, producen elementos concretos. Son representaciones, formas de conocimiento y actualizaciones de esos conocimientos. Los hombres construyen imágenes del mundo en que viven, y no de un mundo cualquiera; incluso cuando imaginan otros mundos, en su fantasía, los hacen partir de la experiencia que su existencia les da. Actúan dentro de ella y de acuerdo con la forma en que la piensan. Las construcciones humanas dependen de las ideas que se tengan sobre aquello e lo que se apliquen. Decir si son o no adecuadas depende de conocer sus funciones y su lugar en lo

social.

Como representaciones, las ideas son útiles, satisfacen necesidades de reconocimiento y de conocimiento del objeto que, en la forma que ellas le confieren, constituye su contenido. Su utilidad, pues, es siempre específica y directa en relación a la conciencia que la consume, a la práctica que ella indica y al grupo social que la sustenta. Los sistemas de ideas se constituyen teniendo en cuenta este consumo y esta utilización. Éste es su valor. Para que una ideología tenga valor, sin embargo, aquella especificidad no puede referirse a las particularidades de la experiencia individual. En ese sentido, todo sistema de ideas se refiere a lo social. Porque "la sociedad no consiste en individuos, sino que expresa la suma de las relaciones y condiciones en las que esos individuos se encuentran recíprocamente situados." La experiencia diaria de los individuos no es simplemente una experiencia de seres humanos, sino eminentemente de seres humanos socializados". (19)

A seguir, ella nos muestra como a ideología se insere no conceito de modo de produção:

"Para pensar la producción en general, partiendo de la sociedad capitalista, Marx construyó el concepto del modo de producción, cuyos elementos componentes, habiendo sido aprehendidos donde su distinción es concretamente más clara (en el desarrollo más rico, en el modo de producción capitalista) permiten su aplicación para la inteligibilidad de aquellos otros, diferentes y menos desarrollados, que lo precedieron.

Buscando la comprensión de lo jurídico, de lo político, de lo ideológico, Marx trata de llegar a la estructura de la

sociedad y, entendiendo que ésta se funda en las relaciones económicas, termina por considerarlas como relaciones sociales, que son relaciones de clases y que, así, implican un sistema de dominación que se establece también a través de aquellas diversas formas, vistas entonces como superestructurales.

El concepto de modo de producción se refiere, por lo tanto, a estructuras diferenciadas, las cuales son: económica (infraestructura); ideológica: jurídica, política, religiosa, artística, filosófica (superestructura); social: clases sociales, relaciones de dominación (estructura). En este sentido, entiendo que las relaciones económicas son relaciones sociales - relaciones de clase - relaciones políticas, y viceversa; y que las articulaciones son sociales". (20)

Porém, nas sociedades de classe não há apenas ideologias, senão que, há ideologias das classes dominantes (do como) e das classes dominadas (do por que):

"El primer problema consiste en discernir la ideología en el concepto del modo de producción, lo que remite a la necesidad de esclarecer bien la concepción de estructura social y la relación de sus componentes básicos. Yo tiendo a identificar la ideología con la superestructura y a destacar su determinación en última instancia por lo económico, pero también en su eficacia propia. Desde el comienzo el papel de las clases sociales y el concepto de sociedad de clases delimita todo el estudio. Esto es, con él, la división en clases y las relaciones que éstas mantienen entre sí aparece como pieza-clave para la comprensión de las sociedades en que existen. Si el primer momento fue el del establecimiento del

vínculo entre el concepto de ideología y el de estructura y el de estructura y el segundo el de la relación entre estructura y clase, el tercero viene a completarlos, conectando ideología y clase social. Comprendiendo las sociedades de clases como sociedades esencialmente caracterizadas por las relaciones entre las clases, que son relaciones de dominación/subordinación. Entiendo que la ideología es, para la clase dominante, un medio secundario de ejercicio de la dominación de clase, para la clase dominada, por un lado, uno de los mecanismos de subordinación, pero por otro una de las formas, y no la menos importante, de resistencia a aquella dominación. Si en la sociedad de clases la realidad social está diferenciada, la realidad de la conciencia también lo está, pero la identidad de la diferenciación en el plano ideológico y en el plano de la práctica social concreta no es total, ni automática, ni inmediata. Con todo, creo posible formular correctamente la ideología en la sociedad de clases como siguiendo históricamente en cada modo de producción una tendencia en el sentido de su diferenciación en ideologías del cómo y del por qué.

En una situación de poder ya constituido, la clase dominante tiene como problema el mantenimiento de su dominio. Le importa cómo satisfacer sus necesidades como clase, lo que depende del buen funcionamiento de ese dominio. Informa a su conciencia, por lo tanto, en las justificaciones de las necesidades que le son propias, promoviéndolas a necesidades generales, y en los medios de conseguir alcanzarlas. Ese es el contenido básico de las ideologías de cómo, ideologías dominantes.

Por su parte, la clase dominada vive y sufre la dominación, pero en cuanto la ideología dominante tiene su plena vigencia, no es capaz de pensar la dominación como tal, puesto que ella no forma parte de ningún modo del discurso dominante. Es necesario que las condiciones concretas de oposición y conflicto entre las clases estén ya presentes, para que la clase dominada comience a darse cuenta de su situación real, utilizando cada vez menos los conceptos y los moldes proporcionados por la ideología dominante. La práctica política es el gran motor en la construcción de las ideologías de las clases dominadas que al principio están fuertemente "contaminadas" por la ideología dominante, pero que pueden encontrar caminos para afirmarse independientemente de ésta. Su contenido es principalmente el cuestionamiento de la dominación y la propuesta de una nueva organización de la sociedad. Así se presentan las ideologías del por qué, ideologías de clase dominada.

Se estas son las tendencias fundamentales de la ideología en las sociedades de clases, se puede comprender la ideología como una forma de conocer, según la idea de que es en el campo de la ideología donde los conflictos del mundo concreto afloran a la conciencia. En la sociedad capitalista, la construcción de la ideología es política, definiendo ideologías dominantes y dominadas. En el modo de producción capitalista la acción política puede conducir, por lo tanto, a una capacidad cognoscitiva positiva de la ideología, no solamente en el terreno de las ideologías de cómo, sino también en las de por qué. Únicamente las ideologías cuestionadores consiguen llegar a formular los elementos fundamentales de la es-

estrutura social a que se refieren. Lo que no significa que las ideologías del tipo "cómo" sean enteramente deformadas o deformantes. Sólo lo son en cuanto a la relación de clases, o sea: en cuanto a la dominación. Pero en cuanto al mundo propio de la clase dominante y a la definición de sus objetivos, nada tienen de mistificado o mistificador". (21)

E reforçando seu ponto de vista sobre as ideologias dominadas diz:

"Onde podem as classes dominadas manifestar-se, como tal, senão na superestrutura? Elas existem na base e na superestrutura, mas se manifestam como dominadas na ação política, ação esta que não faz parte essencialmente do "establishment", embora possa, pelo menos em parte, vir a ser institucionalizada. E o que move esta ação? Se, por um lado, são as insatisfações ao nível concreto, quando se aprofundam, por outro lado são as indagações sobre a sua razão de ser. Em conjunto elas conduzem a um envolvimento crescente de indagação ou de ação, que se fazem, tanto um quanto outro, no plano ideológico. O campo da ideologia é, pois, exatamente aquele em que as classes dominadas desvendam o domínio e encontram os meios de reação a ele, claro que quando há condições concretas - determinadas pela base econômica. Analisar, portanto, o campo da ideologia sem conseguir achar nele um lugar teoricamente definido para as ideologias dominadas é eliminar elementos importantes para a transformação social, importantes demais para que se justifique a sua eliminação". (22)

As ideologias, das classes dominantes e das dominadas se formulam e resultam em efeitos pertinentes em vários apa-

relhos da sociedade. De forma crescente o Estado, para as classes dominantes, tem assumido nesta tarefa uma importância crucial. Isto fica claro, na citação de Poulantzas:

"O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante. Deter-me-ei agora nesse aspecto: o papel eminentemente positivo do Estado também não se limita à dupla repressão + ideologia.

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de idéias ou de representações. Compreende também uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como elemento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. As relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção. O Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político usando como meio exclusivo a repressão, a força ou a violência "nua", e, sim lançando mão diretamente da ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar um consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. A ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante". (23)

Negando que o Estado possa ser compreendido corretamen-

te apenas pelo binômio repressão e ideologia, Diz:

"... com tal concepção de Estado é impossível compreender a formação das relações de produção. Isto já é verificável na transição do feudalismo para o capitalismo e no estágio da livre concorrência ou liberal do capitalismo. Isto ainda é mais válido, e em particular, para o Estado atual, que introduz-se no próprio cerne da reprodução do capital. Em suma, o Estado também age de maneira positiva, cria, transforma, realiza. Não se pode tomar as atuais ações econômicas do Estado, a menos que se faça um jogo de palavras, sob o exaustivo ângulo da repressão e da doutrinação ideológica, ficando claro, contudo, que estes aspectos existem claramente na materialidade das atuais funções do Estado.

E ainda: é impossível por meio do binômio repressão-ideologia definir o domínio do poder sobre as massas dominadas e oprimidas sem cair numa concepção policial ou idealista do poder. O Estado dominaria as massas, quer pelo terror policial ou pela repressão interiorizada - pouco importa aqui-, quer pela impostura e pelo ilusório. O Estado defende - proíbe e/ou ilude, pois precavendo-se de identificar ideologia e "consciência errada", o termo ideologia só faz sentido se admitir que os procedimentos ideológicos comportam uma estrutura de ocultação-inversão. Acreditar que o Estado só age assim é completamente errado: a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se

ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das "classes dominadas". (24)

E ainda nesse sentido, "mesmo o fascismo foi obrigado a tomar uma série de medidas positivas para as massas (reabsorção do desemprego, manutenção e às vezes melhoria do poder real de compra de certas categorias populares, legislação dita social), o que não exclui, bem ao contrário, o aumento na exploração das massas (por meio da mais-valia relativa). Que o aspecto ideológico-engodo esteja sempre presente, isto não altera o fato de que o Estado também age pela produção do substrato material do consenso das massas em relação ao poder. Se o substrato difere de sua apresentação ideológica no discurso do Estado, não é contudo redutível a mera propaganda.

Evidentemente, não são esses os únicos casos de eficácia positiva do Estado; esses exemplos, porém, bastam no momento para mostrar que sua ação ultrapassa de muito a repressão ou a ideologia". (25)

1.5. - Hegemonia e Intelectuais

Antonio Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia de uma fração ou classe social sobre o conjunto da sociedade. A hegemonia não pode existir sem o momento de dominação (coerção) da sociedade, mas exige, para se efetivar, que se desenvolva o aspecto de direção. A tomada do poder corresponde à dominação, à qual deve se acrescentar a direção. Mas esta não se inicia após a dominação, pois ambos os momentos estão dialeticamente ligados. A direção pode e deve se iniciar antes mesmo da dominação, a qual por outro lado não se sustém se a classe dominante ou uma fração não assume e consegue impor sua direção intelectual e moral. Isto fica claro na seguinte citação:

"O critério histórico-político, no qual devem basear-se as pesquisas, é o seguinte: uma classe domina de duas maneiras, isto é, ela é dirigente e dominante. Ela é dirigente em relação às classes aliadas e dominante em relação às classes antagônicas. Eis a razão por que uma classe pode (e deve) ser dirigente, antes de tomar o poder. Uma vez no poder, ela se torna dominante, mas continua também a ser dirigente".(26)

Segundo Gramsci, "é efetivamente "na esfera da hegemonia que culmina a análise das diferentes relações de força" que determinam uma "situação" e particularmente, segundo o momento ou relação das forças políticas, onde a fase econômica corporativa é ultrapassada em proveito da fase política, onde a luta puramente econômica de um grupo se eleva a um plano "universal", "criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados". Nesta concepção, é esclarecida a função dos intelectuais, que são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, quer dizer, tanto para a organização do consentimento ativo como para a do aparelho de coerção". (27)

Sobre a capacidade hegemônica dos empresários, o autor assim se expressa:

"Os empresários - se não todos, pelo menos uma elite deles - devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais "orgânicos", que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, "especializações" de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz". (28)

Entretanto, Gramsci qualifica precisamente a forma como entende a categoria intelectuais:

"Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar". (29)

E ainda:

"O modo de ser do nôvo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos

e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro - e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece "especialista" e não se chega a "dirigente" (especialista mais político)". (30)

E as tarefas dos intelectuais orgânicos e tradicionais ligados às frações hegemônicas são assim descritas:

"Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "históricamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo". (31)

1.6. - Sobre as Relações de Força

As mudanças políticas ocorridas a partir de 64 significaram alterações profundas na história da sociedade brasileira na medida em que o novo regime, embora mantendo-se o mesmo bloco hegemônico no poder, alterou fundamentalmente a posição objetiva das demais classes dominantes e de apoio e a completa derrota das forças populares com a progressiva destruição das suas organizações econômico-corporativas, políticas e culturais. A destruição das forças populares realizou-se através de drástica repressão física às suas lideranças e suas expressões ideológicas, as quais naquela época, já possuíam certo grau de consciência das condições de subordinação e de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores, e que cabiam superar. Esta consciência entretanto não estava difundida na massa de trabalhadores, e era mínima a capacidade de mobilização das lideranças; daí a profundidade da derrota.

A compreensão das formas como se realiza a hegemonia burguesa entre 1964 até 1980 exigiria o esbabelecimento das

diversas relações de força ocorridas e, nos níveis infra e super-estruturais, as principais políticas que garantiram o reforço ou enfraquecimento da referida dominação. Só esta tarefa já excede em muito o escopo desta dissertação. Entretanto, o conceito é utilizado de forma explícita ou implícita em várias passagens do texto.

Assim, de forma sintética tentamos expressar o pensamento de Gramsci quando conceitua relação de força afirmando que é preciso distinguir diversos momentos ou graus, que fundamentalmente são estes:

"1) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada a estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens (...). Na base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção obtêm-se os grupos sociais, cada um dos quais representa uma função e tem uma dada posição na própria produção /.../.

2) Um momento sucessivo é a relação das forças políticas; isto é, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização atingido pelos vários grupos sociais". (32)

Tais relações de forças políticas são analisadas segundo os graus de consciência política coletiva, em três níveis: "O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo /.../ Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social mas ainda no campo meramente econômico, já nesse momento se coloca a questão do Estado /.../. Um terceiro momento é aquele em que se atinge a consciência de que

os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados". (33)

Seguindo ainda Gramsci, "Esta é a fase mais francamente política que assinala a nítida passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se tornam "partido", se confrontam e entram em luta até que apenas uma delas, ou pelo menos uma só combinação delas, tende a prevalecer, a impor-se, a difundi-se sobre toda a área social, determinando não só a unicidade dos fins econômicos e políticos, mas também a unidade intelectual e moral, colocando todas as questões à volta das quais ferve a luta não no plano corporativo mas num plano "universal", e criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis para a máxima expansão do próprio grupo; mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motora de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais", isto é; o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrio instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem mas até um certo ponto, isto é, não até

o mesquinho interesse econômico-corporativo". (34)

Gramsci ainda acrescenta, "Agora é preciso ter em conta que nestas relações internas de um Estado-nação se intrometem as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos; incidindo sobre o jogo local das combinações". (35)

Na época em que escrevia, referia-se Gramsci às formas de relações internacionais que se intrometiam nas relações internas de um Estado referindo-se a exemplos como a maçonaria, o Rotary Club, os judeus, a diplomacia de carreira e outras formas de presença ideológica estrangeiras, as quais, na fase atual do desenvolvimento do capitalismo monopolista internacionalizado, são seguramente incompletas. Para o caso de um país de industrialização retardatária como o Brasil, é absolutamente impossível entender a dinâmica interna da economia bem como do conjunto de comportamento da sociedade sem se levar em conta as relações crescentes que detemos para com as nações de desenvolvimento industrial mais avançado. (36)

E completando o conceito de relações de força, temos:

"3) O terceiro momento é o da relação das forças militares, imediatamente decisivo segundo o momento /.../. Podem-se também distinguir nele dois graus: o militar, sem sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que se pode chamar político-militar". (37)

Assim colocado o conceito de relações de força há que

levar em conta ainda um conjunto de observações que, a despeito de terem sido elaboradas com vistas a outras realidades espaço-temporais, podem fornecer subsídios à compreensão da situação brasileira.

A análise histórico-política pode cair no erro, segundo Gramsci, de "...não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional...".(38) Ou seja, pecar por excesso de economicismo ou de ideologismo. E ainda segundo o autor, "O nexó dialético entre as duas ordens de movimentos e, portanto, de pesquisa, dificilmente é estabelecido exatamente: e, se o erro é grave na historiografia, ainda mais grave se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a presente e a futura...". (39)

Dado o momento de crise em que vive a sociedade brasileira, é pertinente acrescentar ainda outra observação de Gramsci, "Verifica-se uma crise, que por vezes se prolonga por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que na estrutura se revelaram (se amadureceram) contradições insanáveis e que as forças políticas positivamente atuantes para a conservação e defesa da própria estrutura se esforçam ainda por curar, dentro de certos limites, e por superar. Estes esforços incessantes e perseverantes (já que nunca nenhuma forma social quererá confessar que está superada) constituem o terreno do "ocasional" no qual se organizam as forças antagônicas que tendem a demonstrar /.../ que já as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas

possam e devam ser resolvidas historicamente...". (40)

Outra questão, atual para o caso brasileiro, é a de ver se as crises históricas fundamentais são determinadas imediatamente pelas crises econômicas. Segundo Gramsci, "Pode-se descartar que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais; só podem criar um terreno mais favorável à difusão de certos modos de pensar, de colocar e de resolver as questões que implicam todo o ulterior desenvolvimento da vida estatal. /.../ A questão particular do mal-estar ou bem-estar econômico como causa das novas relações históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força nos seus vários graus. Podem produzir-se novidades, quer porque uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário, quer porque o mal-estar se tornou insuportável e não se vê na velha sociedade nenhuma força capaz de o mitigar e de restabelecer a normalidade com meios legais. Pode-se dizer, portanto, que todos estes elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, em cujo terreno se dá a passagem destas às relações políticas de força para culminar na relação militar decisiva.

Se falta este processo de desenvolvimento de um momento para o outro, e esse é essencialmente um processo que tem por autores os homens e a vontade e a capacidade dos homens, a situação permanece inatuante, e podem verificar-se conclusões contraditórias: a velha sociedade resiste e assegura um período de "alívio", exterminando fisicamente a elite adversária e aterrorizando as massas de reserva; ou dá-se a destrui-

ção recíproca das forças em conflito com a instauração da paz dos cemitérios, talvez sob a vigilância de uma sentinela estrangeira". (41)

1.7. - Os Limites do Estado Capitalista.

Até aonde a presença do Estado na atividade econômica pode manifestar-se, está definida pela própria separação relativa do econômico e do político nas sociedades capitalistas; Poulantzas assim coloca esta questão:

"Esses limites são próprios então, primeiramente, da natureza mesma do processo de produção, de reprodução e de acumulação do capital. Processo contraditório que obedece, por um lado, à sua própria lógica e que limita a ação do Estado a quem é impossível efetivamente dominar os efeitos de suas próprias ações na economia. Nada mais nítido atualmente: essas intervenções tornam-se elas mesmas, e diretamente, fatores produtores de crise. Por hora digamos simplesmente, que essas funções apresentam um primeiro limite ao lado do qual são absolutamente incompreensíveis, o que marca a rigidez do Estado e o leque restrito de suas escolhas estratégicas. Mas essas funções econômicas apresentam sobretudo um segundo limite, que o Estado não pode transgredir. O Estado está hoje de qualquer maneira preso a sua própria armadilha, e a metáfora não é exagerada: ele não pode daqui pra frente recuar nem

avançar, nem abster-se nem controlar o núcleo central da economia. Ele é acuado para fazer ao mesmo tempo, e conjuntamente, demais (intervenções produtoras de crise) e insuficiente (ele não deve atingir as causas profundas das crises). O atual Estado oscila perpetualmente entre os dois termos da alternativa, omitir-se e/ou participar no mais das vezes. Em lugar de um Estado onipotente, trata-se antes de um Estado encostado na parede e diante de um fosso.

Os limites que traçam o horizonte da ação do Estado na economia estão ligados às relações de produção capitalistas. Certamente, o Estado trabalha para a reorganização das relações de produção que estruturam o lugar do capital, portanto à redistribuição dos poderes, que decorrem das relações de propriedade econômica e de posseção, entre as diversas frações do capital, especialmente em proveito do capital monopolista. Mas isso não impede que o Estado não exista senão sob a condição de que seja garantido o núcleo sólido das relações de produção capitalistas, assegurando a exploração da classe operária e das massas populares, ou seja a exclusão dos reais poderes destes sobre os meios de produção. As disposições do Estado nas próprias relações de produção não visam senão a sua reprodução, uma vez que são precisamente capitalistas. Podemos expressar isso ao dizer que o Estado capitalista é constituído de um limite negativo geral a suas intervenções, ou seja por uma não-intervenção específica no "sólido núcleo" das relações de produção capitalistas". (42)

Isto permite ao autor situar com precisão os limites da eficácia da planificação capitalista e das medidas na órbita

financeira:

"A reprodução não pode ser controlada sem intervenção do sólido núcleo das relações de produção, pois não se pode dominar os efeitos sem atingir as causas. As medidas tomadas pelo Estado são portanto, no essencial, intervenções a posteriori, que tratam de qualquer maneira as conseqüências e os sintomas do processo econômico e que se esforçam em regularizar, por reações-reflexas, as contradições econômicas. As intervenções a priori, no mais das vezes cegas, não podem ainda ir além de determinadas medidas elementares, indispensáveis ao processo de valorização do capital em geral e aos superlucros monopolistas. É aí que residem os limites da planificação capitalista que, mesmo sob a forma de uma programação ou de uma planificação de grandes diretrizes da produção, revela mais de uma projeção sobre o futuro das grandes tendências dominantes em um momento dado, que de uma verdadeira planificação. Ela se limita, na maioria dos casos, a indicar em suas grandes linhas as condições de compatibilidade entre as bases materiais da produção (demografia, utilização de recursos naturais e técnicos, etc.) e a acumulação do capital enquanto a acumulação de riquezas avaliadas financeiramente. /.../.

E além disso essa relação do Estado com as relações de produção faz com que os recursos materiais de que ele dispõe sejam estruturalmente limitados. O limite para a apropriação de rendas que o Estado fixa mediante o imposto reside no essencial em proveito do capital, no qual não pode tocar além de determinados limites sem risco de comprometer gravemente o processo de reprodução, ou seja, a grosso modo, o funcionamento capitalista de economia. As medidas financeiras do Es-

tado estão submetidas, de acordo com as flutuações da taxa de lucro, às modificações que ele dificilmente controla: lhe é amplamente impossível planificar esses recursos e delimitar o campo de manobra de suas intervenções. O que expressa na crise fiscal permanente que atinge atualmente, em grau maior ou menor, os Estados capitalistas". (43)

E, sobre a presença direta do Estado na atividade econômica, o autor especifica a justa medida da contradição entre as necessidades de sua presença para a reprodução ampliada do capital e as resistências dos empresários privados a uma ampliação continuada e radical desta presença:

"Limites estruturais que não se referem então apenas à luta e resistência das classes dominadas, mas igualmente à de frações da burguesia. É especialmente aí que é preciso observar os limites das nacionalizações e do capital público. As nacionalizações (diferentemente das socializações) não privam, enquanto tais e no quadro do Estado capitalista, a burguesia da propriedade econômica do capital público. Uma estatização, por mais expandida que seja, da economia, mesmo se o conjunto ou quase todo o conjunto do capital é juridicamente nacionalizado, não rompe os fundamentos com as relações de produção capitalistas (exceto quando os trabalhadores detêm o controle real dos meios de produção e o domínio dos processos de trabalho): ela ocasiona o fenômeno do capitalismo de Estado. Essa manobra não impede que se depare com obstáculos naturais no quadro de um Estado já instituído a partir de uma burguesia privada. Não se pode mais conceber, nesse caso, /.../ uma semelhante transformação que se efetuasse de maneira pro-

gressiva e inelutável, sem rupturas políticas consideráveis . E por isso que, em razão das modificações implicadas - especialmente a permutação do pessoal burguês e a substituição radical da burguesia privada por uma burguesia de Estado - , esse processo se depara com uma resistência ferrenha por parte da burguesia privada. Mas isso fora dos limites em questão, pois é necessário um domínio do capital público (desvalorização de parcelas do capital) para a manutenção da taxa de lucro e para a reprodução do capital privado, dos focos circunscritos da burguesia de Estado (direção, em amplo sentido, das empresas públicas) que coexistem atualmente, nos países capitalistas, em osmose com a burguesia privada. Tudo isso faz com que o capitalismo de Estado em ampla escala reincida geralmente nos países marcados por uma característica ausência de burguesia privada autóctone, e onde uma burguesia de Estado atua diretamente como relé da burguesia imperialista estrangeira (caso do processo de descolonização em numerosos países africanos); ou então nos países que sofreram profundas modificações num processo de transição para o socialismo que malogrou ou abortou". (44)

NOTACAPÍTULO PRIMEIRO

- (1) CARDOSO, Míriam L. La Construcción de Conocimientos, México, Ediciones ERA, 1977, p. 14.
- (2) CARDOSO, Míriam L. Ideologia do Desenvolvimento, Brasil JK-JQ, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. ed. 1978, p.54.
- (3) id. ibid., p. 56.
- (4) MARX, Karl. O Capital, apud CARDOSO, M.L. La Construcción de Conocimientos, México, Ediciones ERA, 1977, p.83.
- (5) POLANTZAS, Nicos. O Estado, O Poder, O Socialismo, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981, pp. 168-169.
- (6) id. ibid, p. 89.
- (7) id. ibid, pp. 40-42.
- (8) id. ibid, pp. 43-44.
- (9) id. ibid, p. 45.
- (10) id. ibid, p. 145-146.
- (11) id. ibid, pp. 146-147.
- (12) id. ibid, p. 147.
- (13) id. ibid, pp. 161-162.
- (14) id. ibid, p. 162.
- (15) id. ibid, p. 163.
- (16) id. ibid, pp. 163-164.
- (17) id. ibid, pp. 165-167.
- (18) MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1977, pp. 24-25.

- (19) CARDOSO, J.L. (1977), op. cit., p. 71.
- (20) id. *ibid*, pp. 73-74.
- (21) id. *ibid*, pp. 29-31.
- (22) CARDOSO, M.L. (1978), op. cit., p. 64.
- (23) POULANTZAS, N. (1980), op. cit., p. 33.
- (24) id. *ibid*, pp. 35-36.
- (25) id. *ibid*, p. 37.
- (26) GRAMSCI, Antonio. Cardernos do Carcere I, apud, BUCI - GLUCKSMANN, Christianne, Gramsci e o Estado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 87.
- (27) GRAMSCI, Antonio. Obras Escolhidas, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1978, p. 30.
- (28) GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 4.
- (29) id. *ibid*, pp. 7-8
- (30) id. *ibid*, p. 8.
- (31) id. *ibid*, p. 11.
- (32) GRAMSCI, A. (1978), op. cit., p. 192.
- (33) id. *ibid*, p. 192.
- (34) id. *ibid*, pp. 192-193.
- (35) id. *ibid*, p. 193.
- (36) A partir das últimas décadas do século XIX emerge nas sociedades capitalistas avançadas um processo de concentração e centralização de capitais acentuado, que resulta na progressiva estruturação de empresas gigantes, onde o conjunto destas unidades produtivas passam a deter o papel determinante da dinâmica de acumulação de capitais. A esta etapa denominou-se de capitalismo

monopolista. A concentração e centralização dos capitais foi-se dando, e até hoje persiste, com intensas modificações nas bases técnicas produtivas que induzem à ampliação das escalas de produção, na mobilização do crédito corrente e de capital como arma da concorrência, a interpenetração crescente dos capitais nas várias órbitas, principalmente entre a bancária e a industrial, e a formação de trusts e cartéis. Este conjunto de modificações estabelece na área industrial a predominância de empresas oligopolistas cujo controle de mercados, técnicas, escalas produtivas, formas de financiamento, sistemas de comercialização, e outras, tendem a destruir progressivamente os pequenos e médios concorrentes até formar uma base madura, onde algumas unidades de capital com equivalente força concorrencial controlam os principais mercados de seus ramos.

Por outro lado, movimento semelhante de concentração bancária e sua integração crescente ao capital produtivo através do cruzamento dos seus capitais, vai combinar as possibilidades de obtenção da forma lucros com a forma juros em uma nova e mais abstrata forma de organização da acumulação - o capital financeiro. Este vai mobilizar e redistribuir as massas de capitais em operações que rendem lucros e outras juros, na busca de obter a máxima valorização dos capitais, em simultâneo com a tentativa de manter o máximo de mobilidade e liquidez do capital. Nestas circunstâncias a emissão de títulos representativos dos capitais produtivos (as ações), os papéis referidos à posse, depósitos e entregas futuras de

mercadorias, os títulos de débitos mercantis, de poupanças, debêntures e outros, bem como os da própria dívida pública, passam a constituir um campo de valorização fictícia do capital, cujos valores e rendimentos já não guardam proporções definidas com os ativos reais, em um movimento especulativo autônomo, descolado das condições reais de produção. Ao processar esta dúplice estrutura - de valorização oligopolista, o capitalismo monopolista não dispõe mais de formas de auto-regulação, que passam a ser buscados através dos controles normativos do Estado, os quais não obstante, embutidos que são das contradições vigentes na própria sociedade, não podem dar cabal resposta a esta necessidade, sendo inevitáveis a recorrência de flutuações e crises. Tanto nos momentos de auge como nos momentos de crise o comportamento das grandes massas do capital financeiro necessitam alargar continuamente as possibilidades de valorização fictícia e/ou real, donde a intensificação da internacionalização do capital. Neste nível da história e das formas assumidas, o processo de valorização do capital tende a ser um processo único a escala mundial, a despeito das especificações que guarda, em cada Estado-Nação. Assim, a industrialização é retardatária não apenas porque as forças produtivas só se completam, na forma especificamente capitalista, atrasados historicamente (no tempo) como porque seu estabelecimento é parte e se faz nas formas determinadas pela expansão mundial do capital financeiro.

(37) id. *Ibid*, p. 194.

(38) id. *ibid*, p. 189

- (39) id. *ibid*, p. 190.
- (40) id. *ibid*, p. 189.
- (41) id. *ibid*, pp. 194-195.
- (42) POULANTZAS, N. (1980), *op. cit.*, pp. 220-221.
- (43) id. *ibid*, pp. 222-223.
- (44) id. *ibid*, pp. 223-224.

CAPÍTULO SEGUNDO

ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1. - Período Anterior a 1964

De 1930 a 1964, ocorreram na sociedade brasileira profundas transformações econômico-políticas caracterizadas pela passagem da dominância dos interesses urbanos e rurais agro-exportadores de produtos primários, e que dispunham da nítida hegemonia até 1930, aos interesses ligados ao emergente processo de industrialização. Porém, somente a partir de 1964 se completa a hegemonia do capital monopolista centrado na atividade industrial e bancária.

Nestes 34 anos de história a importância do Estado Brasileiro se amplia econômica e politicamente. Mas o crescimento de sua presença não permite qualificar nitidamente sua face econômica e política. Por isso, aparece segundo diferentes autores, quer como um Estado de defesa e expansão dos interesses agro-exportadores quer como um Estado industrializante, ou ainda, como um Estado de compromisso entre diversas

oligarquias regionais ou como um Estado centralizador / gestor das novas classes sociais emergentes.

Na verdade, embora realizando ambigualmente estas funções contraditórias as relações de força no período tenderam a favorecer o poder relativo da burguesia, da pequena burguesia urbana tradicional e assalariada e do proletariado, ou seja, as classes emergentes do crescimento industrial e urbano.

É neste contexto de estruturação do capitalismo retardatário no Brasil que alguns autores conceituam a forma política de dominação como populismo, autoritário no período 30/45 e democrático de 45/64.

O crescimento industrial prévio a 1930 circunscrevia-se a indústrias leves de bens de consumo imediato - têxtil, calçados, alimentos e bebidas, cujas relações interindustriais de demanda cruzadas e da renda gerada não permitem estabelecer a existência de um processo de industrialização.

Este só se verifica a partir dos anos 30, onde no período 30/45, além da vigorosa expansão dos setores acima citados, implantam-se ou se expandem significativamente os setores de produção de cimento, siderurgia, metalurgia, ferramentaria, máquinas (simples), equipamentos auxiliares de produção, materiais de construção, produtos químicos (tintas, ceras, sabões, velas), mobiliário, etc. Este processo é entretanto qualificado como de industrialização restringida, período 1930/1955, na medida em que os avanços qualitativos no perfil industrial realizavam-se com base na importação da parte nuclear dos bens de produção exigidos pelos novos investimentos. (1)

Isto significa dizer que embora alargando-se progressivamente a órbita da acumulação do capital industrial, o passo fundamental para a endogenização da acumulação ainda não havia ocorrido e a expansão industrial, voltada para o mercado interno, necessitava da reiterada expansão da capacidade de pagamentos externos, gerada basicamente pelas exportações de produtos primários.

O processo de industrialização não é entretanto apenas um processo de montagem de fábricas ou de difusão crescente de trocas mercantis, mas também, de generalização de relações sociais capitalistas de produção, não apenas na órbita industrial mas a quase todas as atividades econômicas, onde, assim, o padrão comportamental dos agentes destas relações sociais tendem a seguir àquele dos setores industriais líderes.

Disto pode-se depreender que ao longo do processo de industrialização não apenas aparecem e desaparecem frações de classe, como alteram-se seus pesos relativos, as condições objetivas de sua existência, além das transformações político-ideológico-culturais que as relacionam e interinfluenciam mutuamente.

Antes de 1930 o movimento tenentista já expressava a crescente insatisfação das classes médias urbanas para com a estrutura de dominação oligárquica hegemônica. Também o proletariado urbano já se mobilizava em termo de seus interesses de classe principalmente através das bandeiras anarquistas.

A revolução de 1930 e o Estado que emerge e se constitui nos anos seguintes, já não representa com exclusividade, tal como até então, os interesses do complexo cafeeiro-agri-

cultura, comércio, financiamento e exportação - e das demais oligarquias regionais. Estes interesses, a despeito da crise mundial, ainda constituem a espinha dorsal da economia brasileira e o Estado após 30 adota políticas de defesa dos produtos primários de exportação. Porém, o novo bloco no poder, além dos interesses da cindida oligarquia representa interesses da burguesia industrial, classes médias e proletariado urbanos, em difusa, precária e instável aliança. É por estes motivos que vários autores o designaram como Estado de compromisso. Entre as propostas políticas mobilizadoras do golpe de 1930 figuravam o estabelecimento do voto secreto, o ensino primário obrigatório, a separação entre a Igreja e o Estado e a criação e desenvolvimento de indústrias.

Entre 30/45, a instável aliança entre setores da burguesia industrial e setores oligárquicos regionais manteve-se mediante o estabelecimento de um regime autoritário, pelo desenvolvimento de uma ideologia nacionalista, pela estruturação de um sindicalismo corporativista (sindicatos operários e sindicatos patronais) que subordinará à mediação de uma burocracia de Estado a organização sindical dos trabalhadores, e pela prática do populismo. Este, entendido aqui, como a manipulação política e ideológica dos interesses ainda inorganizados das classes dominadas mediante concessões parciais a seus anseios e, nos quadros da reprodução do capital, específicas vantagens econômicas à burguesia industrial emergente.

Após 45, os quadros da dominação autoritária não se mantêm, porém os padrões da política populista permanecem, agora exercidos através de estruturas partidárias ideologicamente pouco representativas, mobilizados organicamente a partir da forma como os interesses concretos nele se esta-

beleciam e se manifestavam, tanto a nível nacional como a nível regional. Dado que a base sócio-econômica no período 45/64 vai sofrendo profundas modificações, este quadro partidário de seccionamento de classes e ideológico pouco significativo e as alianças políticas específicas que ocorriam em cada região (os Estados), representou uma forma adequada e razoável de exercício da hegemonia pelos interesses agro-exportadores e os industriais, estes últimos cada vez mais poderosos frente aos primeiros e às demais classes sociais.

De 46 a 60 o controle do aparelho de Estado permaneceu quase ininterruptamente sob a direção da coligação PDS-PTB, a qual, com as devidas recomposições de interesses ao longo do tempo, representava o prolongamento da expressão política no poder durante o autoritarismo populista. Dutra (46-50), Vargas (51-54) e JK (56-60) foram eleitos e governaram sob esta coligação partidária.

Aqui é necessário que se diga que os partidos burgueses majoritários-PDS, Partido Social Democrático (situação) e a UDN - União Democrática Nacional (oposição) possuíam praticamente o mesmo corte de representação de classe. O que os distinguia, além de estarem ou não no poder de Estado, eram suas origens históricas e o destaque diferenciado a algumas questões político-ideológicas.

Ao nível do discurso político, a UDN pelas lutas antiditadura populista, apresentava-se como defensora dos valores liberais e de respeito aos direitos humanos bem como a exaltação das virtudes do processo político democrático. O PSD apresentava-se como arauto do nacionalismo burguês e defensor das vantagens previstas nas legislações sociais e trabalhistas.

Mas, ao nível das práticas políticas, a UDN atuou contra a posse do presidente eleito (JK) nos episódios de fins de 1955 e o PSD (no governo de JK) apoiou e garantiu em escala sem precedentes, a maior abertura e concessão de vantagens ao capital estrangeiro até então. A quase totalidade dos elementos de ambos os partidos foi favorável ao golpe de 1964 e dos seus quadros emergiram ministros e responsáveis pelo regime político mais antidemocrático e mais insensível no trato das questões sociais de nossa história.

A adoção do Plano de Metas do Governo JK, tornou-se possível a partir dos investimentos em infra-estrutura e indústrias de base do período Vargas (51-54), bem como de importante instrumental de política econômica criado neste período. (2)

Durante 56/61 o perfil industrial brasileiro sofreu a mais intensa alteração qualitativa de sua história, com a implantação das indústrias de equipamento de transporte rodoviário de carga e de passageiros, da indústria de tratores, indústria de construção naval, indústria de equipamento aeronáutico, equipamentos para a indústria petroquímica, indústria de material elétrico pesado, equipamentos para a fabricação de papel, indústria de máquinas operatrizes; a expansão significativa da produção de aço, energia elétrica, cimento, borracha, alumínio, chumbo, estanho, níquel, papel e celulose, barrilha e soda cáustica, e fertilizantes; e importantes programas de construção de rodovias, expansão da frota da marinha mercante, reaparelhamento portuário e ainda a construção de Brasília.

A expansão das empresas estatais e a implementação em

posições estratégicas de empresas de capital estrangeiro ocorridas no período iriam determinar a efetiva dominância dos interesses industriais sobre os interesses agro-exportadores. A partir de 1956, portanto, está a tomar forma os fundamentos das relações de interesse e de poder que irão vigorar a partir de 64.

Desde 1946, à exceção do breve interregno ago/54 a jan/56, até 1960, o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, esteve aliado ao PSD, a nível federal. O PTB basicamente representava o crescente proletariado urbano do país, através de bandeiras de participação social e por dispor do controle dos sindicatos, seja através de autênticas lideranças dos trabalhadores ou através de lideranças institucionalizadas, "os pelegos", controlados pelo Ministério do Trabalho, através da estrutura sindical corporativa criada a partir de 1937 e vigente ainda atualmente. Era também no PTB que se abrigavam as correntes mais autenticamente nacionalistas da burguesia, da pequena burguesia e da burocracia civil, bem como correspondia à ala nacionalista das forças armadas (3). Tais correntes, é necessário que se diga, foram sempre minoritárias no seio de suas respectivas classes e instituições.

Vargas, muito mais do que governar com base numa aliança PSD-PTB, era ele próprio a encarnação desta aliança, pois havia sido o fundador de ambos os partidos, decorrendo daí sua ambiguidade política, que se reflete, aliás, sobre o seu comportamento no período. Esta posição facilitava compor os interesses objetivos internos à aliança, de forma mais flexível, mas por outro lado reduzia seu raio de manobra para recompor suas políticas face aos interesses oposicionistas inter-

nos e internacionais que o pressionavam. As tentativas de estabelecer um processo de acumulação de capitais em bases estrita ou preponderantemente nacionais, não atendia aos interesses do capital internacional, isto na fase de auge da hegemonia do capital monopolista norte-americano. Também se contrapunha aos interesses de parcela importante da burguesia nacional, alguns já com interesses conectados ao capital estrangeiro, e outros, encarando a participação estrangeira como uma potencialização de mercado e de acumulação, independente de possíveis conjugações de interesses.

Do suicídio de Vargas, agosto/54, até a posse de JK-JG na Presidência e Vice-Presidência Constitucional, janeiro/56, época de acentuada instabilidade política, os Governos Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, aplicam políticas contracionistas que provocam bruscas e desordenadas reduções na atividade econômica.

Carlos Lessa aponta para um ponto interessante do posicionamento do empresariado industrial face a tais políticas: "Compreende-se assim a violência de sua resposta às tentativas de implantação de esquemas contracionistas. Duraram pouco. E os intentos de reedição tiveram um subproduto importante - a conscientização obrigada do setor industrial. Este, na luta pela sobrevivência, foi forçado a definir seus objetivos. A estabilidade passa a ser problema secundário, importa o desenvolvimento e a sustentação da atividade econômica. Nega os esquemas restricionistas. E afirma sua posição adotando o Plano de Metas. Ao enfatizar, em simultâneo, emprego e crescimento, e ao relegar o equilíbrio a segundo plano, joga a economia na segunda metade da década na senda de industrial-

lização vertical". (4)

Em 1955 foi ainda adotada a Instrução 113 da SUMOC -Superintendência da Moeda e Crédito, que ampliava extremamente os benefícios ao ingresso de capitais de risco e de empréstimo estrangeiros - taxas de câmio favorecidas para remessas de lucros e juros, taxas de câmbio livres para o registro do capital, renumerações de lucros consideradas como poupanza externa-as quais induziriam à ampliação da entrada de empresas transacionais em setores estratégicos para os padrões de acumulação de capitais adotados no Brasil.

No período 56/60, enquanto ocorria vertiginosa aceleração econômica, as dificuldades crescentes das classes trabalhadoras com a erosão salarial provocada pela inflação em ascenso e a política de favorecimento aplicada ao capital estrangeiro iriam reduzir os níveis de integração política da aliança PSD-PTB, sem que entretanto chegasse a haver uma ruptura política.

Nas eleições de outubro de 1960 concorrem Henrique Teixeira Lott/ João Goulart pela aliança PSD/PTB com o apoio do PCB, e Jânio Quadros / Milton Campos pela aliança UDN/PDC/PTN e ainda Ademar de Barros pelo PSP à Presidência, e Fernando Ferrari pelo MTR à Vice-Presidência. São eleitos Quadros e Goulart, que tomam posse em 31 de janeiro de 1961.

Jânio Quadros, personalista líder populista, ascendeu politicamente através de intervenções tópicas "antipolíticas" no sentido de arrostar interesses imediatos e discredíveis fazendo "justiça à população em geral", e na fama de dirigente dinâmico, honesto, não-convencional e preocupado em realizar projetos e programas de impacto direto nas classes de baixa renda, além de assumir posições de notório moralismo

conservador. O impressionante apoio popular ao seu carisma , possibilitava-o a praticamente prescindir das estruturas partidárias para governar.

Adotando uma inflexível e austera política antiinflacionária e heterodoxo e descoordenado conjunto de medidas políticas sobre os mais variados assuntos, e inaugurando uma política externa independente, contribuiu para que a real face de seu governo e os motivos de sua renúncia, sete meses após a posse, jamais fossem devidamente estabelecidos pela historiografia.

À beira de um golpe militar, o Vice-Presidente Goulart accede em assumir a Presidência com poderes reduzidos por um sistema de governo parlamentarista híbrido, com vistas a temporizar o veto à sua posse imposto pela ala conservadora que ora comandava os Ministérios Militares. (5)

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963 Goulart manobrou politicamente para recuperar os poderes presidenciais , conseguindo-o através de plebiscito. Governou como Presidente até março de 1964.

Após a aceleração econômica de 56/61 a economia brasileira penetra numa fase recessiva acentuada, entre 62/67. Esta recessão foi gerada basicamente pela desaceleração dos investimentos industriais, face à existência de capacidade ociosa, resultante típica de ciclos expansivos em economia oligopólicas, e face ao impressionante quadro de desequilíbrios inflacionários, nas finanças do Estado e na balança de pagamentos resultantes do período expansivo 56/61.

Entretanto, é inegável que a crise política resultante da renúncia de Quadros, a fragilidade política da Presidência

da República em sua fase parlamentarista, a minoritária base política do Presidente do Parlamento - o PTB - progressivamente mais isolado inclusive do apoio do antigo aliado, o PSD, e ainda as políticas concretas aplicadas e propostas por Goulart e o seu reduzido carisma pessoal, são fatores que agravaram profundamente a situação da crise econômico-política até 64.

Nestas condições, a luta política se acentua, com intensificação ímpar da mobilização popular, com nítida segmentação das bases de apoio a Goulart entre um bloco de moderados trabalhistas tradicionais a favor de contidas medidas reformistas e nacionalistas e um conjunto de lideranças e organismos de esquerda pressionando pela adoção de medidas de reforma mais profundas e intensas, algumas de nítido sentido anticapitalista que afetavam os interesses dominantes e hegemônicos.

A instabilidade econômico-política é inerente ao capitalismo monopolista, onde a dinâmica da reprodução do capital possui no Estado um elemento fundamental de sua efetivação. Esta instabilidade tende a se acentuar quando no cargo da Presidência assume uma liderança ligada ao setor popular e este ainda se encontra com escasso grau de organização, mobilização social e consciência política para servir de sólida base de sustentação às investidas desestabilizadoras realizadas pelos interesses monopolistas internos e internacionais.

Goulart foi derrubado do poder ao afetar objetivamente os interesses das classes dominantes: pela sua posição considerando como nacional os reinvestimentos estrangeiros, na regulamentação da lei de remessa de lucros do capital estran-

geiro (jan/64), pelo decreto de desapropriação das terras ao longo das rodovias, pela incapacidade em controlar as organizações de trabalhadores independentes dos aparelhos de Estado - o Comando Geral de Greve, o Pacto Sindical de Unidade de Ação (PUA), o Comando Geral de Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, União Nacional dos Estudantes (UNE)-, pro ter decretado a estatização das refinarias particulares, e, fato crucial determinante para o desfecho do golpe, por sua posição frente à revolta dos marinheiros, nitidamente contrária aos padrões de disciplina militar, de forma a afetar duramente os aparelhos de Estado essenciais ao domínio das classes dominantes.

O golpe de Estado não foi feito porque tratava-se de um governo inepto que nada fazia; muito pelo contrário o golpe foi realizado porque se tratava de um Governo com pouco poder, daí seu imobilismo, mas que não obstante pretendeu fazer políticas contrárias aos interesses fundamentais das classes dominantes.

Assim, o Governo João Goulart foi deposto pelo que fez e pelo que deixou de fazer; porque verberou sobre a necessidade de reformas que alterassem a injusta estrutura econômico-social vigente e adotou pálidas medidas nesse sentido, mas que já afetavam de modo exemplar os interesses objetivos das classes dominantes; e porque, não poderia ser diferente, deixou de mobilizar os instrumentos repressivos e ideológicos que o Estado dispunha, contra os setores populares que se organizavam e se mobilizavam aceleradamente. Cabe acentuar que importantes parcelas das lideranças populares já efetuavam propostas políticas que não guardavam proporção com as relações de força vigentes, e nesse sentido, insustentáveis. A forma concreta como deu-se o golpe de 1964, e

a estrutura de poder estabelecida, foi, sob o ponto de vista dos setores populares, de rara infelicidade histórica.

Não obstante isso, há que reconhecer que o imobilismo do Governo Goulart frente às necessidades da população, resultante da sua fragilidade política face às forças que se lhe contrapunham, não conseguiu formar uma sólida reputação favorável, mesmo junto às classes populares.

2.2. - Período 1964 - 1980.

A partir de 1956 os aspectos fundamentais da política econômica do Estado estão ligados à dinâmica industrial e atividades a ela conectadas. Isto nos parece indicar aquele momento histórico como o da definitiva perda de hegemonia dos interesses agro-exportadores e atividades conexas.

Não obstante isso, as tarefas de geração de divisas, produção de matérias primas industriais, produção de alimentos para as populações urbanas e a demanda de produtos industrializados que representa, conferem, aos interesses agrários em geral, uma grande importância para o processo de acumulação de capitais.

Além disso, a distribuição da atividade primária na grande dimensão do país, a ainda elevada parcela populacional ocupada e vivendo nas zonas rurais, e a conformação institucional do poder - Estado Federativo -, garantem à burguesia agrária uma importância não negligenciável no seio do bloco no poder.

O salto qualitativo 56/60 correspondeu a estruturação

de uma duradoura conjugação e solidariedade de interesses entre o grande capital nacional privado, estatal e o estrangeiro, numa definitiva e acentuada inserção da economia brasileira no rápido processo de internacionalização da economia capitalista ocorrido a partir do pós-guerra.

Estas modificações se fizeram, ao nível político, em aliança com setores importantes da pequena-burguesia urbana e da classe trabalhadora, nos quadros da política populista vigente até 64. A ideologia desenvolvimentista funcionava como denominador comum a estes interesses contraditórios, subordinando ou silenciando os interesses antagônicos ou prejudicados pelos novos padrões de acumulação.

Mesmo antes de João Goulart assumir a Presidência da República, e inclusive nos eventos ligados à sua posse, era manifesta a intensa oposição dos interesses ligados ao grande capital à possibilidade das forças políticas ligadas aos setores populares virem a controlar o aparelho de Estado.

A partir de 1962, a despeito da politicamente moderada atuação do Governo Goulart, onde apareciam respeitadas nomes como San Tiago Dantas, Celso Furtado e Carvalho Pinto, os interesses do grande capital privado, nacional e estrangeiro ampliaram sua ação política visando conter e se possível eliminar a crescente mobilização política das forças populares.

Estas ações eram efetuadas tanto dentro do jogo político-partidário institucional, e aqui é importante lembrar o crescente afastamento político do PSD face ao Governo, como através de organismos como a CAMDE - Companhia da Mulher pela Democracia, IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática,

ADP - Ação Democrática Parlamentar, o IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. (6)

A mobilização política e ideológica ligada ao grande capital dispunha, ainda, de raízes bastante profundas em outros organismos formadores de quadros intelectuais, portadores de uma determinada visão desenvolvimentista, a qual era "privatista" no sentido do Estado ocupar apenas os chamados espaços vazios da economia, "neocapitalista" no sentido de entender a empresa capitalista como cumprindo objetivos sociais outros que não apenas a busca do lucro, e "internacionalista" no sentido de aceitar a presença do capital estrangeiro como parceiro em igualdade de condições. (7)

Neste sentido, a hegemonia dos interesses do grande capital vai se estabelecendo em seus aspectos de direção, pelo controle majoritário, em aliança com os outros interesses dominantes, dos seguintes elementos de poder:

- a) a grande maioria do corpo político nos três níveis governamentais: governadores, prefeitos, senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores;
- b) a maioria da oficialidade das forças armadas e corporações policiais e controle dos postos-chaves de comando estratégico e de tropas;
- c) a maioria dos quadros da burocracia civil do Estado nos três níveis governamentais;
- d) a predominância numérica nos quadros de professores de ensino superior e ensino técnico de elementos de reduzida criatividade ou nula capacidade crítica

realidade; e

- e) a dominância nos meios de formação de opinião pública - a imprensa escrita, o rádio e a televisão - de posicionamentos conservadores ou acríticos face aos eventos da vida social, em parte resultante da forma capitalística de controle destas empresas, e em parte pelo sistema de concessões, as quais são atribuídas pelo Poder Executivo.

Os itens acima listados constituem os aparelhos ideológicos e repressivos e os quadros de intelectuais orgânicos mais evidentes do controle exercido pelas classes dominantes - além do controle que possuem sobre o aparelho produtivo - , embora nem sempre pareçam corresponder explicitamente aos interesses do grande capital.

Entretanto, o exercício da hegemonia pelas classes controladoras do grande capital não necessita, na maior parte dos casos, de explicitar as políticas a seu favor; sua maior capacidade de mobilizar recursos econômicos e políticos lhe fornece a possibilidade de apropriar preferencialmente dos benefícios de toda ordem estabelecidos idealmente como idênticos para todos os capitais, ou seja, para o capital em geral. É por isto que o desenvolvimento econômico, ao não dispor de considerações explícitas anti-monopolistas, se realiza na prática como desenvolvimento do grande capital. (8)

É nesse sentido que o Governo Goulart e a mobilização política dos setores populares, ao extravasar os quadros da política populista, significou um grave desafio aos interesses do grande capital. Em especial quando, em sua fase final,

conjugou a política governamental com as propostas dos setores mais radicais dos movimentos populares.

Após o golpe civil-militar de março, assume a Presidência da República a 15 de abril de 1964 o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, munido de poderes excepcionais formalizados no Ato Institucional nº 1. (9) O golpe expressa em sua inteireza a hegemonia do grande capital. São afastados da direção dos aparelhos de Estado os representantes políticos e intelectuais orgânicos das classes populares, extintos os organismos de mobilização econômica e política (independentes) das classes proletárias e sofrem intervenção os sindicatos de trabalhadores da estrutura corporativista atrelados ao Estado.

Ao nível econômico o novo bloco no poder adota, a partir da concentração de poderes no Executivo Federal, um conjunto de reformas que abrangem a política tributária, financeira, trabalhista, monetária e de gastos do setor público. Não apenas foram reforçadas as condições do exercício do poder direto do capital sobre o trabalho como além disso, através da sua função normativa se intensificou o processo de privatização do poder de Estado. (10)

Ao nível da estruturação política do bloco no poder, o movimento de 64 trazia através das suas lideranças apenas duas definições claras de intenção: reduzir substancialmente e se possível excluir integralmente a participação das classes trabalhadoras do processo político e reforçar o Poder Executivo com simultânea substituição dos quadros governamentais anteriores, na medida em que a crise pela qual passava

o país era diagnosticada como resultante da sua ineficiência.

Com a realização destes intentos, acreditava-se possível a manutenção estável do processo democrático na medida em que este se faria basicamente através dos representantes das classes e interesses que aceitavam o processo produtivo capitalista e, portanto, as definições políticas poderiam permanecer sendo executadas pelo jogo parlamentar de governo. No primeiro ciclo político, que vai de março de 64 a outubro de 65, o que se busca é exatamente implementar esta proposição. (11)

Dada a importância política do movimento sindical dos trabalhadores, sobre ele recaiu a primeira ação de expurgo com a realização maciça de intervenções nos sindicatos e inúmeras punições políticas individuais sobre as lideranças formais e informais da classe trabalhadora. Os elementos de direção do aparelho de Estado do governo anterior e os dos organismos políticos ligados às classes populares sofreram idêntico processo de punições.

Efetou-se um reforço da capacidade decisória do Poder Executivo: primeiro, amplia-se na Constituição as partes relativas aos poderes do Presidente da República a fim de que este possa "cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira"; segundo, torna privativo do Executivo o direito de uso do poder coercitivo do Estado, isto é, mediante investigação sumária e sem as limitações previstas na Constituição, o Chefe de Governo se investe no direito de expurgar da vida política e/ou pública, "no interesse da paz e da honra nacional", todos que tenham atentado contra a "se-

gurança do país", o regime democrático e a proibidade da administração pública; terceiro, amplia a área de possibilidades de aplicação do exercício privado do poder público o qual se realiza mediante decretos-lei do Executivo. (12)

O Congresso Nacional, além de mutilado pelas cassações de mandatos políticos dos representantes das classes dominadas, vê reduzida a sua capacidade política na medida em que o novo regime não se legitima através do Congresso. Além disso, fortalecendo o Poder Executivo às custas do Poder Legislativo, o AI-1 estabelece normas capazes de evitar o que se denominava como "não decisões", pois a partir daquele momento, os projetos de lei enviados ao Congresso pela Presidência da República deveriam ser apreciados dentro de 30 dias a contar de seu recebimento na Câmara dos Deputados e igual prazo no Senado Federal, caso contrário eram tidos como aprovados. Reduz-se, ainda mais, o poder do Congresso Nacional na medida em que persiste a possibilidade de cassações de mandatos dos deputados e senadores, as quais eram absolutamente excluídas de apreciação judicial, o que impedia o livre exercício da função legislativa.

Neste primeiro ciclo político o poder do judiciário é reduzido através de cassações de direitos políticos de magistrados e da alteração do número de juizes do STF, permanecendo, entretanto, os demais atributos inerentes ao Poder Judiciário.

A despeito destes fatos, este primeiro ciclo se define pela não radicalização e pela auto limitação de poderes já que mantém a Constituição de 46 e o Congresso Nacional e,

além disso, o próprio Ato Institucional tem um prazo de vigência de 16 meses tornando limitado no tempo o poder discricionário do Executivo. Este, enviã ao Congresso, que a aprova, a Lei de Reforma Eleitoral que instaura o princípio da maioria absoluta nas eleições presidenciais e estaduais e propõe também as situações de inelegibilidades.

O bloco no poder elabora propostas de planejamento coordenado capaz de atender as exigências de capitalização e de combate a inflação, apresentadas através do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com cinco partes fundamentais: a) Concessão de estímulos tributários à reinversão dos lucros das empresas e poupança pessoal; b) Aplicação de um plano habitacional com vistas a reativação da indústria da construção civil, destinado a suprir de moradia grande parte da população; c) Criação de fórmulas de capitalização compulsória pelos usuários dos serviços públicos; d) Adoção de uma política de incentivos ao ingresso de capitais estrangeiros; e) Saneamento das finanças governamentais e correção dos déficits das autarquias e sociedades de economia mista.

Se, a exclusão da classe trabalhadora foi fundamental no processo de estruturação do novo bloco no poder, a manutenção da estrutura partidária proveniente do período populista iria causar problemas para o exercício do poder. Primeiro, pela permanência das lideranças políticas do PSD e da UDN, com candidatos próprios à Presidência, JK e Lacerda respectivamente; segundo, porque nas eleições diretas para onze governos estaduais, em Minas Gerais, Guanabara, Mato Grosso e Santa Catarina são eleitos representantes não afinados com o

regime; terceiro, pela existência de uma fração do corpo de oficiais da Forças Armadas pressionando por um endurecimento do regime, inclusive com a rebeldia de vários coronéis da linha dura; quarto, pela manifesta insatisfação da Confederação Nacional das Indústrias (representante de milhares de pequenas e médias empresas) com a política econômica adotada pelo Governo.

Estes problemas geram uma intensa movimentação das lideranças civis e militares, as quais percebiam que o estilo político prêvio a 64 e contra o qual haviam se mobilizado, demonstrava, ainda, possuir vitalidade e lideranças sobreviventes dispostas a lutar pelo poder.

Nesse sentido é previsto o envio ao Congresso de um projeto de Emenda Constitucional a qual propunha: eleições indiretas para a Presidência da República, adoção de legislação especial para os cassados (cujas atividades políticas ficariam nulas), exigência de serem as Secretarias de Segurança e as Polícias Militares dirigidas por pessoas previamente aprovadas pelo Governo Federal, ampliação dos casos de intervenção Federal nos Estados, extensão aos civis de foro especial previsto para militares, e disposições regulamentando a suspensão de direitos políticos de cidadãos. Na medida em que tal projeto se mostrava capaz de ser derrotado pela maioria do Congresso, o Presidente Castelo Branco, baixa o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, abrindo o segundo ciclo político do regime.

O AI-2 ao conter as disposições inscritas na citada Emenda, constituia a forma concreta de impedir o retorno à

democracia populista.

Além daquelas disposições o AI-2 restringiu as funções do Poder Judiciário ampliando a área de competência da Justiça Militar; extinguiu os partidos políticos existentes; restabeleceu o direito de punição por meio de processo sumário e decisão exclusiva do Executivo; autorizou o Presidente da República: a decretar o Estado de sítio ou prorrogá-lo, a decretar a intervenção Federal nos Estados, a baixar Atos Complementares bem como Decretos-leis sobre matéria de Segurança Nacional e a decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Além disso, excluiu da apreciação judicial os atos praticados com fundamento no AI-1, no AI-2 e nos Atos complementares a este último. (13)

Neste ciclo político o bloco no poder tenta reestruturar a composição política das forças existentes no sistema. Estende a eleição indireta para os governos estaduais (cujas eleições deveriam ser realizadas em 66), altera-se o processo de escolha dos prefeitos dos municípios das capitais dos Estados (passam a ser nomeados pelos Governadores com o assentimento das Assembléias Legislativas correspondentes), extingue os partidos políticos e regula as novas organizações partidárias (devido ao elevado grau de exigências para se constituírem acabam reduzidas apenas a duas, a ARENA e o MDB). Dado o antagonismo existente entre os políticos situacionistas que compõe a ARENA, provenientes do PSD e da UDN, o Governo para garantir a unidade necessária à aprovação das regulamentações via Congresso Nacional, introduz o dispositivo da fi-

delidade partidária, a qual obriga os liderados, em circunstâncias específicas, a votar segundo a orientação da liderança partidária. Estas modificações resultaram numa forçada divisão de todo o corpo político, entre uma posição pró-Governo - a situação -, e a outra contra o Governo - a oposição. (14)

A Lei de Segurança Nacional, decretada em 13 de março de 67, ampliou de forma elástica e indefinida a responsabilidade de cada cidadão pois com ela toda a pessoa natural ou jurídica passou a ser responsável pela segurança nacional. Como havia sido ampliada a competência da Justiça Militar para julgar os casos de crimes contra a segurança nacional e esta competência prevalece sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, define-se de modo inquestionável uma base autoritária jurídico-formal para o regime. (15)

A despeito da férrea contenção partidária efetuada e da estruturação do sistema de segurança nacional a partir de agosto/66 é estruturada uma Frente Ampla anti-governamental, reunida sob as lideranças de Lacerda (que viu frustrada a possibilidade de assumir a Presidência devido a efetivação das eleições indiretas), e de Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart (ambos cassados pelo regime). A Frente Ampla procura mobilizar as classes urbanas prejudicadas pela política econômica, as lideranças estudantis e sindicais duramente perseguidas pelo governo e uma "difusa opinião pública" supostamente anti-autoritária. A Frente Ampla além de atacar o governo por não conseguir até aquele momento provocar uma retomada da expansão econômica, acenava também para os sentimentos anti-militaristas que se haviam formado em

vários setores da população brasileira.

Esta Frente Ampla foi entendida em algumas áreas civis e militares, como o início de um processo político contra o regime, cuja existência só era explicável pela persistência de uma administração falha e de falta de unidade política governamental. Essas críticas, uma intensa mobilização estudantil, manifestações operárias, e articulações da Frente Ampla, resultou como resposta governamental em uma efetiva "cassação" da Frente Ampla. (16).

Na área do Ministério do Trabalho se passou a condicionar a posse dos trabalhadores eleitos para a direção dos sindicatos - naqueles onde houveram a retomada de eleições - a apresentação de um "atestado de ideologia".

A despeito da cassação da Frente Ampla, do controle da política sindical e do reforço da disciplina militar, o Governo não consegue por um fim ao que ele próprio denomina "um clima de agitação". Em julho de 68 o partido de oposição, o MDB, divulga manifesto à Nação denunciando a implantação do dogma de que a segurança nacional é incompatível com a soberania popular. Em simultâneo persiste o conflito entre estudantes e o Governo, que só termina quando em outubro de 68 toda a liderança estudantil do país é presa na cidade de Ibiúna quando da realização do XXIX Congresso da União Nacional dos Estudantes. Os conflitos com o movimento operário só terminam após violenta repressão contra os grevistas de Osasco em julho do mesmo ano.

Apesar do uso da força coercitiva do Estado conseguir anular as ações da Frente Ampla, reduzir a atuação da oposi-

ção "consentida" - o MDB -, conter o movimento estudantil e desarticular a efêmera mobilização operária, é ao nível do Congresso Nacional que irá ocorrer o evento que mudará radicalmente a estrutura política do país.

Como o período de vigência do AI-2 havia terminado em março de 1967 (encerrando o uso privado do direito de punir) e tendo o Deputado Márcio Moreira Alves do MDB, efetuado um discurso na Câmara considerado ofensivo às Forças Armadas pelos Ministros militares, o Governo Costa e Silva tenta, através dos mecanismos ordinários previstos na Constituição de 1967, solicitar licença, através do Supremo Tribunal Federal, ao próprio Poder Legislativo para que o Poder Executivo processasse aquele membro do Congresso. Em 13 de Dezembro de 68, a Câmara dos Deputados rejeita, por uma diferença de 75 votos, o pedido de autorização para processar o referido Deputado; o Governo neste episódio foi derrotado em quase todas as bancadas estaduais. Diante deste resultado instala-se a censura aos meios de comunicação, as Forças Armadas entram em prontidão e o Conselho de Segurança Nacional, tendo a frente o Presidente Costa e Silva, decide em 13 de dezembro de 1968, pela edição do AI-5. Este fato encerra o segundo ciclo político do regime autoritário.

Neste período fica estabelecido, menos pelas suas características específicas e mais pelo seu significado geral, que o regime, mesmo com a exclusão política das classes trabalhadoras e a notável camisa de força em que colocara os próprios representantes políticos dos partidos, não conseguia dirigir a Nação através dos métodos parlamentares.

Isto pode ser explicado, em parte, por razões de ordem econômica, pois, apesar do rebaixamento da estrutura de custos das empresas via arrocho salarial, da reorganização das empresas estatais e a recuperação das suas atividades, de ter sido ultrapassado o período mais intenso de inflação corretiva e da adoção de incentivos genéricos à capitalização, a economia, ainda, se ressentia do longo período recessivo.

Ora, significa dizer que além dos sacrifícios impostos à reprimida classe trabalhadora, também o desconforto da insegurança econômica atingia as classes de apoio ao regime. Os interesses agrários haviam sido prejudicados pela política de crédito restrito e de preços mínimos pouco compensadores. Outros fenômenos inerentes à recessão, a exaustão financeira das empresas (endividamento), a queima de capital (por falências e concordatas) e a centralização de capitais (por absorção e incorporação) traziam prejuízos aos pequenos e médios empresários.

Outras motivações, estas de ordem política, dificultavam o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo. Parte ponderável dos representantes políticos da pequena-burguesia dos centros urbanos possuíam posições liberais democráticas e ainda outros parlamentares tinham seu prestígio desconsiderados pelo regime que não mais atendia suas solicitações.

Assim, o mutilado Congresso Nacional, que era composto por uma maioria de políticos fisiologicamente representantes das frações de classe acima citadas, tinha razões para não se submeter a um Poder Executivo que ferreamente aplicava políticas de interesse exclusivo do grande capital.

O terceiro ciclo político que se inicia com o Ato Institucional nº 5 tem três fases: a primeira, vai até 30.10.69 quando entra em vigor a Emenda Constitucional conhecida como a Constituição de 1969. A partir do AI-5 o Poder Executivo solidifica o pacto político dos interesses do grande capital. Através de Decretos-leis o Poder Executivo implementa novas medidas na órbita econômica favoráveis à recuperação dos níveis correntes da atividade industrial possibilitadas pela utilização progressiva das margens de capacidade ociosa existentes. O AI-5 enquanto instrumento básico para o exercício privado do poder político não tem limite temporal de vigência. Os princípios autoritários de organização política da sociedade foram institucionalizados na Emenda à Constituição de 1967. (17).

Marcus Figueiredo faz interessante observação quando diz que, "Para superar a situação de crise, o Governo Costa e Silva, apoiado no AI-5, confina a atividade política ao interior do próprio governo, isto é, isola a vida parlamentar e dá tratamento policial aos conflitos entre forças políticas populares e o governo. (18) Esta observação corrobora o fato de que a atividade política das classes dominantes passa a ser feita integralmente no interior do próprio aparelho de Estado, em especial nas entidades de gestão econômica. Cabe, aliás, ressaltar que este processo teve início a partir de 1964.

A extrema concentração e utilização de poderes dos aparelhos repressivos do Estado, bem como a aberta política de privilegiamento dos interesses do grande capital, levaria a

contingentes de entidades de esquerda colocadas na ilegalidade, a pretender uma mudança do regime através do desencadeamento de operações armadas de tipo guerrilheiro. Para obter a derrota destes movimentos, que se prolongam até meados de 1971, o Estado aciona fortemente a coerção armada e o controle político-ideológico; na oportunidade não foram poupadas as lideranças dos trabalhadores desengajadas daquelas entidades. É um equívoco, portanto, tentar explicar o autoritarismo pela existência dos movimentos guerrilheiros, pois estes eclodem após a plena institucionalização do regime.

A 2ª fase do 3º ciclo político corresponde ao período governamental do General Emílio Garrastazu Médici (69/73). Nele se acentua o marasmo na atividade política nacional, resultado da existência do elevado potencial punitivo à disposição do governo, bem como, do longo processo de destruição de lideranças. Essa destruição ampla na área de oposição ao regime ocorreu também dentro das lideranças que haviam apoiado o movimento de 64. (19) Disto resulta que, do ponto de vista da atividade política expressa pelos partidos e pelo Congresso, este período foi em termos coercitivos explícitos extremamente baixo, mesmo porque as funções do Congresso estavam reduzidas a aspectos estritamente formais.

A recuperação da atividade econômica que vinha ocorrendo desde 1968, foi determinada basicamente, por: expansão da demanda de bens duráveis de consumo, impulsionada pela concessão facilitada de crédito direto ao consumidor e pela abertura do leque salarial; expansão da demanda habitacional motivada pela citada alteração salarial, pela liberação dos aluguéis e pela existência de crédito abundante via sistema

financeiro de habitação.

Já a recuperação da taxa de investimento produtivo inicia-se basicamente com os grandes projetos da área energética, petrolífera e siderúrgica estatais. A retomada das atividades correntes da produção de bens duráveis de consumo, da construção civil e dos investimentos dos setores de infra-estrutura induz a crescentes demandas de insumos básicos que reativam os investimentos estatais e privados destes últimos setores.

Os investimentos privados dos setores de bens duráveis de consumo passam a ter importância crescente a partir de 1970 quando se esgota a capacidade ociosa não planejada. No auge do ciclo econômico (70-73) aceleram-se, também, os investimentos no setor produtor de bens de capital (tanto fixos como insumos básicos), o qual a despeito das altas taxas de crescimento, não atende ao volume de demanda, causando aceleração simultânea das importações de equipamentos e insumos básicos. A economia brasileira amplia extremamente o inter-relacionamento mercantil, produtivo e financeiro internacional. Este período foi simultâneo a um vigoroso auge expansivo da economia capitalista mundial e a uma favorável situação de liquidez financeira internacional. (20)

Mas, a despeito da economia do país haver se recuperado de forma significativa, foram mantidas as restrições à participação dos trabalhadores nos resultados econômicos e continuado o controle político da vida sindical. Com a intensificação das formas já institucionalizadas de coerção implícita, é durante o Governo Médice que se verificam as mais altas ta-

xas de repressão política e ideológica, considerando todo o período em análise. (21)

Devido a fato de que a partir de 1968 o bloco no poder conseguiu obter a retomada da expansão econômica, um conjunto amplo das classes de apoio - especialmente os estratos de altos e médios salários das empresas privadas e da burocracia de Estado -, que de 64 a 67 haviam reduzido seu apoio político ao regime, agora, pela cooptação econômica, voltam a concedê-lo. Assim, também, no plano econômico o bloco hegemônico consegue definir uma direção para a sociedade e com isso ampliar através dos interesses econômicos a base política do regime.

O período governamental do Presidente Ernesto Geisel (74-78), que constitui a terceira fase deste terceiro ciclo político, ainda, insere-se sob o signo da coerção, na medida em que permanece vigente a base jurídica de excepcionalidade.

No plano econômico, já mesmo antes de 1974 era detectado uma queda de investimentos dos setores de bens de consumo duráveis e não duráveis, face ao crescimento da capacidade ociosa geral nas indústrias têxtil, de material de transporte e elétrico. Por outro lado, a despeito da taxa de acumulação de capital se manter alta nos setores de insumos básicos e de bens de capital, o seu pequeno porte relativo é incapaz de garantir uma correspondente expansão da renda e do emprego, adequados à manutenção de um ritmo global de crescimento da produção industrial, em termos dinâmicos. Os componentes endógenos da crise já iniciavam sua manifestação quando é agra-

vada pela desaceleração da economia mundial e pela súbita elevação dos preços do petróleo.

Entre 1974-1980 vários setores econômicos apresentaram taxas de acumulação de capital flutuantes e o nível da atividade econômica apresentou tendências recessivas. Porém, os níveis gerais de produção e investimentos foram, ainda, razoáveis, mas, à custa do crescimento acelerado da dívida externa, a elevação da taxa de inflação e da existência de violentos movimentos especulativos imobiliários e financeiros.

No plano político, a partir do repúdio à estrutura de poder, representado pelos resultados das eleições de 1974 para a renovação do Congresso Nacional, este Governo, em parte, coagido por aqueles resultados e pela mobilização popular que recomeça a se manifestar, adota medidas no sentido de realizar uma "abertura política" sob seu próprio controle.

O Governo Geisel parece ter percebido que a utilização indiscriminada do componente coercitivo de dominação estava a resultar numa crescente perda da capacidade de definir a direção política e ideológica sobre o conjunto da sociedade por parte das classes dominantes.

Assim, o bloco no poder, através de parcelas de suas lideranças, vem tentando de forma consciente e com significativa oposição interna, estabelecer um processo de "abertura política" que se aproxime das formas parlamentares de direção existentes nas sociedades industrializadas, reguardando, entretanto, a capacidade do exercício formal da coerção, estabelecidos nos aparelhos repressivos de Estado ao longo do regime autoritário.

Esta estratégia se faz concedendo algumas vantagens, que não afetem a essência dos interesses do bloco hegemônico, para parcelas das classes dominantes e classes de apoio, bem como em alguns casos procurando estancar o agravamento do processo de super-exploração a que esteve submetido o conjunto das classes dominadas.

Assim, as lutas e a reorganização dos setores populares foram as causas fundamentais para modificar a relação de forças existentes na estrutura de poder vigente. Mas isto não impede reconhecer que a partir de 74, parte do bloco hegemônico e dos próprios dirigentes ao nível governamental compreendem que para a manutenção das funções hegemônicas há vantagens na antecipação de determinados atos, considerados como concessões por parte do bloco no poder, mas que possuem uma função ideológica de desarmamento e descoordenação dos setores populares.

Esta política será explicitada durante o quarto ciclo político do regime autoritário, que se inicia com o Governo João Batista Figueiredo, pós 79. Nele, vem se realizando a transformação dos instrumentos jurídicos e políticos coercitivos para formas mais aproximadas da democracia formal; a concessão da anistia política, a reorganização partidária, a substituição do AI-5 pela nova LSN e as perspectivas de ampliação dos procedimentos eleitorais diretos, apontam nesse sentido.

Desta forma pode-se observar que a partir de 1979, intensifica-se as alterações na forma institucional do regime ainda que este processo difira essencialmente daquele havido

em 1945, onde foram estabelecidos pública e previamente as regras do jogo democrático. (22).

O bloco no poder avança num sentido democratizante, embora com medidas casuísticas e circunstanciais, visando garantir a manutenção do poder. Trata-se, portanto, de um exercício de hegemonia, em resposta às pressões das classes dominadas e de apoio, bem como corresponde a um processo político alternativo de solução das dissensões internas ao bloco hegemônico, agravadas a partir do período recessivo pós 1974.

As condições de crise econômica que afetam de modo diferenciado os interesses monopolistas e os demais interesses capitalistas constituem momentos de intensa mobilização política, capazes de provocar, dependendo da profundidade da crise, uma radical reordenação da forma institucional do exercício do poder.

Os profundos desequilíbrios sociais, as péssimas condições de vida das classes dominadas e o quadro econômico recessivo interno e mundial, dificultam a controlada abertura do jogo político. Isto porque este processo, nestas condições, pode vir a significar uma diluição da centralização política, a qual tem servido por excelência aos interesses hegemônicos.

As dificuldades atuais dos interesses objetivos de grande capital, que regem a sua vontade política, sugerem-me que as classes hegemônicas talvez não estejam "preparadas para a democracia". Por outro lado, a retomada explícita do autoritarismo, velada hipótese veiculada por alguns setores da sociedade, não deverá contar hoje com os expressivos contingentes sociais que apoiaram o movimento de 1964.

NOTASCAPÍTULO SEGUNDO

- (1) CF. MELLO, J.M.C., O Capitalismo Tardio, cap. II, Campinas, UNICAMP (mimeo), 1975.
- (2) A despeito do enorme esforço interno pela industrialização realizado no período 51/54, os interesses hegemônicos mundiais norte-americanos estavam, no pós-guerra, voltados para áreas de maior importância estratégica econômica e política como a Europa Ocidental, China, Coreia, Índia e Irã, não se mostrando interessados em se engajar ou apoiar projetos nacionais de alteração econômica e política na América Latina, área onde sua influência dominante era estável.
- (3) Os componentes das forças armadas brasileiras estão legalmente impedidos de participar de partidos políticos; não obstante isso, e da existência de um "oficialidade profissionalista", nestas instituições existem "correntes de opinião" ou "alas" refletindo e correspondendo, ainda que imperfeitamente aos posicionamentos políticos e partidários existentes na sociedade.
- (4) LESSA, Carlos "Quinze Anos de Política Econômica", Cadernos do IFCH nº 4, Brasiliense/Unicamp, Campinas, 1975, p. 13.
- (5) A experiência revolucionária em Cuba (1959), que significou a quebra da "impossibilidade" de surgimento de regimes socialistas na América Latina, teve grande impacto na formulação do citado veto à posse do Vice-Pres-

sidente constitucional, a qual só se realizou, com as características descritas, devido a intensa campanha popular pela legalidade democrática e da existência de importante parcela legalista nos quadros das forças armadas.

- (6) Para os interessados nas atividades conspiratórias que culminaram com o golpe de 1964, inclusive suas conexões com a área militar, podem ser acompanhados os textos de Thomas Skidmore Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco; nas cronologias dos Governos pós 64 a outubro de 1970 publicadas na Revista Dados nºs 3, 4, 8 e 9; e encarte da Revista Status sobre livro a ser publicado pela Editora Vozes 1964: A Conquista do Estado-Ação Política, Poder e Golpe de Classe de René Armand Dreiffuss.
- (7) Dentre os organismos em questão, cada qual com suas características próprias, destacam-se a ESG - Escola Superior de Guerra, as correntes de pensamento dominantes da FGV-Rio e IPE-USP, alguns componentes dos diversos órgãos de fomento econômico federais tais como o Banco do Brasil e o BNDE (vários deles afastados de seus cargos durante o Governo Goulart) e sobretudo, ainda que de modo difuso, nos próprios meios empresariais e de consultoria (comunidade de negócios), nos diversos aparelhos da burocracia civil e militar e nas universidades em geral.
- (8) Isto não significa aceitar a possibilidade, a meu ver, inexistente, de um capitalismo concorrencial em pleno fim de século XX nos quadros de crescente internaciona-

lização do capital financeiro. Estamos apenas especificando que no Brasil o grau de controle do grande capital na direção do processo de acumulação é tão elevado a ponto de inexistir na prática controles legais contra cartéis e trustes, e a política econômica substantiva tratar igualmente capitais de poderio tão desigual, salvo alguns poucos programas de caráter marginal, de apoio a pequenas e médias empresas e às cooperativas.

- (9) A nove de abril de 1964, o AI-1 investe o novo regime no exercício do poder constituinte e "se legitima a si mesmo", dotando-se da capacidade de editar normas jurídicas sem se ver limitado pelas normas jurídicas existentes antes da tomada do poder de Estado.
- (10) A política econômica e a privatização do Estado estão tratados no capítulo quarto deste trabalho.
- (11) Para os efeitos de periodização política do regime utilizamos como referencial básico o texto "A Política de Coação no Brasil Pós-64" de M.F.Figueiredo, in KLEIN, L. e FIGUEIREDO, M. Legitimidade e Coação no Brasil pós.64, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- (12) Segundo Vanderlei Guilherme dos Santos, "o poder político é exercido privadamente quando a sociedade como um todo ou suas entidades de representação /.../ perdem o direito de veto, de controle sobre as decisões do Executivo". "Governando por Decreto", Rio de Janeiro, IUPERJ, 1972. mimeo, apud KLEIN, L. e FIGUEIREDO, M. Legitimidade e Coação no Brasil pós.64, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, p. 133.
- (13) Neste segundo ciclo político, que vai de outubro de 65

a dezembro de 68, são instituídos três Atos Institucionais, 37 Atos Complementares, é revista a Constituição Federal de 46, são emitidos 11 Decretos-leis, produzindo mudanças radicais nas formas de escolha dos governantes, na estrutura organizacional formas de escolha dos governantes, na estrutura organizacional do sistema político formal, no sistema de segurança nacional, e na regulação do comportamento político individual. Vários atos de excepcionalidade abrangiam medidas também na órbita econômica.

- (14) O anterior sistema multipartidário tornava fluídas as coligações e permitia, em função de interesses específicos de frações de classe ou de regiões, que os programas globais do Governo sofressem eventuais derrotas, isto era visto pelos dirigentes governamentais como práticas interesseiras e eleitoreiras a serem coibidas. A razão deste julgamento repousa no fato de que a implementação dos programas globais eram vitais para os interesses das classes hegemônicas. O autoritarismo impôs a estratégia favorável ao grande capital mesmo ao partido situacionista, retirando substância aos políticos da própria ARENA, que representavam interesses regionais e setoriais.
- (15) O exercício da coerção realizou-se, ao longo do regime autoritário, através de formas explícitas, que discriminam os cidadãos atingidos, e por formas implícitas, que discriminam circunstâncias puníveis, previstas em legislação.
- (16) Através da Portaria 177 proibia-se as atividades da

Frente Ampla seja através de manifestações, reuniões, comícios, passeatas ou quaisquer outras atividades políticas, determinando ao Departamento de Polícia Federal que efetuasse prisões em flagrante dos que violassem estas proibições e ainda, que procedesse à apreensão de livros, jornais, periódicos ou quaisquer publicações de natureza política, feitas pelos elementos da Frente Ampla.

- (17) O Presidente Costa e Silva e a Junta Militar que o sucede, utilizando dos poderes excepcionais do AI-5 mantêm a mais ampla fase de recesso do Congresso, decreta através de Atos Complementares o recesso de 7 Assembleias Legislativas e de Câmaras de Vereadores. Neste período são baixados 13 Atos Institucionais, 40 Atos Complementares e 20 Decretos-leis, voltados para as áreas de regulação da atividade política, segurança nacional e saneamento da economia.
- (18) KLEIN, Lucia e FIGUEIREDO, Marcus Legitimidade e Coação no Brasil pós.64, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, p. 143.
- (19) Desde o Ato Complementar 17, de outubro de 1969, o Presidente da República teve poderes para transferir para a reserva "os militares que atentarem ou venham atentar comprovadamente contra a coesão das Forças Armadas", divorciando-se por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou de grupo, dos princípios basilares e das finalidades precípuas de sua destinação constitucional.
- Ora, antes deste período já haviam ocorridos duas on-

das de punições, de expulsões que haviam incidido sobre membros das Forças Armadas. Estas punições foram justificadas como um expurgo "necessário", na medida em que dentro das corporações militares, existiam elementos, em todos os níveis hierárquicos, ligados aos Governos anteriores bem como ideologicamente opostos à estrutura socio-econômica vigente.

Entretanto se no primeiro e segundo ciclos políticos os oficiais punidos eram opostos de caráter "ideológico", a partir de 69 as punições incidem sobre oficiais opostos da linha política do Governo. Isto basta para caracterizar que a linha política do Governo serve a interesses externos às corporações militares, interesses que os punidos não concordavam ser os prioritários. Gramsci já havia demonstrado que os militares embora ideologicamente assumam uma "posição neutra", na verdade constituem um corpo político, na medida em que possuem como função basilar a própria defesa da Constituição. Mas esta, numa sociedade de classes, nada mais é do que o estabelecimento de um pacto político, ao nível das relações de força onde os interesses fundamentais das classes hegemônicas ficam expressos e constituídos num Código Jurídico.

Durante todo o período do regime autoritário os quadros da alta oficialidade militar se auto definiu como "situação política" e não se permitiu que os conflitos existentes no seu interior fizessem parte do jogo político partidário, o que significa dizer que o controle unitário dos aparelhos de dominação política foram fundamentais ao exercício da hegemonia.

- (20) Para os interessados em aprofundar estas análises sobre o movimento geral da economia, podem ser consultados os textos de BELLUZZO, L.G.M. e MELLO, J.M.C., "Reflexões Sobre a Crise Atual", Revista Escrita Ensaio, nº 2, 1977; TAVARES, M.C. e BELLUZZO, L.G.M., "Notas Sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil", Revista de Administração de Empresas, jan/mar. 1979.
- (21) Para que se possa compreender corretamente o período histórico de 64-80, faz-se necessário não negligenciar as conexões entre o exercício da coerção política com as outras áreas de expressão da vida da sociedade brasileira. Isto porque ao se exercer as formas de coerção implícita atingindo várias pessoas em circunstâncias diferenciadas, gerava-se um efeito demonstração crescentemente capaz de inibir as atividades políticas na sociedade. A repressão atingiu não apenas a atividade política estrito senso, mas transbordou para o exercício da censura prévia à atividade jornalística, radiofônica, televisiva, editorial, teatral, musical e demais formas de manifestações culturais. Este quadro repressivo foi agravado, a partir de 69 até 75, porque o exercício da coerção transcendeu a base jurídica do regime. O exercício de formas coercitivas "ilegais" do ponto de vista jurídico do próprio regime, a partir da crescente autonomização dos aparelhos repressivos do Estado produziu inumeráveis transgressões aos direitos humanos fundamentais. Estes procedimentos só foram interrompidos após enérgica intervenção da Presidência da República e amplas manifestações populares de repúdio

a tais eventos.

- (22) Outra diferença do processo político atual é inferido utilizando-se a colocação de Marcus Figueiredo que diz: "A presença da coerção política, ao lado da persuasão pelo debate, da barganha e das alianças, nas novas regras do jogo político, cria uma situação singular: ela é uma peça-chave no jogo intrincado da política, mas que não pertence a todos os jogadores o que gera uma situação permanente de constrangimento". (FIGUEIREDO, M. (1978), op.cit., p. 196; grifo meu). O processo de "abertura política" atual mantém tal constrangimento pois, a despeito da tentativa de institucionalização democrática da estrutura de poder, todo o aparato de repressão continua intacto e mobilizável.

CAPÍTULO TERCEIRO

AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

3.1. - A Estrutura de Classes e o Poder.

A definição das classes sociais e suas frações, emergem nos seus fundamentos básicos da posição que ocupam na estrutura do processo produtivo material garantidor da vida dos elementos da sociedade. Desta forma, na medida em que a estrutura produtiva vai alterando-se e se complexificando ao longo do tempo, a composição das frações de classe e sua importância relativa também se altera.

Esta alteração, entretanto, não responde nem imediata e nem mecanicamente às alterações da base produtiva, devido à existência de inúmeros outros determinantes infra-estruturais e principalmente super-estruturais, com os quais, numa síntese de várias determinações, podem ser adotadas não apenas uma, mas diversas taxinomias (classificações) para analisar as classes sociais. Pretendo que os diversos fraciona-

mentos e recomposições adotados sejam os mais adequados para obter uma visão integrada das estruturas e formas de dominação social exercidas ao longo do período.

Na formação econômico-social brasileira a unidade produtiva dominante é a empresa capitalista, cujo objetivo central é obter, através do trabalho assalariado, uma mais valia, apropriada sob formas diretas e indiretas - lucro, juro e renda - pelos proprietários controladores dos recursos de capital.

Desta forma iniciamos a descrição das classes sociais situando os indivíduos em determinada classe, primeiramente em razão da sua posição ocupada no processo de geração/apropriação da mais-valia. Isto significa partir da estruturação da sociedade em três classes distintas: os capitalistas, os trabalhadores assalariados e a pequena burguesia tradicional.

A partir deste nível, percebemos que os determinantes da estrutura de classes no Brasil foram complexificados por três fenômenos básicos ao nível da infra-estrutura produtiva, isto tanto em termos histórico-genéticos, como presentes e atuantes na fase contemporânea que estamos analisando:

- 19) O fato de estar processando-se uma industrialização retardatária (1) onde: a) apesar do estágio relativamente avançado da estruturação do aparelho produtivo, a garantia dos atuais níveis de operação e a sua expansão quantitativa (extensiva) exige e permite a instalação de novos setores produtivos, com a correspondente recomposição das frações de classe e rearranjos de interesses em renovação permanente;

(2) b) o crescente grau de internacionalização da atividade econômica tanto no nível de expansão das relações mercantis (X e M) e financeiras e, sobretudo, pela endogenização de importantes parcelas do capital produtivo internacional. Os interesses econômicos e políticos de várias frações de classe (nacionais e estrangeiras) se manifestam não apenas em função das relações de força e composições internas de interesses, mas, também, em função de estratégias empresariais internacionais e/ou de cambiantes circunstâncias ocorridas em outras nações. Isto dificulta a intelegibilidade do comportamento destas frações de classe no quadro das relações de força estritamente nacionais.

29) A presença do Estado no processo da industrialização retardatária (3), além dos aspectos genético-históricos que contam na definição dos comportamentos adotados por algumas frações de classe inseridas nos aparelhos de Estado, foi no período 64/80, largamente ampliada. Mais que isso, esta presença foi profundamente reestruturada, não apenas formalmente, mas sobretudo enquanto funções (papéis) a cumprir no processo de acumulação dos capitais. Nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nos seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal) e nas suas formas de administração direta, indireta e fundações (sob o ponto de vista jurídico), estão inseridas uma ampla parcela da população economicamente ativa. Seus inte-

resses, clivagens e comportamentos se ordenam e reordenam a outras classes sociais, tanto a partir de suas situações objetivas e também, neste caso com um peso extramamente elevado, a partir das situações político-ideológicas vigentes nas relações de forças.

- 39) Como parte integrante de sua heterogeneidade (4), na formação econômico-social brasileira persistem existindo formas pré-capitalistas de produção ("puras" ou em degenerescência pelas crescentes conexões com o circuito mercantil), tanto nas zonas rurais como nas áreas urbanas. Sua funcionalidade para a acumulação dos capitais explicam, em parte, sua permanência no tempo. Os indivíduos que realizam tais atividades estão aqui considerados como "classe"; a despeito das possíveis razões teóricas existentes para questionar a correção deste procedimento. A importância deste contingente social, em especial sob o ponto de vista do poder, é que tais formas produtivas somadas a outras formas também não especificamente capitalistas, ainda, se constitui numa base expressiva de organização e manutenção de poderes políticos oligárquicos regionais; à sua vez úteis para a legitimação do poder (sempre buscada pelo regime) via composições de interesses e distribuição de benesses regionalmente localizadas.

Ao nível das superestruturas surge um problema no estu-

do das classes sociais, em especial quando não se trata apenas de montar um quadro descritivo de classes, mas operacionalizá-lo para entender a configuração do poder, que diz respeito ao conceito de consciência de classe.

Miriam Limoeiro Cardoso afirma que, "Uma sociedade pode funcionar operando os mecanismos da divisão de classes e, desta forma, ser uma sociedade de classes, sem que as classes estejam constituídas como classes. Por outro lado, as relações entre elas não são puramente objetivas, mas sempre permeadas pelo nível de consciência respectivo e pelos mecanismos institucionalizados de que porventura disponham". (5)

Para que se possa configurar, sem ambiguidades, uma classe social deve-se admitir a presença de uma consciência de classe, a existência de instituições representativas dos seus interesses econômico-corporativos e a capacidade de fazê-los prevalecer ou conjugá-los via alianças ao nível político-institucional da sociedade como um todo. Verifica-se que tais hipóteses são cada vez menos fáceis de serem encontradas nas classes dominadas, ou seja, é exatamente por isso que as classes dominantes dominam e as outras são dominadas.

Daí decorre o fato da existência de uma crescente indefinição dos atributos das classes dominadas, à par da existência de diferenciais de consciência de classe entre os elementos em uma mesma empresa, cidade ou região, e mais ainda, entre regiões diferentes, onde, não necessariamente por isso, mas também por causas específicas localizadas, fazem diferir seus níveis de consciência.

Outro problema a nível superestrutural está ligado a

uma tendência à mobilização política a qual, embora bastante desigual, repousa no fato de que onde maior é o grau de industrialização, o número de atores políticos cresce significativamente, do que decorre uma intensificação da atividade política, com correspondente aumento das demandas políticas que se abatem sobre o Estado, e onde, exatamente pela expansão das indústrias que utilizam processos complexos de fabricação, pela existência de serviços de comunicação e controle, de planejamento público e privado, da gestão governamental civil e militar, aqueles papéis que exigem conhecimentos técnicos tem uma importância extremamente crescente. Outro modo de dizer a mesma coisa é que na área modernizada (6) se apresentam de forma concentrada tanto a indústria, como dela decorrentes, a produção, o emprego e o uso de tecnologia moderna, facilidades educacionais avançadas, trabalhadores e executivos altamente treinados em suas respectivas tarefas, certos tipos de comunicações e transportes mais avançados, e sindicalização de trabalhadores e empregados.

Durante o regime autoritário uma de suas características fundamentais constitui a tentativa de "despolitização" da vida social; as atividades políticas, entretanto, não desaparecem, mas apenas se reduzem e sobretudo ganham outras formas de expressão que dificultam a análise dos interesses de classe neles inseridos, seja pela face religiosa, esportiva, regionalista e outras, de que se revestem, seja pelas formas sub-repitícias que assumem.

Por não ser explicativo do real, não ceito que tenha havido no período quer uma ditadura bonapartista, acima das classes, que a idéia de um

Estado subordinador, criador, regente ou tutor das classes e dos organismos componentes de uma quase inerte sociedade civil.

Assim, a classificação adotada levou em consideração o posicionamento das classes sociais face a estrutura de poder vigente no Brasil a partir de 1964. Esta conformação do poder variou em suas relações de força algumas vezes dentro do período. A descrição das classes e das estruturas do poder utilizada refere-se ao seu momento inicial, isto é, às bases de apoio político para o exercício do poder.

No esquema a seguir apresentamos uma taxinomia das classes sociais. Como todo o esquema, ele é em si uma simplificação, pois, as formas de manifestações concretas de alguns fenômenos nele expressos merecem especificações mais detalhadas.

Algumas considerações adicionais para a análise que faremos a seguir são:

- 1) Quando nos referimos ao bloco no poder, citamos antes as instituições que o compõe, do que seria mais apropriado às pessoas que, possuindo ou controlando-as, constituem efetivamente as classes enquanto conceito analítico;
- 2) as classes sociais estão definidas a partir da sua inserção no processo produtivo. Entretanto, considerações como o tamanho e outras condições de mercado no caso das atividades econômicas, tornam extremamente diferenciados os interesses concretos e o poder para efetivá-los. Isto possibilita a separação em frações de classe diversas, cidadãos proprie-

tários de empresas, que embora atuem no mesmo ramo de produção, o fazem com escalas diferenciadas;

- 3) as linhas demarcatórias analíticas da separação das classes são sempre em certo grau arbitrárias, mas se procurou utilizar critérios capazes de inferir, a partir de suas características, a essência dos seus interesses de classe;
- 4) atribuiu-se à inserção no processo produtivo a base diferencial das classes, o que não impede, mas ao contrário exige referências às características super-estruturais de classe;
- 5) um determinado cidadão pode estar inserido em diversos setores de atividades, o que não retira capacidade descritiva ao quadro.

AS CLASSES SOCIAIS E O ESTADO NO BRASIL

(Esquema Simplificado)

O BLOCO NO PODER

A - GOVERNO

PODER LEGISLATIVO ESTADO CÂMARA DOS DEPUTADOS	PODER	SGE-SECTOR GOVERNAMENTAL DO ESTADO (PODER EXECUTIVO) 1. Presidência da República, Ministérios e Órgãos da Administração Descentralizada 1.1. Núcleo Decisório Central	ESTADOS a) Governo dos Estados b) Assembléias Legislativas c) Poder Judiciário Estaduais	MUNICIPIOS a) Prefeituras b) Câmara de Vereadores
	JUDI-CIÁRIO			

B - BLOCO HEGEMÔNICO

Empresas Oligopolistas de Capital Nacional.	2. Empresas Oligopolistas de Capital Estrangeiro	3. SPE - Setor Produtivo Estatal SFE - Setor Financeiro Estatal
---	--	--

C - DEMAIS CLASSES DOMINANTES

1. Empresas Industriais de Porte Médio
2. Empresas Industriais de Porte Médio Conectadas com Oligopólios
3. Empresas Prestadoras de Serviços de Porte Médio Conectadas com Oligopólios ou em Mercados Concorrenciais
4. Empresas de Porte Pequeno em todos os Setores de Atividades
5. Propriedades Agrícolas de Grande Porte
6. Propriedades Agrícolas de Médio Porte (de Produtos Exportáveis)
7. Empresas Médias e Pequenas da Área de Exportação e Importação
8. Empresas Comerciais de Porte Médio

D - AS CLASSES DE APOIO

Pequena-burguesia comercial e de serviços pessoais e de manutenção
 Pequena-burguesia de serviços industriais
 Pequena-burguesia das propriedades agrícolas de pequeno porte
 Pequena-burguesia de profissionais liberais, com estabelecimento próprios e/ou com relações assalariadas complementares, de rendas altas e médias
 Pequena-burguesia assalariada dos estratos altos e médios da escala salarial das entidades sob controle e/ou propriedade dos componentes do bloco no poder
 Parcelas das classes assalariadas dos estratos de baixa renda urbanas e rurais, geralmente assim posicionadas politicamente por pressão econômica direta e/ou pela aceitação de padrões ideológicos conservadores de âmbito familiar, religioso, e submissão e respeito mítico às autoridades estabelecidas
 Parcelas das classes de arrendatários individuais, posseiros e trabalhadores independentes ou não, sob modos de produção pré-capitalistas rural e urbanos, assim posicionadas politicamente em função das razões apontadas nas classes do item 6.

E - AS CLASSES DOMINADAS

parte fundamental das classes assalariadas das escalas de baixa renda urbanas e rurais
 parte fundamental das parcelas das classes de arrendatários, posseiros e trabalhadores independentes ou não, sob modos de produção pré-capitalistas rural e urbanos
 parte fundamental dos trabalhadores das escalas de baixa renda das atividades econômicas de porte médio
 classes de trabalhadores de atividades úteis, informais e de irregular duração
 classes de trabalhadores de atividades inessenciais e/ou legalmente não reconhecidas
 desempregados

Iniciando as considerações a partir do esquema, destacamos aquelas referentes às classes hegemônicas (item B) que constituem o fulcro do bloco no poder. (7)

Configurando a manifestação concreta do conceito gramsciano de hegemonia, dentro das classes dominantes, destaca-se um conjunto de frações de classe, todas elas representantes dos interesses do grande capital, monopotista, fundamentalmente proprietários contraladores de ativos industriais e bancários, embora também com interesses baseados na atividade comercial atacadista, exportadora ou importadora, construção civil e indústria extrativa.

As frações de classe que compõem o bloco hegemônico, controlam um número restrito de empresas, cujo porte de capital, volume de vendas, patrimônio líquido, e número de empregados constituem o núcleo do aparelho produtivo brasileiro. Tais empresas têm especial relevância, na medida em que a partir de sua dinâmica, isto é, a partir de seu comportamento em termos de investimentos, padrões tecnológicos, lançamentos de produtos, esquemas financeiros, mercantis e de publicidade, faturamento e resultados operacionais, em seu conjunto determinam o movimento geral da economia brasileira.

Disto resulta que, a despeito da importância e da capacidade de mobilização das demais classes dominantes na defesa de seus interesses, a tarefa prioritária imposta ao Estado entre 1964 a 1980 tenha sido garantir a reprodução ampliada do capital sob formas que beneficiam preferencialmente as frações que compõem o bloco hegemônico.

A política econômica adota no período, apesar das mu-

danças de ênfase provocadas por alterações nas relações de força, só é intelegível em seus grandes lineamentos a partir da prioridade dada ao bloco hegemônico, secundariamente às demais classes dominantes, em terceiro às classes de apoio e, no que couber, às classes dominadas. Este "esquema de prioridades" não resulta, como à primeira vista pode transparecer, de prévia definição governamental planejada racionalmente, mas sim do resultado das lutas políticas entre as referidas classes e, portanto, reflexo das relações de força inter classes.

Em sentido inverso, para alcançar o objetivo da reprodução ampliada do capital, foram adotadas políticas absolutamente prejudiciais às classes dominadas (trabalhadoras) e dentro de certos limites, prejudiciais às classes de apoio. No caso das demais classes dominantes o sentido da adoção de medidas em seu benefício, decorrem de que as resultantes esperadas serem mais ou menos importantes para a dinâmica dos setores hegemônicos. Nos casos em que tal relação de interesses não acontecia as aspirações das demais classes dominantes, não eram atendidas simplesmente. Quando eventualmente ocorria uma oposição de interesses entre uma fração das demais classes dominantes com aqueles do bloco hegemônico, inevitavelmente a decisão beneficiava este último e, em não raros casos foi bastante prejudicial aos primeiros, em intensidade que leva em conta o poder político disponível pelas demais classes dominantes.

Para que possamos analisar as relações de força na sociedade brasileira, torna-se necessário precisar o próprio conceito de bloco hegemônico aqui utilizado e, sobretudo as

formas de suas conexões com o aparelho de Estado.

A burguesia do capital monopolista dirige o Estado, diretamente, apenas em alguns postos-chaves. Assim, além de especificar quem compõe o núcleo dirigente do S.G.E., há que determinar porque este "se dispõe" a cumprir prioritariamente os objetivos deste bloco hegemônico, e como são realizadas as mediações, que para tanto se fazem necessárias, através do aparelho de Estado.

Para tanto, algumas colocações devem ser preliminarmente realizadas. Primeiro, a burguesia nacional monopolista não é hegemônica. Esta fração de classe, representando uma parte do capital monopolista total, não foi capaz de empunhar isoladamente o poder; empunhar, não no sentido de prescindir de apoio das demais classes dominantes, mas sim no sentido de conseguir transformar o seu "projeto expansivo" no "projeto da nação", isto é, dirigir os demais interesses de classe de conformidade ou em subordinação a seu projeto exclusivo. Um "projeto", nos termos aqui referidos, não se restringe apenas às idéias acerca de um histórico possível, mas sim, à capacidade de dispor ou mobilizar meios materiais e financeiros concretos, ajustar interesses e recursos das demais frações aos seus desígnios e ainda, à capacidade política e ideológica de enfrentar os interesses antagônicos.

A burguesia nacional brasileira, nas condições históricas em que se gestou, isoladamente, jamais foi hegemônica, e como tal penso, jamais o será. Esta, aliás, é uma característica presente em todas as industrializações retardatárias de semelhante grau de desenvolvimento.

Segundo, a burguesia do capital monopolista internacional, com predominância americana e os demais capitais monopolistas dos outros países capitalistas avançados, também não constitui a fração hegemônica do capitalismo no Brasil. Apesar da importância quantitativa do capital estrangeiro no conjunto de empresas monopolistas, da posição que desfruta com empresas líderes em setores dinâmicos da economia inclusive nos novos setores que vêm sendo implantados, de controlar os processos de pesquisa e geração tecnológica que constituem uma das faces mais claras do poder do capital e, contar com vantagens financeiras, mercantis e organizacionais estratégicas em escala internacional, ainda assim o capital estrangeiro não constitui a fração hegemônica da sociedade brasileira.

Há que levar em conta que o processo de internacionalização do capital corresponde a uma crescente homogeneização de técnicas e de produtos em escala mundial. Tal circunstância joga a favor dos blocos de capital nacional ou estrangeiro que possam dispor de mercados maiores para repassar os custos de pesquisa e desenvolvimento, ou que tais custos sejam "assumidos" pelos Estados Nacionais.

Nesse sentido "... a nação não é mais o lugar onde se determinam as condições objetivas da acumulação. Assim, não há mais um processo de acumulação nacional, mas um processo de acumulação do conjunto do capital internacionalizado, que se realiza através de operações localizadas nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos". (8)

Ora, as posições objetivas ocupadas pelo capital es-

trangeiro na economia brasileira não foram suficientemente intensas a ponto de que os padrões concorrenciais vigorantes em vários setores onde se faz presente capitais nacionais, tenham impedido a estes de acompanhar os padrões concorrenciais estabelecidos a nível internacional, se bem que, reconheça-se, mobilizando intenso apoio governamental. Por outro lado, as empresas estrangeiras necessitam para sua viabilidade da execução de tarefas por parte do Estado que politicamente são inaceitáveis se voltadas exclusivamente a seu favor. Assim, apesar das incontáveis políticas que beneficiam os capitalistas estrangeiros, estes ainda não obtiveram uma posição objetiva suficientemente forte ao nível da base produtiva e nem o necessário poder político, para se tornar a fração hegemônica na sociedade brasileira.

Terceiro, também a burguesia estatal não constitui a fração hegemônica da sociedade brasileira. As condições histórico-concretas de gestação de um capitalismo de Estado, no seio da economia mundial foram superadas ou tornadas inexequíveis, assim como as formas de capitalismo autônomo privado-estatal, a partir do fim da IIa. Guerra Mundial. Apesar dos ingentes esforços de uma camada restrita de dirigentes civis e militares, de tentar através do Estado, dotar a economia brasileira de uma base produtiva autonomizada, através da conexão dinâmica de investimentos estatais em infra-estrutura e indústria de base com investimentos privados nacionais na indústria de transformação, os progressos reais obtidos nesse sentido foram incapazes de se estruturarem dinamicamente. A partir de 1956, ocorre uma intensificação da internacionalização do capital produtivo, política reafirmada e re-

forçada após 1964, contra as forças políticas que entre 62/64 visavam restringir a crescente participação do capital estrangeiro.

Entre 1964 a 1980 a orientação política fundamental é a do desenvolvimento de forças produtivas capitalistas privadas. As próprias empresas estatais passaram a ser geridas sob a lógica capitalista, isto é, a adotar padrões de direção tipicamente privados, buscando a maximização do lucro no longo prazo.

Se bem que ao nível do discurso fosse ainda mantida a imagem do Estado só "entrar" em atividades supletivas ao setor privado, pouco ou não lucrativas, que exigissem grandes massas de capital incapazes de serem mobilizadas pelo setor privado; em atividades pioneiras, e por fim, aquelas que fossem ligadas à segurança nacional, na realidade sua lógica de comportamento se alterou.

O Estado, sob governantes "privatistas" ampliou o Setor Produtivo Estatal e o Setor Financeiro Estatal para viabilizar a notável expansão do capitalismo privado.

Há no âmbito federal, estadual e municipal cerca de 1.000 empresas produtivas e financeiras, nas quais é exigido dos dirigentes um comportamento empresarial privado, onde se acumulam lucros e se reinveste expansivamente segundo lógica da acumulação capitalista. O conjunto dos elementos do vértice dirigente destas empresas, constitui uma fração de classe expressa pela categoria analítica burguesia de Estado, em correspondência à categoria capital estatal, e a considero uma fração de classe do bloco hegemônico. É somente sua in-

serção como classe, considerando suas especificidades e a sua correspondente separação da Burocracia Político-Dirigente do Setor Governamental do Estado, que permite entender de forma adequada a questão da autonomia/subordinação das empresas estatais, bem como as formas de confrontos/ajustamentos entre a burguesia estatal com as frações privadas hegemônicas e as demais frações dominantes.

Alguns autores tem designado esta categoria com "executivos de Estado", porém, adoto o conceito de burguesia de Estado por serem estes dirigentes o suporte personificado da relação social constitutiva do capital, através do controle que exercem sobre o processo de acumulação do capital estatal.

As hipóteses levantadas por muitos cientistas sociais sobre a existência de um Estado "demiurgo", gerador das classes, logo do capital e capitalismo no Brasil, são importantes porque resultam de penosas pesquisas da historiografia econômica, social e política brasileiras. Elas demonstram, para dizer no mínimo, a extrema importância do Estado na gestação do capitalismo industrial brasileiro. O equívoco destas posições parece residir em não perceber que as "criaturas" - a classe dos empresários - , embora incipiente, desde cedo já influenciava o seu pretenso "criador" - o Estado.

Não há dúvidas que os empresários privados se fortaleceram, historicamente falando. Mas, como o Estado continuou crescendo e como a burguesia parece dispor de poucas ativas organizações de defesa econômico-corporativa livres da tutela do Estado (9), tais como câmaras de comércio, fundações

beneficientes e de pesquisa privadas, clubes de serviço ativos, etc, ou seja, que os interesses do capital privado não tenham criado os correspondentes instrumentos de manifestação e exercício de sua hegemonia, de modo semelhante às das suas congêneres nas industrializações mais avançadas, persistem reafirmando a tese do Estado criador das classes.

Ora, minha posição é exatamente a contrária. A partir de 1964, o Estado já se encontrata a tal ponto subordinado às classes dominantes e ao bloco hegemônico que sua expansão e políticas já representam uma expressão adequada dos seus interesses. Quanto àquelas clássicas funções dos aparelhos privados de exercício de hegemonia, elas existem também no Brasil, embora não com o peso que delas seria de se esperar segundo as expectativas baseadas nos modelos liberais democráticos.

Não obstante isso, os interesses econômicos das diversas frações do capital são vigorosamente defendidos, a nível individual, entidades corporativas e associações privadas de classe. Apenas, a defesa destes interesses não se faz, como alhures, com intensa publicidade. As regras do jogo político no Estado Burocrático-Autoritário exigem que as "pressões" não devam se revestir da essência que se constituem. Tudo se passa como se os aparelhos de Estado, julgando a pertinência das "sugestões" dos empresários, à luz da neutralidade científica, levam à cúpula do regime as proposições de adoção de medidas, e as autoridades, sem admitir pressões espúrias, adotam uma solução, com vistas ao objetivo do "bem-comum", e por isso mesmo não sujeitas a crítica e a reformulações.

Tendo explicitado algumas das razões para negar a existência de hegemonia isolada das frações de classe monopolis-

tas, cabe discutir porque o exercício da hegemonia do capital monopolista toma forma de um bloco.

A primeira vista seria mais simples afirmar que a hegemonia é exercida pela fração representante do capital monopolista, ainda mais que há uma tendência destes capitais atuarem sob a lógica do capital financeiro e para uma crescente interpenetração do capital tanto nas empresas já existentes como nos novos empreendimentos. Apesar da existência desta lógica de acumulação sob a forma de capital financeiro, as unidades de capitais ainda se encontram, no Brasil, baseadas na acumulação fundamentada em uma ou duas atividades principais. Isto implica que a defesa de seus interesses econômico-corporativos se centraliza nas políticas que afetam aqueles setores por excelência; e o grau de interpenetração dos capitais é ainda reduzido e as solidariedades no plano econômico se fazem antes pelas relações inter-industriais do que ao nível do capital acionário.

Dentro do bloco hegemônico, além da concorrência entre as unidades de capital, há clivagens e separações de interesses ao nível de suas frações e sob esta característica é que são defendidos, de forma explícita ou não.

Porque a hegemonia não é igualmente participada pelas demais classes dominantes? Ou seja, por exemplo, a agricultura capitalista de larga escala, ou os capitais de porte médio em diversos setores não são também hegemônicos? Ou ainda, todas as classes dominantes são hegemônicas? Uma das considerações favoráveis a uma resposta afirmativa seria que, empiricamente falando, é difícil estabelecer a linha que separa

as empresas que compõem a base econômica do poder hegemônico. Entretanto, não reside nesta questão empírica a raiz do problema.

No capitalismo concorrencial a taxa de lucro tendia a se equalizar com cada capital buscando obter um lucro acima da média, um lucro extraordinário, através de formas diversas, entre as quais inovações técnicas, organização do processo de trabalho e aceleração do ritmo de trabalho. Estes comportamentos operavam exatamente como mecanismo de distribuição do capital total entre os vários setores, de forma que ao longo do processo, para capitais iguais tendia a corresponder partes alíquotas iguais na apropriação da mais-valia total gerada. A passagem para a etapa monopolista do capitalismo eliminou a tendência a se formar uma taxa média de lucro. Ao nível do capital em geral rompeu-se a "solidariedade democrática" burguesa, expressa na fórmula: igual lucro para volumes iguais de capitais. A predominância de formas oligopólicas em quase todos os setores da economia, resultou numa capacidade dos capitais monopolistas de se apropriarem de uma parcela crescente da mais-valia gerada nos setores não monopolistas. Isto significa em perspectiva, um crescente enfraquecimento econômico e político das frações de classe não monopolistas, e mais que isto, a direção dos investimentos e da expansão econômica a favor dos capitais monopolistas, resulta um reforço continuado do seu poder de classe.

Esta hegemonia significa, como corolário, que o poder do Estado só é mobilizado para adotar políticas em benefício das demais classes dominantes, quando não prejudicar os inte-

resses das hegemônicas, embora o inverso ocorra seguidas vezes. Distinguir as frações hegemônicas dentre o conjunto das classes dominantes é importante para nos capacitar entender certas políticas "aparentemente sem sentido" que favorecem as demais classes dominantes, políticas que são adotadas porque os seus resultados transcendem os interesses dominantes e respondem a necessidades do bloco hegemônico, ou que, para estes signifiquem vantagens ainda superiores aos obtidos pelas frações dominantes.

O bloco hegemônico é descrito por três frações de classe, mas por que exatamente estas e não outras? Ou ainda, por que não algumas destas com outras frações dominantes? A primeira razão reside no caráter específico das relações interindustriais concretamente estabelecidas entre estas frações no sentido de que a obtenção de níveis razoáveis de desempenho econômico exige sua expansão simultânea e, pelos seus efeitos de encadeamento é que se estabelece um padrão de acumulação capaz de solidarizar os interesses do bloco hegemônico.

Aliás, aqui convém uma anotação. O movimento de 1964, onde tais frações de classe participaram hegemonicamente, não possuía a priori delineado um padrão de acumulação, mesmo porque na crise, 1962-1967, a estruturação e conjugação de interesses se torna extremamente mais difícil. Sua hegemonia vai se reforçando progressivamente a partir da recuperação que se faz através da reativação dos setores oligopolistas. Nesse sentido, a dupla conjugação ao nível econômico e político de negociações intra-partes e a capacidade de estruturar alianças com outras classes a favor do novo padrão de acumu-

lação, é uma característica da função diretiva do bloco hegemônico.

A estruturação do novo padrão acumulativo que constituiu a representação dos interesses do bloco hegemônico, foi portanto, tarefa política na qual além dos interesses privados envolvidos, em razão de se constituírem num bloco subdividido em frações de classe de grande poder, exigiu um papel extremamente importante do Estado na gestação e na cimentação deste bloco hegemônico.

O Estado Brasileiro não é um Estado instrumental a serviço direto e exclusivo dos capitais monopolistas e nem tampouco o Estado todo-poderoso capaz de amalgamar a seus desígnios o conjunto das classes sociais. A possibilidade de um aparato burocrático gigantesco e ainda autoritário ser conduzido por uma fraca sociedade civil é explicável pelo fato do poder de Estado não residir no aparelho de Estado, mas fundamentalmente nas específicas alianças das classes que o apoiam.

Para avançar, temos que nos deter na análise do Estado Brasileiro, em especial nos itens determinantes de sua estruturação político-organizativa com a ascensão de um novo bloco no poder, com duas características altamente diferenciadas com relação às anteriores alterações no bloco no poder havidas por métodos eleitorais. Primeiro, sua origem foi através de um golpe de Estado que afastou do poder um Presidente que o ocupava sob todos os títulos jurídicos de forma inquestionavelmente legítima. Segundo, este golpe de Estado representou a manifesta intenção de afastar e destruir os

organismos econômico-corporativos, as entidades de classe e as posições nos aparelhos de Estado ocupados pelos representantes das classes trabalhadoras.

O Estado aparece então, como o núcleo de onde emana todo o poder, porque os elementos que dele se apossam, se tornam "autoridade" pelo uso concreto da violência armada e, ao não reconhecer os direitos dos cidadãos estatuídos constitucionalmente, seus atos se tornam "in lĩmine" arbitrários e ademais irrecorríveis. Nas suas primeiras fases, onde todo o poder emana do uso das armas e não havendo outra parcela que delas disponham, é um momento circunstancial em que na análise das relações de força o componente militar é o determinante absoluto do poder.

Mas o golpe, na medida em que não foi feito para este ou aquele grupo de oficiais desfrutar do poder, institucionaliza-se; não como um retorno às formas democráticas constitucionais previamente vigentes, após o afastamento das lideranças da classe derrotada. O novo regime se institucionaliza nas formas cabíveis a um golpe conservador, de forma autoritária, isto é, adotando como tarefa contínua a destruição das organizações ligadas aos setores populares, resguardando os direitos "inalienáveis" das classes dominantes - a propriedade privada dos meios de produção - e adotando normas e políticas que correspondem intencionalmente à retomada do processo de acumulação, isto é, ao que constitui o núcleo dos interesses do capital.

É nesse sentido que, embora o poder seja autoritário, as ações em todos níveis que dele emanam, inclusive o uso da

violência armada, tem um sentido objetivo, qual seja, reforçar o poder das classes dominantes frente às dominadas, e das hegemônicas frente a todas as demais.

O Estado era movido pelos interesses fundamentais do bloco hegemônico, não podendo as suas políticas serem consideradas como aleatórias ou imediatistas, pois se inscreviam num quadro claro de objetivos reconhecíveis, quais sejam, a retomada da acumulação através do grande capital com crescente grau de internacionalização da economia brasileira.

A seguir caracterizaremos os elementos que estão inseridos no item A do esquema, ou seja, quem são as pessoas que dentro do bloco no poder exercem as funções de governo, em termos genéricos.

Os elementos que exercem funções de direção superior quer no Poder Legislativo, seja no Senado ou na Câmara dos Deputados, no Poder Judiciário e no Setor Governamental do Estado, seja nos seus órgãos de administração direta ou de administração descentralizada, e ainda nos Estados e Municípios, correspondem, independente das diferentes especificidades dos seus cargos, a uma categoria genérica denominada de Burocracia Político-Dirigente - BPD.

Esses cargos têm origem eletiva, por nomeação ou ainda por quaisquer formas de acesso de carreira. Assim no Poder Legislativo estamos nos referindo às pessoas dos Senadores e Deputados bem como a determinado número de pessoas com funções diretivas organizacionais que compõem a BPD do Poder Legislativo. No Poder Judiciário, os magistrados de forma geral e os que exercem atividades dirigentes organizacionais, consti-

tuem a BPD do Judiciário.

Nos Estados, além dos Governadores, Secretários, Deputados e Magistrados, se incluem os que exercem funções Departamentais os quais executam as tarefas típicas da administração governamental e, em seu conjunto, constituem a BPD dos Estados. Nos Municípios além dos Prefeitos e dos Vereadores, também se incluem os que exercem as funções dirigentes organizacionais de alto escalão, os quais constituem a BPD dos Municípios.

É necessário esclarecer que neste item não estão incluídos os elementos que realizam as típicas tarefas operacionais de governo, as quais são exercidas por duas grandes categorias, a que designei de Burocracia Técnico-Profissional - BTP, funcionários das carreiras com exigências formais de qualificação de ensino superior, e a Burocracia de Funcionários Auxiliares - BFA, funcionários que desempenham atividades auxiliares.

Alguns autores têm reunido as categorias BPD e BTP, sob a designação de "tecnoburocracia" ou ainda "tecnocracia", conceitos que não utilizo, na medida em que permitem escamotear as diferentes funções políticas exercidas pelas duas categorias.

Assim, a BTP está situada no item D.5 do esquema, integrantes que são das classes de apoio, sob a denominação de pequena burguesia assalariada dos estratos altos e médios da escala salarial das entidades sob controle/propriedade dos componentes do bloco no poder (onde também estão incluídas a BTP das atividades privadas). A BFA por outro lado, está in-

cluída no item D.6 ou E.1.

As Demais Classes Dominantes, item C, estão agrupadas em 8 frações de classe, cuja descrição é desnecessária porque auto-explicativas. A sua importância política é elevada não apenas pelas funções que exercem na acumulação, como por comporem a base numérica mais expressiva do conjunto das classes dominantes e pela sua participação na conformação das estruturas de poder regional.

Passemos à análise dos componentes das Classes de Apoio. Dado que o ponto nuclear para distinguir as classes dominantes das dominadas é o da apropriação da mais-valia, um problema se coloca sobre qual a classificação adequada, agora do ponto de vista do poder, para a pequena-burguesia tradicional e a assalariada. Incluí-as sob o conceito de Classes de Apoio, item D do esquema, porque concederam importante apoio político ao golpe de 1964.

Isto não significa que tais frações tenham mantido esta posição ao longo do período até 80. Pelo contrário é notório que tais frações têm reduzido substancialmente seu apoio ao regime.

Neste ponto acompanho integralmente as observações de Décio Saes (10), que afirma não haver nenhuma causa a priori (econômica, política ou ideológica) para definir as posições destas "classes médias" a favor quer da classe capitalista, quer da classe trabalhadora, dependendo, uma ou outra posição, da específica conjuntura em que ela esteja vivendo.

As classes de apoio são um conjunto heterogêneo de difícil compreensão para análises do ponto de vista do poder. Os

elementos da pequena-burguesia tradicional constituem frações de classe numerosas, são proprietários ou dispõem da posse de meios de trabalho, e não estão subordinadas real ou formalmente ao capital mas são, muitas vezes, por ele exploradas através da órbita mercantil. Entretanto, coagidos ou induzidos pela pressão econômica direta dos proprietários do capital e/ou pela aceitação de padrões ideológicos conservadores, assumem posições de apoio ao bloco no poder.

Numa relação bastante contraditória está a nova pequena-burguesia assalariada, subordinada ao capital (pelo menos formalmente), cujo posicionamento político-ideológico de defesa do bloco no poder, advém da sua formação intelectual tecnicista e da cooptação representada pela privilegiada apropriação de recursos que desfrutam.

As 3 primeiras frações incluídas nas classes de apoio, são possuidoras de patrimônio, que não se revestem, necessariamente, da forma capitalista, de onde suas rendas auferidas provêm, quando não integralmente, ao menos em parte do seu próprio trabalho como proprietárias. Seu apoio ao bloco no poder decorre dos receios de possível proletarização e conseqüente perda do status social e econômico, o que os tornam conservadores; ou provêm do medo da socialização proposta pelas forças políticas de esquerda. Este último motivo é intenso, embora resida no equívoco ideológico de confundir a noção de propriedade capitalista com a noção de propriedade em geral.

As 5 primeiras frações incluídas nas classes de apoio, além de proprietárias de meios de produção não capitalistas,

possuem propriedades não produtivas tais como casas, apartamentos e bens-móveis. Estas últimas propriedades e as aplicações de poupanças no mercado financeiro, as tornam "rentiers" preocupadas com a "estabilidade social". A busca de segurança econômica e social, as faz, via de regra, apoiar os interesses e as políticas mais conservadoras do bloco no poder.

As Classes Dominadas - item E - constituem a imensa maioria da força de trabalho brasileira. Sobre elas recaiu o peso maior da coerção exercida no período. A destruição das suas entidades de classe-corporativas, políticas e culturais - à par da pressão ideológica a que foram submetidas, propiciou um período histórico onde a superexploração do seu trabalho produziu condições materiais e espirituais de sobrevivência infra-humanas.

Dado que neste período autoritário a mobilização política das classes foi reduzida, não se pode precisar o grau de consciência que possuem de sua condição dominada. É constatável, entretanto, que formas de organização de seus interesses estão em desenvolvimento. A estruturação do poder nas sociedades capitalista tem como finalidade a acumulação, sem limites, do capital e este se fundamenta nos valores gerados pelo trabalho assalariado. A caracterização como dominadas para estas classes se refere, portanto, à capacidade da classe capitalista de ordenar a vida das classes trabalhadoras sob formas adequadas à produção e reprodução contínua do capital.

3.2. - O Bloco Hegemônico

3.2.1. - A Burguesia Nacional no Bloco Hegemônico

Entre o período de 1930 a 1980, no qual ocorre a montagem do sistema industrial brasileiro, é somente a partir de 1964 que se completa a hegemonia do grande capital, não somente sobre as classes trabalhadoras e as de apoio, como também sobre as demais frações burguesas agro-exportadoras e do pequeno e médio capital. Nestes cinquenta anos em que o processo de industrialização vem ocorrendo, em nenhum momento a burguesia privada brasileira foi isoladamente hegemônica.

Segundo Boschi, "O nacionalismo econômico era antes uma ideologia atribuída ao Estado e aos empresários por setores das elites intelectuais e grupos de esquerda numa tentativa de definir um projeto de desenvolvimento industrial autônomo...". (11) Concordando que na maior parte tratava-se de uma "ideologia atribuída" a vários setores da burguesia nacional, é necessário reconhecer que algumas áreas possuíam efetivamente tal ideologia. Lembro a colocação de Althusser no

sentido de que "A ideologia tem uma existência material /.../ uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. (12)

Com isto quero afirmar que somente alguns poucos setores da burguesia adotavam ideologias nacionalista e, portanto, efetivavam práticas concretas de caráter nacionalista. Mas é importante entender, além disso, que as práticas nacionalistas da burguesia privada brasileira representavam um nacionalismo restrito aos interesses específicos de cada grupo. Cada empresa buscava conseguir vantagens para seu capital através dos aparelhos de Estado. Nesse sentido, não há que falar de uma ideologia nacionalista, senão que, de ideologias nacionalistas adequadas aos interesses dos vários atores sociais que aceitavam tal ideologia. Embora a referência de Boschi seja feita para a década de 50, parece-me persistir válida até o presente, quando deparamo-nos com o retorno de posicionamentos nacionalistas.

Pelo menos a partir de meados da década de 50, e tanto Renato Boschi como Maria da Conceição Tavares concordam, deixa de existir viabilidade para um projeto autônomo de desenvolvimento industrial no Brasil, dado o grau de penetração do capital estrangeiro no processo interno da acumulação.

Com o golpe de 1964 a incorporação do capital estrangeiro na sociedade brasileira retornou a ser um projeto político explícito assumido pelas classes dominantes superando-se os questionamentos havidos entre 62/64.

A partir de 1964, a participação do capital estrangeiro de risco ampliou-se quantitativa e também qualitativamente. A presença do capital estrangeiro no contexto da economia brasileira ocorre com o crescente papel do Estado, um dos principais agentes da acumulação de capital, assumindo tarefas adicionais e cruciais de mediador nas relações entre os interesses internos da sociedade brasileira e o capitalismo internacional.

A penetração do capital industrial estrangeiro, contando com inúmeros benefícios fornecidos pelo aparelho do Estado, aparecia, a muitos analistas, como uma definitiva subordinação da formação econômica social brasileira e do próprio Estado Brasileiro aos interesses diretos e exclusivos do capital estrangeiro.

O estreitamento do processo decisório governamental no regime político posterior a 1964, reforça a aparente posição dependente dos empresários locais, ao castrar sua capacidade de mobilização política, ao menos nas formas populistas tradicionais.

Como até o ano de 67 a performance econômica no Brasil era de crise e sendo o número de falências e a tomada de controle do capital ("Takeover") por empresas estrangeiras significativos, acreditou-se no inexorável e progressivo enfraquecimento da burguesia nacional.

A noção de bloco hegemônico que estamos utilizando, implica uma relação mútua de equilíbrio e solidariedade entre

partes envolvidas, a despeito da possibilidade de que essas relações possam ser assimétricas em favor de um ou outro componente. Essas relações podem ser assimétricas, mas entretanto, não podem romper a estrutura mínima de solidariedade que compõe o bloco. Nesse sentido, embora nos momentos iniciais pós 64 a assimetria tendesse a favorecer primeiro ao capital estatal e em segundo ao capital estrangeiro, é importante ter em mente que o Estado Brasileiro não podia prescindir do apoio da burguesia nacional no contexto autoritário, especialmente como base para manter e ampliar minimamente a legitimidade do regime, necessária para a implantação das políticas que induzissem a retomada da acumulação.

O'Donnell aponta para a dependência mútua entre o Estado e a burguesia nacional sob o regime autoritário afirmando que "...o referencial do Estado é a Nação, compreendida como conjunto de solidariedades, unindo um número de indivíduos delimitados num determinado espaço territorial. Os interesses privados podem ser atendidos em nome dos interesses coletivos superiores da nação, de onde a legitimidade é extraída. Assim, na medida em que a burguesia é identificada à nação, não só seus interesses específicos podem às vezes ser tratados como os interesses da coletividade, como também, ao favorecer os interesses dos grupos industriais locais o Estado fundamenta sua base de legitimidade". (13)

É nessa direção que a par das vantagens fornecidas ao capital estrangeiro e ao setor produtivo estatal, durante todo este período foram criados vários instrumentos de apoio ao

capital nacional, e outros extremamente reforçados, dentre os quais merece atenção especial o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que tornou-se a principal fonte de financiamento para investimento dos projetos industriais da burguesia nacional. Tais financiamentos eram geralmente fornecidos em condições vantajosas aos investidores.

As previsões iniciais de um estiolamento da posição da burguesia nacional no contexto do aparelho produtivo da sociedade brasileira de forma alguma se verificou até 1980. Pelo menos, a ampliação da presença do capital estrangeiro vis a vis o capital nacional, embora significativo, não é ainda capaz de garantir por conta própria a dinâmica da acumulação capitalista.

Já vimos que a burguesia nacional em sua maioria não é nacionalista. Entretanto seus interesses fundamentais de classe situam-se no espaço econômico brasileiro e seu comportamento econômico e político tem este referencial. Trata-se então de definir em que condições ela atua como classe.

Em termos fundamentais cabe ressaltar que ela atua efetivamente como classe no que diz respeito às suas relações com a classe trabalhadora.

A perplexidade de alguns analistas surge quando imaginam a burguesia nacional atuando de forma uníssona frente aos interesses do Estado, ou melhor, que se manifestam através do Estado, ou frente aos interesses do capital internacional.

Isto realmente não é possível encontrar, nem mesmo através dos organismos centrais da classe como p. ex. a Confederação Nacional da Indústria e a FIESP ou através das reuniões periódicas como as CONCLAP's. Tal perplexidade surge de uma ilusão. Dificilmente as representações totalizadoras de classe podem desenvolver temáticas que adotem claramente posicionamentos prejudiciais a qualquer fração associada.

Assim, das entidades de representação de classe industriais, p. ex., não é correto esperar proposições contra o capital estrangeiro, pois estes interesses ali estão também representados. Mas, proposições gerais de defesa dos interesses no mercado interno, destes capitais, são encontrados inúmeras vezes; também proposições que afetam outros interesses, como os dos banqueiros por exemplo, se repetem constantemente. E vice-versa, aliás. Assim, manifestações de interesse de classe existem em abundância, para só ficarmos naqueles que são explicitados.

O que não pode haver são interesses unívocos da burguesia nacional; da mesma forma o capital estrangeiro aqui localizado não tem interesses absolutamente unívocos, entre outros motivos pela diversa origem nacional e pela efetiva concorrência oligopolista desenvolvida, mas nem por isso pode-se deixar de afirmar a existência no Brasil de interesses concretos de uma burguesia industrial estrangeira. Também é o mesmo caso imaginar-se uma unicidade de comportamento do setor produtivo e financeiro estatal ou mesmo dos aparelhos estatais em seu conjunto.

A burguesia não apresenta uma expressão de interesses econômicos e políticos uníssonos, entre outras razões por: Primeiro, porque segmentos consideráveis dos grupos locais do grande capital possuem participação acionária cruzada e acordos tecnológicos ligados aos interesses das empresas transnacionais. Segundo, porque outro número expressivo de grupos privados nacionais tem seus interesses conctados às empresas transnacionais através de relações interindustriais ou através de financiamentos. Terceiro, porque ao longo da estruturação do perfil industrial brasileiro a própria expansão econômica resultou em um aumento efetivo da competição inter-setorial entre segmentos de grupos industriais nacionais. Quarto, porque uma parcela extremamente importante do total do capital produtivo no Brasil é composto de empresas de porte médio e pequeno com interesses específicos diferentes dos do grande capital. Quinto, a distribuição e controles de mercado, as conexões interindustriais e os acessos à tecnologia utilizadas pelas empresas definem especificidades setoriais e de grupos que não podem ser tratadas de modo homogêneo. Sexto, a expansão do aparelho produtivo industrial no Brasil se faz no contexto da expansão capitalista a nível internacional e portanto as relações entre esta economia e o resto do mundo implicam em diferenciações enquanto impactos, interesses e possibilidades para cada um dos atores internos do país. Logo , também as relações com o setor externo estabelece clivagens e separações entre os interesses da burguesia. Sétimo, vários setores novos no contexto da economia brasileira receberam uma definição política de estruturação do capital. Um destes

setores, por exemplo, a indústria petroquímica, com estruturação conhecida como "tripé" apresentou possibilidades de participação de capitais nacionais que implicaram em diferentes posicionamentos políticos e econômicos. (14) Oitava razão: o estabelecimento de um sem número de organizações representativas dos interesses da burguesia industrial, afóra a estrutura sindical corporativa, patronal, dificulta que se possa entender ao que corresponde a um interesse de classe unívoco da burguesia nacional. (15)

Boschi afirma, "Aparentemente, a competição inter-setorial e a especialização dos grupos de interesse dificultaria a organização dos grupos empresariais nacionais como um todo em termos de um padrão de ação concertada. Neste aspecto particular, as análises que enfatizam a fraqueza da burguesia nacional como classe estariam corretas". (16)

Acredito que os autores que defendem a tese da fraqueza da burguesia nacional, estão procurando aqui e nesta etapa do capitalismo mundial o mesmo padrão de comportamento da burguesia japonesa, alemã ou americana em seus respectivos países. Clarificando mais esta colocação; o Brasil é um dos poucos países de industrialização retardatária onde historicamente se formou uma importante burguesia nacional oligopolista. Esta fração do grande capital participa na estrutura de poder no interior do bloco hegemônico. Embora no plano estritamente econômico estes capitais sejam comparativamente mais frágeis que seus concorrentes transnacionais, e alguns autores vaticinem seu estiolamento como classe, isto não

aconteceu entre 1964 e 1980.

"Em seu trabalho pioneiro de 1967, Luciano Martins (1967) apontava que os setores dinâmicos da atividade industrial (...) eram dominados pelas empresas estatais e estrangeiras e que, ao mesmo tempo, as empresas nacionais restringiam-se progressivamente às indústrias tradicionais ..." (17)

Boschi aponta dois afastamentos com relação à predição de Martins: 1) a presença dos grupos nacionais além de se manterem nos setores menos dinâmicos da atividade industrial, se faz sentir de forma igualmente significativa em ramos como maquinaria e minerais não metálicos além da metalurgia. 2) Se os dados mostram que as empresas estatais se especializam em áreas estratégicas da atividade industrial elas estão ausentes de outros ramos importantes, o que leva à suposição de que o deslocamento dos grupos industriais nacionais não ocorre com a expansão das atividades econômicas do Estado. O mesmo não acontece com relação ao capital estrangeiro que avança de modo significativo em algumas áreas anteriormente ocupadas exclusivamente pelo capital nacional.

Para Boschi, "Em termos gerais, no entanto, o padrão apresentado é de maior especialização em áreas específicas da atividade industrial que de deslocamento de grupos nacionais por empresas estrangeiras ou estatais". (18)

Se a colocação de Boschi parece corresponder mais de perto ao caso das empresas estatais, para o caso das transna-

cionais isto não seria correto pois como demonstra Newfarmer, "As empresas transnacionais têm freqüentemente usado a aquisição de firmas locais já instaladas com o objetivo de penetrar ou expandir-se nos países em desenvolvimento. Mais de 1/3 das transnacionais com sede nos Estados Unidos que se estabeleceram no Brasil até 1975, o fizeram através de aquisições. Esta expansão por takeover é um fenômeno crescente. Em 1973/75, perto de duas em cada três subsidiárias novas surgiram simplesmente através de "adoção" de firma já existente. As transnacionais americanas na indústria elétrica mostraram a mesma propensão de suas similares de outras áreas no sentido de adquirir outras firmas, não só no Brasil como em todo o mundo". (19)

Exemplificando para a indústria de material elétrico, "Entre 1960 e 1974, 10 subsidiárias transnacionais e 59 empresas brasileiras desapareceram da lista das 100 maiores no setor elétrico. O valor relativo do capital dos dois grupos mostra tanto quanto encobre: 93% das firmas que saíram eram brasileiras e o seu modo de desaparecimento também surpreende, já que 58% delas foram eliminadas por takeover. Os outros 13% eram apenas firmas de crescimento lento. Em outras palavras, o desaparecimento por incorporação em firmas estrangeiras que continuaram foi uma forma bem mais importante de eliminação de empresas brasileiras do que o crescimento lento". (20)

Enquanto caracterização descritiva dos ramos de atividades típicos da estrutura industrial brasileira, Boschi con-

cluiu que com respeito aos indicadores de desempenho e magnitude "tende a haver espaço para os três tipos de empresa no modelo econômico internacionalizado e estatizado da década de 70, pelo menos no que se refere às firmas mais importantes e consolidadas no mercado". (21)

As informações disponíveis não permitem uma análise precisa das taxas de expansão dos três tipos de empresas nos últimos anos, mas pode-se reconhecer que as taxas de crescimento não têm sido diferenciadas a ponto de alterar a composição estrutural quantitativa do sistema industrial brasileiro.

Enquanto burguesia nacional, pode-se definir a existência de uma burguesia nacional do grande capital a par da existência de uma burguesia nacional dispersa por médias e pequenas empresas em todo o país. A presença desta burguesia não monopolista de forma alguma pode ser negligenciada em qualquer tipo de análise da dinâmica econômica, ainda que os setores onde elas se localizem e a sua estruturação por tamanho nem sempre corresponde às determinações mais importantes na dinâmica da acumulação brasileira.

Mas, além de constatar que a burguesia nacional controla uma importante parcela da base produtiva da formação econômico-social brasileira, trataremos, a seguir, de perceber qual o papel político, no período em análise, representado por essa burguesia, suas ideologias, de como elas percebem sua presença política e as mediações que utilizam para defender seus interesses frente aos dois parceiros do bloco hege-

mônico.

De início devemos lembrar que muitos autores têm julgado extremamente difícil caracterizar o pensamento político da burguesia nacional com base em considerações do seguinte tipo: 1) por não julgá-la hegemônica, atribuem-na um comportamento normalmente passivo frente aos acontecimentos; 2) devido a sua pretensa heterogeneidade, é então incapaz de manifestar posicionamento político e opiniões coerentes, na medida em que cada grupo expressa seu próprio interesse; 3) a burguesia se constitui de elementos cuja finalidade de vida é ganhar dinheiro, isto é, se preocupam com a órbita econômica e as atividades políticas são deixadas para os políticos.

A despeito destas considerações não possuem a menor aderência à realidade, jogam importante papel ideológico, pois permitem separar o Estado das classes que lhe dão substância - o poder de Estado - , como se, pairando sobre o conjunto da sociedade, suas ações fossem devidas a meros acertos ou erros pessoais dos governantes. Ao contrário, afirmamos que o empresariado no Brasil é bastante ativo politicamente e o próprio comportamento do Estado é inexplicável se não for realizada a devida conexão com os interesses desta classe.

Alguns fatos de grande significação política para a nação fornecem uma idéia geral do comportamento político da classe burguesa. Foram elementos dos mais importantes grupos econômicos privados que lideraram o movimento civil-militar de 1964, e a quase totalidade da classe capitalista foi abso-

lutamente favorável ao golpe de Estado.

Várias análises à respeito do comportamento político da classe empresarial costumam descrevê-los como não-influentes junto às decisões governamentais. A burguesia brasileira é bastante influente nas esferas decisórias governamentais, embora sua influência sempre tenha sido exercida em parceria com outras frações de classe.

Para alguns autores, a burguesia nacional jamais teria desenvolvido um comportamento político agressivo, mas sim um comportamento acomodativo. O termo acomodativo dá uma idéia de passividade não correspondente a seu comportamento real, convido substituí-lo pelo termo adaptativo. A burguesia industrial brasileira na medida em que nunca exerceu isoladamente o poder hegemônico adaptou os seus interesses, mutuamente em relação às demais classes hegemônicas em cada momento da história. Isto significa dizer que fazia valer seus interesses em simultâneo com os das demais classes. Aliás, as outras frações hegemônicas também adaptavam seus interesses em função dos interesses burgueses nacionais, dependendo da relação de forças políticas e econômicas em cada caso específico.

Tal comportamento adaptativo da burguesia era obviamente determinado pelas limitações estruturais em cada momento político e, isto é quase um truísmo, havia que levar em conta os interesses das demais classes, inclusive, por exemplo, o das oligarquias agrárias, na medida em que estas se

mantiveram politicamente fortes, ainda mais porque constituem um contingente numeroso no caso brasileiro. Mas, é importante ressaltar, a notável expansão do capital industrial privado brasileiro não pode ser explicado como um fenômeno que ocorreu à margem dos próprios esforços da burguesia.

Neste sentido convém lembrar que a outra fração de classe importante da burguesia nacional, a burguesia bancária, não necessariamente acompanhava os interesses da burguesia industrial na medida em que o sistema bancário beneficiava-se tanto com os interesses agrários como com os interesses exportadores e importadores de capital nacional e estrangeiro ligados ao mercado internacional. Assim, a capacidade adaptativa da burguesia industrial brasileira parece-me ainda hoje, como algo notável nas circunstâncias em que transcorreu sua emergência, nos quadros internacionais de um capitalismo monopolista.

Acompanho integralmente o pensamento de Boschi, quando afirmá a não necessária correspondência entre a ausência de ideologia coesa e ação política concreta para o conjunto da burguesia nacional. "Em outras palavras, a convergência de ideologia e organização política depende basicamente das facilidades institucionais de ação organizada permitidas pelo sistema". (22)

Ora, se a burguesia é estruturalmente fragmentada em vários interesses e enquanto a vários posicionamentos políticos, o aparelho de Estado também está extremamente diferen-

ciado e especializado em várias agências "regionais" ou "específicas". A ação da burguesia nacional junto ao aparelho de Estado atuou, no período, de forma extremamente significativa no interior de agências estatais como o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Café, o Banco Nacional de Habitação, o BNDE, o BB, o Grupo Executivo da Indústria Química, o CMN, o CDI, a CACEX e um sem número de aparelhos governamentais. A iniciativa das políticas elaboradas e aplicadas ao longo de todos os governos pós 64, parecem emanar inteiramente do aparelho de Estado, mas existem indicações razoáveis demonstrando que várias políticas do Estado na verdade nascem da capacidade de mobilização de alguns grupos empresariais com interesses específicos. Em suma, boa parte das políticas do Estado são realizadas pelos empresários, ainda que não ocupem nenhum cargo específico no aparelho do Estado.

O Anexo I aponta 64 associações não corporativas representantes dos interesses burgueses. Tanto estas associações, como alguns empresários individualmente ou em grupos, elaboram sugestões de políticas, de mudanças na legislação vigente, como também realizam pressões diversas contra o estabelecimento e/ou aplicação de dispositivos julgados prejudiciais, através de procedimentos formais ou informais. Este aliás é um fenômeno essencial do Estado Burocrático-Autoritário, onde a política substantiva se exerce no interior dos aparelhos de Estado.

Por outro lado, os empresários acusam haver uma insufi-

ciência de representação empresarial nos conselhos econômicos (fato este parcialmente correto), mas que é respaldado na necessidade do Estado manter um mínimo de autonomia relativa frente as classes sociais, a fim de manter sua autoridade mínima necessária, a quem se propõe representar (ao nível do discurso) os interesses "gerais" da sociedade.

Ao lado da proliferação de aparelhos da burocracia pública, o Estado brasileiro modificou, a partir de 1964, a natureza do processo decisório, particularmente no que se refere aos interesses econômicos. Nesse sentido acompanho a observação de Boschi, para quem "o poder está excessivamente disperso nos níveis inferiores de agências específicas, mas altamente centralizado ao nível de estágios mais elevados do processo decisório". (23)

O fenômeno acima apontado significa que o Estado Nacional Brasileiro é um Estado capitalista voltado para o atendimento preferencial dos interesses da burguesia hegemônica, a qual manifesta, tem presença, circula por todo o aparelho de Estado. Resulta que o Estado não pode permitir que os interesses particularizados do bloco hegemônico penetrem diretamente ao nível do Núcleo Decisório Central do Setor Governamental do Estado, pois este tem que atender não apenas estes interesses particularizados e imediatos, mas sobretudo, garantir a dinâmica geral da acumulação do capital, representando em última instância o capitalista em idéia do conjunto da economia e da sociedade capitalista.

Em alguns casos, como já afirmei, os interesses da bur-

guesia se fazem representar em importantes conselhos decisórios do Estado. Esta presença, creio inclusive, está na raiz de uma série de indefinições e impossibilidades de superação de crises localizadas, na medida em que interesses particularizados se impuseram a decisões que deveriam ter sido tomadas com vistas ao interesse da reprodução do capital em geral.

Boschi afirma: "Para a burguesia ser uma classe para si, deveria ao menos ter consciência da sua necessidade de ser hegemônica. /.../ Como é amplamente reconhecido e aceito, a burguesia brasileira não é hegemônica. Portanto, a burguesia é um grupo que tem uma falsa consciência dos seus interesses e é essencialmente passiva do ponto de vista político. De fato, a auto-percepção da burguesia como grupo não-hegemônico foi bastante clara nas nossas entrevistas". (24)

É preciso repensar a afirmação acima.

Primeiro não aceito a falsa consciência dos interesses da burguesia nacional e nem mesmo a sua pretensa passividade do ponto de vista político. Acredito ser verdadeira a afirmação de que a burguesia brasileira se auto percebe como não hegemônica. Ela de fato é não hegemônica, mas a burguesia industrial estrangeira também é não hegemônica, e também, o setor produtivo estatal é não hegemônico. Desta forma não teríamos hegemonia neste país, a menos que se julgue que a Burocracia-Político-Dirigente, civil ou militar decide tudo por todos os interesses. A hegemonia é realmente exercida pelo bloco das frações monopolistas já citadas.

Aliás, a respeito da não hegemonia do capital estrangeiro no Brasil, hegemonia isolada por suposto; podemos citar, a título de exemplo, as recentes aspirações da Dow-Chemical em investir numa central de matérias primas petroquímicas e da IBM no que diz respeito a fabricação e controle do mercado de computadores médios. Em ambos os casos e em vários outros que se poderiam acrescentar, as resistências observadas, impeditivas daquelas aspirações, não se coadunam com a idéia de uma simplista hegemonia do "imperialismo norte americano". Ao menos por enquanto. Claro, há que reconhecer que exemplos de "vitórias" parciais podem ser enumeradas a favor de qualquer dos participantes do bloco hegemônico. Aliás, é por causa disto que as vantagens obtidas não se concentram em apenas uma fração.

Assim, veja-se, por exemplo, a relação entre o setor de bens de capital, onde estão presentes expressivas empresas oligopolistas nacionais, cujos interesses foram bastante beneficiados pelos projetos das empresas estatais e programas de expansão industrial estabelecidos a partir do SGE. Em outros momentos, um dos problemas levantados por esta burguesia nacional, notadamente aquela do setor de bens de capital por encomenda, foi exatamente contra a tendência das empresas estatais de importarem equipamentos já fabricáveis no país, vasando para o exterior possíveis componentes da demanda interna e impondo pressão adicional sobre o déficit no balanço de pagamentos.

Há uma interessante entrevista, reproduzida por Boschi,

onde um empresário do setor diz: "A maior pressão importadora se faz dentro da própria empresa estatal... O empresário estatal está se esquecendo de que ele também é governo. O dirigente de uma empresa de governo tem de se pautar pelas normas do governo, sejam elas certas ou erradas". (25)

O equívoco está exatamente no raciocínio adotado; o empresário estatal é suporte da lógica capitalista, ainda que este capital seja de propriedade do Estado. Assim, como capitalista, ademais, como um capitalista que tem facilidades especiais junto ao SGE, busca a maior racionalidade para a "sua empresa estatal", em termos de preços, custos, tempos de entregas de mercadoria, sendo-lhe indiferente se compra interna ou externamente. Tomará a decisão que, sob a lógica interna dos lucros no longo prazo, seja a mais racional. A anterior observação do referido empresário privado, ser por um lado reforça a idéia da existência de uma burguesia de Estado, por outro demonstra que os empresários nacionais, tais como os demais, não hesitam em defender seus interesses, com base em uma clara consciência de classe.

No que diz respeito à sua relação com o capital estrangeiro, a burguesia nacional parece confirmar a tendência histórica de não oposição à sua integração na economia brasileira. Na pesquisa de Boschi, apenas alguns empresários levantam a necessidade de que o capital estrangeiro se submeta a exigências legais, as quais, entretanto, não chegam a especificar. Alguns falam da necessidade de um "código do capital estrangeiro". Quase em uníssono se referem à necessária disci-

plina a se impor ao capital estrangeiro, pois embora este apoie paralelamente a empresa nacional e o desenvolvimento do país, tal disciplina é necessária a fim de que se possa equiparar a empresa nacional à empresa estrangeira.

A noção de equilíbrio é necessária para sancionar a solidariedade política do bloco hegemônico. Este equilíbrio corresponde a algo mais do que uma simples idéia, pois é resultante da correlação de forças entre as frações hegemônicas e tem aderência ao real, expressa no comportamento de vários aparelhos de Estado, que buscam efetivar políticas, normas e procedimentos que realizem uma efetiva equiparação no potencial expansivo das empresas nacionais com o das empresas estrangeiras. A criação do FINAME, FINOR, FINAC, e outros instrumentos neste sentido é um indício da tentativa de equiparação dinâmica das capacidades de expansão da empresa nacional com relação a empresa estrangeira.

A pesquisa de Boschi demonstra outro fato interessante: as representações corporativas da classe capitalista tendem a representar os interesses quantitativos do número das empresas filiadas, isto é, preponderam os interesses das pequenas e médias empresas. As representações não corporativas são dirigidas por empresários nacionais, mas se definem a partir dos interesses das grandes empresas de cada setor. Concluo reiterando a observação sobre a relevante importância política da burguesia nacional, mesmo no contexto da crescente internacionalização da economia e elevada presença direta do Estado no processo produtivo. Cabe lembrar que as observações de Boschi partem de

pesquisa realizada no sentido de entender como a burguesia se movimenta para defender seus interesses frente ao Estado. Claro, então, que Boschi não faz referências àqueles fenômenos no sentido inverso, isto é, os benefícios provenientes de burgueses em funções governamentais e dos Burocratas Político-Dirigentes integrados à ideologia capitalista, no sentido de beneficiar a acumulação do capital nacional em seus interesses particulares ou gerais.

Nas conclusões de caráter político, a respeito dos valores dos empresários, Boschi afirma "...que é provavelmente inadequado referir-se à prática política da elite como liberal se o termo for tomado em seu sentido clássico". (26)

Nas próprias conclusões do autor fica explícito que, em primeiro lugar, traços autoritários aparecem na ênfase que a elite industrial atribui à ordem e estabilidade como condições necessárias para o desempenho de suas atividades econômicas. A institucionalização de um regime onde o conflito social é encarado de forma normal, como um atributo de linha liberal, é contrária aos desejos da maioria da burguesia industrial. Pelo contrário o que tende a ser valorizado é a supressão do conflito. Ao mesmo tempo a liberdade de associação para a sociedade como um todo é vista como potencialmente ameaçadora aos interesses industriais.

Em segundo lugar, quando a burguesia se queixa da natureza fechada do processo decisório, queixa-se pela exclusão de seu grupo das esferas governamentais que controlam decisões fundamentais. Nesse sentido o Estado pode continuar "fechado"

desde que os empresários sejam incluídos dentro do jogo do poder. Em nenhum momento as críticas ao autoritarismo do regime atual foi acompanhada de uma visão da extensão de benefícios participatórios coletivos a outros segmentos da sociedade.

Em terceiro lugar, outro traço que caracteriza como autoritária a visão da burguesia, diz respeito à avaliação positiva dos empresários sobre a despolitização do debate. Na gestão da "coisa pública" a ênfase é atribuída sempre aos aspectos técnicos em oposição aos aspectos políticos da sua participação e ainda mais a pouca relevância atribuída ao Legislativo como alternativa importante para o restabelecimento de um estilo "representativo" da política.

A fração oligopolista da burguesia nacional teve no período analisado uma participação ativa no exercício da hegemonia. Desde que dela não se espere que seja nacionalista, liberal ou que tenha um projeto próprio e exclusivo de hegemonia, é indevido não considerar o seu poder. Este, de forma idêntica às demais burguesias oligopolistas de outras nações, associa-se ou não com interesses internos ou externos, investe dentro ou fora do país e utiliza o aparelho de Estado a seu favor na medida de seu poder político. No plano do capitalismo monopolista mundial seu poder é incipiente. No espaço nacional de reprodução do capital mundial ela, embora fraca, foi suficientemente forte para participar da hegemonia.

3.2.2. - Caracterização do Bloco Hegemônico

Sendo o capital uma relação social, é simultaneamente expressão direta de relações de poder, as quais se exercem diretamente sobre o trabalhador, possuidor imanente da força de trabalho, submetendo-o ao processo de produção capitalista, e indiretamente sobre outros capitais, disputando a apropriação do lucro.

Na fase do capitalismo concorrencial ocorria uma tendência à apropriação de iguais quantias de lucro por iguais quantias de capital, ou seja, havia uma relativa equivalência de poder entre os capitais, quase nas proporções exatas dos seus tamanhos relativos.

Durante a grande crise de 1873 a 1890 num primeiro movimento e daí até 1903 numa segunda onda de concentração de capital, emerge uma estrutura produtiva onde predominam, como determinantes no processo de acumulação, os cartéis, trusts e empresas gigantes monopolistas e oligopolistas.

Este processo de centralização e concentração de capitais, aconteceu simultaneamente com substancial mudança na estrutura produtiva, incorporando novos ramos de atividade, como a energia elétrica, motores elétricos, motores de combustão interna, os automóveis, a química orgânica e os produtos sintéticos, e alterações substanciais nos processos, como a produção em linha de montagem e a manufatura de precisão, fenômenos estes que em sua maioria já apontavam para escalas de produção gigantescas.



Note-se que as atividades econômicas já existentes também sofrem profundas alterações em seus processos produtivos, cuja viabilidade econômica, de modo idêntico, exigem crescentes escalas de produção.

Simultâneo com a concentração técnica da produção, ocorre violento processo de conglomeração financeira e um grau crescente de aplicações diversificadas e capitais em múltiplas atividades - o capital financeiro - sob a forma jurídica de grandes sociedades anônimas, as corporações do moderno capitalismo monopolista. (27)

As formas monopolistas da economia brasileira exigem que algumas observações sejam explicitadas para possibilitar a análise das conexões entre as forças produtivas e o exercício político da hegemonia que nelas tem sua base material de poder.

Com as observações que seguem, bastante sintéticas, pretendo notar que a já citada tendência à igualdade de poder por unidade de capital prevalecente na fase do capitalismo concorrencial rompe-se em quatro sentidos distintos:

a) Internamente à gestão das empresas, com as determinações fundamentais de suas políticas ficando concentradas sob o poder de minorias acionárias controladoras, com os restantes acionistas pulverizados transformados em rentiers, com direito à mera obtenção de dividendos.

b) Externamente, ao nível da produção e mercado, com as posições monopolistas desfrutadas por tais empresas, dotando-

-as de capacidade de apropriação de parcelas desproporcionais de mais-valia comparativamente às empresas de menor porte.

c) Na sociedade civil, quando seu poderio se manifesta na capacidade de interferir nas determinações e comportamentos de diversas entidades econômicas e não-econômicas.

d) No Estado, o qual passa a ser mobilizado de forma crescente, embora através de várias mediações, na garantia e na ampliação da acumulação, bem como pela aplicação do poder de Estado na "estruturação" de uma sociedade onde o comportamento das classes seja adequada à expansão dos capitais monopolistas.

Duas observações adicionais são necessárias ao nível infra-estrutural:

1 - A concorrência nos ramos monopolistas e oligopolistas não desaparece mas muda de face na medida em que o fator é apeado de sua posição dominante e passa a se centrar na qualidade dos produtos, no esforço de vendas, na introdução de novas mercadorias e diferenciações de produtos, novos processos e técnicas produtivas, novas fontes e novos tipos de suprimento de insumos, novos tipos de organização, comercialização e financiamento. Continuam, entretanto, a persistir no seio dos setores monopolistas a tendência à existência de ciclos produtivos mais ou menos acentuados.

2 - Embora grande parte dos novos setores já nasçam concentrados, em alguns novos setores predominam formas concorrenciais de produção. Nos setores antigos da indústria, alguns permanecem concorrenciais e em outros, as empresas oligopolistas se apossam de alguns mercados, coexistindo por vezes com amplo número de empresas. Esta inexistência de ten-

dência à desapareição das empresas médias e pequenas é também característica do capitalismo monopolista.

Duas observações adicionais são necessárias ao nível superestrutural:

1 - A ocorrência de um extremo crescimento das classes sociais situadas fora da polarização capital/trabalho, pela expansão em grande número da pequena burguesia nas atividades comerciais e de serviços; bem como a formação de uma classe assalariada, designada por alguns autores como nova pequena burguesia composta por uma gama elevada de funções de elevadas exigências técnicas nas grandes empresas privadas e nos aparelhos de Estado.

2 - A complexificação e multiplicidade dos padrões de posicionamento político-ideológicos, os quais não são determinados exclusivamente pela forma e local em que cada indivíduo se insere na produção. A formação de mercados capitalistas de massa, nos setores de informação e produção cultural, jogam crescente papel na estruturação das ideologias e na formação das posições políticas dos cidadãos.

Todas estas características presentes no capitalismo monopolista induzem as classes dominantes, para manter e ampliar o seu poder, a expandir a presença do Estado na estrutura da sociedade capitalista. Por um lado normatizando a expansão monopolista do capital e por outro visando estabilizar suas flutuações cíclicas (28), bem como ampliando o controle e o sentido da estruturação política da sociedade e intensificando os processos de formação da consciência dos cidadãos.

A industrialização retardatária do Brasil, de modo assemelhado a vários outros países que sofrem o mesmo processo em intensidade equivalente, aparece, e em essência é bastante complexa. Isto porque vários fenômenos, que nos países de industrialização avançada levaram anos para ganhar significância, aqui são implantados em saltos, gerando reordenações infra e superestruturais profundas, com disrupções sociais, disritmias produtivas e reordenamentos institucionais. Estas diferentes formas com que os fenômenos se apresentam, exigem das categorias teórico-explicativas um arguto reexame e intensivas adaptações, exatamente para que possam revelar as formas essenciais da sociedade.

Nesse sentido, a caracterização do bloco hegemônico, que neste texto é uma das categorias centrais de análise, apresenta dificuldades de precisão ao nível empírico. Entretanto, e isto é necessário que esteja bem claro, a hegemonia é conceito explicativo de uma característica do exercício do poder nas sociedades de classe. O que estamos aqui procurando demonstrar, e que apresenta problemas empíricos, é apenas a base material de controle que permite algumas frações de classe exercerem o poder hegemônico. Não há pois de tomar "a nuvem por Juno" imaginando possíveis exatidões quantitativas, como se, a base econômica correspondesse diretamente e na mesma medida equivalente poder político.

Com esta observação pretendemos afirmar que as preocupações centrais da classe capitalista repousam na acumulação pela acumulação como um fim em si mesmo, mas também que o po-

der político exercido é em forte medida, e em última instância, determinado pelas condições objetivas vigorantes no processo de reprodução do capital.

Também é necessário levar em conta que o poder político da burguesia não se manifesta diretamente do econômico para as outras instâncias da vida social, mas sim, indiretamente através de inúmeras mediações expressas, p. ex., na estrutura institucional, ideológicas, padrões educacionais, culturais e científicos vigorantes, relações internacionais estabelecidas e, acima de tudo, o contexto das relações de força interclasses. Obviamente estas mediações atuam inclusive no sentido inverso, facilitando, obstaculizando ou impedindo a reprodução setorial ou geral do capital.

Em primeiro lugar, as observações que apontamos anteriormente, referidas ao capitalismo monopolista, são aplicáveis ao bloco hegemônico, na medida em que este tem sua base material caracteristicamente composta por empresas oligopólicas.

Buscando entender as bases de poder da burguesia monopolista, descrevemos quatro características do sistema produtivo composto pelas empresas oligopólicas no Brasil, que provocam diferenciados potenciais expansivos e, em decorrência, potenciais de poder, entre as próprias unidades de capital do bloco hegemônico.

Assim, como já fizeram outros autores (29), há que observar, na dinâmica da acumulação, que:

19) O princípio do risco crescente Kaleckiano não é aplicável ao endividamento das grandes empresas estrangeiras. Quando a relação dívida/patrimônio líquido de uma empresa vai se elevando, novos financiamentos só serão concedidos a juros e comissões de abertura (spreads) mais elevados a face ao risco dos novos empréstimos serem crescentes; para o caso das subsidiárias transnacionais, o patrimônio líquido considerado é o do total internacional do grupo; isto significa evidente superioridade das subsidiárias transnacionais obterem crédito preferencial e ilimitado com juros e comissões mais baixas, comparativamente às empresas nacionais.

29) As margens de capacidade ociosa planejada Steindliananas não são adequadas à análise do oligopólio no Brasil. Em se tratando de economia em contínua reestruturação do perfil industrial, os avanços qualitativos na indústria tendem a ocorrer aos saltos e os próprios potenciais expansivos não são determináveis com segurança, o que impede a previsibilidade de manutenção de capacidades ociosas programadas para enfrentar eventuais oscilações de demanda, tal como ocorre nas economias de industrialização madura. Além disso os procedimentos de reserva de mercado para os produtores internos faz com que, dentro das estratégias expansivas dos oligopólios internacionais, a existência de capacidade ociosa dos concorrentes não constituem barreiras à entrada significativas. Isto significa dizer que os excessos de capacidade setoriais existentes, inclusive nas empresas nacionais, não as defendem do acesso de novos concorrentes.

39) O processo de inovação tecnológica não é endógeno à estrutura de acumulação da grande empresa que atua no Brasil,

seja ela estrangeira, estatal ou nacional. Assim uma das formas fundamentais de como se manifesta a concorrência oligopolista é não apenas externa às condições de acumulação, mas, mais que isso, fornece ao capital transnacional que desenvolve inovações técnicas no exterior, especial instrumento diferencial de concorrência em face aos capitais nacionais oligopolistas privados e estatais.

49) É inaplicável ao caso brasileiro os supostos de estabilidade de longo prazo dos parâmetros de distribuição de renda da economia. O circuito da valorização do capital produtivo só se completa, ou se realiza, a partir da transformação das mercadorias em capital-dinheiro. Nesse sentido, as condições da demanda são cruciais para o desempenho das empresas oligopolistas. Isto é igualmente verdade nas economias industrialmente avançadas. Porém nas industrializações retardatárias, não só as violentas alterações da base produtiva, como incisivas medidas de política econômica e intensos processos inflacionários tem sido capazes de alterar a médio prazo a distribuição da renda real e em decorrência o perfil da demanda, viabilizando, incentivando ou restringindo desigualmente os diversos setores produtivos. Do mesmo modo, a demanda institucional do Estado e o seu poder autoritário de reprimir salários, jogam no mesmo sentido.

Em segundo lugar, a hegemonia é aqui exercida por um bloco de frações de classe que, além da concorrência intercapitalista entre os capitais individuais que operam de forma crescente sob a lógica do capital financeiro, possuem interesse de classe enquanto frações, dado que é ainda reduzida a

interpenetração dos capitais do bloco hegemônico. Isto significa dizer que além da natural concorrência intercapitalista, existe a contínua possibilidade de alterações de poder intra bloco hegemônico.

É importante notar que estas alterações relativas estão continuamente ocorrendo ao longo das inflexões do próprio ciclo econômico, onde, não são os vários capitais têm taxas diferenciadas de crescimento, como é possível que os capitais de determinada origem, por exemplo nacionais, tenham um comportamento relativamente melhor, e como fração ampliem seu poder relativo dentro do bloco hegemônico. Por outro lado, num caso extremo poderia ocorrer uma gradativa e contínua redução do poder de uma fração hegemônica, a ponto de provocar uma inflexão nos parâmetros institucionais de poder e o bloco hegemônico virar apenas um duo.

Entendido, portanto, que a noção de bloco hegemônico não é estática nem inalterável, compreendamos que existe uma base real de "solidariedade" entre os interesses nacionais privados, estatais e estrangeiros, quando o exercício da hegemonia, em seus efeitos de domínio e direção, beneficia o conjunto de tais interesses, e a partir deles, são ajustados, cooptados ou submetidos os interesses das demais classes sociais.

Assim, a solidariedade referida ocorre no plano econômico através das relações intersetoriais entre os capitais e no plano político pela formação de uma sociedade sob o primado do capital. Em decorrência disto é que se pode entender

que as políticas do Estado estão voltadas para a garantia da expansão do núcleo de empresas oligopólicas. As conjunturas deste núcleo oligopólico são determinantes na aplicação de políticas mais favoráveis ou prejudiciais às demais classes dominantes e às classes de apoio. Cabe lembrar que a importância destas classes refere-se não só ao nível da capitalização em geral, como da base política que representam, em especial em termos regionais. Nesse sentido, nos momentos de auge expansivo, estes interesses são mais facilmente atendidos e as alianças e a cooptação em torno do projeto hegemônico reforçam-no sobremaneira. Nas fases de desaceleração, a exemplo de 74/80, reduzem-se as possibilidades de manutenção estável das alianças, com inevitável reaquecimento das demandas políticas gerais em todas as classes. Isto não significa necessariamente uma possível quebra da hegemonia, mas pode, eventualmente, ocorrer a necessidade de novas formas de seu exercício e possivelmente reestruturação de alianças e até reordenações institucionais.

Tentemos nos aproximar da manifestação empírica do bloco hegemônico, em termos de sua base de poder econômico.

Informações do Anuário Econômico Fiscal de 1971 indicavam que cerca de 300.000 pessoas jurídicas com débito de Imposto de Renda declarado, somaram um lucro real no ano de 1969 de 11.549 milhões de cruzeiros, das quais 12.600 sociedades anônimas declaravam um lucro real de 7.014 milhões de cruzeiros e as 500 maiores sociedades anônimas declararam um lucro real de 5.224 milhões de cruzeiros. Isto significa que

500 empresas se apropriam de 45% do lucro total, ou 75% dos lucros apropriados pelas S/As. Como os lucros realizados constituem um determinante fundamental das decisões de investir e portanto da expansão capitalista, é óbvio que tais empresas possuem enorme poder de definir o comportamento agregado da economia.

Na página seguinte, expomos o quadro das 200 maiores empresas brasileiras, não financeiras, segundo a natureza do capital. Ele permite demonstrar os grandes portes absolutos do tamanho das empresas, indicadores do alto grau de concentração do capital na economia brasileira, além de fornecer uma primeira aproximação quanto à distribuição segundo a origem do capital, ainda que se deva levar em conta que as empresas oligopólicas superam este reduzido número. O valor médio do patrimônio líquido das 200 empresas foi de 12.866,0 milhões de cruzeiros de 1979 (cerca de 322 milhões de US\$).

Na página 155 expomos o quadro "Consolidações das 500 maiores" no ano de 1979, publicado pela "Revista Conjuntura" do IBRE-FGV. O valor médio do patrimônio líquido das 500 empresas foi de 4.260,5 milhões de cruzeiros em 1979.

200 MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS SEGUNDO A NATUREZA DE PROPRIEDADE - CR\$ BILHÕES - 1979

EMPRESAS	Nº DE EMPRESAS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		PAGAMENTO		LUCRO LÍQUIDO ANTES I.R.		LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		MÃO-DE-OBRA EMPREGADA	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	MIL PESSOAS	%
ESTATAL	83	2.000	77,9	814,5	46,7	97,4	57,2	88,3	64,8	630,5	48,0
NACIONAL PRIVADA	78	356,9	13,8	376,4	21,6	41,3	24,2	30,2	22,1	391,0	29,8
ESTRAN-GEIRA	39	216,3	8,3	553	31,7	31,6	18,6	17,8	13,1	291,4	22,2
TOTAL	200	2.573,2	100	1.743,9	100	170,3	100	136,3	100	1.312,9	100

Fonte: "QUEM É QUEM", VISÃO - 1980

OBS: Consideradas apenas as empresas não financeira.

CONSOLIDAÇÕES DAS 500 MAIORES - CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADOS - CR\$ MILHÕES - 1979.

Atividade	No de empresas	Contas patrimoniais										Contas de resultados	
		Ativo					Passivo					Vendas	Lucro líquido
		Circulante	Realizável a longo prazo	Imobilizado	Diferido	Total	Patrimônio líquido	Reserva	Exigível	Capital	Utileidade		
TOTAL GERAL	500	1.214.416	422.181	757.241	1.973.342	122.070	4.422.889	2.130.274	1.023.031	1.658.254	2.597.847	254.533	
1. Agrícola	5	2.833	14	1.057	4.417	576	8.053	4.575	2.976	1.597	-2.333	1.352	
2. Industrial	340	1.012.716	374.337	458.407	1.587.259	193.401	3.645.170	1.973.635	853.865	1.119.349	1.931.342	225.234	
2.1. Extrativa mineral	5	20.107	3.615	23.763	44.242	2.059	94.433	54.724	18.467	24.252	33.578	3.925	
2.2. Transformação	281	898.882	60.129	209.917	643.342	83.903	1.703.746	805.401	697.320	240.025	1.531.145	115.692	
Minerais não metálicos	29	24.516	4.051	22.653	24.254	3.742	91.069	57.409	18.478	17.119	54.321	6.455	
Metaleurgia	35	52.352	7.103	19.057	75.323	20.542	133.587	83.802	58.334	40.391	112.703	9.953	
Máquinas, material elétrico e de comunicações	39	98.502	6.433	17.650	34.421	2.027	158.073	75.043	62.535	23.330	142.322	10.331	
Material de transporte	29	149.317	12.179	11.893	67.541	4.240	234.375	51.257	102.052	41.036	222.337	13.650	
Cúmulos, provisões, farmaceut. mat. plásticas, perfumaria, sabão e velas	44	342.865	16.729	70.774	231.750	19.303	655.376	228.743	259.077	87.351	600.372	40.956	
Têxtil, vestuário, calçados e artigos de tecidos	27	32.115	1.732	4.123	19.254	633	83.142	34.527	12.047	4.353	45.572	8.043	
Produtos alimentares, bebidas e fumo	52	84.655	5.477	37.933	51.625	1.035	181.531	100.141	63.753	11.337	252.287	18.870	
Outros de transformação	25	35.050	5.834	23.933	39.334	4.025	109.226	61.609	22.644	16.773	75.231	6.739	
2.3. Construção civil	23	66.403	12.959	11.339	20.603	775	112.999	62.421	25.330	23.335	116.326	9.755	
2.4. Serviços industriais de utilidade pública	25	93.824	297.617	213.433	978.771	53.004	1.633.724	552.109	191.563	632.927	213.393	55.792	
3. Serviços	155	192.851	45.850	322.877	269.197	12.022	898.757	550.014	171.350	147.353	608.022	67.343	
3.1. Comércio (atacado e varejista)	37	107.252	9.133	20.919	35.063	1.645	174.630	74.638	64.438	3.633	237.339	12.433	
3.2. Transportes e comunicações	27	59.076	26.011	157.731	235.192	8.532	400.932	204.009	54.777	121.495	154.421	22.509	
3.3. Outros	91	26.523	10.003	171.025	172.242	1.015	723.123	169.719	22.155	70.255	71.353	52.716	

A Revista Exame, em sua edição de setembro de 1980, onde analisa as "Melhores e Maiores" empresas não financeiras segundo o volume de vendas, demonstra o número e a origem das empresas estrangeiras que atuam no Brasil e a sua evolução na participação nas vendas totais das 500 maiores empresas privadas, conforme o quadro abaixo:

AS MULTINACIONAIS NA LISTA DAS 500

	Número de Empresas			Participação nas vendas das 500, em %		
	1979	1978	1977	1979	1978	1977
1 Estados Unidos	67	71	74	20,5	20,2	20,1
2 Alemanha	22	22	18	7,7	7,9	7,6
3 Holanda	13	11	12	3,0	5,6	5,7
4 Itália	10	11	10	1,7	2,9	2,8
5 Japão	10	8	9	0,4	0,8	1,0
6 Suíça	9	8	11	2,8	1,9	2,1
7 Inglaterra	8	9	10	6,8	4,1	2,2
8 França	5	6	7	1,4	1,6	1,7
9 Canadá	4	5	7	0,9	1,1	3,2
10 Argentina	3	5	6	1,1	1,6	2,1
11 Bélgica	3	3	5	0,4	0,4	1,0
12 Suécia	2	4	3	0,4	0,8	1,0
13 Finlândia	1	1	1	0,1	0,1	0,2
14 Panamá	1	1	-	0,1	0,2	-
15 Dinamarca	1	1	1	0,1	0,1	0,1
16 Áustria	1	1	1	0,1	0,1	0,1
17 Liechtenstein	-	2	2	-	0,2	0,2
TOTAIS	160	169	178	47,5	49,6	51,2

Através deste quadro pode-se inferir não só a concentração por origem do capital, pois mais de 76% do número das empresas provem de apenas 5 países, como as empresas destes países controlam mais de 70% das vendas das empresas estran-

geiras incluídas nas 500 maiores do país. Por outro lado, ao verificarmos que 160 das empresas transnacionais (32%) ofertam quase metade do total das vendas (47,5%), pode-se concluir que o grande capital privado nacional possui escalas de mercado, na média, bem menores que seus parceiros estrangeiros.

Outro quadro interessante refere-se às proporções, ainda segundo o volume de vendas, entre as empresas de capital estatal, estrangeiro e nacional que mostra um certo equilíbrio ao nível da participação no mercado das 500 maiores, agora consideradas as privadas e as estatais. Já quando analisamos as participações nas vendas entre as 25 maiores, os dados demonstram que as estatais têm escala de mercado ainda maiores que as estrangeiras.

PARTICIPAÇÃO DAS VENDAS DAS ESTATAIS,
ESTRANGEIRAS E NACIONAIS PRIVADAS, em %

Entre as 25 maiores do país			Entre as 500 maiores do país				
	ESTRAN- GEIRAS	ESTATAIS NACIONAIS		ESTRAN- GEIRAS	ESTATAIS NACIONAIS		
1979	39,5	55,2	5,3	1979	34,5	31,3	34,2
1978	40,8	53,8	5,4	1978	35,4	29,7	34,9
1977	48,6	42,3	9,1	1977	38,5	25,3	36,1
1976	54,9	37,9	7,2	1976	40,8	24,6	34,6
1975	50,9	42,4	6,7	1975	41,8	23,4	34,8
1974	50,4	41,3	8,3	1974	39,3	22,2	38,5

FONTE: Revista Exame - Melhores e Maiores - setembro/1980.

Outro demonstrativo do grau de concentração do setor não financeiro da economia está citado na Revista Visão no "Quem é Quem", de 1979, portanto referido aos balanços do ano de 1978, no qual as 6.430 empresas ali incluídas foram divi-

didadas em quartis (1608 empresas cada), com o patrimônio líquido das empresas do 1º quartil somando 86,5%, as do 2º quartil 7,5%, as do 3º quartil 3,8%, as do 4º somando 2,2% do total.

Da mesma publicação retiramos os seguintes dados, referidos igualmente ao universo das 6.430 empresas que, no ano de 1979, eram chamadas por aquela fonte sob a designação genérica de "as maiores empresas não financeiras do país". Notamos aqui, a título de esclarecimento, que as mesmas correspondem, segundo os critérios por nós utilizados nesta dissertação, tanto ao grande como ao médio capital. Aliás, este esclarecimento é válido também para os dados do "Quem é Quem" de 1980, que iremos utilizar.

DISTRIBUIÇÃO DAS MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS SEGUNDO A NATUREZA DE PROPRIEDADE - 1978

Empresas	Nº	% do Nº	% do Patrimônio Líquido
Estatais	382	5,9	50,9
Nacionais	5.482	85,4	37,7
Estrangeiras	566	8,7	11,4
Total	6.430	100,0	100,0

Fonte: "Quem é Quem" - Visão - 1979.

Na edição de Quem é Quem, de 1980, publicada pela Revista Visão, há um quadro, que reproduzimos na página seguinte, onde estão listadas, ano-a-ano, as empresas que atingiram no mínimo um patrimônio líquido em cruzeiros, equivalentes a cada ano a cerca de 1 milhão de US\$. Para o ano de 1979 este valor estava em torno de 40 milhões de cruzeiros.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR EDIÇÃO DO "QUEM É QUEM"					
EDIÇÃO	S E T O R			T O T O L	
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	Nº	ÍNDICE
1967	17	823	261	1.101	100
1968	54	1.106	323	1.483	135
1969	97	1.617	618	2.332	211
1970	106	1.751	796	2.653	241
1971	121	1.913	933	2.967	269
1972	156	2.136	1.048	3.340	303
1973	247	2.652	1.353	4.252	386
1974	263	2.868	1.507	4.638	421
1975	343	3.015	1.754	5.112	464
1976	377	3.153	1.823	5.353	486
1977	467	3.590	1.830	5.887	535
1978	497	3.585	1.918	6.000	545
1979	567	3.801	2.062	6.430	584
1980	718	4.026	2.201	6.945	631

É interessante notar que no período 67/80, o número de empresas com porte acima de 1 milhão de dólares mais que sextuplica, o que demonstra a impressionante capitalização havida no período.

Com as informações do Quem é Quem, de 1980, da Revista Visão, a partir de dados de balanço de 1979, separamos as 20 empresas não financeiras situadas entre a 490a. e 510a. posição segundo o patrimônio líquido. Calculamos para estas empresas a média do patrimônio líquido e número de empregados. Repetimos a operação, agora para as 20 empresas classificadas naquelas posições segundo o faturamento, e obtivemos as médias deste item e do nº de empregados. Os resultados estão expressos no quadro da página 161..

DISTRIBUIÇÃO DAS MAIORES (1) EMPRESAS BRASILEIRAS SEGUNDO SETORES E A NATUREZA DE PROPRIEDADE - 1979.

SETORES	EMPRESAS NACIONAL PRIVADO	ESTATAL	TRANSNA- CIONAL	TOTAL
Agropecuário e Silvicultura.	583	8	11	602
Mineração	80	20	16	116
Prod.Minerais Não-Metálicos	159	1	21	181
Metalurgia	378	16	48	442
Mecânica	212	3	67	282
Material Eletroeletrônico	110	--	41	151
Material de Transporte	142	4	38	184
Móveis e Madeira	310	2	17	329
Química e Farmacêutica	317	22	112	451
Calçados, Couro e Borracha	130	--	11	141
Têxtil e Vestuário	430	1	32	463
Produtos Alimentícios	621	8	30	659
Bebidas e Fumo	91	1	12	104
Editorial e Gráfica	87	7	3	97
Indústrias Diversas	105	--	13	118
Construção e Engenharia	433	12	15	460
Transportes e Armazenagem	188	50	8	246
Serviços Públicos	52	197	1	250
Comércio	878	3	30	911
Serviço Geral	676	40	42	758
T O T A L	5.982	395	568	6.945

FONTE: "Quem é Quem" - VISÃO - 1980.

OBS.: (1) Referem-se às empresas com patrimônio líquido superior a Cr\$40 milhões, equivalente a aproximadamente US\$1 milhão.

EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS POSICIONADAS ENTRE A 490a E A 510a.-
MÉDIAS.

CRITÉRIOS	(em Cr\$ milhões de 1979)		
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	FATURAMENTO	Nº DE EMPREGADOS
Segundo o Patrimônio Líquido	1.053,4		1.830
Segundo o Faturamento		1.439,8	1.764
Média dos dois Critérios			1.797

Com estas médias aproximativas procuramos obter um primeiro esboço numérico das empresas que constituem a base do poder das classes hegemônicas, constituída pelas empresas com pelo menos um dos citados itens apresentando cifras superiores àquelas médias. Os números resultantes nos indicaram a existência de 885 empresas que no ano de 1979 apresentaram ou patrimônio líquido superior a 1.050 milhões de cruzeiros, ou faturamento superior a 1.400 milhões de cruzeiros ou um número de empregados acima de 1.800. Dentre as 885 empresas, 204 tiveram apenas o faturamento acima daquelas médias e 181 tiveram apenas o número de empregados superior a 1.800. Assim, se adotássemos um critério binário, 681 empresas têm patrimônio e número de trabalhadores superiores às médias e 706 têm patrimônio e faturamento superiores às médias obtidas.

Neste momento é importante acrescentar que em todas as empresas até agora consideradas não estão incluídas aquelas do setor financeiro, o qual está extremamente concentrado em conglomerados financeiros, onde de 10 a 15 destes grupos exercem inequívoca liderança oligopolista no setor.

Podemos afirmar assim, como ordem de grandeza, que 900

empresas constituem unidades onde o seu porte é indicador de poder de classe diferenciado por aqueles proprietários/controladores destes capitais e constituem a base material substantiva do poder das classes hegemônicas.

O conjunto de informações empíricas registradas acima, já bastam para demonstrar com razoável segurança que:

1º - A dinâmica da economia brasileira é dominada e determinada pelo comportamento de um núcleo bastante restrito de grandes empresas (900), cujo patrimônio líquido, faturamento e número de empregados diferem qualitativamente das demais aproximadamente 6.000 empresas médias e das cerca de 72.000 empresas de pequeno porte, dentre os mais de 1.000.000 estabelecimentos urbanos com objetivos econômicos existentes no país. As atividades rurais do país em 1979 eram exercidas em cerca de 5 milhões de propriedades, sendo mais de 4 milhões de propriedades com menos de 50 ha. e pouco mais de 3 milhões possuindo menos de 20 ha.

2º - O núcleo das grandes empresas possui a natureza do capital dividida em três tipos - estrangeiras, estatais e nacionais privadas, as quais numa primeira aproximação quantitativa parecem não diferir essencialmente no grau de controle da economia brasileira.

Definido este conjunto de grandes empresas como o núcleo da base material do poder hegemônico, é ainda necessário especificar que no interior deste núcleo de grandes empresas, ainda que sejam genericamente oligopolistas, persistem existindo enormes diferenciais no poder de controlar a dinâmica

da economia. Sem que pretendamos detalhar ou especificar as diferentes situações desfrutadas pelos diversos grupos econômicos em cada setor, levantaremos algumas qualificações que permitam apontar estas diferenças.

Assim, mesmo em termos sumários, há que avançar na descrição deste núcleo de grandes empresas, para tirar conclusões mais precisas quanto à base de poder que representam para o exercício da hegemonia, isto é, caracterizá-lo melhor, no sentido de demonstrar sua capacidade de dirigir a expansão econômica, isto num primeiro momento analítico, e num segundo momento, o qual transcende ao escopo deste item, que dominam e dirigem a sociedade brasileira em seu conjunto.

Para avançar, há que buscar subsídios nos trabalhos de pesquisa sobre a estrutura industrial e a política econômica brasileira, alguns já apontados anteriormente, conscientes de que, no intuito de sumarizar aqueles eventos mais explicativos ao escopo deste trabalho, devemos estar simplificando a riqueza de conhecimento neles contidos.

As pesquisas sobre a matéria têm demonstrado que, a partir de determinadas características técnico-produtivas prevalecentes em cada mercado, indústria, setores industriais ou setores por categorias de uso de bens, num grau crescente de agregação analítica, definem-se diferentes estruturas de mercado, nas quais as diversas empresas estabelecem controles oligopólicos que lhes fornecem poder de mercado diferenciados. Claro que a utilização deste poder em princí-

pio está voltada para a obtenção de lucros elevados no longo prazo, e em decorrência, da garantia de sua expansão econômica.

As características técnico-produtivas e os controles oligopolistas estabelecidos são de diversas ordens e de impactos diferenciados para cada estrutura de mercado e para cada momento do ciclo econômico.

A descrição feita a seguir de algumas destas características, apenas serve para explicitar, ajudando a compreender, a estruturação diferenciada de poder, não apenas existente entre os capitais que desfrutam de posições oligopolistas e os demais capitais, como aquelas existentes no interior do núcleo oligopólico da economia brasileira:

1 - O peso absoluto da empresa no setor, quando elevado, implica em alto poder de determinação de suas variáveis básicas : lucro, investimento, vendas, etc. Este seria o caso, por exemplo, da produção de fumo ou de cerveja, onde pouquíssimas empresas, um semi-monopólio, ocupam a quase totalidade da capacidade de oferta em seus setores.

2 - A importância do setor ou indústria no conjunto das relações interindustriais. Imagine-se empresas de iguais portes em indústrias concentradas, por exemplo, em um ramo da metalurgia e na produção de chocolates e o impacto diferenciado na economia que seria provocado pela eventual paralização da produção em ambos os setores. Ao menos em princípio, a capacidade de mobilização política e possibilidade de ver atendidos circunstanciais reclamos junto ao aparelho de Esta-

do, é maior no ramo metalúrgico.

3 - Sabemos que o mercado total brasileiro de determinados produtos só permite a implantação, com viabilidade econômica, de poucas unidades produtivas, em razão dos tamanhos mínimos das plantas industriais determinados pelos padrões tecnológicos vigerantes. Assim, por exemplo, no ramo de locomotivas ou máquinas rodoviárias, duas ou três empresas poderão deter poder absoluto de mercado.

4 - O controle de jazidas de matérias primas, principalmente nos ramos de insumos básicos e difundidos, ou a posse de excepcionais fontes de recursos naturais, seja pela qualidade e/ou localização, vem fornecendo poder econômico ímpar a diversos capitais que defrutam destas condições.

5 - O controle do sistema de comercialização, o esforço de vendas, a consolidação de marcas, a propaganda, conduzem num mesmo ramo a uma possível faixa de expansão diferenciada entre empresas, a exemplo dos produtores de bebidas alcoólicas, fumo, lâminas de barbear, e outros.

6 - A diferenciação de produtos, típica estratégia da concorrência oligopolista dos setores de bens de consumo duráveis, tais como automóveis e eletrodomésticos, onde a cada ano lançam-se novidades e diversificam produtos por faixas de consumidores, pode, dependendo do maior ou menor sucesso na implementação destes procedimentos, acarretar diferenciais de lucro e de expansão.

7 - O controle da tecnologia de produto e de processos produtivos, bem como dos seus contínuos esforços de pesquisa visando ampliar a produtividade do trabalho é crucial nas formas de concorrência oligopólicas. Neste sentido, como as

tecnologias dominantes nos mais diversos setores tem sido desenvolvidas nos países de industrialização mais avançada, esta característica tem sido apontada como uma razão inexorável para a expansão relativa do poder da fração de capital estrangeiro no bloco hegemônico. Sem negar sua pertinência ou pretender resolver esta questão, tem-se verificado alguma capacidade dos grandes capitais nacionais em adquirir os conhecimentos técnicos ou em se associar com os capitais estrangeiros que as desenvolveram, com ônus econômicos e de poder óbvios, porém de alguma forma superáveis até o presente momento histórico. A geração interna de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos ainda é reduzida. Inclusive a mobilização do aparelho de Estado para esta necessidade do capital tem sido bastante tímida, o que é, em parte, explicável pela própria composição do bloco hegemônico; mas, as demais classes componentes do bloco hegemônico de origem nacional não tem-se mostrado à altura de suas tarefas dirigentes neste particular.

8 - O estabelecimento de conexões entre os capitais da órbita produtiva com os da órbita financeira, em ambos os sentidos e diferentes graus de interpenetração, aliás uma característica da lógica do capital financeiro, pode elevar a capacidade de domínio e liderança setoriais, pela utilização cruzada de fundos, nas diversas aplicações que, a cada conjuntura, demonstrem-se mais lucrativas. A pequena interpenetração dos capitais bancário e industrial nacionais tem sido apontada como causa da baixa capacidade de resposta dos capitais nacionais mais antigos, à penetração de novos capitais estrangeiros. As conexões entre o grande capital industrial

nacional e o capital bancário estatal de financiamento de longo prazo - o BNDE e o sistema de Bancos de Desenvolvimento - é o único em que tal conexão está definida prioritariamente, do BNDE para com as empresas nacionais; com os demais agentes financeiros estatais atuando indiscriminadamente para os três elementos do bloco hegemônico. Mas, ainda assim, é importante notar que o BNDE, quando financia ou investe em empresas nacionais, está indiretamente beneficiando o capital estrangeiro que fornece os equipamentos para a expansão da capacidade produtiva.

A descrição destas oito observações acima não deve induzir à compreensão de que as vantagens monopolistas esgotam-se nestas objetivas formas de poder. Além das questões supra mencionadas, as quais são tratadas por alguns analistas, equivocadamente como resultantes de superior eficiência produtiva das empresas oligopolistas, estas se utilizam ainda de táticas e práticas restritivas nos negócios bem como do uso de poder extramercado. (30) Entre estas práticas, pode-se sumariamente citar:

a) o entrosamento de diretorias de empresas distintas, através de indivíduos ou famílias que exercem cargos diretores em duas ou mais empresas industriais ou financeiras. Isto permite o estabelecimento de comportamentos sintonizados entre empresas com relações interindustriais ou a divisão de mercados entre empresas concorrentes. Tais entrosamentos de diretorias também favorece as negociações destas empresas junto aos organismos governamentais e nas ações conjuntas contra efetivos ou potenciais concorrentes;

b) outra fonte de poder das empresas oligopolistas que atuam com vários produtos reside na capacidade de excluir concorrentes em mercados específicos, através da prática de dumping, financiado no longo prazo pelos lucros obtidos pelas outras linhas de bens produzidos no mercado interno ou, no caso das subsidiárias das transnacionais, pelo suporte financeiro de suas matrizes;

c) o cartel, formal ou informal, onde as condições de concorrência são estabelecidas em comum acordo entre as empresas dominantes em alguns setores, com vistas a evitar disputas de preços, impedir o acesso ao mercado de eventuais concorrentes, bem como expulsar ou impedir a expansão de empresas não cartelizadas, já existentes no setor. A operação sob a forma de cartel também permite melhor defesa das condições de mercado frente aos organismos de controle do SGE, e uma mais fácil adequação da expansão do capital das subsidiárias que operam no mercado brasileiro às determinações da dinâmica expansiva mundial do capital transnacional;

d) as relações de caráter político estabelecidas pelas empresas oligopolistas se realiza junto ao aparelho de Estado através de representantes políticos e altos funcionários civis e militares, cujas carreiras foram influenciadas ou reforçadas por conexões, presentes e passadas, inclusive no exercício de cargos de diretoria nestas empresas, usadas reiteradamente para facilitar o acesso das empresas aos níveis decisórios do SGE. Também são utilizadas estas influências pessoais e outros processos indiretos de pressão sobre a BPD responsável pela emissão de regulamentações e normatizações governamentais;

e) a tomada de controle de capital (takeover) de empresas mais frágeis financeiramente é uma das formas das empresas oligopólicas ampliarem o controle de mercado e o poder sobre setores importantes para a expansão do capital.

As considerações até aqui realizadas sobre a concentração industrial e financeira e os controles oligopolísticos de mercado e extramercado permitem qualificar ao conjunto de empresas que desfrutam de posições oligopólicas, não apenas como um conjunto de grandes empresas, mas como um bloco de interesses que exerce a dominância e a direção do processo expansivo capitalista no Brasil e, portanto, um bloco hegemônico, ainda que neste item tenhamos nos detido em especial às considerações sobre a base infra-estrutural do poder das frações de classe capitalistas hegemônicas no Brasil.

Novo esclarecimento. As empresas até aqui consideradas, dada a interpenetração de capitais existente e a possibilidade de mais de uma empresa oligopólica pertencerem ou serem controladas por um mesmo grupo, constituem frações de classe que controlam um número de grupos econômicos menor que o número de empresas oligopolistas.

Os poucos estudos sobre as estruturas de mercado vigentes no Brasil, que levam em conta não apenas o porte das empresas, mas também as características de poder acima descritos, referem-se ao ano de 1970, último censo já apurado, e a citada pesquisa da FINEP realiza também um comparativo das variações no poder de mercado ocorridos entre 1970 e 1973. Um dos resultados numéricos, referidos apenas às empresas líderes privadas, as quatro maiores de cada setor, estão descri-

tas, no quadro apresentado na página seguinte, agregados por categorias de uso dos bens. Nelas, 421 empresas líderes em 1970 e 433 em 1973 são comparadas segundo a origem do capital privado, quanto ao número de estabelecimentos (NEST), taxa de acumulação (TA), markup e relação excedente bruto sobre o capital. A pesquisa demonstra em cada categoria de uso as estruturas de mercado dominantes e desagrega as categorias em gêneros, industriais e setores (conforme o caso), permitindo inferir as bases reais de poder exercidas pelas empresas líderes naquela conjuntura de extrema aceleração econômica. Ao nível de agregação apresentados, os resultados indicam que não se verificam diferenças substanciais no comportamento dinâmico agregado, entre as empresas líderes nacionais e as transnacionais, ao considerarmos as três variáveis ali expressas. (31)

A expansão ocorrida nos anos de 1974 a 80, não parece indicar alterações substanciais na composição do bloco hegemônico em termos da posição relativa das três origens do capital. Vários autores têm levantado a possibilidade de ter ocorrido uma ampliação relativa do peso do capital nacional privado e estatal, devido à característica da política econômica impressa pelo II PND.

Não há entretanto informações suficientes para corroborar tais afirmações. Entretanto, deve ter ocorrido apenas mudança nos pesos relativos do setores, dada a sua expansão diferenciada entre 74/79, segundo os dados apurados pela FIBGE (publicadas pela Revista Visão) neste período de desaceleração e de tendência recessivas. (ver p. 172)

RESULTADOS RELATIVOS AOS ESTABELECIMENTOS LÍDERES DE GRANDES EMPRESAS INTERNACIONAIS E DE GRANDES EMPRESAS DE CAPITAL PRIVADO NACIONAL - POR CATEGORIA DE USO DOS BENS 1970 e 1973.

(Em Valores Correntes)

CATEGORIA	EMPRESA	NEST	TA		MARKUP		EXC. BRUTO CAPITAL	
CONSUMO NÃO DURÁVEL	INTERNACIONAIS	61 56	0,19	0,22	1,08	1,06	2,64	3,57
	NACIONAIS	69 71	0,16	0,35	0,79	0,77	1,25	1,63
CONSUMO DURÁVEL	INTERNACIONAIS	18 17	0,30	0,81	0,52	0,38	1,20	1,65
	NACIONAIS	9 8	0,17	0,56	1,10	1,11	1,07	1,83
INTERMEDIÁRIOS	INTERNACIONAIS	102 102	0,17	0,36	0,68	0,68	0,88	1,22
	NACIONAIS	70 70	0,21	0,31	0,79	0,66	0,88	1,29
BENS DE CAPITAL	INTERNACIONAIS	24 27	0,13	0,39	0,63	0,64	0,83	1,35
	NACIONAIS	15 15	0,13	0,12	0,73	0,58	1,08	1,44
PARTES	INTERNACIONAIS	41 42	0,16	0,40	0,62	0,44	0,99	0,86
	NACIONAIS	12 17	0,18	0,18	0,58	0,51	1,48	1,79
TOTAL INDÚSTRIA	MÉDIA		0,18	0,35	0,62	0,56	1,06	1,21
	INTERNACIONAIS	246 250	0,19	0,36	0,68	0,58	1,16	1,45
	NACIONAIS	175 183	0,18	0,31	0,81	0,70	1,06	1,53

FONTE: FINEP

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR GRANDES SETORES.

(% sobre o ano anterior)

CATEGORIA DE USO/ANO	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
BENS DE CAPITAL	25,7	27,7	22,3	4,7	14,9	-4,4	6,8	5,7
BENS INTERMEDIÁRIOS	14,8	18,3	9,3	6,4	12,8	7,5	6,8	9,1
BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	25,2	25,9	8,3	-4,2	14,6	0,6	16,4	7,5
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	9,4	11,2	3,9	2,9	11,2	-0,5	7,3	4,7

FONTE: FIBGE

A partir da importância, do peso, da dinâmica e das relações de poder econômico estabelecidas pelo bloco hegemônico, torna-se possível melhor entender as formas de institucionalização do Estado e a política econômica aplicada às demais classes dominantes, de poio e dominadas.

Neste sentido, os movimentos ao nível político, entendidos aqui como o conjunto dos fenômenos superestruturais - ideológicos, jurídicos, científicos, culturais e políticos estrito senso -, não são apenas o reflexo das determinações da base e da política econômica, mas em sentido contrário, as condições superestruturais também determinam os limites ou o campo de possibilidades de aplicação das políticas econômicas e da própria expansão do capital.

Este é o motivo pelo qual estas frações de classe para exercerem sua hegemonia, necessitam atuar, e atuam efetivamente, nos condicionantes da superestrutura da sociedade. Em ambos os casos, infra e superestruturais, o Estado Brasilei-

ro é um elemento fundamental para o exercício desta hegemo-
nia. Mas este Estado não é o reitor da sociedade brasileira.
Também não é o instrumento dócil e direto do bloco hegemôni-
co. Eis o que deve ser compreendido em suas especificidades.

3.2.3. - Hegemonia - Interação Estado e Sociedade Civil.

Reside no aparelho de Estado um elemento de força e de violência que constitui uma característica geral e indiferenciada do conjunto da vida social numa sociedade dividida em classes e baseada na exploração do trabalho assalariado sob a forma capitalista.

A aparição do Estado burguês corresponde à formação de uma instituição de força pública que não coincide mais com a população organizada ela mesma como força armada. No Estado burguês moderno é nele que se concentra, através do aparato coercitivo, a detenção do monopólio de toda a violência armada. Esta violência organizada é também uma violência institucionalizada e, conforme o regime vigorante, uma violência constitucional. O tamanho, a conformação e o uso desta violência institucionalizada no aparelho do Estado não é, de modo algum, derivado direto das relações de força das classes sociais existentes na sociedade. Este monopólio da violência organizada vai corresponder à aparição de um Estado político e nesta medida se manifesta por intermédio de estruturas particulares conhecidas como o Estado de Direito. Tal Estado de Direito irá basear-se, em suas ações no uso da violência institucionalizada, em uma série de codificações, cuja principal é a Constituição, nas quais, se expressam como valores sagrados, acima dos interesses da própria sociedade, os interesses "legítimos e eternos" da classe burguesa.

O conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci apresenta então uma especial capacidade de análise na medida em

que nos permite perceber em todos os domínios da vida social as várias contradições características da própria exploração econômico-política da classe trabalhadora. Estas contradições, que vão revelar-se nas lutas pela afirmação dos interesses das diversas classes sociais, vão corresponder à estruturação objetiva do Estado moderno.

As observações acima, referem-se a característica do poder de Estado enquanto expressão material das lutas sociais e nunca é, portanto, um poder institucional, mas sempre um poder em contínua institucionalização. Sua forma não pre-existe às lutas sociais pois são estas que tem o primado sobre as instituições e lhes fornece o seu sentido histórico. Isto posto, as análises de sua cambiante institucionalização repousam sobre a noção de autoridade.

Tal autoridade representa a capacidade de um agente investido no controle de um aparelho de Estado de mobilizar instrumentos/recursos, capazes de condicionar ou alterar comportamentos (individuais, de grupos, entidades, ou classes) na sociedade. Esta é a forma primária de manifestação do poder de Estado, a qual se deve somar o reconhecimento desta autoridade tanto pelos que a ela estão submetidos, como pelos agentes dos demais aparelhos de Estado, e sobretudo, pelas classes dominantes cujos interesses são afetados pelas ações daquele aparelho.

A sociedade burguesa é regida formalmente por uma separação entre o Estado e a sociedade civil. Nesse sentido há que discutir a questão das formas de existência de poder político, não institucionalizado nos aparelhos de Estado.

O exercício da hegemonia, exige previamente o momento da dominação, mas não se completa, a menos que em simultâneo, seja acompanhado do momento de direção. Ambos os momentos de domínio e direção, ou seja, a hegemonia realizada pela burguesia, se efetiva tanto através dos aparelhos de Estado como também através das entidades da sociedade civil sob controle da classe burguesa. Há uma complementariedade nas ações do aparelho de Estado e das entidades da sociedade civil. Isto significa dizer que não são corretas as noções de que toda a violência e, portanto, todo o aspecto de dominação reside, na sociedade burguesa, apenas no aparelho de Estado, e a de que a direção deve-se expressar essencialmente nas entidades burguesas da sociedade civil.

As relações em geral usufruídas pelo capitalista e ligadas diretamente à sua posição econômica-política de dominação de classe, espelham o fato de que, dentro da empresa, trata-se de relações de força pura e simples. Tais relações de força não surgem apenas do domínio no âmbito econômico, mas também no âmbito político, e portanto não é correto afirmar que este último decorra exclusivamente do poder de dominação do Estado externo às empresas. Tais relações de força se dão em razão da dupla função do capitalista dentro da empresa: a de dominação e exploração da força de trabalho e a de organização e direção do processo de produção. Assim, mesmo nestas entidades cujo efeito dominante é econômico, nelas também se faz presente uma função de dominação, uma função repressiva, a qual ainda que possa apresentar um caráter secundário, nem por isso deixa de ser constitutiva da relação

social. As diversas formas que se revestem as entidades sob controle das classes dominantes na sociedade civil, constituem, exercem e realizam um poder político institucionalizado ou não dentro destas entidades, e portanto, são complementares à dominação exercida através dos aparelhos repressivos do Estado.

As observações acima são necessárias na medida em que, por excesso de esquematismo, tem sido admitido o exercício da hegemonia burguesa, ao longo de todo esse período, como se fora apoiado apenas sobre o poder coercitivo do Estado. Creio ser necessário citar a atuação repressiva que em diversas empresas no Brasil foram exercidas sobre os operários diretamente, através dos seus corpos de segurança internos, através dos processos de seleção e através de elementos infiltrados na classe trabalhadora para indicar as lideranças entre os trabalhadores.

São também conhecidos os inúmeros casos de criação de forças armadas paralelas, não institucionalizadas, e a atuação dessas forças privadas em acordo com os organismos policiais e militares nas fases repressivas mais acentuadas. Também é necessário explicitar que vários interesses capitalistas deslocaram parcelas de recursos para o financiamento direto de forças estatais não institucionais ou para forças estatais institucionais em tarefas ilegais, representando uma ampliação do poderio coercitivo. Em algumas ocasiões, os interesses agrários armaram forças paralelas ao Estado (jagunços) para exercerem diretamente coerção sobre interesses populares.

O mesmo tipo de esquematismo tem, por outro lado induzido a negativas sobre a existência de hegemonia por qualquer fração ou pelo conjunto da classe burguesa. Isto porque o momento da direção, que nos países industrialmente mais avançados realiza-se intensamente através de inúmeros organismos privados da burguesia - partidos, associações patronais, fundações, escolas e universidades particulares, centros de pesquisa, clubes de serviço, meios de comunicação - no caso brasileiro, tem sido pouco expressivos, comparativamente.

Mas, o importante é detectar se o movimento real da sociedade, em seus aspectos econômicos, e políticos-culturais, manifesta a expressão de uma hegemonia e, a partir dela detectar as formas segundo se exerce.

Assim considerado, vemos que os organismos privados da burguesia exercem ponderável função diretiva, embora seja de se reconhecer que os aparelhos de Estado tem aqui uma expressão exponencial. Mas, embora a autonomia do Estado brasileiro seja elevada, há que compreender que suas tarefas diretivas em sua parte essencial resultam ou são determinadas por pressões advindas das frações hegemônicas. Por outro lado, inúmeras tarefas que emergem no seio do próprio Estado têm sido extremamente adequadas aos interesses gerais do grande capital, porque a BPD atua como uma das parcelas mais conscientes dos intelectuais orgânicos da classe empresarial.

3.2.4. - Um Caso de Mediação de Interesses.

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base - ABDIB - é, se não a mais importante, seguramente uma das mais dinâmicas instituições de representação não corporativa dos interesses burgueses junto ao Estado.

A análise da ABDIB, feita segundo Boschi (32), mostra como a Associação se comporta perante o Estado, dentro do padrão adaptativo de busca de eficácia representativa nas condições estruturais existentes, e diz também respeito aos processos de crescente diferenciação e complexidade, tanto do aparelho de Estado quanto dos interesses privados.

As possibilidades de atuação através do Legislativo são mínimas no Estado Burocrático-Autoritário. Este é um dos motivos pelo qual torna-se impossível o estabelecimento de um padrão forte e duradouro de mediação de interesses privados e o Estado. Outro motivo reside na própria característica do bloco hegemônico, seja pela sua complexa conformação originária; seja porque a própria dinâmica da economia brasileira vai recompondo aceleradamente os interesses inclusive pelo ingresso de novos atores sociais. As associações paralelas à estrutura corporativa não tem permissão de tratar com a área das relações do trabalho a qual é exclusiva dos sindicatos oficiais. Também o controle normativo governamental sobre as condições de produção, como por exemplo, a regulação de preços via CIP, é um espaço reservado para as representações sindicais patronais de tipo corporativo.

Este duplice canal de mediação de interesses é contra-

ditoriamente benéfico e prejudicial à classe empresarial pois diluindo competências permite maior flexibilidade nas demandas frente ao Estado e melhor absorção de resultados negativos ocasionais. Por outro lado, reduz o peso político da representação minimizando eventualmente a força política de suas manifestações de interesses, o que aliás, nestes casos, induz ambas as representações a atuarem em conjunto.

O setor de bens de capital desempenha um papel estratégico na expansão industrial pois constitui a base para a expansão de outros setores da economia, dado que o desenvolvimento capitalista deste setor, permite ao capitalismo crescer com os seus próprios pés. A internalização desse setor representa portanto uma mudança qualitativa substancial na estrutura industrial dos países de industrialização retardatária.

Segundo Boschi, "...foi o investimento das indústrias de base que permitiu um deslocamento de um padrão tradicional de produção industrial em áreas tais como têxteis e alimentos, para um estágio mais adiantado de produção capitalista moderna". (33)

O papel estratégico do setor de bens e capital é ressaltado pelo fato de que a expansão desse setor esteve associada historicamente a maciços investimentos de capitais do Estado e de empresas estrangeiras. O porte mínimo de capital e os padrões tecnológicos e organizacionais exigidos por este setor determinavam desde o início a preponderância destas origens de capital. Em um segundo aspecto acompanho inteiramente as observações de Boschi quando diz que, "Se por um la-

do as indústrias de bens de capital dependem do Estado em termos de insumos e recursos financeiros, e das indústrias estrangeiras em termos de Know how, por outro lado o setor produtivo estatal depende grandemente da produção de bens de capital para os grandes programas de desenvolvimento, assim como as empresas estrangeiras, no sentido de contar com as indústrias de bens e capital nacionais como fonte de absorção de maciços programas de transferência de tecnologia. Em outras palavras, o setor de bens de capital é um fornecedor para o Estado e um aliado potencial das corporações multinacionais em vista da possibilidade de contribuir para uma definição favorável da política econômica na área das importações". (34)

A política de importações de bens de capital é extremamente importante no que diz respeito a balança de pagamentos pois é um dos seus itens mais onerosos e representa delicados interesses para todos os três atores envolvidos. Por um lado é importante às empresas nacionais do setor disporem da possibilidade de importar bens de capital - capital para os efeitos de estruturação de sua própria estrutura produtiva. Por outro lado do ponto de vista das corporações multinacionais políticas de importações restritivas significam uma limitação a um dos princípios fundamentais de sua operação que é precisamente a possibilidade de introduzir pacotes tecnológicos provenientes de suas sedes originais.

No que se refere às empresas estatais a política governamental restritiva de importações torna-se um obstáculo, quando, em razão de necessidades de soluções tecnológicas já

testadas e obteníveis a curto prazo e condições de preço e prazos de entrega favoráveis, são levadas à alternativa de quebrar as regras do jogo importando bens de capital ou adiar suas necessidades imediatas na expectativa de um atendimento futuro por parte da indústria nacional de bens de capital. Todo este campo de inter-relações, derivadas tanto das restrições à capacidade de importar como da política de defesa do mercado interno, ao longo de todo este período, tem sido uma das fontes de atrito mais importantes entre as frações de classe do bloco hegemônico.

Analisando a estrutura do setor de bens de capital, uma primeira observação diz respeito a que um grupo básico de verdadeiros pioneiros locais conseguiu sobreviver ao longo da expansão econômica brasileira, colocando-se atualmente entre os maiores grupos industriais tanto neste setor quanto na lista das maiores indústrias brasileiras. Segundo Erber, Araújo e outros, em pesquisa de 74, demonstram que a presença do capital estrangeiro no setor é de fato muito recente, correspondendo aos estágios posteriores do período de substituição de importações. Este fato parece comprovar que as mais recentes, portanto as estrangeiras, correspondem às empresas que produzem bens de capital mais complexos e de maiores exigências tecnológicas.

Dada a definição abrangente da categoria bens de capital, a composição de empresas do setor se vê efetivamente afetada por um grande número de empresas pequenas e médias que utilizam tecnologias muito simples e empregam não mais de cem trabalhadores. Tal verificação reforça o argumento

de Boschi de que há provavelmente um setor subsidiário dentro do setor mais amplo de bens de capital ocupando áreas marginais do mercado, mas incluindo também um grupo significativo de empresas nacionais de grande porte.

Das associações de classe da indústria brasileira no ano de 1978, a existência no setor de bens de capital de 21 associações sobre um total de 67 para o conjunto da indústria nacional, mostra a extrema diversificação de interesses apresentados por estas associações extras corporativas do setor. Esta extrema dispersão representativa pode significar, primeiro, uma tentativa de fugir ao controle estatal exercido sobre a estrutura sindical oficial de representação de interesses; segundo, que as associações do setor de bens de capital especializam-se em termos de áreas bastantes diferenciadas da produção e tem um padrão muito diversificado de contatos frente as agências governamentais; e terceiro, que este grande número de representações impede que uma única associação desgaste todo o seu potencial de pressão devido a atuação reiterada sobre uma dada agência governamental. Dentre estas 21 entidades representativas dos interesses do setor, destacam-se além da ABDIB, em análise, o SIMESP - Sindicato de Máquinas e Equipamentos do Estado de São Paulo, o SINDIPEÇAS - Sindicato de Peças e Acessórios do Estado de São Paulo, a ABIMAC - Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos.

Como até o início do Governo Geisel a política governamental tendeu a favorecer os setores de bens de consumo duráveis, em especial a indústria automobilística, o crescimento da indústria de bens de capital na verdade teve um compor-

tamento à reboque daqueles setores, mas respondendo a uma parcela substancial das necessidades de equipamentos exigidos para a expansão daqueles setores. Assim, embora não prioritário até aquele momento, a ABDIB se beneficiava através das ligações interindustriais da expansão ocorrida no período e apenas divergia do Governo na medida em que este autorizava ou favorecia importações de equipamentos já produzidos internamente. Tais importações obviamente eram forçadas, pelos investidores do setor de bens de consumo duráveis ou de insumos básicos sob a alegação de que os equipamentos importados possuíam melhor qualidade, maior produtividade, e preços de entrega mais reduzidos.

A partir do início da década de 70 a própria lógica da acumulação ampliada do capital demonstrava a necessidade de estimular com maior ênfase a produção nacional de bens de capital. Nesse caso é indevido imputar somente ao Estado, ou por outro lado, somente à ABDIB a capacidade de definir as metas tal como foram expressas no II PND.

Este foi mais um caso em que aparentemente o locus inicial de formulação de políticas partiu do Estado, atravessou e permeou as associações de interesses empresariais e retornou reformulada ao próprio aparelho de Estado. As políticas que corresponderam as metas de expansão do setor de bens de capital de forma acelerada surgiram também como resultantes dos interesses objetivos e manifestos do bloco hegemônico. A posição da ABDIB em todo este contexto político foi de grande importância.

Sobre a relação entre a estrutura de origem do capital

no setor e a composição da diretoria da ABDIB, Boschi faz as seguintes observações, que julgo interessantes: "Um aspecto que merece atenção adicional com relação à caracterização do setor de bens de capital sob encomenda refere-se à participação do capital estrangeiro. De importância significativa é a composição da diretoria da associação que revela uma presença marcada de empresários nacionais, começando com 66,6% em 1964 e alcançando 100% em 1977. Antes de revelar um sentimento contrário ao capital estrangeiro, este fato apenas reforça o quadro de um grupo de interesses cuja ação é pragmaticamente informada. Os empresários nacionais tendem a ter maior conhecimento do meio ambiente político do país em aspectos que os estrangeiros com frequência negligenciam. Assim, uma liderança nacional facilita o acesso às agências públicas por causa desse conhecimento e porque a associação pode acenar com uma identidade nacional em sua barganha com as esferas governamentais. Ao mesmo tempo, os benefícios refluem, coletivamente, a um número de participantes bem definidos, estrangeiros inclusive. O capital estrangeiro representa aproximadamente 1/3 do capital nacional entre 114 membros da ABDIB..." (35)

Os fatos acima citados correspondem a mais um indicador de importância para entender a hegemonia como um bloco entre as três frações monopolistas. A importância da presença do grande capital nacional neste bloco hegemônico não deve ser avaliada estritamente ao nível de sua base econômica, negligenciando a atividade política imanente ao próprio conceito de hegemonia.

Quanto aos aspectos políticos, a burguesia nacional oligopolista corresponde à fração mais forte do bloco hegemônico, tanto pelo seu acesso privilegiado ao SGE, por suas relações de representatividade junto ao capital estatal (SPE e SFE) e capital estrangeiro. Ela também encarna, como fração de vanguarda frente as demais classes dominantes e das classes de apoio, com as quais possui relações econômicas e sociais historicamente sedimentadas, a "representação ideal de burguesia dirigente" de um país capitalista. A fração burguesa oligopolista nacional tem obtido, a partir da privatização do Estado, vantagens em escala desproporcional à sua importância no plano econômico. Estas vantagens se transformam em capitalização e controle de mercados acima do que se poderia esperar, em análise restrita apenas aos condicionantes econômicos de seu poder.

A capacidade de mediação da ABDIB foi elevada, a despeito das condições restritivas do Estado Autoritário, pois conseguiu traduzir seus interesses em decisões governamentais favoráveis, de modo bastante eficiente. Cumpre notar que em 13 anos de manifestações desta associação apenas 4 em 402 vezes o Congresso foi citado como o caminho para as demandas dos interesses dos associados. A desimportância do Legislativo para a mediação de interesses num regime autoritário tem consequências relevantes do ponto de vista do funcionamento da burocracia e da organização do setor privado. Uma de tais consequências é a de que o processo de competição política, ao invés de ser externo aos aparelhos de Estado, tende a se concentrar na maior parte nas próprias esferas burocráticas. Isto mostra também porque é importante para o setor privado

manter e restaurar a participação corporativa nos conselhos econômicos do Estado. Estas observações a partir do comportamento real de uma associação de classe, mostram também o porque da importância e da justeza da utilização de uma categoria analítica como o Estado Burocrático Autoritário.

Dada a posição estratégica do setor de bens de capital na economia brasileira, a política governamental criou um programa específico de fortalecimento destas indústrias. Tal programa contou com as seguintes medidas e características:

- 1) A criação da EMBRAMEC - Mecânica Brasileira S/A e a alocação de recursos financeiros do sistema BNDE para os setores de bens e capital. O BNDE além de outras fontes de recursos controla e redistribui as poupanças compulsórias do programa PIS-PASEP.
- 2) Recomendação às empresas estatais para adquirirem seus equipamentos de empresas instaladas no território nacional.
- 3) Restrições a importações de bens de capital, com vistas a induzir sua produção interna.
- 4) A criação dos CNAI - Coordenação dos Núcleos de Articulação Industrial, numa tentativa de racionalizar o sistema de planejamento na área industrial, em especial nos setores onde as empresas estatais são compradoras oligopsônicas.
- 5) Concessão de vários incentivos, tais como novos investimentos canalizados para o desenvolvimento da capacitação tecnológica, e empreendimentos conjuntos com empresas estrangeiras, de modo a atrair tecnologia e capital estrangeiros ao mesmo tempo que assegurando a participação das empresas nacionais nos investimentos.

Por outro lado, tem havido casos de projetos aprovados pelo CDI, controlados por capitais estrangeiros, aos quais

o FINAME negou apoio financeiro. O FINAME, e o BNDE em seu conjunto têm exercido uma orientação mais nacionalista e sua recusa a fornecer crédito às empresas transnacionais tem criado um campo de luta política de extrema controvérsia.

Apesar do citado programa para o setor, e da importante expansão empresarial ocorrida, o SGE ainda assim tem sido ineficaz no que diz respeito ao aproveitamento das possibilidades expansivas do setor. A capacidade de expansão setorial representada pelo mercado brasileiro não foi devidamente utilizada em prol de empresas nacionais e nem devidamente como poder de barganha frente às empresas de capital estrangeiro. Isto porque, cumpre rememorar, o SPE responde por 50 a 60% do investimento fixo bruto total do país.

As últimas considerações sobre a performance do setor, são explicáveis em parte pelos diferentes interesses dos componentes do bloco hegemônico, onde um dos parceiros é constituído pelos mais sólidos oligopólios internacionais, e também pela adversa situação, criada após 1974, nas condições estruturais e conjunturais interna e internacional. Mas estas circunstâncias são ainda reforçadas pelo fato de que importantes BPD da área econômica do SGE adotam estreitas posições monetaristas acreditando que, em fins do século XX, em pleno internacionalização do capitalismo monopolista, as gigantescas unidades industriais podem se capitalizar e investir respondendo apenas por indicativos e por vantagens relativas de preços, como se estivéssemos em um panglossiano mundo da concorrência perfeita.

NOTASCAPÍTULO TERCEIRO

- (1) cf. MELLO, J.M.C. O Capitalismo Tardio, Campinas, UNICAMP (mimeo), 1975.
- (2) Citando Slawinski, O'Donnell nota que Brasil, Argentina e México encontram-se, enquanto industrialização, numa quarta etapa dentre cinco que aquele autor havia descrito. Esta etapa de industrialização já implica na existência de "...formas de processamento mais complexas e a produção de equipamentos complexos. Algumas características importantes são: a produção de aços especiais, a criação de indústrias petroquímicas; a produção de materiais químico-sintéticos, a presença de indústria eletro-metálica de alta precisão por um lado, e da indústria de equipamento pesado por outro; e, em geral, a produção de maquinaria de alto calibre e de equipamentos de desenhos complexos, fabricados ou armados mediante processos complexos. O alto nível tecnológico requerido por esta etapa implica o freqüente uso de mão-de-obra qualificada". (SLAWINSKI, Z. "Structural Changes in Employment in the Context of Latin America's Economic Development", *Economic Bulletin for Latin America*, 10, n. 2, 1965, apud O'DONNELL, G.A. Modernización y Autoritarismo, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1972, pp. 49-50, tradução minha.) As indústrias citadas mais a automobilística, metal mecânica e ainda algumas outras correspondem a um outro critério, adotado pela CEPAL, as chamadas "indústrias dinâmicas". Nestas, já

em 1960, segundo dados da CEPAL, o México, a Argentina e o Brasil teriam neste grupo de indústrias dinâmicas um valor bruto do produto industrial correspondente a 50% do total de sua produção industrial. (cf. O'DONNELL G.A. (1972), op. cit., pp. 50-51). Desta forma, O'DONNELL (pp. 55-53) demonstra que já no início da década de 60, Brasil, Argentina e México, por serem países industrialmente mais avançados, possuíam com relação à população total, um número maior, em termos relativos, de operários industriais e também um maior grau relativo de operários sindicalizados. Nestes países, as exigências de capacitação técnica específicas aos diversos processos produtivos eram mais elevadas e as atividades eram também maiores; bem como a despeito do seu atraso tecnológico com relação à industrializações avançadas, a taxa de inovações científico-tecnológicas neles eram mais elevadas que nos demais países latino-americanos, além de que também neles se implantavam maior número de inovações, e por fim uma maior quantidade de pessoas nesses países se achavam localizadas e participantes de redes modernas de comunicações e de transportes.

- (3) Ver, neste texto, capítulo quarto.
- (4) A existência de um fenômeno importante denominado de heterogeneidade intranacional o qual diz respeito a existência dentro de um mesmo país de diferenciais elevados de produtividade per-capita do trabalho em termos regionais e setoriais. Isto decorre do elevado grau de internacionalização do capital que ao lado dos grandes capitais nacionais privados e estatais constituem o nú-

cleo central capitalista, o qual corresponde a característica determinante desta formação econômico-social. É este núcleo determinante que permite uma real possibilidade de comparação com países industrializados, onde as formações econômico-sociais, a despeito de possuírem várias formas sociais de produção, não as têm com tamanho grau de diferenciação como nos casos das industrializações retardatárias. O'DONNELL aponta pacientemente os equívocos que podem ser levados os analistas, principalmente aqueles que tratam fenômenos sociais de forma quantitativa, a partir da utilização das chamadas médias nacionais como instrumentos comparativos entre desenvolvimentos econômico-social e políticos entre as nações, e demonstra exaustivamente que as médias nacionais constituem uma das formas mais utilizadas para escamotear uma análise real das sociedades. cf. O'DONNELL G.O. (1972), op. cit.

- (5) CARDOSO, Miriam L. Ideologia do Desenvolvimento-Brasil: JK-JQ, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. ed., 1978, p.56.
- (6) O conceito de modernização é entendido como uma consistente penetração de papéis (funções) e instituições originadas e ao redor (delas dependentes) de atividades industriais típicas das sociedades economicamente mais avançadas. Ao utilizar este conceito O'DONNELL ((1972), op.cit.), aponta para sua facilidade de operacionalização analítica, afirmando que o transplante de papéis e instituições que caracteriza este processo de modernização resulta e exerce uma grande influência sobre mudanças no aspecto fundamental da estrutura produtiva da

sociedade: aquele que corresponde a produção industrial e as numerosas atividades que se relacionam diretamente com a indústria, quais sejam a comercialização, a publicidade, o transporte, o financiamento da atividade industrial.

A modernização nos seus diferentes graus é uma característica estrutural de países de industrialização retardatária, sujeitos a numerosas rigidezes e condicionamentos externos, e afasta a dificuldade de perceber se esta modernização está correlacionada ou não com algum grau de desenvolvimento econômico-social. Estando a modernização ligada ao processo de industrialização, há de notar que, salvo poucas exceções, é mais ou menos universalmente reconhecido e mais ainda no contexto latino-americano que os países que têm um maior mercado interno são os que conseguiram avançar mais em seu grau de industrialização. Nestes países, que mais avançaram no seu grau de industrialização, é também notório seu maior grau de urbanização. Este não é apenas um efeito quantitativo de número de pessoas que moram em centros urbanos acima de 5 ou 20 mil habitantes. O ponto a partir do qual uma cidade deve ser considerada como produzindo efeitos politicamente importantes, é quando o seu grau de complexidade interna, ou seja, a existência de indústria não artesanal, uma alta taxa de sindicalização, a emissão regular de comunicações dela e para ela, a existência de instituições e serviços do governo nacional, a convertem em um centro urbano de ativação política que se orienta regularmente para ela e é

capaz de exercer uma influência efetiva sobre o cenário político nacional.

- (7) O conceito utilizado encontra-se em Poder Político e Classes Sociais de Nicos POULANTZAS, Porto, Portucalense Editora, 1971, da seguinte forma: "Este conceito de bloco no poder, indica... a unicidade contraditória particular das classes ou fracções de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista". (p.63) E ainda, "... mas uma unidade contraditória complexa com dominante. É aqui que o conceito de hegemonia pode ser aplicado a uma classe ou fracção no interior do bloco no poder. Essa classe ou fracção hegemônica constitui, com efeito, o elemento dominante da unidade contraditória das classes ou fracções politicamente "dominantes", que fazem parte do bloco no poder." (p.67) E, também, "O interesse geral, que a fracção hegemônica representa em relação às classes dominantes, repousa, em última análise, no lugar de exploração que elas detêm no processo de produção. O interesse geral que esta fracção representa em relação ao conjunto da sociedade, em relação, portanto, às classes dominadas, depende da função ideológica da fracção hegemônica. Podemos, contudo, constatar que a função de hegemonia no bloco no poder e a função de hegemonia relativamente às classes dominadas se concentram, regra geral, numa mesma classe ou fracção. Esta erige-se ao lugar hegemônico do bloco no poder; ao constituir-se politicamente em classe ou fracção hegemônica do conjunto da sociedade". (p.70)

- (8) BENAKOUCHE, Rabah Acumulação Mundial e Dependência, Petrópolis, Editora Vozes, 1980, p. 296 (grifo meu).
- (9) Outra importante observação feita por O'DONNELL diz respeito ao sentido duplo do corporativismo herdado pelo Estado Burocrático-Autoritário proveniente ainda do período ditatorial getulista. O sentido duplo apontado pelo autor refere-se ao tratamento diferenciado recebido pelos sindicatos patronais com relação aos sindicatos dos trabalhadores. Os sindicatos dos trabalhadores sofreram intervenções do governo e perseguições de suas lideranças mais importantes e combativas, de forma a praticamente reduzir a zero a capacidade de barganha econômica da classe trabalhadora, enquanto os sindicatos patronais permaneceram recebendo as atenções do aparelho de Estado nos governos pós 64. É verdade que alguns dos sindicatos patronais, também devido à sua origem corporativa, e em outros casos representados por lideranças de pouca expressão, não respondiam aos interesses da classe empresarial. Foram criados um grande número de associações representativas de interesses patronais, para através delas veicular os interesses capitalistas junto aos organismos normativos e operacionais do aparelho de Estado Nacional Brasileiro. Cf. O'DONNELL, G.A. "Sobre o "Corporativismo" e a Questão do Estado", in Cadernos DCP nº 3, Departamento de Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte, março/1976.
- (10) cf. SAES, D. "Classe média e políticas de classe (uma nota teórica)", Revista Contraponto nº 2, 1977.

- (11) BOSCHI, Renato R. Elites Industriais e Democracia, Rio de Janeiro, GRAAL, 1979, p. 104.
- (12) ALTHUSSER, Louis Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado, Lisboa, Editorial Presença, 1974, pp. 83-83.
- (13) BOSCHI, R.R. (1979), op.cit., p.107.
- (14) Em caráter exploratório, julgo que a própria idéia do tripé aplicada para alguns setores econômicos "novos", corresponde a uma definição superestrutural, ou seja, uma definição política que partiu dos interesses do bloco hegemônico. Neste sentido, o tripé é uma representação concreta da estrutura de poder correspondente ao bloco hegemônico.
- (15) No anexo I estão listados 64 entidades de representação de interesses extracorporativos dos vários setores privados. No anexo II estão listadas 93 entidades da estrutura sindical corporativa patronal estabelecida no Estado de São Paulo. Cada Estado, por sua vez, possui sua própria estrutura sindical patronal.
- (16) BOSCHI, R.R. (1979), op. cit., pp. 108-109. (grifo meu).
- (17) id. ibid., p. 112.
- (18) id. ibid., p. 114
- (19) NEWFARMER, R.S. "O Takeover das Transnacionais no Brasil e o Controle sobre o Mercado", in Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 8, nº 3, dezembro/1978, p.625.
- (20) id. ibid., p. 649.
- (21) BOSCHI, R.R., op.cit., p. 120.
- (22) id. ibid., p.148.
- (23) id. ibid., p. 151.

- (24) id. *ibid.*, p. 156.
- (25) id. *ibid.*, p. 161.
- (26) id. *ibid.*, p. 175.
- (27) Para os interessados nas questões teóricas sobre a base produtiva do capitalismo monopolista, os autores básicos a serem consultados podem ser Hilferding, Luxemburgo, Sraffa, Steindl, Schumpeter, Labini e a partir destes uma vasta bibliografia sobre a teoria do oligopólio.
- (28) Para os interessados nas análises críticas do Keynesianismo sobre o papel do Estado na economia, ver: CAMPOS, Lauro A Crise da Ideologia Keynesiana, Rio de Janeiro, Campus, 1980; VIOTTI, Eduardo B. A Economia e o Estado Capitalista, Brasília, UnB (mimeo), 1979; e BRUNETTI, José L.A. Crises Capitalistas e Estado, Recife, PIMES/UFPe (mimeo), 1979.
- (29) Para os interessados em estudos sobre a estrutura industrial brasileira, sugiro a utilização das pesquisas do IPEA e FINEP, bem como os textos dos autores Tavares, Possas, Gonçalves, Fajnzylber, J.M.C. Mello, C. Lessa e M.V. Queiroz, dos quais retiro partes ponderáveis das observações que realizo.
- (30) Para os interessados em aprofundar o conhecimento de práticas restritivas de mercado e do uso de poder extramercado no caso brasileiro, podem ser consultados: Kurt R. Mirow, A Ditadura dos Cartéis, e Condenados ao Subdesenvolvimento, Ed. Civilização Brasileira; Muniz Bandeira, Cartéis e Desnacionalização, Ed. Civilização

Brasileira; Bernardo Kucinski e Robert Ledogar, Fome de Lucros, Ed. Brasiliense; e os artigos de Richard Newfarmer, "Táticas Oligopolistas para Controlar Mercados e o Crescimento das CTNs na Indústria de Material Elétrico no Brasil", in Rev. Adm. Empresas abr/jun. 1979, e "O Takeover das Transnacionais no Brasil e o Controle Sobre o Mercado", in Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 8, nº 3, dez/1978.

- (31) Não tive informações sobre a existência de análises mais recentes, levando em consideração semelhantes características teórico-metodológicas, que pudessem fornecer indicações equivalentes sobre o período recessivo.
- (32) Cf. BOSCHI, R.R. (1979), op. cit.
- (33) id. *ibid.*, p.185.
- (34) id. *ibid.*, p.186.
- (35) id. *ibid.*, p.192, grifo meu.

CAPÍTULO QUARTO

O ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

4.1.- A Organização do Estado

O conjunto das entidades inseridas dentro do conceito de Estado Nacional Brasileiro, corresponde a um universo extremamente amplo e diversificado, cuja análise requer certos cuidados conceituais, para não enredar nos meandros jurídico-formais de sua estruturação. Estes últimos, entretanto, não podem ser abstraídos ou ignorados, sob pena de serem obscurecidas algumas determinações da realidade que só tem inteligibilidade a partir dos aspectos jurídicos a ele iminentes.

O Estado Nacional Brasileiro é juridicamente uma Federação e a distribuição das competências das tarefas "clássicas" governamentais se manifesta de forma constitucional através da União, dos Estados e dos Municípios. De momento, apenas adiantaremos de entre 1964/80 ocorreu vigoroso processo de concentração de atribuições e também de meios objetivos de executá-los ao nível da União, além da concentração de po-

der, formal e informal, neste nível decisório.

Não obstante isto, a importância das entidades governamentais dos Estados e dos Municípios, que obviamente não são homogêneos em função de várias determinações e, principalmente, pelas diferentes bases econômicas, deve ser considerada na análise da estrutura de classes e de poder na sociedade brasileira. O campo de funções sociais exercidas por estas entidades, o volume de recursos que manuseiam, tanto no custeio como nos investimentos, número de pessoas que ocupam, tarefas normativas que executam, etc, é de extrema importância para a estruturação do poder central.

O Governo da União é também constitucionalmente estruturado pela separação de poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Após 1964, houve uma profunda reconcentração de poderes a favor do Executivo, com base nos instrumentos de excepcionalidade jurídica - os Atos Institucionais - com gravíssimas implicações na ordem política da Nação, na medida em que os poderes atribuídos ao Legislativo e Judiciário foram reordenados a partir do Executivo, numa evidente distorção dos princípios de ordem política expressa na idéia de equilíbrio e separação de poderes.

A mutilação do Congresso Nacional pelas cassações de mandatos políticos, a restrição dos atributos legislativos e a ampliação do poder de legislar nas mãos do Executivo, significou o não reconhecimento do Legislativo como instância através do qual as diversas classes sociais, grupos e indivíduos veiculariam os seus interesses. O processo de incapacitação do Congresso Nacional é, já de início, amplo e vai se

deteriorando a ponto de transformar a referida instituição em "simples local" da pretensa legitimidade do regime.

O Poder Judiciário, reconheça-se, foi menos atingido em seus atributos, quando comparado com o Poder Legislativo, na medida em que, enquanto deste retiram-lhe a atividade de legislar (base da possibilidade de fazer política), ao outro, o Judiciário, apenas lhe coube certos ajustes para a manutenção do poder de julgar. Senão vejamos: cassados os direitos de vários magistrados, retirado o poder de julgar os eventos inscritos nos Atos Institucionais, ampliada a área de abrangência dos "delitos" a serem examinados pela Justiça Militar e suspensos os direitos de vitaliciedade e irremovibilidade dos magistrados, permitiu-se a continuidade das tarefas de julgar, atinentes ao Poder Judiciário. Isto foi possível pela inecessidade de alterações fundamentais nos códigos referentes ao direito processual civil, dado que, neles, desde antes de 1964, já se encontravam expressos os direitos e deveres que regulam e garantem os fundamentos básicos necessários ao funcionamento das sociedades capitalistas.

É verdade que ao longo destes anos algumas alterações foram sendo realizadas no direito civil e comercial, tais como: o regime de comunhão parcial no casamento, a possibilidade da adoção do divórcio dos casais, alterações simplificadas nos procedimentos de adoção de crianças, alterações nos procedimentos formais no processo civil, alterações no direito penal, modificações de grande importância na lei das S/A's e no direito falimentar, nos instrumentos legais que regulam a locação de imóveis, coordenação da prioridade dos credores

trabalhistas e os credores tributários, a definição da não aplicação da cláusula da correção monetária sobre débitos civis, e ainda um sem número de alterações da ordem jurídica.

Outras são as considerações jurídicas a fazer, quanto ao seu significado para a alteração na composição do poder de Estado e suas consequências na sociedade. A primeira refere-se às alterações realizadas no número e composição do Supremo Tribunal Federal, à partir de propostas do Executivo e cujo significado final representou uma virtual subordinação da mais alta corte de justiça brasileira aos desígnios do Executivo. A despeito da independência das posições pessoais dos novos membros daquela corte, eram reconhecidamente possuidores de pontos de vista mais próximos dos dirigentes do Poder Executivo. A segunda refere-se às alterações elaboradas no direito do trabalho, que retirou das autoridades judiciárias nos casos de dissídio coletivo, o direito de arbitrar taxas de ajuste salarial superiores às determinadas pelo Executivo, ainda que aceitas pelos próprios capitalistas. Esta característica, somada à draconiana lei de greve, ou seja, a lei que na prática extinguiu o direito de recorrer à greve por parte dos trabalhadores e a substituição, veladamente forçada, do direito de estabilidade pelas pseudo vantagens da acumulação contábil de valores no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, retirou do Poder Judiciário a função arbitral que sempre exercera no conflito entre capital e o trabalho. Não há como deixar de concluir que para a classe trabalhadora, o Poder Judiciário passou a "inexistir" no que diz respeito a um de seus interesses fundamentais: a determinação

do preço da mercadoria força de trabalho.

O Poder Executivo passa a representar após 1964, em decorrência dos fatos acima descritos, o papel central na dinâmica do conjunto da Nação Brasileira, não apenas pelo grau de concentração de poderes que, já vimos vai se reforçando progressivamente, seja pelo crescente número de entidades - aqui designados de aparelhos de Estado -, como pela amplitude dos aspectos da vida social que passa a interferir.

Assim, constituindo-se em elemento essencial na estrutura de poder, o Estado (1), considerado na materialidade dos seus aparelhos foi analiticamente separado segundo as funções que cumpre na reprodução da vida da sociedade.

1. As atividades clássicas do Estado onde estão incluídos os aparelhos de segurança nacional, polícia e justiça (em seus aspectos repressivos dos crimes contra os cidadãos e a propriedade), as quais cumprem as tarefas repressivas e os aparelhos de representação externa;
2. As atividades denominadas de funções normativas as quais referem-se à capacidade instituída, com base legal ou não, de ditar normas de comportamento a serem cumpridas pelos cidadãos, grupos, entidades, associações, classes sociais etc. Estas atividades normativas definem os direitos e deveres de fazer, não fazer, possibilidades de fazer e não fazer e ainda o como e as circunstâncias (local, tempo, intensidade), nos diversos campos das atividades humanas (outras que não as do primeiro item). Ela se ma-

- nifesta formalmente através de leis, decretos, portarias, atos, editais, cartas circulares, etc, e ainda outros meios informais de comunicação;
3. Um conjunto de atividades que cumprem tarefas externas à reprodução do capital, tais como educação, saúde, previdência social, formação profissional, esporte e cultura;
 4. Um conjunto crescente de atividades econômicas são exercidas diretamente pelo Estado através de empresas produtivas e financeiras voltada ao mercado e operando sob a ótica capitalista.

Com base nesta caracterização geral das atividades do Estado, subdividí-as, para efeitos analíticos em três setores: O Setor Governamental do Estado - SGE -, que abrange os três primeiros itens de atividades e que correspondem às funções governamentais; o Setor Produtivo Estatal que se refere às atividades diretas na órbita produtiva e o setor Financeiro Estatal que reúne as empresas da área financeira do Estado.

Uma observação se faz necessária: a busca de formas de atuação mais "flexíveis" ou "dinâmicas" em termos operacionais, deu origem a formas jurídicas de administração "descentralizada", adotadas com o sentido de fornecer ao poder decisório maior autonomia, enquanto procedimentos "meios" para atingir os fins determinados ao nível da Burocracia Político-Dirigente. Surge então, grande número de organismos autônomos, autárquicos, empresas públicas, empresas de econo-

mia mista e órgãos para-estatais. Estas formas jurídicas de organização do Estado não constituem os elementos fundamentais para a sua inserção em um ou outro setor do Estado, mas, sim, o tipo de atividades exercidas.

Quando, a partir de 1964, adota-se uma política de busca de eficiência "nos moldes da iniciativa privada", as entidades públicas voltadas para a produção de bens e serviços vendidos à população, ganham "naturalmente" meios e fins semelhantes à lógica das empresas privadas, isto é, embora propriedade do Estado, obtêm lucros, reinvestem, enfim, acumulam capital como qualquer empresa capitalista. Estas entidades vão compor, em sua quase totalidade, o SPE e o SFE.

É necessário esclarecer que a separação analítica entre funções governamentais, produtivas e financeiras não é claramente discernível. Assim, algumas atividades do SGE são executadas (enquanto estrutura jurídica) tanto sob a forma de administração centralizado como sob forma descentralizada. Isto significa dizer que o SGE realiza tarefas que, sob o ponto de vista jurídico, poderiam ser consideradas verdadeiros paradoxos, como por exemplo, a atividade de planejamento geral ou de algum aspecto setorial tomar a forma empresarial. Superando os aspectos formais de ordem jurídica, estes exemplos não nos impedem de chegar à percepção da forma real segundo se estruturam os aparelhos de Estado e de como se manifestam as ações correspondentes ao seu poder.

Há também os casos inversos, onde empresas estatais da área produtiva ou financeira, além de cumprirem com tarefas inerentes ao processo de acumulação de capitais, realizam im-

portantes tarefas de caráter normativo.

As razões explicativas para a existência e permanência destas formas ambíguas de alguns aparelhos de Estado, são de diversas ordens, com especificidades históricas diferenciadas para cada agência estatal.

Não obstante isso, as formas ambíguas de comportamento de certas agências governamentais ocorreram, permanecem existindo e tem se ampliado entre outras razões porque o Poder Legislativo deixa de ser a área natural de manifestação e embate dos interesses da sociedade. Por isso, os diversos aparelhos de Estado passam a se constituir no canal direto de expressão dos interesses das classes, principalmente hegemônicas e dominantes. Assim, os aparelhos de Estado, que mediante procedimentos normativos ou operacionais, conseguem resolver as questões postas pelos interesses concretos das classes, obtendo o aval do Núcleo Decisório Central do SGE, passavam a cumprir determinadas funções governamentais, quer estejam ou não autorizados por instrumento constitucional, legal ou por delegação formal de autoridade.

ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO ESTADO

SOB PONTO DE VISTA ADMINISTRATIVO FORMAL	SOB O PONTO DE VISTA ECONÔMICO E POLÍTICO E RELATIVAS À REPRODUÇÃO DO CAPITAL		
Administração Direta	SGE	Presença indireta na reprodução do capital.	Atividades tipicamente políticas de direção geral do Estado; ativ. repressivas e de defesa; ativ. ligadas às condições externas da reprodução do capital.
Administração indireta ou descentralizada	SDE	Presença direta do Estado na reprodução do capital	Atividades de geração de infra-estrutura; ativ. produtivas agrícolas, industriais e de serviços.
Fundações	SFE		Atividade de financiamento de custeio e investimento

4.1.1. O Setor Governamental do Estado - SGE

a) Os Processos decisórios

Para melhor compreensão do processo decisório pelo qual são permeados os interesses da sociedade, o Setor Governamental do Estado foi dividido em duas áreas: a primeira, que denominei Núcleo Decisório Central; a segunda, o conjunto dos organismos departamentais dos ministérios, onde se incluem os aparelhos da administração direta e o conjunto dos organismos que cumprem funções governamentais da administração descentralizada.

Buscando entender quem toma decisões no SGE principie-mos pela análise da Presidência da República e dos 16 ministérios, na forma como estão apresentados no cadastro da Administração Federal emitido em 30.10.80. (2).

A estrutura organizacional do Estado, serve apenas como primeira aproximação do peso e da importância da estrutura de poder do SGE.

Os organismos da administração direta que compõem os organogramas de departamentos, de coordenadorias e de secretarias, portanto apenas os vértices decisórios, são em número de 307. Com estes organismos, estabelecidos formalmente com atribuições e cargos, o Estado governa, emite e operacionaliza suas funções governamentais. Ao lado deste, existem outros 87 organismos colegiados de âmbito ministerial, inter-ministerial e conselhos deliberativos, de cujas funções, em cada campo específico, resultam uma vasta tarefa normativa sobre a vida brasileira. A estes somam-se os 174 organismos da ad-

ministração descentralizada do SGE.

Estas 568 entidades do Setor Governamental do Estado (administração centralizada) e descentralizada não decidem, em última instância, os problemas que as classes sociais demandam como resposta por parte do Estado. Por outro lado, seria equivocado imaginar que todo o conjunto de atividades normativas, de segurança, de representação externa e de serviços públicos que garantem as condições externas da reprodução do capital, sejam levadas diretamente para a instância superior correspondente ao cargo de Presidente da República. É exatamente para obter a especificidade decisória dentro dessa massa de entidades, que estabelecemos o conceito de Núcleo Decisório Central - NDC.

A partir deste Núcleo são tomadas, definidas e estruturadas as políticas centrais que afetam a vida da sociedade, atendendo com prioridade os interesses hegemônicos e dominantes estabelecidos. Três observações devem ser aqui colocadas: a primeira é que o Núcleo Decisório Central não constitui uma estrutura formal. A segunda é que o NDC varia de composição conforme os processos informais de trabalho adotados pelo Presidente e por seus principais auxiliares; também varia na medida em que os que são considerados auxiliares principais, ocupam cargos com diferentes atribuições em cada período governamental. Deixando mais explicitada esta questão: o NDC varia de Governo a Governo, com cada Presidente definindo objetivamente uma "personalidade" administrativa e decisória, estruturando um padrão referencial para a tomada das decisões. Este padrão beneficia ou prejudica formalmente ou esta-

belece relações informais diferenciadas ao nível de cada ministério. Tais características vão variando também segundo as formas específicas da "personalidade" organizacional de cada Ministro e cada equipe de trabalho em cada ministério. Terceiro, este NDC vai também variar em cada momento da história, na dependência dos problemas externos à órbita governamental. A inclusão ou exclusão de determinadas questões e problemas, dependem de como afetam ou são consideradas como tais pelos interesses do bloco no poder; assim, por exemplo, em momentos de crise no balanço de pagamentos, é certo que o NDC, embora continue tomando as decisões de política geral essenciais à condução da sociedade em todos os aspectos, vai incluir com maior poder os elementos que tratam do referido problema. O NDC, em função das três características apontadas, não é algo imutável no período.

De modo aproximativo podemos dizer que o Núcleo Decisório Central é composto por cerca de 60 pessoas, que ocupam a direção dos órgãos "nodais" da política do governo.

No período em análise, ele tem sido composto pela pessoa do Presidente da República e pelos dirigentes dos órgãos da Presidência da República, dos Ministros de Estado e seus Secretários-Gerais, pelos comandantes das unidades essenciais das Forças Armadas da República, pela presidência e diretores do Banco Central; pelas presidências do BNDE, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNH, pelos elementos do Conselho Monetário Nacional, pelas presidências da ELETROBRÁS, da TELEBRÁS, do INPS, do CDI, da CFP e do CIP.

Como já fizemos notar, não se trata aqui de realizar

uma listagem exaustiva ou exata dos elementos deste Núcleo , mesmo porque não há uma linha separatória clara ou qualitativa para os fenômenos do poder. Mas é inegável que, é dos ocupantes dos cargos acima citados, que nascem ou passam as decisões fundamentais da política de Estado no Brasil.

A partir da descrição do NDC do SGE, pode-se retirar algumas observações gerais:

- a) dentre os elementos que participavam do NDC, durante todo o período em análise, foi extremamente importante a presença dos ministros militares e dos comandantes das unidades essenciais das três armas, dada a característica do regime onde a base coercitiva sempre foi muito importante;
- b) outra área que recebe grande importância é composta pelos elementos das entidades nodais que controlam os instrumentos de política econômica fundamentais para a dinâmica da acumulação; além disso, os instrumentos de política econômica foram aplicados sob o resguardo da excepcionalidade jurídica existente;
- c) a presença de alguns elementos pertencentes à burguesia de Estado, tanto do SPE como do SFE no NDC , explica-se não apenas pelo porte econômico destas entidades, mas porque realizam não apenas atividades operacionais de produção e de financiamento, como acumulam atividades normativas nas suas respectivas áreas. Daí serem consultados e levados em conta seus posicionamentos, dadas suas capacidades de definir padrões normativos para as regras do jogo econômico.
- d) os representantes das empresas participantes do blo-

co hegemônico, de forma isolada ou representando sindicatos patronais corporativos ou associações de classe, tem acesso direto ao NDC, o que aliás, é uma das características de seu próprio poder hegemônico. Os interesses das frações de classe hegemônicas e das demais classes dominantes geralmente são veiculados simultânea ou previamente junto aos referidos organismos normativos. Após a obtenção de um mínimo de aceitação das proposições de política econômica de interesse da fração de classe proponente, é que seus representantes solicitam o acesso ao NDC, apresentando seus interesses já fortalecidos por uma certa aceitação preliminar dos organismos normativos de segundo escalão. É nesse sentido que a política substantiva durante todo o período se realiza dentro do próprio aparelho de Estado.

b) A Burocracia Político-Dirigente

Na realização de suas funções governamentais, os aparelhos de Estado do SGE contam, além de sua materialidade, com a existência de um corpo de elementos com a função política diretiva de elaboração e controle de suas variadas atividades. Este conjunto, designado de Burocracia Político-Dirigente, constitui uma parte essencial dos intelectuais orgânicos das classes dominantes.

Aqui torna-se necessário precisar o sentido do termo político-dirigente aplicado à BPP. Em primeiro lugar, são cargos políticos, aliás informalmente designados como "cargos de confiança", pois tais elementos são os principais respon-

sáveis pela implementação e execução das políticas adotadas no nível do Núcleo Decisório Central. Isto significa dizer que estes quadros funcionais tendem, em princípio e em quase sua totalidade, a possuir e manifestar concretamente uma certa identidade ou ao menos uma tácita conformação à ideologia-política dominante. Em segundo lugar, seu caráter dirigente decorre, por um lado, da existência de um campo de decisões mais ou menos autônomas que possuem, em graus que variam de cargo a cargo e são estabelecidos por processos formais e informais; por outro lado, e mais importante, são dirigentes num sentido especial, na medida em que, efetivamente controlam as informações, julgam preliminarmente as opções de políticas disponíveis e as aceitáveis, em suma, filtram e influenciam fortemente os processos decisórios que passam pelo NDC.

Balizados portanto os limites de eficácia para o seu poder político e dirigente, e embora lembrando que os intelectuais orgânicos das classes dominantes não se circunscrevem apenas aos aparelhos de Estado, parece-me não ser correto menosprezar o papel destes quadros na direção intelectual e moral da sociedade brasileira.

A conceituação adotada - BPD - não ignora que a própria complexificação organizacional das entidades, tanto nas suas "atividades fins" como nas "atividades meio" exigem um crescente domínio de conhecimentos técnicos em vários campos da atividade humana, que exigem longos períodos de aprendizado e supõe o aprofundamento das noções científicas que embasam aquelas técnicas. Entretanto, persistimos na manutenção desta

nomenclatura, visando evitar de plano, as confusões e equívocos que surgem dos conceitos "tecnocracia" e "tecnoburocracia" que a meu ver, escondem o papel político representado por tais agentes, encobrendo esta responsabilidade sob um manto diáfano da "neutralidade de decisões científicas voltadas para atingir resultados otimizados ou maximizados".

Como não existe alguma "razão científica" que paira acima e dirige a sociedade, busca-se entender as formas de estruturação do poder e os seus usos, e para tanto, a nomenclatura que adoto é mais apropriada. Isto não impede reconhecer que, tanto na BPD como na Burocracia Técnico - Profissional, aquelas exigências de conhecimentos técnicos são realmente existentes. Os níveis de conhecimentos técnicos alcançados por estes últimos podem ser mais elevados que os da própria BPD, seja pela especialização crescente, seja porque a despeito do cabedal técnico elevado (dos BTP) estes não possuem (ou não desejam estabelecer) as conexões políticas requeridas para "tornar-se" um Burocrata-Político-Dirigente. Convém deixar claro por fim, que em quaisquer dos dois níveis ocorrem decisões de caráter político, no sentido de que atingem desigualmente setores, classes ou empresas, ainda que, as responsabilidades políticas dos atos da BPD sejam qualitativamente superiores.

Os dados referentes a BPD civil, não incluídos portanto os organismos militares - M.Ex., M.Aer., M.Mar., EMPA, ACFA, CSN e Gab.Militar da Presidência - estão expressos na tabela da página seguinte. (3)

PODER EXECUTIVO DA UNIÃO
 BUROCRACIA POLÍTICO-DIRIGENTE CIVIL
 SETOR GOVERNAMENTAL DO ESTADO
 4º Trimestre de 1980.

CARGOS	QUANTIDADES	REFERÊNCIAS EXPLICATIVAS
DAS ⁽¹⁾ (Direção)	3.643	Cargos de direção (Cód.101) nos Ministérios, Órgãos Autônomos e Autarquias.
DAS (Assessoramento)	657	Cargos de assessoramento (Cód. 102) nos Ministérios e Órgãos Autônomos.
DAS (Assessoramento)	550	Idem, nas Autarquias.
FAS ⁽²⁾	1.350	Decreto nº 77.475/76.
	570 ⁽³⁾	Cargos equivalentes a DAS nas Fundações e Empresas do SGE.
T O T A L	6.570	

FONTE: dados primários retirados de diários oficiais, relatórios.

OBS.: (1) Cargos de Direção e Assessoramento Superior

(2) Função de Assessoramento Superior

(3) Cargos de nível equivalentes, embora tenham outras denominações e outras formas de remuneração.

Algumas observações adicionais devem ser explicitadas:

a) a referência quantitativa das FAS correspondem a um número máximo de funções com valor mínimo de Cr\$8.000,00 em abril de 1976. Entretanto, os organismos podem optar por números de FAS menores e com remunerações maiores, desde que não ultrapassem o total dos montantes autorizados no referido decreto. Entretanto, os números efetivos de FAS vigorantes no 4º trimestre de 1980, praticamente não devem se afastar daqueles números limites autorizados em 1976, obviamente vigo-

rantes hoje com remuneração reajustada;

b) os 570 cargos equivalentes a DAS referem-se às 57 Fundações e Empresas classificadas no SGE, e foram obtidas pela aplicação de uma média de 10 cargos por entidade, média obtida a partir da análise de 8 das referidas entidades; (4)

c) Outra categoria de dirigentes existentes no SGE é ocupado por elementos que, embora formalmente não exerçam "cargos de confiança", na verdade o exercem, percebendo remunerações nos organismos do SPE e SFE de que são originários. Outros, são especificamente contratados por estas empresas do SPE e SFE, enquanto estiverem prestando serviços no SGE. Estes casos, de impensável quantificação precisa, podem nos permitir elevar o número total da BPD-Civil para a cifra de 7.000 elementos;

d) Não foram considerados aqui os casos de serviços técnicos de assessoria, pessoal ou por empresas, contratadas por serviços prestados (serviço de terceiros) e aqueles oferecidos como contribuição de representações de interesses de classe e "lobbies específicos";

e) Por fim, observamos que não estão computados a BPD militar da União, os quadros da diplomacia brasileira servindo no exterior e a BPD dos governos estaduais e municipais.

c) Origem funcional e de Classe da BPD

Cabe realizar alguma observação quanto a origem de classe de sua composição, embora esta só possa ser feita em termos qualitativos na medida que não existem pesquisas detalhadas sobre este assunto.

No NDC, é evidente a mais elevada participação de ele-

mentos originários das frações hegemônicas e dominantes, quando comparada ao conjunto da BPD. Entretanto, como os elementos originários das burguesias de Estado e estrangeira, ali se encontram não por herança, mas sim em decorrência de suas carreiras políticas no seio das empresas (estatais ou estrangeiras) e do próprio aparelho de Estado, a diferença apontada é, sob o ponto de vista da origem de classe, menos importante.

Por outro lado, como os burocratas de altos e médios salários, civis e militares, estão incluídos na pequena burguesia (não tradicional), é possível afirmar que a maioria da BPD é de origem pequeno-burguesa.

Feitas estas duas colocações, elaboramos uma listagem representativa da origem de classe e origem funcional, prévias aos cargos assumidos na burocracia político-dirigente:

- a) burocratas militares (oficiais);
- b) burocratas civis com carreiras realizadas no Governo Federal e nas demais instâncias de poder dos Estados e dos Municípios;
- c) burocratas/empresários, cuja elevada renda auferida ao longo de suas carreiras profissionais e o conhecimento e acesso aos benefícios à capitalização, propiciou a vários desses elementos, a realização de empreendimentos de capitalização de porte médio e pequeno. Tais indivíduos, possuem comportamentos gerados e assumidos na longa experiência da carreira burocrática e incorporam uma visão de mundo e uma problemática trazida pela sua posição de empresário

privado;

- d) empresários privados nacionais, via de regra convidados a participar do Governo devido a liderança que dispõem junto ao setor em que atuam privadamente ou junto à classe capitalista em geral. Dispõem-se participar do governo na medida em que conseguem conciliar esta atividade, sem prejuízo para o seu capital e o exercício destas funções lhes ampliam o grau de prestígio e poder pessoal;
- e) dirigentes de empresas de capital estrangeiro e também de empresas de capital estatal, convidados para assumir os encargos no setor governamental do Estado;
- f) ex-políticos das instâncias municipal e estadual que ascendem a cargos a nível federal.

A pequena heterogeneidade das origens de classe e funcionais da BPD foi, além disso reforçada, desde 1964, pela identidade de propósitos, ligadas à ideologia desenvolvimentista, ao perfil privatista e uma estruturação autoritária do poder.

4.1.2. - O Setor Produtivo Estatal e o Setor Financeiro Estatal

a) Aspectos Gerais

A formação historicamente retardatária do capitalismo no Brasil, induziu a uma presença direta do Estado na atividade econômica, superior mesmo àquela verificada nos países de in-

dustrialização tardia como o Japão, a Alemanha e a Itália.

Sob o ponto de vista das motivações socio-políticas (e ideológicas), as explicações justificativas para esta elevada presença direta do Estado na atividade econômica brasileira reside, de forma sintética, em três grandes linhas:

1ª - de forma idêntica às economias industrialmente avançadas, adotaram-se no Brasil, a partir do início do século, políticas anticíclicas com o sentido nítido de tentar, através do aparato estatal, a estabilização das crises de acumulação provenientes quer dos desequilíbrios externos em sua fase primária exportadora, quer de razões endógenas (dominantes) e exógenas de seu período industrializante.

2ª - a presença do Estado na economia justificou-se e se realizou nos chamados "espaços econômicos vazios" onde a iniciativa privada, por várias razões, não se fez presente. Nesse sentido, a presença do Estado na economia representaria a face complementar à expansão dos negócios capitalistas privados.

3ª - num terceiro sentido, entretanto, o Estado dos países cujo processo de industrialização foi retardatário, difere radicalmente dos demais exemplos históricos. É que, nestes, a própria dinâmica da acumulação de capitais teve a presença do Estado como elemento necessário à sua própria expansão, sem que o eixo central da mesma, tenha deixado de ser a iniciativa privada, embora o mesmo não se possa dizer do esforço de capitalização. O que se quer dizer com isto, é que nestes países o Estado reuniu um conjunto amplo de recursos de todas as espécies e mais a decisão política que sua utili-

zação envolve para orientar até mesmo o padrão de acumulação para onde acorreriam os capitais privados.

A presença direta do Estado na atividade econômica, desenvolve-se basicamente nas seguintes atividades:

- a) na criação de uma infra-estrutura necessária e adequada aos novos padrões de acumulação, quando da passagem de uma estrutura produtiva predominantemente exportadora para outra em que avança em seu perfil industrial. O tipo de investimentos exigidos por esta economia, quais sejam, estradas, usinas hidroe-létricas e seu sistema de distribuição urbana, sistema portuário, de comunicações e outros, basicamente só puderam ser suportados e terem um papel indutor quando o Estado se lançou em sua execução.
- b) no financiamento ao investimento, dado que, embora nascente, a indústria a se instalar nesses países, já segue os padrões tecnológicos e de escala vigentes nos países industrializados, o que significa dizer que desde o princípio, exigem um volume de capitais acumulados extremamente amplo. Nessas condições, é somente o Estado que deterá a necessária capacidade de mobilização e centralização de capitais no volume exigido. Isto porque, por possuir o monopólio da violência é capaz, através dos seus instrumentos impositivos, de apropriar-se de recursos gerados na própria órbita privada, centralizá-los e aplicá-los naquelas indústrias fundamentais para a economia nas fases de projeto e implantação.

c) nas chamadas indústrias de base, química pesada, petróleo e refinação, siderurgia, mineração e beneficiamento de metais, em especial nas fases pioneiras de sua implantação em mercados ainda relativamente restritos. Além do longo tempo de maturação de tais projetos, costuma ocorrer uma dilatação nos prazos em que tais empresas iniciam a obter resultados favoráveis. Neste sentido, a exceção do grande capital oligopolista internacional, somente o Estado tem capacidade de suportar tais investimentos e mais ainda, de correr os riscos da longa recuperação do capital investido em um mercado extremamente novo e cambiante. A existência de capitais privados prévios raramente eram capazes de ser encontrados, não apenas enquanto mobilização em seu sentido financeiro, mas também e sobretudo enquanto capacidades administrativas e conhecimentos tecnológicos exigidos para o lançamento de tais projetos.

No período do após guerra, com a derrota dos países de regime fascista, havia uma expectativa de redução da presença do Estado na economia, seguindo o "paradigma ideológico" das economias capitalistas avançadas vencedoras.

O quadro da página seguinte, espelha de modo inquestionável, a inexistência no plano real do referido "paradigma ideológico", na medida em que fica demonstrada a ampla presença do Estado nos setores-chave da economia tanto no que diz respeito aos países de industrialização avançada como nos retardatários.

participação do Estado (%) na propriedade do capital em setores-chave da economia em alguns países - 1978

PAÍSES	Telecomu- nicacões	Eletri- cidade	Gás	Petróleo	Carvão	Ferrovias	Linhas aéreas	Ind. auto- mobilística	Aço	Construção naval
Alemanha	100	75	50	25	50	100	100	25	0	25
Austrália	100	100	100	0	0	100	75	0	0	...
Áustria	100	100	100	100	100	100	100	100	100	...
Bélgica	100	25	25	...	0	100	100	0	50	0
Canadá	25	100	0	0	0	75	75	0	0	0
Estados Unidos	0	25	0	0	0	25	0	0	0	0
França	100	100	100	...	100	100	75	50	75	0
Grã-Bretanha	100	100	100	25	100	100	75	50	75	100
Holanda	100	75	75	100	75	50	25	0
Itália	100	75	100	100	100	25	75	75
Japão	100	0	0	...	0	75	25	0	0	0
Suécia	100	50	100	100	50	0	75	75
Suíça	100	100	100	100	25	0	0	...
Brasil	100	100	100	100	100	100	25	0	75	0
Coreia	100	75	0	...	25	100	0	0	75	0
Espanha	50	0	75	...	50	100	100	0	50	75
Índia	100	100	100	100	100	100	100	0	75	100
México	100	100	100	100	100	100	50	25	75	100

... não aplicável ou desprezível

FONTE: The Economist, Dec. 30, 1978, p. 39.

No após guerra, no contexto da guerra fria e da desnacionalização, os países que até então se integravam ao mercado mundial através da venda de matérias-primas, incorporaram nova justificativa a nível ideológico para uma presença ampliada do Estado na atividade econômica: a busca do desenvolvimento econômico. Este fenômeno representava anseios generalizados das populações dos países atrasados por melhores condições de vida, a qual o imaginava-se só poderia ser obtida com a industrialização.

Esta ideologia desenvolvimentista contava no seio da sociedade, com interesses de classe extremamente objetivos. No caso brasileiro, onde vinha ocorrendo um processo de industrialização, resultara na formação de fortes interesses capitalistas privados. Tais interesses serão cruciais na explicitação de "políticas de desenvolvimento" como políticas de expansão e formação de grandes capitais privados. Somente nesta perspectiva é que se pode entender a participação do Estado diretamente e das novas formas de atuação do capital externo.

Após o movimento político de 64, até os nossos dias, importantes alterações em alguns parâmetros da atuação do Estado na economia se verificaram.

Sua composição política, eminentemente privatista, aparentemente estaria a indicar a necessidade de um retrocesso ou estabilização no grau de participação do Estado na Economia. Ao contrário disto, foi bastante acentuada a ampliação absoluta da atuação do Estado, tanto em funções normativas como financeiras e produtivas. Entretanto, tal como nestas duas últimas atividades, a expansão do capital privado foi

notável no mesmo período, qualquer conclusão sobre ampliação relativa da estatização é infundada. Em termos qualitativos, seguramente o Estado Brasileiro em 1980 dispõe de instrumentos e aparelhos de Estado mais poderosos. Mas, convém lembrar que um aparelho de Estado mais amplo não significa um poder de Estado mais forte. Este último depende das relações de força da sociedade, bem como do grau de autonomia relativa do Estado frente às classes.

Porém, o que é importante destacar, é que o comportamento exigido à maior parte das empresas do Setor Produtivo e Financeiro do Estado foi de atuarem nos moldes de empresa privada. Esta decisão política do novo bloco no poder pós 64 tem conseqüências extremamente importantes para o padrão de comportamento geral da economia brasileira. Primeiramente subtrai qualquer "objetivo social" das antigas empresas públicas. Segundo, ao orientá-las para a ótica do lucro privado para cada conjunto de capital, estabelece as bases sócio-políticas para a emergência de uma burguesia de Estado como uma fração de classe distinta da burocracia-político-dirigente. Terceiro, sobre esta fração do capital serão aplicadas políticas semelhantes às aplicadas do capital privado, coibindo ou incentivando atividades segundo os objetivos gerais da acumulação.

Desta forma, após 1964, inúmeras atividades públicas diretas e autárquicas, sob as quais até então se fazia a presença estatal, foram erigidas em empresas estatais, para as quais se determinaram como objetivo central, a busca do lucro, abandonando-se todas as anteriores concepções de atuação e

finalística pública das empresas estatais. Este fenômeno tem sido uma das causas da falsa percepção de ampliação da presença do Estado na economia. Esta é uma conclusão equivocada na medida em que apenas se está substituindo formas de atuação antes públicas para formas de atuação privadas do Estado.

A ampliação absoluta da quantidade de empresas novas de fato (e não apenas transformadas), decorre tanto das razões já enumeradas anteriormente, como também da própria lógica privada de acumulação imposta às empresas públicas. Explicando melhor: o sucesso político e o poder desfrutado pela burguesia de Estado, dirigente de tais empresas, é medido neste "sistema efficientista" pela quantidade dos lucro obtidos, predominando, portanto, a lógica e dinâmica da maximização do lucro no longo prazo. Neste caso, a expansão do capital pelo reinvestimento dos lucros na mesma empresa ou através da criação das subsidiárias passa a ser o fruto e o resultado das premissas estabelecidas; tal como o feiticeiro aprendiz que iniciada a experiência já não mais a controla. A expansão de tais empresas e as suas subsidiárias, tem a mesma dinâmica: maximização de lucros e acumulação. À par deste processo, a expansão quantitativa e qualitativa do aparelho produtivo gerava novos pontos de estrangulamento à acumulação, na qual o Estado, principalmente no interesse das classes hegemônicas, era chamado a intervir, criando, aí sim, novas empresas públicas. Tudo se passa com o Estado mobilizando recursos da sociedade sob a forma empresarial em atividades requeridas em cada fase da acumulação, não desativando nunca, aquelas atividades que talvez nas fases subseqüentes já sejam menos fundamentais ou até desnecessárias (sob a forma estatal) para

o processo de acumulação. Realisticamente, pode-se reconhecer que alguns setores (por enquanto poucas empresas) são substituíveis pelos interesses do capital privado, cuja capacidade atual advém de terem sido beneficiados pelo próprio Estado e pelas suas empresas em ciclos ou circunstâncias anteriores. O Estado quebra as barreiras da acumulação em determinado momento, mas a forma adotada (empresa pública), em momentos seguintes, pode vir a representar obstáculos a novas expansões privadas do capital.

Outra questão importante a ser discutida dentro do fenômeno da presença do Estado na economia diz respeito à atuação do SFE no financiamento da atividade corrente e do investimento. Esta atividade no sistema capitalista tem sido fonte de crescimento do controle estatal de várias unidades produtivas em função da tomada do capital e absorção de empresas provenientes de dois fenômenos iguais em seus resultados, porém diferenciados na sua origem, a saber:

- a) O caso das empresas economicamente viáveis e razoavelmente bem administradas por empresários privados, que entretanto sofrem, na maior parte das vezes desde a sua origem, insuficiência nos aportes de capital. A recorrência às fontes estatais de financiamento de capital, exatamente porque a dinâmica expansiva dessas empresas assim o exige, acaba provocando sua absorção pelos bancos estatais de investimento.
- b) Neste outro caso, várias empresas demonstram na própria existência junto aos mercados com inviáveis

quer por defeitos de instalação, por insuficiência administrativo-operacional, fortes oscilações de preços e quantidades não previstas, ou em face a concorrentes mais fortes, provocam, via endividamento, sua ulterior absorção por tais organismos de crédito.

Ambos os casos representam outra forma de presença do Estado, que ocorre exatamente porque este se dispõe a ampliar sobremaneira o auxílio à capitalização privada. Se isto não ocorresse, tais empresas teriam desaparecido na própria dinâmica do mercado, em especial, nas suas fases críticas de recessão e crise.

Em linhas gerais, parece ter ficado claro as causas objetivas da diferença entre o nível do discurso político e o da prática do Estado autoritário brasileiro. Enquanto na aparência o capital privado não deseja a presença do Estado, na prática são os interesses gerais do capital, e dentro dele principalmente seu bloco hegemônico, os maiores beneficiários diretos ou indiretos da sua presença. Residem aí os motivos para a inexistência de uma política de desestatização. As tentativas de seu estabelecimento esbarram em vários obstáculos:

1. Na própria ideologia que justificou a sua implantação. Dificilmente alguma fração de classe está interessada em defender que as políticas que ontem foram úteis instrumentos à capitalização, hoje já não o sejam mais, porque em nenhum caso aquelas intervenções foram alegadas no suposto de que o Estado

- beneficiaria apenas alguns interesses específicos , mas sempre se falou do "bem-comum", que como tal , continua existindo;
2. Nos próprios interesses privados conectados a tais empresas públicas, e, portanto, relativamente estabilizados, não tem garantia de que a mudança nas regras do jogo decorrente de uma hipotética desestatização, garantiria as suas atuais posições de mercado. Assim, parece claro que enquanto todos "gritam" pela desestatização, cada fração ou grupo de interesses espera que sejam privatizados apenas aqueles aparelhos produtivos estatais capazes de ameaçar potencialmente sua expansão, mas nunca defendem a desestatização daqueles outros aparelhos que os beneficiaram e ainda hoje os beneficiam;
 3. Mesmo nos vários casos em que a desestatização pudesse se verificar restrições imensas à sua execução advêm da dificuldade de se estabelecer as formas concretas de sua realização. Os capitais estatais , tal como qualquer outro capital, significam o poder e a capacidade de acumular trabalho. Assim, como estabelecer os aspectos quantitativos de uma transferência de poder da órbita estatal para específicos interesses privados? Pelo seu valor histórico? Pelo lucro possível? É importante perceber que em cada caso a transferência de ativos pode modificar sensivelmente as posições relativas dos vários grupos em luta intercapitalista, e este é um problema que não pode ser resolvido tal como todos os outros fenômenos sociais sob uma base eminentemente técnica. Se é

que algum problema econômico possa ser sob esta base encarado.

Assim, o campo de possibilidades concretas de desestatizar unidades produtivas deverá restringir-se a apenas algumas empresas cuja posição marginal no processo produtivo não afetem os interesses fundamentais do bloco hegemônico. Isto significa dizer: o núcleo fundamental do SPE e SFE devem manter e ampliar suas funções econômicas diretas no processo geral de acumulação.

Outra questão referida à problemática da presença do Estado na sociedade brasileira, reside na sua forma burocrática-autoritária, e por decorrência, do fato de que foram afastados da vida política os interesses dos setores populares. Mesmo a tenue vida política parlamentar vigente sob o autoritarismo, foi marginalizada da participação nas decisões que envolvem a dinâmica das empresas estatais. O Poder Legislativo praticamente não possui instrumentos de controle efetivo sobre as empresas estatais. Além da inexistência de controle político-parlamentar, a própria atividade fiscalizadora do Tribunal de Contas da União não ultrapassa os aspectos contábeis formais da gestão das estatais.

b) Caracterização do SPE e SFE

A criação da SEST - Secretaria de Controle das Empresas Estatais, da SEPLAN, permitiu uma mais clara percepção da presença direta do Estado na atividade econômica. Com base na "Relação de Entidades Cadastradas", de outubro de 1980, e no documento "Dispêndios Globais das Empresas Estatais", de janeiro de 1981, ambos da SEST, efetuamos a classificação de 556

entidades.

Visando clarificar o entendimento da classificação adotada e das informações dos quadros, destacamos os seguintes pontos:

- a) Nem sempre a designação oficial dos organismos indica a real atividade exercida pelo órgão. Para algumas destas entidades não dispomos da descrição formal de seu campo de atuação, motivo pelo qual a localização de uma ou outra empresa ou entidade estatal pode vir a demonstra-se inadequada;
- b) As entidades classificadas no SGE, exercem atividades consideradas como típicas de governo; a forma jurídica adotada é explicável pela busca de maior flexibilidade operacional. Cabe notar que o Setor Governamental do Estado, sob o ponto de vista administrativo-formal, possui uma área de administração direta ou centralizada, composta pela Presidência e Ministérios e outra área de administração descentralizada com 174 empresas, autarquias, fundações e órgãos autônomos. Convém não confundir estes últimos com as demais 358 empresas do SPE e as 24 empresas do SPE;
- c) No cadastro da SEST, encontram-se incluídos um número razoável de empresas (aproximadamente 81) sob o controle dos Governos Estaduais, principalmente aquelas conectadas com as empresas holdings federais na área de energia elétrica, comunicações e abastecimento. Estas empresas não esgotam o conjunto das

atividades produtivas e financeiras dos Estados e Municípios.

Os quadros abaixo, retirados do Quem é Quem de 1980 da Revista Visão fornecem algumas indicações sobre o SPE e SFE dos Estados e Municípios. (5)

Quadro 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO ADMINISTRATIVO - 1979

SETORES	União		Est. e Territ.		Municípios		Total	
	Nº	% do PL	Nº	% do PL	Nº	% do PL	Nº	% do PL
Primário	20	96,0	11	3,9	1	0,1	32	3,5
Secundário	56	99,2	33	0,8	3	0,0	92	16,9
Serviços Públicos	41	71,5	51	27,9	11	0,6	103	31,2
Transporte, armazenagem, Pesquisa e Fomento	40	78,9	29	20,9	8	0,2	77	22,6
Planéj., Desenv. pesq. e fomento	7	26,6	70	70,0	57	3,4	134	3,5
Serv. Técnicos e admin.	19	96,5	64	2,2	16	1,3	99	22,1
Construção e engenharia	8	75,9	9	20,8	4	3,3	21	0,2
Total	191	82,7	267	16,7	100	0,6	558	100,0
Bancos, seguros e financ.	7	-	89	-	-	-	96	-
Total geral	198	-	356	-	100	-	654	-

Quadro 2 - EMPRESAS ESTATAIS DO SETOR FINANCEIRO - RESULTADOS GLOBAIS DAS PRINCIPAIS CONTAS EM 1979 (Cr\$ milhões)

SETORES	Nº	Depósitos	Financiam.	Receitas	Lucro Líq.
Bancos Comerciais	26	448.680	-	-	25.896
Bancos de desenvolvimento e investimento	16	-	606.880	-	4.663
Sociedades de crédito, financiam. e investim.	12	-	15.607	-	511
Sociedades de crédito imobiliário	4	-	16.251	-	113
Corretoras de títulos e valores mobiliários	5	-	-	1.347	547
Distribuid. de títulos e valores mobiliários	13	-	-	1.579	392
Campanhias de seguros	6	-	-	3.833(*)	421
Corretores de seguros	9	-	-	258	69
Caixas Econômicas	5	435.331	-	-	12.338
Total	96	884.011	638.738	7.017	44.950

(*) Receitas de prêmios

Um demonstrativo da presença do Estado na economia, classificado segundo critérios econômicos e políticos de estruturação do poder de Estado e do processo de reprodução do capital, encontra-se detalhado no Anexo III e sumarizado abaixo:

TOTAL DAS ENTIDADES DESCENTRALIZADAS.....	556
1- Setor Governamental do Estado-Descentralizado.....	174
1.1. - Atividades públicas especiais.....	16
1.2. - Atividades de planejamento, pesquisa social e computação... 23	
1.3. - Atividades de incentivo e regulação da economia.....	22
1.4. - Atividades de ensino, esporte e cultura.....	78
1.5. - Atividades de saúde, previdência e assistência.....	11
1.6. - Atividades de formação profissional e representação de classe.....	24
2- Setor Produtivo Estatal.....	358
2.1. - Infra-estrutura.....	146
2.1.1. - Energia.....	42
2.1.2. - Transportes.....	28
2.1.3. - Comunicações.....	44
2.1.4. - Abastecimento.....	23
2.1.5. - Saneamento e Obras Especiais.....	9
2.2. - Indústria Extrativa e de Transformação.....	162
2.2.1. - Indústria de bens de capital.....	13
2.2.2. - Indústria extrativa vegetal e agroindústria alimentar.....	10
2.2.3. - Indústria de bens de consumo final.....	6
2.2.4. - Indústria de material bélico.....	1
2.2.5. - Indústria de papel, celulose e cimento.....	6
2.2.6. - Indústria da mineração, siderurg. e metalurg. ...	86
2.2.7. - Indústria química e petroquímica.....	40
2.3. - Comércio e Serviços.....	50
2.3.1. - Comércio Internacional.....	16
2.3.2. - Abastecimento.....	1
2.3.3. - Atividades de hotelaria.....	2
2.3.4. - Atividades imobiliárias.....	5
2.3.5. - Administração, seguros e transações financeiras. 7	
2.3.6. - Serviços de transporte.....	13
2.3.7. - Serviços de Saúde.....	6
3- Setor Financeiro Estatal.....	24

Fonte Primária: Relação de Entidades Cadastradas

SEST - SEPLAN - OUTUBRO 1980.

c) A autonomia das estatais

Uma relação bastante complexa, refere-se ao grau de compatibilidade entre as estratégias de expansão das empresas estatais face à política determinada pelo SGE.

Tratar das relações entre o SGE e as áreas produtiva e financeira do Estado, significa definir o grau de autonomia que estas empresas desfrutam na realização dos seus objetivos face aos objetivos provenientes do SGE. Aqui não estamos nos referindo aos controles efetuados pelos conselhos fiscais, os quais, via de regra, são estritamente formais, e nem ao controle exercido pelo Tribunal de Contas da União, que se refere a controles de tipo contábil. A legislação brasileira nem mesmo quanto a este segundo aspecto é clara, havendo empresas que não apresentam suas contas ao Tribunal de Contas da União acreditando-se resguardadas pela sua conformação jurídica de sociedade anônima, funcionando sob a égide do direito comercial privado. Os objetivos das empresas estatais, independente do ramo em que estejam atuando foram assumidos como semelhantes aos das empresas privadas, ou seja, com a lógica da acumulação privada, a qual significa a busca do lucro máximo no longo prazo. Nesse sentido, são raras as unidades produtivas do SPE que recebem por parte do Setor Governamental do Estado, critérios sociais para investimentos, entendido aqui, como uma definição de investir e realizar atividades de forma a prescindir da obtenção do lucro. Constituem casos cada vez mais raros empresas estatais voltadas para o mercado, que permanecem com "autorização política" para operar com objetivos não subordinados à obtenção de lucros.

Até o momento, não existe nenhum instrumento semelhante ao que se poderia denominar "sistema de caixa única", através do qual, os déficits e superávits financeiros momentâneos das empresas pudessem servir para a mobilização de capitais em outros ou novos setores. Nem mesmo existe um sistema de centralização dos lucros de forma a possibilitar a transferência de recursos inter empresas a favor da expansão de setores definidos como mais prioritários para a acumulação pelo SGE. Esta é mais uma razão para afirmar que os capitais produtivos estatais funcionam com a lógica estrita do capital privado, os dirigentes definindo por critérios internos a aplicação dos recursos obtidos pela própria acumulação, segundo os padrões que lhes forneçam taxas de lucro máximo no longo prazo.

Formalmente as empresas do Setor Produtivo Estatal estão subordinadas ao Setor Governamental do Estado sob três formas básicas: a primeira, que corresponde à maioria dos casos, as empresas, embora tenham suas diretorias geralmente nomeadas pela Presidência, estão subordinadas a distintos Ministérios, em função da sua atividade estar sob a jurisdição normativa daquele Ministério; a segunda, os casos de existência de grande número de empresas atuando no mesmo ramo de produção de bens ou serviços, devido às suas características de distribuição regional subordinadas a uma empresa diretora do conjunto do setor, uma holding, a qual por sua vez se subordina ao Ministro responsável pela atividade setorial; a terceira, uma experiência bem mais recente (1979) para o caso brasileiro, refere-se à criação de um organismo especificamente destinado a supervisionar o conjunto das empresas do Estado. Este organismo é a SEST, Secretaria de Controle de

Empresas Estatais, cujas atribuições estão restritas a tarefas de controle de dispêndio global, de endividamento e de investimento, com o sentido de obter um ajuste do conjunto do SPE ao comportamento da demanda agregada desejada ao nível macro-econômico.

Apesar de se estruturarem como empresas de um Estado Burocrático-Autoritário, (6) as empresas estatais no Brasil gozam de um grau de autonomia, frente às políticas do governo central, relativamente amplo.

Uma das variáveis que define o grau de autonomia destas empresas reside na forma histórica diferenciada em que foram constituídas, formas que representaram em cada caso interesses econômicos e ideológicos diferenciados, os quais resultaram em um quadro heterogêneo enquanto padrões organizacionais, operacionais, dimensão simbólica, "esprit de corps" de seus funcionários, etc. Porém, o "papel" que vão desempenhar no período pós 64, sobretudo com a generalização da lógica da acumulação de capital que lhes será imposta, e as funções que em conjunto vão representar no processo de acumulação de capitais, em certa medida, tornou-as homogêneas apesar das diferentes raízes históricas. Assim, por exemplo, a Petrobrás ou a Cia. Siderúrgica Nacional tem raízes históricas calcadas em posições ideológicas nacionalistas, fato que em princípio lhes atribui até hoje certos diferenciais de comportamento quando comparadas com outras empresas estatais. Porém, a partir de 64, ainda que não se possa evidentemente apagar todo um longo significado simbólico das formas históricas sob a qual elas nasceram o seu atual comportamento, no

fundamental, tende a se aproximar a das demais empresas do Estado:

Desde 64, as políticas do Setor Governamental do Estado estão ligadas prioritariamente aos interesses do bloco hegemônico, do qual as grandes empresas estatais fazem parte. A essência destas políticas, no plano econômico, reside na obtenção de uma dinâmica de acumulação elevada, no longo prazo. Neste contexto, a autonomia destas empresas será maior quanto mais acumule e, portanto, quanto mais participem do processo solidário de acumulação que beneficia o conjunto do bloco hegemônico.

Partindo destas considerações, é possível estabelecer um rol dos atributos que garantem maior grau de autonomia das empresas estatais frente ao SGE: a) o seu grau de importância para a manutenção da dinâmica dos setores hegemônicos e dominantes da sociedade, isto é, o volume das relações interindustriais que estas empresas têm com os interesses hegemônicos; b) o porte bruto do seu capital, do seu patrimônio líquido e do volume de seu faturamento; c) a capacidade de mobilizar por conta própria meios de financiamento, isto é, a capacidade de geração interna de lucros (auto financiamento), de obtenção de crédito interno ou no exterior e ainda da capacidade de obtenção de créditos de fornecedores (principalmente para equipamentos); d) a existência de vinculações de tributos diretamente à receita da empresa, autonomia que será maior quando já previstas em lei e, portanto, tenham a forma automática, e menor quando os seus montantes tenham que ser negociados caso a caso; e) a existência de vinculações à re-

ceita da empresa, de parcelas das rendas geradas pelas vendas de produtos cujos preços são determinados politicamente. Assim, por exemplo, dentre os componentes do preço dos combustíveis, existem alíneas estabelecendo destinação específica para atividades qualificadas, a serem exercidas nas empresas estatais; f) o grau de liberdade com que a empresa estabelece os preços ou tarifas dos bens e serviços produzidos; g) as ligações pessoais e prestígio desfrutados pelos dirigentes das empresas junto a Presidência e membros influentes nas decisões tomadas pelo Núcleo Decisório Central do SGE; h) a capacidade dos dirigentes das empresas de "compatibilizar" solicitações de caráter político conflitantes com o objetivo de lucro.

Mesmo elevados graus de autonomia que as empresas disponham frente ao SGE, não implicam na capacidade de definir integralmente as suas ações. Aliás, é necessário deixar claro que autonomia absoluta não existe sequer para empresas de capitais privado. As empresas estatais, tal como esta últimas, também tem de ajustar-se às políticas gerais de governo, num contexto em que a ação normativa do Estado se aplica igualmente a todos os capitais. (7)

Os graus de autonomia relativa dos capitais estatais (SPE e SFE) não são homogêneos. De forma circunstancial realizam políticas de auxílio financeiro ao SGE; em outras ocasiões são por ele beneficiados extraordinariamente e ainda em outros momentos as políticas das empresas são "compatibilizadas" com os demais interesses privados do bloco hegemônico.

Em não poucas vezes a lógica da acumulação privada nas

empresas estatais tem sido causa freqüente de atritos com os outros setores privados do bloco hegemônico e tal como aqueles capitais, seus objetivos ora prevalecem, ora são submetidos aos interesses que se lhe contrapõem.

Na análise das causas e das formas de expansão do Setor Produtivo Estatal, constatamos comportamentos diferenciados entre o Setor Produtivo Estatal e o Setor Governamental do Estado. As formas de gestão das empresas estatais atribuí aos elementos que compõem sua direção, as características típicas de uma burguesia cujo comportamento é determinado por fatores objetivos superiores à sua própria vontade, os quais diferem substancialmente dos Burocratas Político-Dirigentes do SGE.

Este comportamento diferenciado dos BPD com relação a burguesia do Estado não diz respeito à origem diferenciada destas duas classes. Aliás, elas se inter-penetraram e mudam (enquanto elementos individuais) de posição várias vezes ao longo dos governos pós 64; mas representam comportamentos diferenciados determinados por necessidades objetivas que se impõem de fora e acima das posições subjetivas destes agentes, os quais nada mais são, num caso o suporte das relações objetivas do capital (burguesia de Estado) e no outro das condições políticas do bloco no poder (BPD).

Como já citado, é nos organismos normativos do segundo escalão do Setor Governamental do Estado no regime burocrático-autoritário, que se manifesta de forma crescente a veiculação dos interesses políticos das classes sociais hegemônicas e dominantes. A atuação dos dirigentes das empresas estatais, a burguesia de Estado, junto aos organismos normativos

se faz lado a lado com os demais interesses privados, buscando obter de tais organismos o apoio para os interesses expansivos das empresas estatais junto ao Núcleo Decisório Central. A existência de maior ou menor autoritarismo do regime não impede um elevado grau de autonomia das empresas estatais, pois este autoritarismo está fundamentalmente orientado para coibir no nascedouro as aspirações populares e destruir as bases organizacionais existentes em algumas das frações de classe dominadas.

O regime autoritário eventualmente usou do poder arbitrário contra um ou outro elemento das frações hegemônicas, e ainda assim apenas em última instância, de modo específico, contra uma ou outra pretensão manifestada, sempre no sentido de garantir o equilíbrio dos interesses econômicos e políticos inter frações do bloco hegemônico, e com o intuito de garantir a dinâmica geral da acumulação.

Se a acumulação em geral está se operando razoavelmente, a expansão das empresas estatais não exige uma coordenação especial diferente daquela exercida sobre o setor privado através da atividade normativa do Estado; esta expansão tida como "descoordenada do SPE" representa não mais do que a expressão (no setor produtivo estatal) típica da anarquia da produção capitalista.

Nas fases de desaceleração e de crise é que se impõe coordenar o SPE; mesmo neste caso tal coordenação é pensada como restrições no dispêndio corrente, ao endividamento e ao investimento, todas elas no sentido da regulação da demanda efetiva global. Em nenhum momento as restrições às empresas

estatais atingiram a qualidade lógica do comportamento da burguesia de Estado, a qual continua a maximizar o lucro dentro das restrições quantitativas impostas. Faço notar que tais imposições restritivas tem forma diferente, mas pretende alcançar objetivos absolutamente semelhantes ao comportamento do setor privado, quando este reage às restrições ao crédito, as importações e outras medidas de política econômica que o afetam.

Após 74, as necessidades de coordenação do SPF e SFE surgem não como resultado do autoritarismo, já que este regime é vigorante desde 1964, mas sim da necessidade de controlar-usando os termos do próprio Governo - o nível agregado da demanda global, do balanço de pagamentos, e das pressões reais e monetárias que afetam os índices de inflação, numa situação de desaceleração econômica. Cabe notar que na conjuntura de crise, este tipo de coordenação teria que ocorrer ainda que a forma de governo vigorante fosse liberal democrática.

Convém deixar claro, que se a dinâmica da acumulação ampliada não é obtida porque os padrões de acumulação anteriores já esgotaram sua força expansiva, e os interesses hegemônicos não conseguem reconstituir novos padrões de acumulação, a crise persiste estejamos sob regime político autoritário ou democrático.

Na atual situação de crise há os que acreditam que novos padrões de acumulação exigem a concentração das perdas ou sacrifícios reiterados sobre as classes dominadas, e a partir desta relação de força, utilizar instrumentos excepcionais para que a acumulação se reative.

Outras correntes políticas acreditam que novos padrões de acumulação exigem por certo independente das relações de classes, perdas e sacrifícios, mas as vantagens e desvantagens econômicas relativas devem se submeter aos processos políticos democráticos, os mais adequados para obter a reativação da expansão econômica. Não obstante isso, o regime político liberal-democrático, representa a expressão mais adequada para o exercício da hegemonia burguesa sobre a sociedade, visando a reprodução ampliada do capital, na medida em que revela menos os conflitos essenciais desta formação econômico-social e flexibiliza os acordos e ajustes capazes de estruturar novas formas expansivas.

4.1.3. - A Autonomia Relativa do Estado.

Segundo Gramsci, "A divisão dos poderes e toda a discussão que se verificou pela sua realização e pela dogmática jurídica nascida do seu advento, são o resultado da luta entre a sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico, com um certo equilíbrio instável das classes, ...". (8)

Hoje entretanto nenhum cientista político é capaz de afirmar a existência plena da separação de poderes, mesmo nos Estados capitalistas avançados onde a forma de governo é a democracia liberal e também nos Estados burocrático-autoritários como o Brasil, onde a imensa expansão do aparelho de Estado no ramo executivo por si só já alterou a noção de autonomia relativa entre os poderes. Por outro lado é amplamente reconhecido que mesmo nos regimes liberais democráticos

o controle da parlamento através da sociedade civil reflete obviamente a própria estruturação das classes dominantes, as quais controlam portanto o poder legisferante da nação, bem como a concepção do direito utilizada pelo poder Judiciário já revela a estrutura de classes da sociedade em que está inserido e cumpre portanto um nada negligenciável papel representativo sobre as classes dominadas.

A compreensão da formação econômica social capitalista brasileira não pode ser feita se não se posicionar corretamente o papel do ramo executivo do Estado como o poder que encarna as tarefas concretas daquele que seria o capitalista geral em idéia, isto é, o poder a quem compete garantir a produção e reprodução ampliada das relações sociais capitalistas em seu conjunto.

Ao nível das considerações propriamente políticas, já vimos anteriormente, formou-se no seio da sociedade brasileira um bloco no poder que constitui uma unidade contraditória, onde se forma um bloco hegemônico separado, autonomizado, com relação as demais forças dominantes. O bloco hegemônico apesar de possuir contradições que o separam das outras frações de classes dominantes, chega a polarizá-las politicamente, organizando os seus interesses específicos em interesse geral, comum também às demais frações dominantes. Desta forma, as classes dominantes e o Estado Brasileiro sob a liderança do bloco hegemônico, constituem um bloco no poder que apresenta uma unidade interna própria. Esta unidade torna-se necessária e possível na medida em que o bloco hegemônico, no nível político das estruturas objetivas do Estado,

"organiza" um interesse geral (politicamente estruturado) das classes no poder. As contradições entre as demais classes dominantes e o bloco hegemônico seguem sendo profundas, porém através da mediação do aparelho de Estado são contidas e unificadas pelos interesses políticos generalizantes do bloco hegemônico. Além destas tarefas de mediação, dentro do aparelho de Estado ocorreram outras entre o bloco hegemônico e as classes de apoio e também com as classes dominadas.

O Estado Brasileiro constitui uma unidade interna própria, a despeito da multiplicação de seus aparelhos em função do parcelamento crescente das funções econômicas, repressivas e ideológicas que de forma crescente vai assumindo. Esta unidade interna própria característica do Estado possui também uma certa autonomia relativa frente às classes na medida em que atende a um conjunto de funções e interesses díspares.

O Estado não tem funções definidas abstratamente, apenas realiza as funções que a cada momento da história lhe é determinado pela resultante do embate dos interesses de classe objetivos. Mas, se o Estado atende aos interesses de classe em decorrência dos poderes relativos das mesmas, ao fazê-lo altera-os reforçando-as ou enfraquecendo-as através das políticas adotadas.

Como seus aparelhos constituem a expressão material de lutas anteriores, pela inercia dos interesses estabelecidos passam a significar expressões materiais de poder, e em circunstâncias diferentes das que os originaram podem ser mobilizados com alguma independência, para compor ou se contrapor a novas relações de poder. Esta é outra fonte de autono-

mia relativa do Estado.

Dado que as relações de força entre classes estão em contínua mudança, no seio das classes dominantes existem vários posicionamentos sobre formas de agir para manter e recompor o poder. Decorre disto que os eventuais ocupantes dos postos de direção dos aparelhos de Estado dispõem desta outra fonte de autonomia relativa.

A autonomia do Estado é entretanto relativa, na medida em que este não pode executar políticas de médio prazo que ficam os interesses fundamentais das classes dominantes.

Assim caracterizado, podemos relacionar as "atribuições" básicas cumpridas pelo Estado Brasileiro no período:

1) O Estado tem atendido, de modo preferencial, aos interesses econômico-corporativos, políticos e ideológicos do bloco hegemônico;

2) de forma secundária e subordinada atende aos interesses das demais frações das classes dominantes da sociedade;

3) busca dentro de determinados parâmetros, o apoio e o consenso das classes de apoio ao bloco no poder;

4) dependendo de suas necessidades de legitimidade e da capacidade organizativa das classes dominadas, o Estado tem atendido alguns requerimentos provenientes das referidas classes;

5) o Estado através de seus diversos aparelhos aparece como fator de unidade de uma sociedade civil não unificada, molecularizada e atomizada, onde representa o fator de unidade das classes ou frações ou grupos ou interesses pessoais

existentes na sociedade;

6) o Estado por ser o único interlocutor representativo da Nação face aos interesses estrangeiros, tem assumido o papel universalizante de relacionar a sociedade brasileira como um todo com as demais nações e interesses estrangeiros;

7) por ser uma instituição extremamente ampla e através do qual se manifestam interesses variados, sua conformação interna ganha também uma relativa dinâmica própria.

Nem pelo fato de tantos interesses se abaterem sobre o aparelho de Estado e nem porque atua sobre praticamente todos os aspectos da vida da sociedade brasileira ele deixa de ser um Estado de classes, pois os interesses fundamentais específicos do bloco hegemônico é que correspondem aos interesses dominantes dentro do aparelho do Estado. Nesse sentido a delimitação concreta do bloco hegemônico é necessária, pois a forma concreta de polarização dos interesses das frações dominantes sob a égide deste bloco hegemônico dependerá da constituição e estruturação política destes interesses específicos, aos quais todo o aparelho de Estado vai se submeter, ainda que através de imediações.

A autonomia do Estado Brasileiro advém de: primeiro, porque as próprias classes hegemônicas estão divididas em frações, e são os aparelhos de Estado importantes elementos para amalgamar o equilíbrio no interior do bloco hegemônico; segundo, porque cumpre o papel de articular os interesses hegemônicos, compendo e recompondo-os, com os das demais classes sociais segundo as relações de força que vão se estabelecendo; terceiro, da materialidade dos seus aparelhos, con-

siderando apenas a inércia de poder de que se revestem.

O Estado Brasileiro, considerado no conjunto dos seus setores - SGE, SPE e SFE - , a despeito de possuir elevado grau de autonomia relativa, não tem capacidade de gestar a expansão econômica, pois o seu poder não lhe é inerente. Sua força depende da existência de uma vontade unívoca das classes que o controlam. Abstratamente os aparelhos de que dispõe, o capacitaria, mas seus aparelhos não são o seu poder.

4.2. - As Práticas do Estado.

4.2.1. - A Ideologia do Desenvolvimento. (9)

O fato de que no período 64-80 as classes dominantes tenham aplicado, através do aparelho de Estado elevada coerção para manter e ampliar seu controle da sociedade, não implica em menosprezar o importante papel das ideologias dominantes como um dos atributos de manutenção desta dominação.

É necessário considerar que na própria ideologia dominante ficam bastante acentuados os traços coercitivos justificadores das práticas repressivas adotadas, o que indica uma relativa debilidade da função de direção intelectual e moral da sociedade pela estrita aplicação das ideologias dominantes.

A ideologia está aqui considerada não apenas como as formas abstratas expressas pelas idéias, mas também os níveis concretos dos comportamentos resultantes da colocação em prática destas idéias pelos aparelhos de Estado e privados, com vistas a estabelecer a dominação e controle sociais.

Acompanhando as colocações de Mirian Limoeiro Cardoso, "Considerando la ideología dominante, es importante observar que su función principal se liga a la hegemonía de la clase dominante. Vinculada a la función de dominio, que en el capitalismo la clase dominante ejerce a través del control del poder y de los aparatos de Estado, la ideología satisface la necesidad de dirección intelectual y moral que garantice la adhesión en condiciones no sólo de grupo, sino preponderantemente sociales. Esto sucede en menor escala y en términos cualitativamente diferentes entre las fracciones de la clase dominante y tiene una dimensión propia entre la clase dominante, dirigida por una determinada fracción o un determinado grupo de fracciones y la clase dominada. Si el dominio es fundamentalmente económico, es fortalecido y auxiliado en su vigencia por el apoyo estratégico que recibe el dominio ideológico, dirigido principalmente a garantizar la aceptación y la expansión de la dominación económica. Pienso que el mecanismo específico por el cual opera la dirección ideológica en una sociedad de clases es el de presentar como sociales, generalizando para el total de una sociedad determinada, proyectos que en el realidad son proyectos de clase. Es en esa forma que la ideología legitima un comando social, político, obtiene adhesión y crea las condiciones para el ejercicio de la hegemonía". (10)

E ainda, de acordo com Miriam, "El desarrollo capitalista se hace pues por medio de la producción económica y de la producción ideológica. En ésta, el papel principal corresponde al poder del Estado, orientado principalmente hacia el crecimiento y el fortalecimiento de la economía. La estruc-

tura ideológica capitalista se monta bajo la dominación de su campo ideológico político, a partir de los aparatos de Estado, y en esta campo el predominio cabe a la ideología económica, con la formulación de políticas destinadas a permitir y a garantizar la expansión económica, con lo cual la forma del Estado es condicente. Todos los demás campos ideológicos - el religioso, el filosófico, el artístico, el científico, etc -, se construyen bajo ese predominio y son marcados por él". (11)

O conjunto das observações sobre o conceito de ideologia e da sua prática, abaixo arroladas, variou de ênfase segundo as alterações das relações de força que ocorreram ao longo do período. Levou-se em consideração nessas relações, que em um Estado Autoritário a coerção representa um fenômeno cujo peso era por vezes determinante e inclusive fornecia a razão significativa de uma ou outra ênfase ideológica.

São as seguintes as observações: a) a ideologia do desenvolvimento tem características abstratas e históricas na medida em que basicamente se refere a conceitos de nação, pátria e povo. Entretanto a sua concreção prática, isto é, as suas referências e os resultados práticos que dela se extrai variam dependendo do momento histórico segundo as relações de força que serão estabelecidas em cada circunstância; b) a ideologia do desenvolvimento é vista também como superação da miséria, isto é, ela é uma ideologia industrializante e esta, aliás, corresponde a forma pela qual se conseguiria superar a primeira causa, isto é, a miséria; c) a ideologia do desenvolvimento é vista como superação do atraso,

atraso este que o país estava mergulhado e é assim que se apresenta contra as chamadas forças retrôgadas que impedem o desenvolvimento do país. O atraso econômico característico da nação brasileira, segundo esta ideologia, não tem nada a ver em termos de causação externa, isto é, seu atraso não é e nem nunca foi provocado por outras nações, mas eram basicamente causados pela má administração dos governos passados que, não obstante, exatamente quanto mais longe na história se apresentam eram tidos como honestos e probos. Nesse sentido após 64 se catalizou sobre o governo de Jango Goulart, isto é, período 62 a 64, praticamente toda a ausência de honestidade, toda a incapacidade governamental, enfim, aproveitou-se politicamente de uma situação de crise que o país estava vivendo; d) esta ideologia parte obviamente do conceito de que o país, o Brasil, está integrado ao "Mundo Ocidental", logo capitalista, e deseja uma integração ainda mais ampla, mais dinâmica, ao sistema capitalista mundial; como tal sistema é caracterizado referencialmente a uma "eficiência" que se prende à existência de grandes empresas, esta ideologia foi sempre benéfica, inclusive na política econômica concreta, ao grande capital. Desenvolver o país significou implicitamente desenvolver aqui dentro o grande capital; e) esta ideologia parte do conceito de nação, mas a nação é aqui encarada sob uma dimensão econômica de produção e consumo, e portanto a industrialização que aqui deve ocorrer como parte deste desenvolvimento não é nacionalista mas é sobretudo doméstica, isto é, interna; f) trata-se de expandir e aperfeiçoar o funcionamento do sistema (capitalista), mantendo intacta a ordem vigente, logo não apenas oposto a esta, ou seja o de-

desenvolvimento não é oposto à segurança, mas pelo contrário, a segurança (a ordem) é vista como necessária para a obtenção do desenvolvimento; g) segundo esta ideologia o desenvolvimento incorpora e abrange a todos os brasileiros de uma forma favorável. A classe média tornou-se na fase expansiva o exemplo mais visível dessa "verdade". Mas se reconhecia também que o desenvolvimento exige sacrifícios, que obviamente são suportados por todos, apenas em momentos diferentes. E, tais sacrifícios serão largamente compensados pelos benefícios gerais e pessoais que todos irão obter, no futuro. A exclusão de alguns setores ou pessoas dos benefícios provenientes do desenvolvimento é encarada sempre como momentânea e circunstancial, ou se deveu a comportamentos inadequados da pessoa e portanto constitui "sua própria culpa". A ideologia do desenvolvimento esconde que a expansão capitalista amplia a concentração - produtiva, distributiva e política - mas como a sociedade é "essencialmente harmônica", "o bolo será depois redistribuído". Ademais convém entender que não se trata de "injustiça atual" contra os excluídos, mas de "contingências técnicas" do processo, que serão superadas. A esse respeito aliás foi também notório em alguns momentos o uso ou a utilização do termo "neocapitalista" para definir o sistema com o sentido de afirmar a não tolerância às injustiças que em outras épocas e em outros países foram verificadas no capitalismo em suas formas "selvagens". Por outro lado, dado que estamos num Estado autoritário, também tais formas de injustiças não resultam de corrupção, pois, pelo contrário, os dirigentes civis e principalmente os militares, são reconhecidamente honestos, têm o ideal de servir a pátria, não pos-

suem interesses pessoais na órbita econômica e - como consequência não admitiriam que deliberadamente um grupo de pessoas viesse a ser prejudicado, já que todos são igualmente brasileiros. O moralismo vigente aliás não hesitava em afirmar como inaceitáveis os ganhos devidos à corrupção que ocorreriam numa multiplicidade de programas de desenvolvimento de caráter setorial/regional; h) segundo tal ideologia os elementos que são contra o desenvolvimento, contra a expansão, ou não "entendem" as explicações acima citadas constituem ou "desavisados inocentes úteis" ou então "subversivos", dentre os quais existem aqueles que nitidamente se deixaram levar por "ideologias exóticas". Nesse sentido, o governo é "obrigado" a adotar medidas "drásticas, corretivas ou repressivas", pois tais elementos contrariam a ordem e, portanto, impedem o desenvolvimento. Alguns são até capazes de "traírem a pátria", entregando-a a outras potências ou até mesmo ao "comunismo internacional"; l) para tal ideologia a "segurança nacional" constitui a segurança do sistema capitalista em expansão e está ligado portanto ao conceito de "segurança continental" e, portanto, do "mundo livre". O desenvolvimento é portanto por corolário, não conservador e simultaneamente libertador; m) segundo a ideologia do desenvolvimento adotado pelo Brasil, o capital estrangeiro é bem vindo porque traz fatores escassos - o capital e a tecnologia -, provém de vários países e não de apenas um, e todos eles amigos e iguais. Ademais disso o capital estrangeiro é "controlado e submetido às nossas leis" e, portanto, não afetam a nossa soberania, antes pelo contrário, a amplia na medida em que tornando-nos menos pobres e mais desenvolvidos, mais reconhecido será o

nosso devido e respeitado lugar no "concerto das nações". O capital estrangeiro só exige de nós apenas rentabilidade e segurança. Isto é, aliás, o que exigem também os capitais nacionais; n) a exclusão dos benefícios do desenvolvimento para alguns setores sociais, as "ideologia exóticas" e o nacionalismo xenófobo justificaram a adoção de medidas repressivas e político-ideológicas para garantir um clima de ordem, sem o qual não se obtém o desenvolvimento. A questão da tolerância política (existente aliás parcialmente durante o governo Castelo Branco), isto é, a questão da "abertura" só se repõe em discussão a partir da pressão das classes dominadas e da desaceleração econômica que agudiza algumas contradições dentro do bloco hegemônico e demais classes dominantes; o) dentro do período em análise a ideologia do desenvolvimento também alardeia cifras, obras e realizações governamentais mas estas não têm quase nunca um caráter político mobilizador ou participativo. Aliás um caráter mobilizador foi praticamente inexistente durante todo o período, encontrando-se algo nesse sentido apenas durante o governo Médici. A publicidade sobre as realizações do desenvolvimento eram realizadas mais como demonstração da justeza da opção pelo desenvolvimento, e nesse caso funcionava para obter respaldo político em especial das classes de apoio, e tinham também como função um reforço ao conformismo dos "deserdados da sorte" na medida em que elas demonstravam que eles também algum dia ainda poderiam vir a ser bafejados pela melhoria de vida; p) na fase da crise econômica 64/67, a ideologia desenvolvimentista tem uma função apenas justificadora e se complementa com a repressão. Inclusive, posteriormente, vão se condenar verbalmente al-

guns excessos cometidos por esta repressão; q) na fase de aceleração econômica 68/73, a ideologia desenvolvimentista é também apenas justificadora e através dela não se pretende mobilizar concretamente apoio político. Aliás, a mobilização de apoios através da ideologia nem é mesmo muito necessária na medida em que o real, no plano econômico, é extremamente incorporador não só em termos econômicos como também em termos políticos e ideológicos; não obstante este fato, o processo repressivo se mantém. As atividades repressivas no período 69/72 são as mais agudas de todos os 16 anos, na medida em que surgem grupos armados na tentativa de alterar o regime político vigente; r) durante o período de nova recessão e crise entre 74 e 80, a ideologia desenvolvimentista não é apenas justificativa, isto é, legitimadora. O governo tenta utilizar da ideologia de desenvolvimento de forma a mobilizar pelo menos as antigas classes de apoio, entretanto, o resultado dessa mobilização não alcança os níveis desejados dado que o volume de exclusão de classes sociais do processo do desenvolvimento já era extremamente grande. (Note-se a fragorosa derrota governamental nas eleições de 1974). Também é necessário notar que durante o período 74 a 80 a crise não atingira níveis profundos, no sentido de que o volume da produção e do investimento por parte do bloco hegemônico embora tenham sido bastante reduzidos ainda se sustentam com taxas razoavelmente suportáveis. Claro está que esta performance tem sido possível à custa da aceleração da inflação e dos déficits crescentes ao nível do balanço de pagamento e com a dívida externa tomando escalas sem precedentes. Sob o ponto de vista da dominação coercitiva a repressão é transformada na apa-

rência para um sentido técnico-militar mas se conserva estruturada em todo seu potencial atuando de forma branda ou tenue, em seu sentido político-militar. O governo dada a mudança da conjuntura política, passa a atuar mais ativamente na sua mobilização legislativa, acionando mais intensamente o aparato jurídico-institucional, que se baseia nas codificações jurídicas estabelecidas nos períodos de autoritarismo aberto, ainda que algumas destas codificações tiveram que sofrer abrandamentos no seu poder repressivo. Durante todo o período de 74 a 80, a despeito das notáveis modificações nas relações de força dentro da sociedade, o governo conseguiu manter a liderança política introduzindo temas não essenciais para o esquema de dominação e direção do bloco hegemônico, embora tais temas sejam importantes para diversas parcelas da sociedade civil, o que tem representado uma enorme capacidade diversionista de superar a crise. Por outro lado, o governo tem adotado soluções casuísticas visando a manutenção da maioria política. A presença de tais casuísmos políticos, faz lembrar com enorme adequação a citação de Croce, segundo a qual, "se os fatos sociais são imprevisíveis e o próprio conceito de previsão é um puro som, o irracional não pode deixar de dominar, e cada organização de homens é anti-histórica, é um "preconceito"; só resta resolver um a um, e com critérios imediatos, os problemas práticos colocados pelo desenvolvimento histórico" (12). Assim, completa Gramsci, o oportunismo torna-se a única linha possível; s) a presença do Estado na órbita econômica se faz, segundo esta ideologia, em prol do desenvolvimento e não da busca de alguma autonomia nacional, autarquia ou nacionalismo xenófobo; esta presença se faz

nos setores não rentáveis e complementares à iniciativa privada, entretanto, a presença do Estado na realidade se faz como uma exigência efetiva nos setores necessários, rentáveis ou não, para garantir a reprodução ampliada do capital; t) segundo a ideologia do desenvolvimento a dinâmica do próprio processo expansivo pode provocar instabilidades econômico-financeiras, tais como a inflação, insuficiências de crédito, desequilíbrios no balanço de pagamento, desequilíbrios na dívida interna e externa, mas tais instabilidades não devem corresponder a nenhuma instabilidade da ordem social pois que esta é absolutamente necessária para a obtenção da segunda e não se confunde, portanto, os dois níveis de instabilidade; u) para esta ideologia tal expansão é fundamentalmente um processo industrializante, mas transmite a sua dinâmica para todos os demais setores econômicos ("ajudando-os") e em decorrência disto compete também aos outros setores aceitar certos sacrifícios a favor do processo da industrialização ; v) a ideologia do desenvolvimento se apresenta como uma tarefa técnico-racionalista onde uma postura tecnicista deve exigir dos que decidem, os "tecnocratas", a obtenção de um máximo ou de um ótimo expansivo. Deve ser notado que até mesmo as relações entre o capital e o trabalho, que são "harmônicas por princípio", também constituem relações técnicas, capazes até mesmo de serem expressas através de fórmulas matematicamente "científicas" e, portanto, os próprios sindicatos dos trabalhadores, nessa "sociedade tecnocrática", começam a apresentar um certo grau de desnecessidade. Como a ação de governar significa uma tarefa técnica, os "tecnocratas" devem ser práticos, ou melhor ainda pragmáticos, porém responsá-

veis. Dado que se trata de um Estado autoritário, em que a persuasão da justeza das medidas a serem tomadas são desnecessárias, porque se baseiam em "postulados técnico-científicos", que devem produzir "maximizações e otimizações", (o governo não erra), é difícil, e o será por ainda algum tempo, extirpar o hábito irresponsável de descuidar que se evitem sacrifícios inúteis à população, em geral sobre aquelas partes da população econômica e politicamente mais frágeis.

4.2.2. A Política Econômica.

A dominação exercida pelo capital em todos os aspectos da sociedade só tem sentido telecológico, para si, se a dominação resulta na acumulação, portanto, o movimento das classes sociais e a estruturação do poder são ininteligíveis quando não referidos ao processo de acumulação do capital.

O Estado capitalista, tanto em suas funções normativas como em sua presença direta na economia, é entendido como um instrumento essencial de poder, e da acumulação. Assim, ao menos de forma esquemática, há que realizar a descrição de como as classes dominantes utilizaram-se do aparelho de Estado para realizar a acumulação do capital. Não é objeto dessa dissertação acompanhar pormenorizadamente os instrumentos de política econômica, os seus usos e os seus impactos sobre as diferentes classes sociais. Assim, ativemo-nos a uma descrição sumária das principais linhas de política econômica.

Para a realização destas tarefas é necessário descrever inicialmente alguns problemas metodológicos da apresentação

da política econômica que faremos: 1) Ativemo-nos às grandes linhas e blocos de instrumentos de política econômica que mais fortemente provocaram impactos diferenciados nas classes sociais. Dado que buscamos obter uma visão abrangente de longo prazo, é interessante notar que os usos e a intensidade da aplicação dos instrumentos de política econômica variaram ao longo do tempo, bem como seus impactos foram diferenciados nas diferentes conjunturas. 2) As referências utilizadas pretendem demonstrar a distribuição diferenciada de poder inter-classes. Este impacto é facilmente identificado para certos instrumentos ou em certos períodos; já outros instrumentos tem impacto primário distribuído de modo genérico, mas, em última instância seu impacto é essencialmente diferenciado. Ainda neste último caso, a resultante da política econômica pode ser explícita ou implicitamente desejada pelos aplicadores do instrumental e outras vezes constituem resultados inesperados. 3) Outro problema trata-se do fenômeno da dificuldade de quantificação dos resultados, dado que os demonstrativos, oficiais ou de entidades privadas ou de classe organizam-se segundo critérios que não levam em conta a separação das classes aqui utilizadas e/ou ainda porque algumas variáveis resultam do impacto simultâneo de dois ou mais instrumentos. 4) As autoridades governamentais, e este não é um caso típico do Brasil, quando apresentam resultados positivos das políticas adotadas, geralmente ocultam os ônus incorridos na obtenção dos resultados, bem como quem os suportou. 5) As justificativas explícitas para a adoção de medidas de política econômica não são, geralmente, bons indicadores dos objetivos implícitos que realmente se buscam alcançar, embora

não devam ser abandonados, dado que se inserem numa lógica explicativa (teoria) eventualmente capaz de permitir desvendar os motivos reais daquela medida adotada. 6) Os instrumentos de política econômica são instrumentos de governo, mas já alertamos anteriormente que sua utilização pode ser determinada, e o tem sido, pelos interesses econômicos e sociais externos ao setor governamental.

Por outro lado, na forma como pretendemos realizar a descrição dos usos dos instrumentos de política econômica surgem alguns problemas decorrentes da pretensão de mostrar as diferenças de poder entre as classes:

a) Objetiva-se demonstrar a clara intenção política de beneficiar prioritariamente os interesses do bloco hegemônico, o que, entretanto, não impede, e pelo contrário por vezes exige, a apropriação simultânea dos benefícios por outras classes sociais.

b) Ao privilegiar a descrição dos instrumentos de política econômica não se pretende cair no viés economicista de considerar a política como efeito imediato de objetivas necessidades econômicas, pois sempre é interessante relembrar que a aplicação de determinados instrumentos de política econômica só foi possível pelas condições autoritárias vigentes ao nível político-ideológico (superestrutural).

c) O fortalecimento de instrumentos normativos e operacionais de governo não constitui um fim em si, isto é, somente em raras ocasiões eles estão voltados para a solução de problemas endógenos à expansão dos próprios aparelhos de Estado. Por isso a dinâmica própria ou interna da expansão do

Estado não deve ser analisada como se fora uma entidade autônoma, acima ou fora da sociedade.

d) As determinações a que está submetido o Estado são de ordem exógena e endógena e, dado seu enorme peso específico, não se deve estranhar a permanência ou co-existência de políticas setoriais incompatíveis ou incongruentes entre si e com os objetivos gerais de política econômica, e isto não apenas ao nível dos objetivos mas também ao nível dos meios e recursos para suas implementações. A anarquia da produção capitalista gera no Estado Burocrático-Autoritário a produção de políticas econômicas anárquicas.

As descrições das grandes linhas da política econômica pós 64 têm como referência a política tributária, financeiras, monetárias, de gasto público, de preços, trabalhista e a política de comércio externo. (13)

As principais linhas de política econômica foram:

I - Na área do política trabalhista:

1) Adotou-se um rígido controle dos reajuste salariais através de fórmula matemática que claramente reduzia os níveis de salário real da classe trabalhadora; com a permanência do processo inflacionário este fato provoca redução da participação dos salários no valor do produto gerado com resultados benéficos para as classes proprietárias de capital e correspondentes prejuízos para a ampla maioria dos trabalhadores assalariados, (salvo os de médios e altos salários, beneficiários de acentuada abertura do leque salarial).

2) Em 1966 foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, cujo recolhimento correspondia a 8% sobre a

folha de salários, o que elevou os preços finais dos produtos, podendo serem considerados prima facie como impostos indiretos vinculados a aplicações habitacionais (não são impostos já que constituem fundos de propriedade contábil dos trabalhadores). A adoção do FGTS representou também neste caso um prejuízo para a classe trabalhadora na medida em que perdeu o estatuto da estabilidade por tempo de serviço. Apesar de que a lei previa uma "opção", é reconhecido que a aceitação do FGTS pelos trabalhadores deveu-se a pressões objetivas do governo e empresários. O FGTS criou um benefício, na maior parte dos casos ilusório, porque "contábil", a favor do trabalhador. O acesso dos trabalhadores a tais recursos só são disponíveis no caso de demissão, aposentadoria e outras formas bastante restritivas. Para a classe capitalista, o FGTS significou ampliação do domínio e controle sobre o trabalhador pela facilidade em despedi-lo. O FGTS funcionou como instrumento de rebaixamento salarial, via rotatividade da mão-de-obra, despedindo e recontratando trabalhadores com salários menores, movimento este executado sem ônus para o capital. Para os interesses do capital, o FGTS constitui um poderoso instrumento de poupança forçada, útil para a ativação da demanda habitacional, proporcionando ao mesmo tempo, acentuados ganhos em especulação imobiliária e altos níveis de acréscimo da produção, lucros e acumulação no setor de construção civil habitacional e nas inúmeras indústrias a ele conectadas.

3) Adoção de nova legislação de greve, que na verdade correspondia a um draconiano impedimento de realização da greve, retirando dos trabalhadores instrumentos absolutamente necessários para resguardar os níveis salariais.

II - Na área da política de preços:

1) Após 1964 foi adotada uma política de liberação dos preços dos bens em geral bem como das tarifas dos serviços públicos, dos transportes coletivos, dos combustíveis e dos alugueis. Esta política, denominada de "verdade de preços" provocou um recrudescimento do processo inflacionário com impacto prejudicial sobre a renda e o consumo das classes de médios e de baixos salários, mas por outro lado propiciou a expansão segura, com base na auto-geração de lucros, por parte do capital estatal, privado nacional e estrangeiro.

2) Após 1968 através do Conselho Interministerial de Preços, o CIP, foram adotados controles de preços que variavam conforme os setores industriais. As principais indicações que demonstram o resultado desta política, apontam no sentido de que o comportamento do CIP significou, via de regra, um sancionamento à política de preços oligopólicos das grandes empresas dos setores industriais mais dinâmicos, transferindo a concorrência da área de preços para a área de diversificação dos produtos. Em alguns setores industriais estatais, cujo comportamento é fundamental para a dinâmica da acumulação, ocorreu fortes desequilíbrios financeiros, em função da manutenção, por longos períodos, de baixos níveis de preços incapazes de cobrir as necessidades operacionais e de investimentos destes setores. Estes desequilíbrios foram por vezes cobertos por fontes especiais de recursos a partir do Banco Central e do Banco do Brasil aprovados pelo Conselho Monetário Nacional, outras vezes por elevações tributárias específicas em produtos considerados supérfluos, e, simultaneamente, com crescente grau de endividamento das empresas. Esta

favoreceu importantes setores oligopolistas demandantes destes insumos, às custas quer da descapitalização destas empresas, quer dos recursos do tesouro a elas repassados.

3) Estabelecimento de uma política de preços mínimos para produtos agrícolas: tais preços são propostos pela CFP à aprovação do Conselho Monetário Nacional, e funcionam mais como preços de referência, hoje aliás definidos como valores básicos de custeio, para fixar montantes de crédito concedidos pelo Banco do Brasil, a taxas de juros extremamente favorecidas. Embora trate-se de um estímulo à produção agrícola em geral, é hoje reconhecido que durante todo o período a parcela mais importante do total do volume de crédito foi concedido aos grandes proprietários de terras.

4) Convém notar além disso que o crédito subsidiado representa benefícios aos interesses urbano/industriais, pois os citados benefícios creditícios estavam voltados para cumprir supletivamente as seguintes funções: a) A ampliação de ofertas de matérias primas para a indústria a preços reduzidos e ainda rentáveis à agricultura; b) a ampliação da oferta de alimentos básicos a preços mais acessíveis à população, os quais são o principal componente do custo de reprodução da força de trabalho e portanto funciona como redutor de pressões salariais; c) geração de divisas via produtos exportáveis, necessárias às importações requeridas pela base produtiva industrial, principalmente pelas empresas oligopolistas. As políticas econômicas aplicadas às matérias primas exportadas, como o café, o cacau, o açúcar, respondem fundamentalmente a esta finalidade básica; d) a expansão do crédito subsidiado, na forma como é aplicado - custeio agrícola - repre-

senta importante expansão da demanda de insumos agrícolas industriais e de maquinaria agrícola produzidas na sua maior parte por empresas oligopolistas; e) mais recentemente, a política de crédito subsidiado é vista como base para substituição de fontes energéticas, cujo programa mais avançado, o do PROÁLCOOL, é também conectado diretamente aos grandes interesses industriais oligopólicos do setor de bens de capital.

III - Na área da política monetária:

1) A criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, a instituição da correção monetária, e a estruturação de um complexo sistema financeiro semelhante aos existentes nos países industrializados propiciou a ampliação vigorosa da atuação concreta da política monetária e financeira do governo. O instituto da correção monetária possibilitou a ampliação nas aplicações financeiras a juros reais positivos. Este fato constituiu num estímulo antes inexistente à realização de poupanças, pela possibilidade de manutenção do seu valor real a despeito do processo inflacionário. A ampliação do volume de poupanças funcionou como uma alavanca da acumulação na medida em que forneceu crescentes volumes de crédito às atividades correntes das empresas. Estretanto a própria correção monetária torna embutida um componente de alta inflacionária, na medida em que aos tomadores de recursos com esta cláusula, só lhes resta repassar este ônus aos preços de seus produtos.

2) O governo lança as ORTN's a partir de 64 e as LTN's a partir de 1970, títulos de dívida pública com cláusulas de correção monetária, que ampliam a capacidade do Estado de se

apropriar de recursos não inflacionários para cobrir os níveis de liquidez da economia. Convém notar que tais títulos passaram a funcionar como uma forma de manter e garantir rentabilidade para os excedentes líquidos de recursos das empresas, geralmente as médias e de grande porte, mantendo tais excedentes sob forma remunerada.

3) A política de mini-desvalorização mantida após 1968, a manutenção de um patamar inflacionário em torno de 20% a qual por si só é um mecanismo de concentração de renda dos assalariados (rendas fixas) para o capital (rendas variáveis pelos contínuos acréscimos de preços e a remuneração da poupança interna mantida em termos reais (correção monetária + juros), produziu ao menos entre 1968 e 1973 um estímulo ao endividamento externo, na medida em que os juros e o principal dos débitos em dólar tendiam a um valor menor que o correspondente resultado das aplicações em cruzeiros no mercado interno. O setor privado bancário e não bancário optam decididamente por este instrumento de acumulação tão benéfico aos seus interesses. Note-se que o fácil acesso ao mercado financeiro internacional pelos bancos e indústrias nacionais, era justificado também pelo ângulo do "equilíbrio" entre as frações hegemônicas nacionais em relação ao capital estrangeiro. Este mecanismo permitiu financiar apenas uma parcela da expansão da capacidade produtiva efetivada, estimulando fortemente o circuito da intermediação financeira doméstica, parte voltada para o financiamento da produção corrente, parte mantida especulativamente no próprio circuito financeiro.

4) Em fins de 1973 a dívida externa líquida era de 6,5 bilhões de dólares. Quando do déficit comercial de 1974, 4,7

bilhões de dólares (dos quais apenas 2,8 bilhões correspondiam às importações de petróleo em um total de 12,6 bilhões de dólares importados), o serviço da dívida, juros (652 milhões) e amortizações (1920 milhões) atingia no mesmo ano cerca de 2,5 bilhões de dólares. Isto significa que, aquilo que eufemisticamente tinha sido considerado como uma "variável de folga", bastante lucrativa, transforma-se em uma "exigência necessária" de recorrer ao endividamento crescente para fechar os desequilíbrios do balanço de pagamentos. E mais, quando as necessidades de capital externo crescem, há que manter elevadas as taxas básicas de juros internos (ORTN e LTN) para induzir a tomada de capitais externos, o que torna ainda mais lucrativas tais operações. Como entretanto as taxas de investimento decaem a partir de 1974 com a desaceleração, os dólares emprestados transformados em cruzeiros provocam excessos de liquidez, a qual além de reacelerar o processo inflacionário, resultava na necessidade de enxugar a liquidez, via emissão de ORTN e LTN com taxas de juros mais elevadas, para não desestimular novos empréstimos externos. Ou seja, os capitais que tom acesso ao mercado externo ganham as diferenças de custo entre as operações externa/interna e mais o juro dos títulos governamentais. Estimou-se toscamente que um terço do total da dívida bruta no nível de 1978, cerca de 43,5 bilhões de dólares, não havia ampliado nenhuma capacidade produtiva nova e nem financiado produção corrente alguma; tratava-se de pura ciranda especulativa de dívidas para pagar dívidas, para pagar dívidas, para pagar dívidas,...

IV - Ná área da política tributária:

1) A reforma fiscal de 1966, amplia largamente a capacidade tributária da União, reduzindo a participação dos Estados e Municípios. (14) A estrutura impositiva estabelecida baseia-se fundamentalmente nos impostos indiretos, afetando os preços dos bens finais demandados principalmente pelas classes de apoio (renda médias) e as dominadas (rendas baixas); no imposto de renda, incidindo basicamente sobre as classes de apoio (renda médias) e para as quais foram dadas alguns benefícios marginais de capitalização (tanto maiores quanto maior a renda do cidadão); o imposto de renda sobre pessoas jurídicas, incidindo basicamente sobre os capitais de propriedade das classes hegemônicas e dominantes são extremamente beneficiados por estímulos fiscais à capitalização. Trata-se de uma estrutura impositiva extremamente regressiva e concentradora da renda gerada. Obviamente tal estrutura foi implantada e é mantida com esta conformação, pelos interesses das classes hegemônicas e dominantes e não por impossibilidades técnicas de alteração e reformas no regime legal e operacional da tributação.

2) Visando estimular e orientar a capitalização foram estabelecidos um elevado número de benefícios fiscais - redução de alíquota, isenção de tributo e crédito prêmio - para uma infinidade de fatos geradores da incidência de tributos, tanto os federais como os estaduais, que transformaram a economia brasileira em um paraíso fiscal para os grandes capitais, capazes de contar com uma especializada assessoria jurídico-tributária, tal a magnitude numérica e meandros interpretativos que possibilitavam privatizar o aparelho fiscal do Estado. Como estes benefícios são concedidos por várias agên-

cias governamentais (SRF, CDI, CPA, CACEX) e com base em inúmeros diplomas legais, não são disponíveis estimativas razoáveis para o montante dos benefícios concedidos, estimando-se, por exemplo, para o ano de 1978, que atingiram à metade da Receita Tributária Federal efetivamente arrecadada.

3) A partir de 1967 o governo passa, em escala crescente, a transferir fundos de origem fiscal, vinculados à aplicação em setores considerados prioritários, como por exemplo: reflorestamento, pesca, turismo; ao estímulo à intermediação financeira abatimento do Imposto de Renda dos juros pagos ao setor financeiro, abatimento fiscal pela compra de ações de S/A's, reduções fiscais pela aplicação em títulos de instituições financeiras privadas e do governo, incentivos para a abertura do capital de empresas fechadas, benefícios à fusão e incorporação de capitais, o fundo fiscal 157 para investimento em ações e (a administração de tais fundos foi cedida ao setor bancário privado) ao estímulo a regiões carentes: os programas orçamentários da SUDENE, SUDAM, SUDECO e os programas especiais como o PIN, PROTERRA, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, FUNRES, POLONORDESTE, SERTANEJO, CODEVASF, e outros. Salvo os fundos setoriais e o fundo fiscal 157, as demais operações constituem-se simplesmente numa simples transferência de recursos públicos para a propriedade privada capitalista, sem quaisquer esquemas de retorno previstos.

V - Na área do gasto público:

1) Dada a ampliação da capacidade tributária do Esta-

do, era de se esperar uma vigorosa resposta na superação dos profundos déficits, historicamente acumulados, de serviços públicos tradicionais requeridos pela população, em especial os dispêndios em escolas, saúde pública e urbanização, a serem desenvolvidos pelos órgãos do S.G.E. À despeito da expansão havida no sistema escolar, esta ficou extremamente aquém das necessidades quantitativas e qualitativas da população, além de ter sido imposta à classe de professores e funcionários do sistema de ensino drástica redução dos salários em termos reais. No que diz respeito à saúde pública e saneamento básico a situação é agravada pelo absoluto descaso governamental, expresso pelas reduções orçamentárias reais nestas rubricas. A escassez de recursos para as atividades necessárias às populações carentes (escolar, saúde pública, nutrição e outros) é explicável pela política de fornecer elevados benefícios tributários ao capital e às classes de altas rendas, bem como pela existência de excedente estrutural de oferta de força de trabalho e pela sua desorganização, provocada pela atuação coercitiva do Estado e das empresas.

2) A expansão da prestação de serviços pelo SGE, somada à ampliação das suas funções normativas em todo o país (tanto na administração direta como na descentralizada) e à transferência de algumas destas entidades para Brasília, propiciou o crescimento do gasto público do SGE, o qual beneficiou em termos de demanda, vários interesses do setor de construção civil, do setor de material e equipamentos de escritório e do setor gráfico.

VI - Na área da política creditícia:

1) O capital bancário privado, tanto nacional como estrangeiro, obteve um enorme conjunto de benefícios à capitalização através do Estado. De 1965 a 1967 as taxas de redescontos operadas pelo Banco Central foram favoráveis aos bancos comerciais, com as taxas de desconto permanecendo abaixo dos juros médios cobrados pelos Bancos Comerciais. Após 1971 o desconto se transforma em uma simples abertura de crédito sob o nome de "assistência financeira de liquidez". Outra vantagem digna de nota, diz respeito à possibilidade dos bancos comerciais de manterem parte do encaixe bancário obrigatório sob a forma de ORTN, o que permite manter uma parcela do seu capital resguardado dos efeitos inflacionários. Em 1970 por exemplo, 55% do volume dos depósitos compulsórios eram em ORTN. Para o sistema bancário comercial foram concedidas inúmeras vantagens em termos de ampliação de sua capacidade de captação de recursos, quais sejam: a) os depósitos a prazo fixo com correção monetária permitiram uma ampliação na captação de recursos, além do mais, sobre estes depósitos foram eliminadas as necessidades de realizar depósitos compulsórios; b) através da resolução 63 permitiu-se aos Bancos Comerciais tomarem empréstimos diretamente do exterior e repassá-los internamente às empresas; c) os bancos comerciais tem autorização e passam a operar com repasses de recursos fornecidos por instituições federais, o que amplia sua taxa de lucratividade através dos spreads e participação na taxa de juro; d) ao sistema bancário privado é autorizada a realização da arrecadação de tributos, permanecendo tais volumes de recursos por determinados prazos no caixa dos bancos até o seu ulterior recolhimento às autoridades monetárias; e) fo-

ram estabelecidos, redescontos seletivos com menores taxas para determinadas aplicações estimuladas pelo Banco Central; f) foi concedido após 1970 a redução do Depósito Compulsório para empréstimos à agricultura e a pequena e média empresa.

2) Um dos fatos de maior importância para a economia correspondeu a centralização de capitais e a conglomeração do setor bancário privado. Esta concentração e conglomeração foi favorecida e estimulada através do próprio Estado, fornecendo vantagens elevadas à centralização de capitais. Para que se tenha uma idéia do nível de centralização de capitais basta dizer que em 1966 haviam 328 bancos comerciais no Brasil, reduzidos em fins de 1979 para 80 estabelecimentos. A enorme expansão do setor financeiro privado tem nos seguintes números alguns indicadores: Em 1979 haviam 63 Bancos Comerciais Nacionais, 17 Bancos Comerciais estrangeiros, 40 Bancos de Investimentos, 15 Bancos de Desenvolvimento, 5 Caixas Econômicas, 100 Sociedades de Créditos Financiamento e Investimento, 42 Sociedades de Crédito Imobiliário e ainda 26 Associações de Poupança e Empréstimo. A esta concentração bancária e expansão do sistema financeiro corresponde um enorme grau de conglomeração das atividades da órbita financeira, que podem ser detectadas pelos seguintes indicadores: a) Dentre as financeiras, 75% estão ligadas aos Bancos Comerciais e outras a grupos industriais e comerciais, sendo insignificante o número e o peso econômico das independentes; b) no setor segurador, 55% do mercado é controlado por empresas ligadas aos bancos comerciais, 10% ligadas aos bancos estatais, 20% ligadas aos bancos estrangeiros e as independentes controlam apenas 15% do mercado; c) os bancos de investimento, as dis-

tribuidoras, as sociedades de crédito imobiliário e até as corretoras são na sua maioria conectadas com os bancos comerciais. É tão grande o grau de conglomeração financeira que os 10 maiores conglomerados financeiros privados, todos eles nacionais, controlam efetivamente a política creditícia privada no Brasil. É verdade que os resultados desta política, do ponto de vista dos próprios banqueiros, parecem não os satisfazer, pois alegam que do total dos depósitos, 35% correspondem ao depósito compulsório do Banco Central; 15% são obrigados a aplicar no crédito rural; 12% são obrigados a aplicar na pequena e média empresa; 10% constituem o encaixe necessário, sobrando portanto apenas 20% para operar livremente no mercado; entretanto é neste setor que as receitas constituem 40% a mais do que o volume total de despesas. Estas cifras que se referem a 1979 tem sido entretanto verificada ao longo dos anos anteriores. A explicação para este comportamento lucrativo do sistema bancário parece estar contida no fato de que os depósitos em conta corrente não são remunerados, e os banqueiros, dada a sua posição oligopólica, tem a capacidade de exigir reciprocidades de saldo médio, compra de seguros, aquisição de ações e estabelecer taxas de juros elevadas.

3) Uma das áreas da política creditícia mais importantes no período, e que propiciou alta taxa de acumulação, tanto na órbita financeira como na órbita real, diz respeito a constituição do sistema financeiro habitacional. Esta área cuja base operacional repousa no Banco Nacional de Habitação que administra o FGTS também realiza operações de crédito com o lançamento de letras imobiliárias e os chamados depósitos de

poupança pelas sociedades de crédito imobiliário. Uma base de recursos fundamental do sistema repousa no FGTS, ao qual deve corresponder além da correção monetária uma remuneração de 3% de juros anual. As aplicações de financiamento habitacional são realizadas segundo as diversas faixas de renda dos tomadores de empréstimo, com os limites de financiamento diferenciados pela capacidade de pagamento dos tomadores. A amortização do principal sofre correção monetária do saldo devedor e o juro é variável conforme os níveis de renda dos tomadores, e aplicados segundo programas diferenciados. Havia uma velada intenção governamental de utilizar este mecanismo para resolver os gritantes déficits habitacionais das populações mais carentes. Mas, na medida em que tal sistema exige retornos a taxas de juros reais, por menores que sejam, e que por outro lado impunha-se restrições salariais com quedas profundas nos salários reais, não apenas não resolveu quantitativamente a oferta necessária para atender sequer o volume de demanda de habitações para as classes de baixa renda, como propiciou a realização de altos lucros de grandes grupos imobiliários e construtores. Em várias ocasiões os recursos do sistema financeiro habitacional foram utilizados para resolver problemas de déficit do Tesouro através da compra de títulos da dívida pública.

4) Dado que os bancos de investimento privado não possuem capacidade de efetuar empréstimos a longo prazo, e nem estão dispostos a fazê-lo na medida em que os riscos crescem sem que a lucratividade se amplie, o Estado, através do Setor Financeiro Estatal - SFE, vem realizando as funções básicas de financiamento e capitalização para ampliação da capacidade

produtiva, e neste caso diferentemente das vantagens fiscais, restrito quase inteiramente ao capital privado nacional. Dentre seus quatro maiores estabelecimentos financeiros Banco do Brasil, Banco Nacional de Habitação, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, este último ganha preponderância nesta função, junto com o sistema de bancos de desenvolvimento estaduais e regionais (15 entidades) os quais funcionam como mobilizadores e concentradores de capitais, a favor dos interesses privados nacionais (predominando em todo o período, o volume de aplicações ligadas aos grandes capitais). O BNDE além dos recursos de capital próprio, de fundos especiais de origem fiscal, e da captação de recursos no exterior, passou a partir de 1974 a administrar os recursos do Fundo PIS-PASEP (15). Fornece crédito para investimento e realiza participação acionária, diretamente ou através de suas subsidiárias FINAME (financiamento da produção e comercialização, no país, de máquinas e equipamentos), FIBASE (financiamento e participação acionária nas indústrias produtoras de insumos básicos), EMBRAMEC (financiamento e participação nas indústrias produtoras de equipamentos industriais), e IBRASA (capitalização de empresas privadas nacionais, principalmente de médio porte), e ainda realiza repasses ao sistema nacional de bancos de desenvolvimento, os quais além dos citados repasses e capital próprio, mobilizam recursos de fundo especiais de investimento e outras formas de captação. O sistema citado constitui-se na espinha dorsal do financiamento de longo prazo ao capital produtivo nacional, visto que o setor bancário privado é inexpressivo nestas operações. Esta tem sido a justificativa básica para

sua expansão institucional e dos seus recursos, na busca do "equilíbrio" entre os interesses do bloco hegemônico. Não restam dúvidas de que a operação deste vasto financiador de longo prazo tem sido, senão o mais importante, um dos instrumentos cruciais da manutenção da burguesia industrial nacional no interior do bloco hegemônico, ainda mais quando se verifica que inúmeras vezes os financiamentos são concedidos a taxas de juros reais negativas, bem como os aportes de capitalização atingem montantes expressivos do total investido sem dispor do controle acionário do investimento, o que transforma o Estado através destas entidades num curioso "rentier majoritário" no capital total.

VII - Na área do comércio exterior:

1) Uma agressiva política de expansão de exportações foi adotada ao longo do período, com taxas de câmbio mais realistas asseguradas em parte por uma política de minidesvalorizações de curto prazo, visando manter continuamente uma determinada paridade cambial em função dos diferenciais inflacionários interno e externo. Concederam-se pesadas vantagens fiscais às exportações de manufaturados tais como a isenção do IPI, do IR do lucro sobre exportação e do II no regime de reexportações (drawback). A partir de 1972 cria-se o programa BEPIEX, que constituiu benefícios excepcionais de isenção, e posteriormente redução do II e IPI, na importação de bens de capital e matérias primas destinadas ao programa de exportações, até um terço do valor líquido da exportação média anual de produtos manufaturados. Note-se também que os benefícios de crédito agrícola subsidiado para os produtos agrícolas, aplica-se igualmente àqueles destinados

ã exportação. Como resultado dessa política as exportações cresceram significativamente ao longo de todo o período, se bem que a custos sociais bastante elevados.

2) Dado que até 1973 não ocorreram pressões graves no balanço de pagamentos, inclusive pela entrada lícita de capitais de risco e de empréstimo, a política de importações não foi adequada em dois aspectos básicos: a) ocorreu um descontrole das importações de equipamentos e insumos, os quais pela facilidade de entrada não só, em alguns casos, prejudicaram a indústria interna capaz de atender aquelas demandas, como era desestimulante das possibilidades de substituições de importações; b) autorizou-se um volume significativo de importações de bens supérfluos de luxo para atender a demanda das classes de alta renda, numa política inadequada de desperdícios.

O esboço destes pontos nucleares da política econômica, ainda que desta forma impressionista, corrobora a clara utilização dos aparelhos normativos econômicos do Estado à favor dos interesses hegemônicos. É meridianamente claro que a hegemonia, como a outra face da mesma moeda, é que permite utilizar desta forma os aparelhos de Estado, em um movimento reiterativo de reforço de poder destas classes.

4.3. - A Privatização do Estado.

O conceito de privatização do Estado tem sido referido às formas de operação privada do Estado, quando organizadas como empresas públicas industriais ou financeiras atuando sob a lógica da acumulação de capital. Esta acepção conceitual tem servido para explicitar as contradições existentes na posição defendida por inúmeros grupos privados nacionais e estrangeiros que há algum tempo vem orquestrando ampla campanha contra a estatização da economia brasileira.

Demonstrar que a expansão das empresas estatais se faz sob a forma jurídica típica das empresas privadas, prova que a ampliação da presença do Estado na atividade econômica não possui nenhum sentido socializante e, pelo contrário, ocorre e tem ocorrido como uma forma solidária e necessária à viabilização dos setores privados. Esta conceituação do funcionamento das empresas públicas como privatização do Estado possui o mérito de demonstrar o fortalecimento do modo de produção capitalista que a expansão das empresas estatais ocasiona. (16)

Não deve causar estranheza a expansão de empresas de propriedade do Estado nos países de industrialização retardatária, pois este fenômeno não ocorreu de forma sub-reptícia, à moda da teoria conspiratória da história, contra os interesses dos capitalistas privados. Ao contrário, a expansão do SPE e do SFE só ocorre porque os beneficia muito. O Estado, melhor ainda, o Estado capitalista tem por função específica realizar as tarefas de manutenção da ordem, representação externa, exercer funções normativas e as que constituem as condições externas da acumulação, que tratam da qualidade de vida da população trabalhadora. Este conjunto de atividades compõem o SGE e para sua manutenção o Estado usa de seu poder gravando tributos sobre as unidades produtivas e tributos sobre as rendas pessoais dos cidadãos.

As empresas do SPE e SFE, na medida em que operam nos termos das empresas privadas, ficam também sujeitas ao mesmo tratamento impositivo aplicado a estas últimas, embora se reconheça a existência de tratamento diferencial (favorável) em alguns casos, justificados pela importância da empresa para a acumulação geral, ou razões de segurança nacional. Tais casos de excepcionalidade tenderão a ser relativamente inexpressivos, a bem do tratamento fiscal equânime sobre o capital, quer público quer privado. De qualquer modo a acumulação de capitais estatais, sob a lógica da acumulação privada, constitui apenas uma das formas de privatização do Estado.

Outro fenômeno que tem causado maior grau de diferenciação intersetorial e pessoal de rendas tem sido a utilização do poder impositivo do Estado à favor da acumulação pri-

vada de capitais. Na verdade, as políticas econômicas do Estado brasileiro demonstram uma impressionante capacidade do bloco no poder em criar um dos maiores (institucionais) de incentivos à capitalização das empresas, um dos capítulos importantes da política geral denominada de "benefícios ao desenvolvimento econômico". (ver anexo IV)

Na verdade o quadro da política fiscal e do gasto público é complexo, e está ligado à própria estruturação dos interesses do bloco hegemônico, dadas as diferenças de interesses entre as diversas frações de classe que o compõem. A concessão dos referidos benefícios se faz visando a necessária obtenção do equilíbrio de poder no seio do bloco hegemônico e a simultânea garantia de reprodução ampliada do capital. Isto explica porque a extensão de tais vantagens a algumas frações das demais classes dominantes é simultaneamente acompanhada da imposição de "sacrifícios" eventuais sobre estas mesmas classes.

É a este conjunto de vantagens fornecidas pelo Estado ao capital, que à par da acumulação das empresas estatais denomino de privatização do Estado. Ou seja abrange além da acumulação do capital estatal que provem da apropriação de mais valia, sob suas formas de lucro, juro e renda; a partir da exploração do trabalho. Estes últimos são capitais acumulados a partir da redistribuição da mais-valia apropriada pelo poder coercitivo do Estado e redistribuído às várias frações do capital, de forma privada.

A utilização dos recursos do Estado para benefício privado, recursos estes que o Estado possui em função de dis-

por de poder sobre as classes sociais, constitui uma privatização do Estado. Este não era evidentemente um fenômeno novo ou inédito que tenha se iniciado em 1964. Em um Estado capitalista vez por outra se estabelecem usos do poder de Estado para o benefício privativo deste ou daquele cidadão ou grupo, mas sempre em caráter excepcional.

O que realmente tem uma significação inédita e sem precedente em nossa história é a multiplicidade, intensidade, superposição, reiteração, ampliação, renovação dos "favores" do Estado apropriados privadamente, os quais alcançaram, no período, uma escala gigantesca. Reformulo, uma escala dantesca, um céu para os capitalistas e o inferno para os trabalhadores.

Entendido o uso do conceito de privatização do Estado como as formas de capitalização que obedecem a lógica privada do capital e também aos casos em que a apropriação é privada; a importância destas últimas fica explicitada através da listagem das formas principais que foram (e são) adotadas:

- a) reduções e isenções tributárias de diversas modalidades;
- b) créditos prêmios fiscais recebidos pelos capitais privados;
- c) concessão de créditos financeiros para investimento com taxas de juros reais negativos;
- d) concessão de créditos financeiros de custeio a taxas de juros reais negativos;
- e) concessão de subsídios ao consumo, ao investimento e ao custeio;

- f) aplicações em ações ordinárias ou preferenciais, minoritariamente em termos de controle, transformando o Estado em "rentier" do setor privado;
- g) ampliação do prazo de recolhimento de tributos e fundos públicos e recursos previdenciários por parte dos agentes privados arrecadadores;
- h) concessão de recursos creditícios ou de investimento extremamente favorecidos, sob a denominação genérica de "saneamento financeiro de empresas";
- i) criação de fundos fiscais, parafiscais e previdenciários (como forma de poupança forçada) com aplicações destinadas ao financiamento ou capitalização, alguns diretamente sob a administração privada;
- j) redução do preço da força de trabalho, em termos reais, por determinações do SGE e não sujeitas ao arbitramento da Justiça do Trabalho;
- l) câmbio favorecido para determinadas operações de importação;
- m) repasses a bancos privados de recursos obtidos e centralizados pelo poder tributário, monet. e cambial do Estado, propiciando a acumulação privada pelos diferenciais de taxas de juros e taxas "del credere".

Os setores privados engajados na luta contra a estatização não têm se referido à necessidade de serem reduzidas estas formas do Estado se "imiscuir" na atividade privada, demonstrando com isto que seu comportamento anti-estatizante tem raízes outras que não seu posicionamento pró liberalismo eco-

nômico.

Na verdade, a desestatização desejada varia segundo cada fração de classe e tem uma intensidade almejada até o ponto preciso em que as vantagens que aquela fração de classe recebe do Estado não sejam afetadas. A estatização não é portanto um falso problema, porque a presença do Estado, a cada momento e em cada setor, afeta concretamente de modo mais favorável ou desfavorável cada fração de classe. Falsa é a discussão genérica entre haver ou não presença do Estado na economia. A este nível a questão já foi resolvida há décadas, e a resposta historicamente dada foi à favor da presença do Estado na economia e, em grande escala. Mas aonde, quando e com que intensidade ela se faz, é algo que a própria luta dos interesses na sociedade vai determinando sequencialmente (por vezes) ou aos saltos (em outros casos). Devido à desaceleração após 1974, o bloco hegemônico, a partir das condições objetivas menos favoráveis à apropriação e realização contínua dos seus lucros, percebeu (do ponto de vista de cada fração), que poderia ampliar a capitalização em áreas ocupadas pelo Estado.

Mas como não há uma fração hegemônica, ainda que todas as frações desejassem efetivamente desestatizar (o que não é verdade), não existe a menor unanimidade sobre qual programa receberia suficiente apoio para ser executado.

Disto se depreende que, no limite, eventuais políticas de desestatização não deverão ultrapassar a algumas medidas típicas de entrega ao controle privado de algumas empresas atualmente sob a órbita do SPE e SFE. Circunstancialmente em-

presas estatais de pouca importância estratégica para a acumulação, poderão ter igualmente transferido o seu controle ou até desativadas.

Isto posto, devemos admitir como um fenômeno estrutural a permanência de grande parcela da classe trabalhadora subordinada ao processo de acumulação de capital empresas nas estatais.

Enquanto presença no sistema produtivo o Estado Brasileiro tem ampliado maciçamente sua capacidade produtiva nos setores industriais de base e na ampliação da infra-estrutura.

A ampliada ação normativa do Estado Brasileiro, acompanhada da expansão do setor produtivo e do setor financeiro estatais, incrementou sua capacidade de induzir as decisões de investimento dos próprios agentes privados.

Isto transforma o Estado em um agente fundamental do processo de acumulação, embora suas ações não se façam contrariando os interesses do bloco hegemônico. Trata-se de uma relação orgânica, de interesse do bloco hegemônico, pois permite fazer com que as políticas adotadas nem sempre nasçam a partir do Estado. Mas quando isto eventualmente ocorre, geralmente constituem-se políticas claramente favoráveis ao bloco hegemônico, e, caso contrário, não chegam a ser aplicadas. Tudo se passa com os aparelhos de Estado sendo fundamentais, mas o poder de Estado lhe é extrínseco, salvo, na capacidade de acumulação das empresas estatais, e no grau de autonomia relativa que o Estado dispõe frente as classes sociais.

Com a aceleração da internacionalização da produção no território brasileiro, a presença ampliada do Estado se legitima enquanto intervenção direta sobre o processo de acumulação, fundando-a sobre a necessidade de manter uma determinada relação de equilíbrio entre o capital estrangeiro e o capital nacional.

A idéia de que o Estado Brasileiro penetra nos setores onde o setor privado foi incapaz de assumir, ou ainda naqueles setores onde a rentabilidade seria extremamente baixa, isoladamente já não explicam a presença do Estado na economia. O Estado tem a presença ampliada em setores rentáveis ou não, visando garantir a reprodução ampliada do capital. A industrialização retardatária, implica em reprodução ampliada tanto quantitativa dos valores acumulados como também uma simultânea ampliação qualitativa da estrutura do setor industrial internalizado no território brasileiro.

A complexidade da presença do Estado no capitalismo retardatário brasileiro, manifesta-se nos mais variados tipos de ação na órbita econômica: o Estado Brasileiro adquire mercadorias geradas pelo setor privado transformando-as em valores de uso sob a forma de bens e serviços colocados à disposição da população (ainda que de forma não equitativa). O Estado Brasileiro através dos instrumentos de centralização e mobilização de capitais realiza investimentos em áreas de alta lucratividade e com tais lucros, impulsiona o investimento em alguns setores previamente inexistentes, alargando qualitativamente as possibilidades de acumulação de capitais. O Estado Brasileiro, por outro lado, tem realizado investimentos

em setores fundamentais para a dinâmica industrial e transferido, via preços subsidiados, benefícios ao setor privado industrial.

Em linhas gerais, face à derrota do setor popular no golpe de 64, a função de regeneração do capital tem sido o fundamento da política estatal. Isto porque o formidável aparato de coerção instalado e utilizado pelo Estado Brasileiro reduziu a necessidade, aos olhos do próprio bloco hegemônico, da utilização dos recursos estatais para os efeitos de legitimação, na medida em que o setor popular foi, em suas aspirações e em sua capacidade de organização, quase completamente estiolado no quadro das relações de força.

Estas observações sobre a privatização do Estado, na abordagem como estão dispostas, constituem apenas um momento analítico do fenômeno. Neste, o que se demonstra é o imenso poder acumulado pela classe capitalista em geral, com destaque às frações do bloco hegemônico. Como o Estado é condensação material da luta dos interesses de classe, a materialização do aparelho de Estado em tão amplos benefícios à burguesia, demonstra por corolário, o grau de derrota e dominação infligida às classes trabalhadoras em geral.

Mas não somente isto, demonstra também a capacidade de direcionar estas vantagens no sentido da acelerada expansão da acumulação dos capitais, fundamento de seu poder, e ainda de forma complementar à repressão, estruturar formas ideológicas justificatórias de concessão de amplos benefícios aos capitais monopolistas em meio à generalizada pobreza e miséria da população. Esta dominação e direção do conjunto da so-

cidade constitui a hegemonia do grande capital.

A seu favor - a acumulação ampliada dos seus capitais - não só organiza e expande uma parte do Estado à sua imagem , privatizando o seu comportamento, como apropria-se direta e privadamente do poder de Estado e dos seus benefícios, veiculando estes procedimentos sob a ideologia "do desenvolvimento" e "do bem comum".

Outro momento analítico possível do conceito da privatização do Estado, refere-se à sua imanente contradição, cuja substância reside no fato de que a privatização do Estado significa, ao mesmo tempo, que a reprodução ampliada dos capitais necessita da mediação crescente do Estado para se efetivar.

A reprodução ampliada dos capitais privados é então contraditoriamente mais social, só se manifestando através da presença crescente do organismo social por excelência - O Estado. Assim colocada a questão é mais clara a percepção de que as crises econômicas são cada vez mais, simultaneamente crises políticas, e vice-versa.

NOTASCAPÍTULO QUARTO

- (1) Dada a primazia do ramo Executivo no contexto do Estado Brasileiro durante o período, a partir deste item passo a utilizar o termo "Estado" em substituição ao termo "Poder Executivo", salvo nos casos específicos indicados em contrário.
- (2) Embora hajam 16 ministérios, existem junto à Presidência mais 7 cargos com equivalência funcional à de Ministro, elevando o total para 23.
- (3) Tentamos obter o número de elementos que compõem a categoria BPD nos termos aqui adotados, realizando um exercício de adição-subtração algébricos das informações retiradas de relatórios oficiais, de levantamentos setoriais, e de decretos publicados em diários oficiais, visto não existir, ao menos a nível de domínio público, estudo discriminando o conjunto destes cargos. Em que pese as preocupações em evitar ausência e/ou duplicação de contagem, de testar critérios de classificação, checar reiteradamente as estatísticas, inclusive através de consultas e entrevistas informais, e atente aos dados referidos ao quarto trimestre de 1980, considero que os números obtidos, so ponto de vista do vigor quantitativo e de sua confiabilidade, não ultrapassam a condição de indicadores da ordem de grandeza do fenômeno pesquisado.
- (4) Além da dificuldade de se obter a própria informação, mais difícil ainda foi definir e aplicar critérios de

equivalência. Este número é portanto mais tosco que os demais.

- (5) Não é correto somar as 456 empresas dos Estados e Municípios ao número das cadastradas pela SEST, pois estar-se-ia incorrendo em erro de duplicação.
- (6) Para O'Donnell, a partir de 1964 implanta-se no Brasil um Estado Burocrático-Autoritário, que corresponde a uma etapa específica de importantes transformações nos mecanismos de acumulação do capital destas sociedades, num período em que se exigia dentro da própria dinâmica da acumulação uma mais extensa e mais aprofundada industrialização. O'Donnell destaca as diferenças do Estado Burocrático-Autoritário com relação ao autoritarismo de tipo fascista, o qual possuía a importante característica de mobilizar de forma social e política o setor popular, o que neste caso não ocorre. Separa também a noção de Estado Burocrático-Autoritário do autoritarismo de ordem tradicional que corresponde a aquele exercido nos países cuja base produtiva permanece sendo essencialmente agrícola. Difere também o Estado Burocrático-Autoritário do autoritarismo populista, o qual já se faz sobre uma base urbana, porém numa fase da industrialização menos intensiva, no qual as classes dominantes usam do autoritarismo no sentido de desarmar ideologicamente o setor popular e atendendo a alguns reclamos secundários, esvaziar sua capacidade de organização autônomas. Todas as sociedades industrialmente mais avançadas require, tanto ao nível das empresas privadas como ao nível das estruturas governamentais,

graus crescentes de complexidade organizacional, caracterizadas por pesadas estruturas burocráticas. Todas as demais sociedades onde tal avanço industrial ocorreu seriam então também burocráticas. Genericamente, o fenômeno da burocratização da vida social é algo presente em praticamente todas as nações. Mas, o que se pretende especificar são as formas de exercício do poder e, portanto, da atividade política, que se realiza primordialmente através dos diversos aparelhos de Estado. Neste sentido, o uso do termo burocrático para definir o próprio regime instalado pós 1964, diz respeito a duas razões fundamentais: primeiro, pela enorme importância normativa exercida pelos aparelhos de Estado na estruturação dos mais diferentes aspectos da vida na sociedade brasileira. Segundo, porque é primordialmente através dos aparelhos de Estado que se exerce de forma efetiva a atividade política das classes, principalmente as dominantes, ou seja, o aparelho do Estado é o cenário das lutas e manifestações de interesse das classes sociais do país.

A noção de autoritarismo presente na definição de Estado Burocrático-Autoritário deve-se primeiramente porque o Poder Executivo avoca para si um conjunto de poderes essenciais tradicionalmente afeitos ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, e reduz sensivelmente o funcionamento do sistema federativo, restringindo a capacidade legal e financeira de exercício do poder pelos Estados e Municípios. Em segundo lugar, é um regime autoritário porque ademais de assumir o controle go-

vernamental através de um golpe de estado, tem como tarefa fundamental a exclusão da participação do setor popular no plano econômico e político, exclusão essa realizada de forma permanente, utilizando a violência expressa em seu monopólio da força com base em códigos não submetidos aos demais Poderes e aplicados sem o direito dos atingidos recorrerem a outras instâncias. Em terceiro lugar, é ainda autoritário, porque a sua autonomia relativa frente as classes da sociedade se reveste (se constitui) de forma a garantir da expansão ampliada do capital, e tem sido o canal de garantia do equilíbrio dos interesses das classes dominantes, e em especial, das frações do bloco hegemônico. Cf. O'DONNELL, G.O. "Desenvolvimento Político ou Mudança Política?" in O Estado Autoritário e Movimentos Populares, org. PINHEIRO, P.S., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- (7) No final do período em análise, face às circunstâncias inflacionárias e de dificuldades no balanço de pagamento, a SEST estabeleceu um conjunto de medidas aprovadas pela Presidência da República, visando limitar os recursos e dispêndios globais das empresas estatais, restringindo os montantes globais de importações a serem realizadas por estas empresas, bem como adotando critérios de endividamento interno e externo para tais empresas. Estas deliberações constituem apenas uma forma de estabelecer parâmetros ao nível da demanda global da economia. De forma diferenciada mas não menos intensa, restrições foram também aplicadas às empresas do setor privado, pela determinação de limites de crédito ao in-

vestimento privado por fontes públicas (e é importante notar que as fontes públicas são responsáveis pela quase totalidade do investimento financiado), bem como pelo controle do volume de crédito de custeio aplicado ao Setor Financeiro Estatal e ao Setor Financeiro Privado.

- (8) GRAMSCI, Antonio . Obras Escolhidas, São Paulo, Martins Fontes, 1978, p. 224.
- (9) As observações deste item, sobre a ideologia desenvolvimentista partem de considerações feitas basicamente por Miriam Limoeiro Cardoso sobre a ideologia dominante dos períodos JK e JQ. Na verdade como tais períodos permanecem fora do âmbito deste estudo, procuro fazer as necessárias adequações para com as novas formas de governo e as novas relações de força que se estabelecem no período 64/80. Aquelas observações mantiveram-se válidas na medida em que, também no período 64/80 , a ideologia do desenvolvimento foi o centro do padrão ideológico adotado pelo bloco no poder e expresso nas políticas e na materialidade do Estado. CARDOSO, M. L. Ideologia do Desenvolvimento - Brasil : JK-JQ, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. ed., 1978.
- (10) CARDOSO, Miriam L., La Ideologia Dominante, Siglo XXI Editores, México, 1975, p. 12.
- (11) id. *ibid.*, p. 17.
- (12) CROCE, Benedetto. "Il partito come giudizio e come pre-giudizio", in *Cultura e vita morale*, apud. GRAMSCI, Antonio, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, 2a. ed., p. 5.

- (13) Tais políticas estão analisadas em várias teses e estudos, em parte relacionados na bibliografia desta dissertação. Um aprofundamento destas questões pode utilizar as próprias publicações do Governo, basicamente aquelas publicadas pelo IPEA, tanto da coleção Relatórios de Pesquisa de nº 4, 7, 13, 14, 17, 20, 23, 26, 29, 32, 33, 39, 41, e principalmente a de nº 46, e as da Série Monográfica, entre as quais e para estes efeitos, as de nº 26, 28, 29 e 30, bem como, dependendo do objeto de análise do interessado, a Série de Avulsos.
- (14) O tema foi tratado em profundidade por OLIVEIRA, Fabrício Augusto em Um Estudo da Reforma Tributária de 1966, DEPE/UNICAMP (mimeo), 1978.
- (15) A análise detalhada do comportamento da aplicação desses recursos pode ser encontrada em LOLOIAN, Alexandre Jorge Um Estudo do Fundo PIS/PASEP, DEPE/UNICAMP (mimeo), 1980.
- (16) Esta discussão pode ser encontrada em BELLUZZO, L.G.M. "Caráter Privado da Estatização", UNICAMP (mimeo), GARCIA, F.C. "Pai Autoritário e Filhas Rebeldes: A Trajetória da Empresa Estatal no Brasil", UnB (mimeo) 1979; MARTINS, I. "Estatização da Economia ou Privatização do Estado?", Ensaios de Opinião nº 9.

CONCLUSÃO

Sem que se pretenda reexplicar fenômenos cuja intelegibilidade repousam nos contextos específicos da dissertação, as principais observações resultantes da abordagem realizada são as seguintes:

1. A hegemonia dos interesses ligados ao processo de industrialização estrutura-se a partir de 1956, completando-se após 1964;
2. O exercício da hegemonia, entre 1964 e 1980, é realizado por um bloco de frações de classe, proprietárias/controladoras de capitais oligopolistas, os quais em seu conjunto determinam a dinâmica da economia brasileira;
3. Estas frações hegemônicas, além de concorrência intercapitalista estão segmentadas pela origem do capital - nacional privado, estrangeiro e estatal - e dispõem como frações, de interesses antagônicos entre si, contraditoriamente acompanhados por uma solidariedade ao nível das relações interindustriais dinâmicas;
4. O bloco hegemônico impôs ao conjunto da sociedade o seu projeto - o desenvolvimento econômico através do grande capital-exercendo a dominação e a direção da vida social via aparelhos da sociedade civil e do Estado;
5. As condições peculiares da organização hegemônica em um bloco, ao mesmo tempo antagônico/solidário, forneceu ao Estado um papel essencial nas mediações necessárias à estruturação do bloco no Poder;
6. Esta essencialidade repousou no uso permanente da coerção sobre as classes dominadas e na mobilização dos aparelhos

- e políticas que garantiram a direção do processo econômico político e cultural de modo adequado aos interesses hegemônicos.
7. Esta essencialidade de que se reveste o Estado, na expressão de seus aparelhos, induz a considerá-lo, equivocadamente, como fonte primária de poder, quando na realidade esta reside no poder das classes que o apoiam. Isto considerado, deve-se reconhecer a existência de um grau elevado de autonomia relativa do Estado frente as classes do bloco no poder;
 8. No período, o regime se estrutura com um Estado Burocrático-Autoritário. Por outro lado, em simultâneo com a repressão econômica, política e ideológica às classes dominadas, concentra-se no Executivo poderes excepcionais, às custas do Legislativo, Judiciário, Estados e Municípios. Por outro, no interior de seus aparelhos, passa a se desenvolver a atividade política das classes sociais, em especial as dominantes;
 9. A complexidade do Estado manifesta-se no exercício das funções de segurança, polícia, justiça, nas atividades de apoio externo à acumulação, nas atividades normativas dos mais variados campos da vida social. Estas são cumpridas por pesada estrutura burocrática da administração direta e descentralizada do Setor Governamental do Estado.
 10. Além da materialidade dos aparelhos, uma ampla burocracia realiza as citadas tarefas, nela destacando-se, nos vértices dirigentes dos aparelhos de Estado, uma Burocracia Político-Dirigente que constitui parcela importante do conjunto dos intelectuais orgânicos das classes dominantes.

11. Com vistas à viabilização do processo de acumulação do capital o Estado se faz presente na produção direta de mercadorias e no financiamento corrente e de investimento, através de grande número de importantes empresas que constituem respectivamente o Setor Produtivo Estatal e o Setor Financeiro Estatal;
12. O Estado adota uma ideologia do desenvolvimento e uma política econômica, que em seus traços gerais, representam e beneficiam os interesses do bloco no poder, com primazia aos das frações hegemônicas. Estas práticas já são a resultante das relações de força estabelecidas, ao mesmo tempo que provocam um reforço do poder das classes dominantes no conjunto das relações inter-classes;
13. O poderio das classes hegemônicas se manifesta na capacidade de privatizar o Estado, isto é, impor a lógica privada às empresas estatais e capturar para benefícios privados a face pública do Estado.

ANEXO I

Relação das Associações de Classe dos Empresários Privados na Área Industrial e Financeira.

- 1 - Associação Brasileira da Indústria de Álcalis e Cloro Derivados - ABICLOR
- 2 - Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares
- 3 - Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel-ABICS
- 4 - Associação Brasileira da Indústria de Madeira Aglomerada - ABIMA
- 5 - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ
- 6 - Associação Brasileira da Indústria de Panificação-ABIP
- 7 - Associação Brasileira da Indústria de Torrefação e Moagem de Café - ABIC
- 8 - Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metais - ABITAM
- 9 - Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO
- 10 - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE
- 11 - Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica-ABIFARMA
- 12 - Associação Brasileira da Indústria Ferroviária-ABIFER
- 13 - Associação Brasileira da Indústria Gráfica - ABIGRAF
- 14 - Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados - ABIQUIM
- 15 - Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCAS
- 16 - Associação Brasileira das Indústrias Automáticas de vi-

dro

- 17 - Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA
- 18 - Associação Brasileira das Indústrias de Computadores e Periféricos
- 19 - Associação Brasileira das Indústrias de Embalagens Plásticas Flexíveis - ABIEF
- 20 - Associação Brasileira de Alumínio - ABAL
- 21 - Associação Brasileira de Carvão Vegetal - ABRACAVE
- 22 - Associação Brasileira de Cerâmica
- 23 - Associação Brasileira de Cimento Portland
- 24 - Associação Brasileira do Cobre - ABC
- 25 - Associação Brasileira de Concessionários de Energia Elétrica
- 26 - Associação Brasileira de Corrosão - ABRACO
- 27 - Associação Brasileira de Engenharia de Montagens Industriais - ABIEMI
- 28 - Associação Brasileira de Exportadores de Celulose-ABECEL
- 29 - Associação Brasileira de Fabricantes de Refratários - ABRAFAR
- 30 - Associação Brasileira de Fundição - ABIFA
- 31 - Associação Brasileira de Metais
- 32 - Associação Brasileira de Metais não-Ferrosos-ABRANFE
- 33 - Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT
- 34 - Associação Brasileira de Papelão Ondulado - ABPO
- 35 - Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventiladores e Aquecimentos
- 36 - Associação Brasileira de Telecomunicações
- 37 - Associação Brasileira dos Construtores de Estruturas Metálicas - ABCEM
- 38 - Associação Brasileira dos Fabricantes de Sacos de Pa-

pel - ABRASP

- 39 - Associação Brasileira dos Produtores de Cal
- 40 - Associação Brasileira dos Produtores de Ferro-Ligas -
ABRANFE
- 41 - Associação Brasileira dos Produtores de Fibras Artifi-
ciais e Sintéticas
- 42 - Associação Brasileira para o Desenvolvimento das In-
dústrias de Base - ABDIB
- 43 - Associação de Exportadores Brasileiros - AEB
- 44 - Associação dos Armadores Brasileiros
- 45 - Associação dos Bancos no Estado do Rio de Janeiro
- 46 - Associação dos Diretores das Empresas de Crédito, In-
vestimento e Financiamentos
- 47 - Associação dos Fabricantes de Móveis do Brasil - AFAM
- 48 - Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos
- 49 - Associação Nacional das Entidades de Desenvolvimento
Industrial - ANEDI
- 50 - Associação Nacional das Indústrias do Mercado Aberto
- 51 - Associação Nacional dos Bancos
- 52 - Associação Nacional dos Bancos de Investimentos
- 53 - Associação Nacional dos Bancos de Investimentos e De-
senvolvimento - ANBID
- 54 - Associação Nacional dos Fabricantes de Azulejo - ANEJA
- 55 - Associação Nacional dos Fabricantes de Ladrilhos Cerâ-
micos - ANFLACER
- 56 - Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celu-
lose
- 57 - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos auto-
motores - ANFAVEA

- 58 - Associação Nacional para Difusão de Mecanização Agrícola
- 59 - Associação Nacional para Difusão de Adubo - ANDA
- 60 - Associação Paulista de Avicultura - APA
- 61 - Associação Profissional dos Industriais de Máquinas, Móveis e Equipamentos para Escritório
- 62 - Associação Regional dos Fabricantes de Papel e Celulose do Sudeste
- 63 - Associação Técnica Brasileira de Celulose e Papel-ABCP
- 64 - Associação Têxtil do Estado de São Paulo

ANEXO II

Relação dos Sindicatos de Classe dos Empresários da Área Industrial no Estado de São Paulo, Interestaduais e Nacionais.

- 01 - Sindicato da Indústria Alimentar de Congelados, Supercongelados, Sorvetes Concentrados e Liofilizados no Estado de São Paulo
- 02 - Sindicato da Indústria da Cerâmica da Louça de Põ de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro do Estado de São Paulo
- 03 - Sindicato da Indústria da Cerâmica para Construção do Estado de São Paulo
- 04 - Sindicato da Indústria da Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de São Paulo
- 05 - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo
- 06 - Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral do Estado de São Paulo
- 07 - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pequenas Estruturas no Estado de São Paulo
- 08 - Sindicato da Indústria da Energia Hidroelétrica no Estado de São Paulo
- 09 - Sindicato da Indústria da Extração de Fibras Vegetais e do Descaroçamento do Algodão no Estado de São Paulo
- 10 - Sindicato da Indústria da Extração de Minerais Não Metálicos do Estado de São Paulo
- 11 - Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Esta-

do de São Paulo

- 12 - Sindicato da Indústria da Mecânica do Estado de São Paulo
- 13 - Sindicato da Indústria da Pesca no Estado de São Paulo
- 14 - Sindicato da Indústria de Abrasivos do Estado de São Paulo
- 15 - Sindicato da Indústria de Adubos e Colas no Estado de São Paulo
- 16 - Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado de São Paulo
- 17 - Sindicato da Indústria de Alfaiataria e Confecção de Roupas de Homem
- 18 - Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrofônicos e Similares do Estado de São Paulo
- 19 - Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha no Estado de São Paulo
- 20 - Sindicato da Indústria de Artefatos de Ferro, Metais e Ferramentas em Geral de São Paulo
- 21 - Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais Não-Ferrosos de São Paulo
- 22 - Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo
- 23 - Sindicato da Indústria e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares do Estado de São Paulo
- 24 - Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios no Estado de São Paulo
- 25 - Sindicato da Indústria de Balanças, Pesos e Medidas do Estado de São Paulo
- 26 - Sindicato da Indústria de Café Solúvel do Estado de São Paulo

Paulo

- 27 - Sindicato da Indústria de Calçados de Franca
- 28 - Sindicato da Indústria de Calçados no Estado de São Paulo
- 29 - Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de São Paulo
- 30 - Sindicato da Indústria de Cortinados e Estofos de São Paulo
- 31 - Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo
- 32 - Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias no Estado de São Paulo
- 33 - Sindicato da Indústria de Especialidades Têxteis do Estado de São Paulo
- 34 - Sindicato da Indústria de Espelhos de Polimento e Lapidação de Vidros de São Paulo
- 35 - Sindicato da Indústria de Esquadrias e Construções Metálicas do Estado de São Paulo
- 36 - Sindicato da Indústria de Estamparia de Metais do Estado de São Paulo
- 37 - Sindicato da Indústria de Explosivos no Estado de São Paulo
- 38 - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo
- 39 - Sindicato da Indústria de Funilaria de São Paulo
- 40 - Sindicato da Indústria de Forjaria no Estado de São Paulo
- 41 - Sindicato da Indústria de Galvanoplastia e Niquelação do Estado de São Paulo
- 42 - Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás ,

Hidráulicas e Sanitárias do Estado de São Paulo

- 43 - Sindicato da Indústria de Joalheria e Ourivesaria de São Paulo
- 44 - Sindicato da Indústria de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento do Estado de São Paulo
- 45 - Sindicato da Indústria de Lâmpadas e Aparelhos Elétricos de Iluminação no Estado de São Paulo
- 46 - Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo
- 47 - Sindicato da Indústria e Máquinas do Estado de São Paulo
- 48 - Sindicato da Indústria de Marcenaria (Móveis de Madeira) de São Paulo
- 49 - Sindicato da Indústria de Mármore e Granitos do Estado de São Paulo
- 50 - Sindicato da Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de São Paulo
- 51 - Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado de São Paulo
- 52 - Sindicato da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários no Estado de São Paulo
- 53 - Sindicato da Indústria de Matérias Primas para Inseticidas e Fertilizantes no Estado de São Paulo
- 54 - Sindicato da Indústria de Milho e Soja no Estado de São Paulo
- 55 - Sindicato da Indústria de Móveis de Junco e Vimes e Vassouras e de Escovas e Pincéis de São Paulo
- 56 - Sindicato da Indústria de Olaria no Estado de São Paulo
- 57 - Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de

São Paulo

- 58 - Sindicato da Indústria de Pneumáticos e Câmaras de Ar Para Veículos do Estado de São Paulo e Bahia
- 59 - Sindicato da Indústria de Parafusos, Porcas, Rebites e Similares de São Paulo
- 60 - Sindicato da Indústria de Perfumarias e Artigos de Tecedor no Estado de São Paulo
- 61 - Sindicato da Indústria de Pinturas e Decorações de São Paulo
- 62 - Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo - SINFAR
- 63 - Sindicato da Indústria e Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies do Estado de São Paulo
- 64 - Sindicato da Indústria de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar no Estado de São Paulo
- 65 - Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios de São Paulo
- 66 - Sindicato da Indústria de Resinas Sintéticas de São Paulo
- 67 - Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira no Estado de São Paulo
- 68 - Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Estado de São Paulo
- 69 - Sindicato da Indústria de Torrefação e Moagem do Café no Estado de São Paulo
- 70 - Sindicato da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos no Estado de São Paulo - SICETEL
- 71 - Sindicato da Indústria de Vidros e Cristais Planos e

Ócos, no Estado de São Paulo

- 72 - Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo
- 73 - Sindicato da Indústria do Curtimento de Couros e Peles no Estado de São Paulo
- 74 - Sindicato da Indústria do Fumo no Estado de São Paulo
- 75 - Sindicato da Indústria do Frio no Estado de São Paulo
- 76 - Sindicato da Indústria do Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo
- 77 - Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de São Paulo
- 78 - Sindicato da Indústria do Vinho de Jundiaí
- 79 - Sindicato das Indústrias de Fundição do Estado de São Paulo
- 80 - Sindicato da Indústria de Vinho de São Roque
- 81 - Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo
- 82 - Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo
- 83 - Sindicato Interestadual da Indústria de Máquinas
- 84 - Sindicato Interestadual da Indústria de Óptica do Estado de São Paulo
- 85 - Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação
- 86 - Sindicato Nacional da Indústria de Alcalis
- 87 - Sindicato Nacional da Indústria de Café Solúvel
- 88 - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores
- 89 - Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Animais
- 90 - Sindicato Nacional da Indústria de Fósforos
- 91 - Sindicato Nacional da Indústria de Rações Balanceadas

- 92 - Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões,
Automóveis e Veículos Similares
- 93 - Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

ANEXO III

1. - Setor Governamental Descentralizado

1.1. - Atividades Públicas Especiais.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	AO	11.001	Secretaria Especial de Informática - SEI	-	-
2	EP	39.001	Empresa Brasileira de Notícias - EBN	18.843	10.000
3	EP	39.002	Radiobrás	631.960	398.386
4	OA	43.005	Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC	6.177	-
5	OA	43.006	Instituto Nacional de Meteorologia - INMET	-	-
6	EP	44.001	ECT	11.559.379	2.995.000
7	OA	47.002	Coord. de Empresas In- corporadas ao Patr. Na- cional	118	-
8	EP	47.011	Casa da Moeda do Bra- sil - CMB	4.175.799	793.256
9	AU	48.004	Inst. Nac. de Meteor- ologia Norm. Qualid. Ind. - INMETRO	-	-
10	AU	48.005	Inst. Nac. de Qualida- de Industria - INPI	375.011	-
11	FUN	48.009	Fundação Bras. p/qua- lidade Industrial	2.048	-
12	OA	49.001	Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA	-	-
13	FUN	49.012	FUNAI	110.702	-
14	FUN	49.013	PRORONDON	67.811	-
15	OA	50.001	Departamento de Empre- sa Nacional - DIN	18.412	-
16	FUN	52.173	Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	52.739	52.739

FONTE: SEPLAN/SEST - Rela-
ção das Entidades Cadastra-
das.

OBS: (1) quando se tratar
de autarquias, fundações
e órgãos autônomos, os va-
lores referem-se ao saldo
patrimonial.

1.2. - Atividades Públicas de Planejamento, Pesquisa social e
Computação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	FUN	41.001	IPA	262.516	-
2	FUN	41.002	IBGE	600.953	-
3	FUN	41.003	CNPq	2.496.715	-
4	EP	41.004	FINEPE	2.943.178	1.400.000
5	SC	41.005	CEBRAE	132.217	-
6	EM	41.006	Empresa Digital Brasi- leira - DIGIBRÁS	37.173	390.672(04)
7	OA	43.002	Centro Nacional de Energia. Agrícola - CENEA	-	-
8	OA	43.003	Coord. de Assuntos Inten. de Agricul- tura - CINGRA	-	-
9	OA	43.004	Grupo Execut. de Eletr. Rural de Coop. - GEER	(-) 740.031	-
10	EP	43.013	EMBRAPA	7.618.689	200.000
11	EP	43.014	EMBRATER	63.807	30.000
12	OA	45.001	Coord. de Desenvolv. de Ens. Superior - PREMESU	-	-
13	OA	45.002	Inst. Nac. de Est. e Pesq. Educacionais INEPE	-	-
14	OA	45.003	CAPIES	-	-
15	OA	45.004	Centro Nac. de Educação Especial - CENESP	-	-
16	OA	45.005	Centro Bras. Const. e Equip. Escolares - CEBRACE	-	-
17	OA	45.006	Coord. Nac. de Ensino Agropecuário - COAGRE	-	-
18	AU	45.007	Fundo Nac. de Desenv. da Educação - FNDE	1.305.081	-
19	EP	47.008	DAFAMEC (CEF)	375.781	122.400
20	EP	47.012	SERPRO	1.363.210	1.200.000(04)
21	EP	47.046	Métodos, Org., Planej., Admin. do Sist. Empres. Ltda. - (CEF)	493	1.033
22.	EP	52.014	Centro de Pesq. de Ener- gia Elétrica - CEPEL	1.229.731	619.780

1.2. - Atividades Públicas de Planejamento, Pesquisa Social e
Computação. - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
23	EP	53.008	Empresas Proc. Dados da Prev. Social - DATAPREV	873.034	104.000

1.3. - Atividades Públicas de Incentivo e Regulação da Econo-
mia.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	OA	43.001	Comissão Executiva Plano Lavoura Cacauei- ra - CEPLAC	648.666	-
2	AU	43.007	Comissão Financiamento de Produção - CEP	253.405	-
3	AU	43.008	IBDF	740.522	-
4	AU	43.009	SUDEPE	122.478	-
5	AU	43.010	INCRA	1.252.650	-
6	AU	43.011	SUNAB	214.237	-
7	EM	45.083	EMBRAPILME	192.136	79.921
8	AU	47.004	Comissão de Valores Mobilários - CVM	250.472	-
9	AU	47.005	Superintendência de Seguros Privados SUSEPE	153.229	-
10	AU	48.002	IAA	9.707.294	-
11	AU	48.003	IBC	139.064	-
12	AU	48.006	Superintência da Bor- racha - SUDEVEA	3.222.465	-
13	EP	48.010	EMBRATUR	129.236	28.777
14	AU	49.004	SUDAN	775.559	-
15	AU	49.005	SUDENE	(-) 2.840.089	-
16	AU	49.006	SUDECO	90.157	-
17	AU	49.007	SUDESUL	7.125	-
18	AU	49.008	SUFRAMA	280.280	-

1.3. - Atividades Públicas de Incentivo e Regulação da Economia. - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO	
				LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
19	EP	49.015	Cia. de Desenvolvimento do Vale do S. Francisco - CODEVASF	537.049	351.002
20	EP	49.020	Cia de Artefatos do Nordeste S/A - ARTENE	3.994	3.316
21	EP	49.021	Cia. Nordestina de Serviços Gerais - CONESG	7.449	3.640
22	AU	8.001	Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	166.239	-

1.4. - Ensino, Esporte e Atividades Culturais.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO	
				LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
(em Cr\$1.000,00)					
1	AU	45.008	Colégio Pedro II	151.856	-
2	AU	45.009	Centro Ed. Tecnológica da Bahia - CENTEC	114.155	-
3	AU	45.010	Centro Fed. de Educação Tecnológica do RJ.	19.917	-
4	AU	45.011	CFET - MG	45.469	-
5	AU	45.012	CFET - PR	50.959	-
6	AU	45.013	Escola Técnica Federal - AL.	101.003	-
7	AU	45.014	ETF - Bahia	38.610	-
8	AU	45.015	ETF - AM	23.591	-
9	AU	45.016	ETF - Campos	22.505	-
10	AU	45.017	ETF - CE	22.594	-
11	AU	45.018	ETF - ES	50.935	-
12	AU	45.019	ETF - GO	17.957	-
13	AU	45.020	ETF - MA	24.024	-
14	AU	45.021	ETF - MT	18.771	-
15	AU	45.022	ETF - Ouro Preto - MG	3.687	-
16	AU	45.023	ETF - PA	23.316	-
17	AU	45.024	ETF - Pelotas - RS	11.600	-
18	AU	45.025	ETF - PB	15.860	-

1.4. - Ensino, Esporte e Atividades Culturais - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
19	AU	45.026	ETF - PE	31.171	-
20	AU	45.027	ETF - PI	12.599	-
21	AU	45.028	Escola Técnica Federal de Química - RJ	8.550	-
22	AU	45.029	ETF - RN	20.372	-
23	AU	45.030	ETF - SC	19.646	-
24	AU	45.031	ETF - SP	142.936	-
25	AU	45.032	ETF - SE	7.789	-
26	AU	45.033	Escola de Farmácia e Odontologia - ALFENAS	29.093	-
27	AU	45.034	Escola Fed. de Enge- nharia - ITAJUBÁ	91.312	-
28	AU	45.035	Escola Paulista de Medicina	174.968	-
29	AU	45.036	Escola Superior de Agricultura - LAVRAS	119.107	-
30	AU	45.037	Escola Superior de Agricultura - MOSSO- RÓ	48.154	-
31	AU	45.038	Fac.de Ciências Agrá- rias - Pará	59.786	-
32	AU	45.039	Fac.de Medicina Tri- ângulo Mineiro	77.285	-
33	AU	45.040	Fac.Fed. de Odonto- logia de Diamantina	15.793	-
34	AU	45.041	Universidade Federal de Alagoas - UFAL	154.725	-
35	AU	45.042	UFBA	514.400	-
36	AU	45.043	UFCE	232.167	-
37	AU	45.044	UFES	307.477	-
38	AU	45.045	UFOD	304.122	-
39	AU	45.046	UFF	322.179	-
40	AU	45.047	UFJF	166.884	-
41	AU	45.048	UFMG	1.026.661	-
42	AU	45.049	UFPA	647.976	-
43	AU	45.050	UFPB	823.069	-
44	AU	45.051	UFPR	337.261	-
45	AU	45.052	UFPE	779.012	-

1.4. Ensino, Esporte e Atividades Culturais - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO	
				LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
46	AU	45.053	UFRN	1.065.382	-
47	AU	45.054	UFRS	594.038	-
48	AU	45.055	UFRJ	170.655	-
49	AU	45.056	Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE	171.986	-
50	AU	45.057	UFRRJ	252.496	-
51	AU	45.058	UFSC	457.561	-
52	AU	45.059	UFSP	459.415	-
53	FUN	45.060	Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB	36.298	-
54	FUN	45.061	Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.	81.078	-
55	FUN	45.062	Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento Pessoal para Formação Profissional CENAPOR	46.802	-
56	FUN	45.063	MOBRAL	170.723	-
57	FUN	45.064	FUNARTE	138.164	-
58	FUN	45.066	Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ	37.655	-
59	FUN	45.067	Fundação Universidade da Amazonas - FUA	315.915	-
60	FUN	45.068	FUB	1.397.217	-
61	FUN	45.069	Fund. Universidade Federal do Acre - FUFAC	76.717	-
62	FUN	45.070	FUFMT	341.998	-
63	FUN	45.071	FUFOP	124.584	-
64	FUN	45.072	FUFPEL	173.449	-
65	FUN	45.073	FUFPI	156.172	-
66	FUN	45.074	FUFSCAR	375.409	-
67	FUN	45.075	FUFES	317.983	-
68	FUN	45.076	FUFV	441.272	-
69	FUN	45.077	Fundação Universidade do Maranhão	182.802	-
70	FUN	45.078	FURG	225.353	-

1.4. - Ensino, Esportes e Atividades Culturais - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
71	FUN	45.079	FUNU	141.097	-
72	FUN	45.080	UNIRIO	170.655	-
73	FUN	45.081	FUFMS	3.829	-
74	FUN	45.084	Fundação Nacional Pro- memória	-	-
75	FUN	46.002	Fundação Ozório	17.373	-
76	OA	47.001	ESAF	-	-
77	FUN	47.006	FGV	1.263.840	-
78	EM	47.044	Datamec Educacional Ltda. (CEF)	2.393	1.438

FONTE: SEPLAN/SEST: Rela-
ções de Entidades Cadas-
tradas.

OBS: (1) Quando se tratar
de autarquias, fundações
e órgãos autônomos, os va-
lores referem-se ao saldo
patrimonial.

1.5. - Atividades de Saúde, Previdência e Assistência

(em Cr\$1.000,00)					
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	AU	53.002	IAPAS	6.820.157	-
2	AU	53.003	INAMPS	5.963.438	-
3	AU	53.004	INPS	6.261.780	-
4	FUN	53.005	Fundação Abrigo do Cristo Redentor - FACR	53.563	-
5	FUN	53.006	LRA	320.032	-
6	FUN	53.007	FUNABEM	211.272	-
7	OA	55.011	SUCAM	-	-
8	AU	55.002	INAM	66.813	-
9	FUN	55.003	Fund. Oswaldo Cruz FIOCRUZ	464.689	-
10	FUN	55.004	Fund. Serv. de Saúde Pública - FSESP	632.389	-

1.5. - Atividades de Saúde, Previdência e Assistência - Con-
tinuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRO LIZADO (DEZ/79)
11	FUN	55.005	Fund. das Pioneiras sociais - FPS	597.071	-

FONTE:SEPLAN/SEST: Relação de Entidades Cadastradas.

OBS.: (1) Quando se tratar de autarquias, fundações e órgãos autônomos, os valores referem-se ao saldo patrimonial.

1.6. - Atividades de Formação e Representação de Classe.

(em Cr\$1.000,00)					
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRO LIZADO (DEZ/79)
1	OA	56.001	Serviço Especial de Bolsas de Estudo - PEBE	-	-
2	OA	56.002	Serviço Nacional de Formação Profissional Rural	-	-
3	AU	56.003	Cons. Federal de Assistentes Sociais - CFAS	3.262	-
4	AU	56.004	Cons. Federal de Biblioteconomia - CFB	2.695	-
5	AU	56.005	Cons. Federal de Contabilidade - CFC	17.466	-
6	AU	56.006	Cons. Federal de Corretores de Imóveis - COFECI	9.735	-
7	AU	56.007	Cons. Federal de Economia - COFECON	3.189	-
8	AU	56.008	Cons. Federal de Enfermagem - COFEN	1.057	-
9	AU	56.009	Cons. Fed. Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA	61.157	-

1.6. - Atividades de Formação e Representação de Classe - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
10	AU	56.010	Cons. Federal de Estatística - CONFE	293	-
11	AU	56.011	Cons. Federal de Farmácia - CFF	10.967	-
12	AU	56.012	Cons. Fed. de Medicina - CFM	40.478	-
13	AU	56.013	Cons. Fed. de Medicina Veterinária - CFMV	3.320	-
14	AU	56.014	Cons. Fed. de Odontologia - CFO	19.271	-
15	AU	56.015	Cons. Federal de Psicologia - CFP	2.440	-
16	AU	56.017	Cons. Federal de Química - CFQ	10.674	-
17	AU	56.018	Cons. Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE	57.409	-
18	AU	56.020	Cons. Fed. da Ordem dos Músicos do Brasil.	1.634	-
19	AU	56.021	Cons. Fed. da Fisioterapia e Ter. Ocupacional - COFFTIO	64	-
20	FUN	56.024	Fundação Jorge D. Figueiredo de Seg. e Med. do Trabalho.	138.910	-
21	OA	56.025	SENAC	2.354.959	-
22	OA	56.026	SENAI	5.198.856	-
23	OA	56.027	SESC	4.715.619	-
24	OA	56.028	SESI	1.435.377	-

FONTE: SEPLAN/SEST: Relação das Entidades Cadastradas.

2. - Setor Produtivo Estatal
 2.1 - Infra-estrutura
 2.1.1. - Energia
 2.1.1.1. - Energia Hidrelétrica.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
1	EM	48.058	Força e Luz Criciúma S/A - (CSN)	35.203	18.207
2	EP	49.026	Centrais Elétrica de Rondônia S/A - CERON	250.813	118.800
3	EM	49.028	Centrais Elétrica de Roraima S/A - CER	215.382	140.673
4	EM	49.030	Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	410.993	470.000 (06)
5	EM	52.002	ELETOBRÁS	227.543.516	71.667.094 (04)
6	EM	52.003	ELETRONORTE	9.868.260	9.238.608
7	EM	52.004	ELETROSUL	20.755.721	9.828.329
8	EM	52.005	LIGHT	48.362.353	37.443.539 (04)
9	EM	52.006	Cia. de Eletrif. do Rio de Janeiro - CERJ	4.221.893	1.956.678
10	EM	52.007	Cia. de Eletricidade de Manaus - CEM	2.363.695	1.059.900
11	EM	52.008	Cia. Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	19.336.422	6.447.058
12	EM	52.009	Esp. Santo Centrais Elétrica - ESCELSA	3.593.077	1.765.829
13	EM	52.010	FURNAS	42.905.359	28.586.796 (03)
14	EM	52.015	CELETRAMAZON	1.690.686	1.180.843
15	EM	52.016	Centrais Elétricas Fluminense S/A - CELF	717.002	399.089
16	EM	52.017	Centrais Elétrica de Goiás - CELG	7.962.993	2.710.120
17	EM	52.018	Centrais Elétricas do Maranhão S/A - CEMAR	1.182.489	1.126.735 (03)
18	EM	52.019	Centrais Elétricas Matogrossense S/A - CEMAT	4.618.171	2.500.000
19	EM	52.020	Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A - CEMIG	30.517.859	16.000.000
20	EM	52.021	Centrais Elétricas do Pará - CELPA	4.084.144	2.727.942
21	EM	52.022	Centrais Elétrica do Piauí - CEPISA	363.161	176.313
22	EM	52.023	Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC	4.824.238	2.057.152

2.1.1.1. - Energia Hidrelétrica - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
23	EM	52.024	Cia. Energética de São Paulo - CESP	137.974.605	54.146.822
24	EM	52.025	Cia. Bahiana de Eletrif. Rural - COBER	72.806	49.414
25	EM	52.026	Cia. de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	272.142	202.555
26	EM	52.028	Cia. de Eletricidade de Brasília - CEB	3.047.551	1.337.108
27	EM	52.029	Cia. Eletricidade do Ceará - COELCE	2.534.020	1.530.272
28	EM	52.030	Cia. de Eletricidade da Bahia - COELBA	5.907.688	3.600.000
29	EM	52.031	Cia. de Eletricidade de Pernambuco - CELPE	3.313.096	1.283.942
30	EM	52.032	Cia. Estadual de Energia Elétrica - CEEE	20.686.609	10.877.146
31	EM	52.033	Cia. Paulista de Força e Luz - CPFL	89.385.800	43.992.800
32	EM	52.034	Cia. Paranaense de Energia Elétrica - COPEL	18.484.510	9.272.123(03)
33	EM	52.035	Cia. de Serviços Elétricos do RN - COSERN	837.618	508.719
34	EM	52.027	Cia. de Eletricidade de Alagoas - CEAL	835.457	557.979
35	EM	52.036	Eletrif. Rural de Minas Gerais S/A - ERMIG	355.899	329.860
36	EM	52.037	Empresa Brasileira de Energia de Sergipe S/A	455.772	212.621
37	EM	52.038	S/A de Eletric. da Paraíba - SAELPA	994.271	610.326
38	EM	52.039	Empresa Elétrica Bragantina S/A	134.484	45.677
39	EM	52.040	Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul.	63.409	50.000
40	EM	52.183	ITAIPO BINACIONAL (ELETROBRÁS)	4.253.000	4.253.000

FONTE: SEPLAN: Relação

2.1.1.1. - Energia Hidrelétrica - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
----	------	--------	-------------------	--------------------------------	-------------------------------------

Entidades Cadastradas.

OBS.: (2) As indica-
ções entre parênteses
ao lado dos valores
do capital integrali-
zado referem-se aos
meses de 1980.

2.1.1.2. - Energia Nuclear

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA LIZADO (DEZ/79)
1	EP	52.176	NUCLEBRÁS	8.367.659	2.720.772(04)
2	EM	52.179	NUCLEI (Nuclebrás)	847.736	954.446(04)

FONTE: SEPLAN/SEST: Re-
lação de Entidades Ca-
dastradas.

OBS.: (2) As indicações
entre parênteses ao la-
do dos valores do capi-
tal integralizado refe-
rem-se aos meses de
1980.

2.1.2. - Transportes

2.1.2.1. - Aeroportuária

(em Cr\$1.000,00)						
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO		CAPITAL INTEGRA-
				LÍQUIDO (DEZ/79)	LIZADO (DEZ/79)	
1	EP	42.002	INFRAERO	1.245.766		1.002.631(03)
2	EP	42.003	Aeroporto do Rio de Janeiro S/A - ARSA	892.725		402.710

FONTE: SEPLAN/SEST: Re-
lação de Entidades Ca-
dastradas.

OBS.: (2) As indicações
entre parênteses ao la-
do dos valores do capi-
tal integralizado refe-
rem-se aos meses de
1980.

2.1.2.2. - Ferroviária

(em Cr\$1.000,00)						
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO		CAPITAL INTEGRA-
				LÍQUIDO (DEZ/79)	LIZADO (DEZ/79)	
1	EP	47.014	Estrada de Ferro Cor- covado	37.279		-
2	EP	47.020	Estrada de Ferro PE- RUS - PIRAPORA	215.659		7
3	EP	57.022	RFFSA	353.894.549		54.682.697
4	EP	57.028	Emp. de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A TENSUBR (RFFSA)	-		1.688.885(04)
5	EP	57.029	METRO - SP	41.761.522		22.752.182(06)
6	EP	57.031	METRO - RJ	22.949.375		22.098.000(04)
7	EP	57.032	Cia. Carris Porto Ale- grense	87.405		104.909(08)

FONTE: SEPLAN/SEST: Re-
lação de Entidades Ca-
dastradas.

OBS.: (2) As indicações
entre parênteses ao la-
do dos valores do capi-
tal integralizado refe-
rem-se aos meses de
1980.

2.1.2.3. - Rodoviária

				(em Cr\$1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	AU	57.001	DNER	4.123.868	-
2	EP	57.003	GEIPOP	446.275	90.000
3	EP	57.005	EBIU	10.152.681	8.074.800(04)
4	EP	57.030	Empresa de Transpor- tes Urbanos do Esta- do de Goiás - S/A TRANSURB	156.391	284.843(04)

FONTE: SEPLAN/SEST: Re-
lação de Entidades ca-
dastradas.

OBS.: (1) Quando se tra-
tar de autarquias, fun-
dações e órgãos autôno-
mos, os valores referem-
-se ao saldo patrimon-
-nial.

(2) As indicações entre
parênteses, ao lado dos
valores do Capital inte-
gralizado referem-se
aos meses de 1980.

2.1.2.4. - Marítima e Portuária

				(em Cr\$1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	AU	57.002	SUNAMAM	-	-
2	EP	57.006	PORTOBRÁS	33.638.992	10.026.311(04)
3	EP	57.007	Cia.Brasileira de Dra- gagem - CBD (Portobrás)	880.200	274.417
4	EP	57.008	Cia.Docas do Rio de Janeiro - CDRJ (Porto- brás).	5.338.086	1.041.947(04)
5	EP	57.009	Cia.Docas do Maranhão CODOMAR (Portobrás)	805.500	479.046(04)
6	EP	57.010	Cia.Docas do Pará - CDF (Portobrás)	680.600	249.347(04)
7	EP	57.011	Cia.Docas do Ceará CDC (Portobrás)	712.666	225.346(04)
8	EP	57.012	Cia.Docas do Estado da Bahia - CODEBA (Portobrás)	2.184.582	1.415.639(04)

2.1.2.4. - Marítima e Portuária. - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
9	EP	57.013	Cia. Docas do Rio Grande do Norte CODERNE (Portobrás)	1.067.602	510.678(04)
10	EM	57.014	Porto Especializado de Barra do Riacho S/A - PORTOCEL	376.950	389.822(04)
11	EP	57.015	LLOYDBRÁS	4.244.271	2.243.432(09)
12	EP	57.018	Empresa de Navegação da Amazônia - ENASA	394.921	95.000
13	EP	57.020	Serviço de Navegação da Bacia do Prata S/A SNBP	259.638	93.645(04)
14	EM	57.021	Cia. de Navegação do São Francisco - FRANAVE	53.656	294(04)
15	EM	52.105	Cia. de Navegação da Amazônia - CNA (Por- to-brás).	50.218	36.000

FONTE: SEPLAN/SEST: Re-
lação de Entidades Ca-
dastradas.

OBS.: (1) Quando se tra-
tar de autarquias, fun-
dações e órgãos autôno-
mos, os valores referem-
-se ao saldo patrimon-
nial.

(2) As indicações entre
parênteses dos valores
do capital integraliza-
do, referem-se aos me-
ses de 1980.

2.1.3. - Área de Comunicações

				(em Cr\$ 1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	EM	42.006	Telecomunicações Aero- nâuticas S/A-TASA	119.307	102.007 (10)
2	EM	44.002	TELEBRÁS	107.476.553	36.925.000
3	EM	44.003	TEBRATEL	23.337.050	8.782.440
4	EM	44.004	Telecomunicações de Rondônia S/A-TELERON	360.711	209.133
5	EM	44.005	TELEACRE	245.574	153.908
6	EM	44.006	TELEMAZON	1.554.788	490.543
7	EM	44.007	Telecomunicações de Roraima S/A-TELERAIMA	116.969	77.074
8	EM	44.008	TELEPARÁ	1.878.409	906.933
9	EM	44.009	Telecomunicações do Amapá-TELEMAPA	172.223	111.985
10	EM	44.010	Telecomunicações do Maranhão S/A-TELEMA	808.078	526.173
11	EM	44.011	Telecomunicações do Piauí S/A-TELEPIISA	976.586	609.537
12	EM	44.012	TELECEARÁ	2.808.680	1.533.545
13	EM	44.013	Telecomunicações do Rio Grande do Norte S/A TELERN	899.163	563.418
14	EM	44.014	Telecomunicações da Paraíba S/A-TELPA	1.249.293	730.475
15	EM	44.015	Telecomunicações de Pernambuco S/A-TELPE	3.243.839	2.326.646
16	EM	44.016	Telecomunicações de Alagoas S/A-TELESA	950.199	572.156
17	EM	44.017	Telecomunicações de Sergipe S/A-TELESGIPE	958.609	567.601
18	EM	44.018	TELEBAHIA	3.685.909	1.703.625
19	EM	44.019	Telecomunicações do Espírito Santo S/A TELEST	2.288.046	1.435.087
20	EM	44.020	TELERJ	36.987.809	17.330.939
21	EM	44.021	TELEGOIÁS	1.795.596	1.234.557
22	EM	44.022	TELEMATE	1.742.549	953.680
23	EM	44.023	TELEBRASÍLIA	5.000.852	2.490.213
24	EM	44.024	TELEPAR	7.947.946	3.842.691
25	EM	44.025	TELESC	2.984.724	1.844.838

2.1.3. - Área de Comunicações - continuação

Nº	TIPO	CÓDICO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$ 1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
26	EM	44.026	Cia.Telefônica Melho- ramento e Resistência CTMR	279.002	163.307
27	EM	44.027	Cia.de Telefone do Rio de Janciro - CEIRL	3.957.416	2.653.560
28	EM	44.028	Tel. de São Paulo S/A - TELESP	56.110.549	25.739.638
29	EM	44.029	Cia.Telefônica da Borda do Campo - CTBC	3.595.591	2.078.310
30	EM	44.030	TELEMIG	6.611.438	4.183.958
31	EM	44.031	Cia.Telefônica Coromande- lense	(-) 83	103
32	EM	44.032	Cia.Telefônica de Tombos	(-) 84	112
33	EM	44.033	Cia Telefônica de Divi- nópolis	4.425	2.101
34	EM	44.034	Cia.Telefônica de Itaú- nas	2.433	620
35	EM	44.035	Telefônica de Pirapetin- ga S/A	(-) 726	76
36	EM	44.036	Telefônica de Lavras S/A	5.448	800
37	EM	44.037	Cia.Telefônica de Curve- lo S/A	1.748	1.959
38	EM	44.038	Telefônica Poços de Cal- das S/A - TELEMIG	138.525	78.159
39	EM	44.039	Cia.Telefônica de Nanuque COIENA (TELEMIG)	7.003	3.947
40	EM	44.040	Telefônica de Caratin- ga S/A	22.814	14.821
41	EM	44.041	Cia Telefônica de Gover- nador Valadares - CTGV	309.401	164.374
42	EM	44.042	Cia.Riograndense de Te- lecomunicações - CRI	6.543.318	4.440.421
43	EM	44.043	Cia.Telefônica de Para- naguá-COTELBA (TELEBRÁS)	63.509	39.603
44	EM	44.044	Cia.Telefônica de Bambuí	8.948	1.681

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação
de Entidades Cadastradas.

Obs: (2) as indicações entre
parênteses ao lado dos valo-
res de capital integralizado
referem-se aos meses de 1980.

2.1.4. - Área de Abastecimento e Armazenagem

(em Cr\$ 1.000,00)

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$ 1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	EP	43.012	CIBRAZEM	3.038.372	4.282.991 (04)
2	EP	43.016	CEASA/AL	33.709	21.728
3	EP	43.017	CEASA/AM	98.206	75.229
4	EP	43.018	CEASA/Campinas	117.020	99.734
5	EP	43.019	CEASA/CE	26.206	18.015
6	EP	43.020	CEASA/ES	112.166	80.408
7	EP	43.021	CEASA/GO	39.088	40.310
8	EP	43.022	CEASA/MA	51.247	30.843
9	EP	43.023	CEASA/MS	34.636	30.600
10	EP	43.024	CEASA/PA	82.028	40.039
11	EP	43.025	CEASA/PB	33.226	23.034
12	EP	43.026	CEASA/PE	286.537	199.347
13	EP	43.027	CEASA/PI	13.125	15.789
14	EP	43.028	CEASA/RJ	227.293	325.376 (04)
15	EP	43.029	CEASA/RN	36.325	41.405 (04)
16	EP	43.030	CEASA/RS	119.767	102.268 (04)
17	EP	43.031	CEASA/SE	36.893	32.720 (06)
18	EP	43.032	CEASA/SC	57.077	32.720 (06)
19	EP	43.033	CEASA/BA	86.833	42.432
20	EP	43.034	CEASA/DF	146.856	98.364
21	EP	43.035	CEASA/MG	357.184	261.201
22	EP	43.038	CEASA/PR	210.559	157.737
23	EP	57.023	Rede Federal de Aramazens Gerais Ferroviários S/A AGEF (RFFSA)	483.780	171.080

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação de
Entidades Cadastradas.

2.1.5. - Saneamento Básico, Obras e Serviços Especiais

			(em Cr\$ 1.000,00)		
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	AU	49.002	Depart.Nacional Obras Contra as Secas-DNOCS	872.480	-
2	AU	49.003	DNOS	(-)56.840	-
3	EP	49.022	Cia. Nordestina de Son- dagens e Perfurações - CONESP	18.522	11.672
4	EP	49.023	Cia.de Colonização do Nordeste - COLONE	338.402	32.106(07)
5	EP	49.025	Cia.de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD	83.998	59.510
6	EM	49.029	Cia.de Águas e Esgotos de Roraimá - CAER	71.400	50.964
7	EM	49.031	Cia.de Águas e Esgotos do Amapá - CAESA	49.401	101.300(06)
8	EM	52.178	NUCLEBRÁS-Engenharia S/A- NUCLEN	(153.295)	59.519(04)
9	EP	57.004	Empresa de Eng.e Const.de Obras Especias S/A-ECSEX	735.722	971.450(05)

Fonte: SEPLAN/SEST - Relação
das Entidades Cadastradas.

Obs:(1) Quando se tratar de
autarquias, fundações e ór-
gãos autônomos, os valores
referem-se ao saldo patri-
monial.

(2) as indicações entre
parênteses ao lado dos va-
lores do capital integrali-
zad-referem-se aos meses de
1980.

2.2. - Indústria Extrativa e de Transformação

2.2.1. - Indústria de Bens de Capital

					(em Cr\$ 1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRADO LIZADO (DEZ/81)	
1	EM	42.004	EMBRAER	5.044.634	3.210.472	(04)
2	EM	42.005	Cia.Eletromecânica-CELMA	364.376	241.509	(03)
3	EM	42.006	Eng.Hidráulica e Instrumentação	(-) 34.545	93.513	(04)
4	EM	42.007	Indústria Aeronáutica NEIVA/SA	30.237	82.227	(03)
5	EM	42.009	EMBRAER-Aircraft Corporation	-	US\$ 7.500	(07)
6	EM	47.052	COBRA-Computadores e Sist. Bras.S/A (BB-Colig)	710.723	222.865	
7	EM	48.034	USIMINAS-Mecânica S/A- USIMEC (BNDE)	493.669	1.433.039	(04)
8	EP	48.035	Material Ferroviário S/A- MAFERSA (BNDE)	2.820.040	677.605	
9	EM	48.062	Cia.Brasileira de Proj. Industriais-COBRAPE (CSN)	114.932	46.812	
10	EP	48.066	Fab.de Estruturas Metálicas- FEM (CSN)	291.421	224.400	
11	EM	52.180	NUCLEP (Nuclebrás)	520.073	384.253	
12	EM	57.026	RENAVE (Lloyd)	1.006.091	772.139	
13	EP	57.024	ENGEFER (RFFSA)	134.254	152.500	(04)

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação de Entidades Cadastradas.

Obs: (2) As indicações entre parênteses ao lado do capital referem-se aos meses de 1980.

2.2.2. - Indústria Extrativa Vegetal e Agroindústria Alimentar

					(em Cr\$ 1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRADO LIZADO (DEZ/79)	
1	EM	43.037	Coque e Alcool de Madeira S/A - COALBRA	-	31.090	(06)
2	EM	47.029	Florestal Acesita S/A - FLORASA S/A (BB)	472.022	271.000	
3	EM	47.049	Florestal Riocell Ltda.	(-) 680	500	

2.2.2.- Indústria Extrativa Vegetal e Agroindústria Alimentar-
Continuação

(Cr\$ 1.000,00)					
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
4	EP	47.051	PIOMORA S/A-Florest.e Reflorest.(CEF)	41.676	41.000
5	EM	48.026	Caraíba Agrícola S/A	1.451	500
6	EM	48.061	Óleos de Palma S/A-Agroin- dústria (CSN)	217.845	135.094
7	EM	48.070	Cia.Usinas Nacionais-CUN(IAA)	138.863	70.312
8	EM	48.071	Refinaria Ramiro S/A-(IAA)	(-)10.035	708
9	EM	52.114	Florestas Rio Doce S/A-(CVRD)	745.447	739.775 (05)
10	EM	52.120	Empreendimentos Florestais S/A-(FLONIBRA) (CVRD)	972.862	482.148

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação
de Entidades Cadastradas.

Obs: (2) As indicações entre
parênteses ao lado dos valo-
res de capital referem-se aos
meses de 1981.

2.2.3. - Indústrias de Bens de Consumo Final

(em Cr\$ 1.000,00)					
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/81)
1	FUN	45.065	FENAME	257.063	-
2	EM	48.030	Cia.Ed.Nacional (BNDE)	237.770	80.000
3	EP	48.036	S/A F.T.Lutfalla(BNDE)	(1.346.066)	59.535
4	EM	48.032	L.J.O.Editora (CIAAI)	149.179	432.713
5	EM	48.072	Eunice Áudio Visual Ltda (CIAAI)	(-) 12.553	6.500
6	EM	48.073	Didacta Sistema Educacio- nal S/A (CIAAI)	(-) 2.582	10.500

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação
de Entidades Cadastradas.

Obs: (1) Quando se tratar de
fundações, autarquias e órgãos
autônomos, os valores referem-
se ao saldo patrimonial

2.2.4. - Indústria de Material Bélico

				(em Cr\$ 1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	EP	46.003	Indústria de Material Bé- lico do Brasil - IMBEL	2.369.022	1.719.176

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação
de Entidades Cadastradas.

2.2.5. - Indústria do Papel, Celulose, Cimento

				(em Cr\$ 1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	EP	47.015	Indústria Brasileira de Papel - INBRAPEL	44.482	30.476
2	EP	47.016	Cia.Bras.de Cimento Portland Rerus	125.943	666
3	EP	47.017	Cia.Paulista de Celu- lose- COPASE	(-) 33.951	100
4	EM	47.031	RIOCELL-ADM(BB-BNDE)	1.514.545	1.486.889
5	EM	47.040	R.G.Cia.de Celulose do Sul RIOCELL (BB-BNDE)	2.992.033	2.611.602
6	EM	52.121	Celulose Nipo-Brasileira CENIBRA(CVRD)	1.628.176	2.589.000

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação
de Entidades Cadastradas.

2.2.6. - Siderurgia, Metalurgia e Mineração

				(em Cr\$ 1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	EM	47.010	Alumínio S/A-ASA(CEF)	1.846.655	702.408
2	EM	47.027	Cia.Aços Especiais Ita- bira - ACESITA (BB)	12.335.860	3.590.471
3	EM	47.028	Forjas Acesita S/A-FASA (BB-ACESITA)	850.563	680.000
4	EM	47.030	Mineração Níquel Santa Maria-NUSAMA(ACESITA-Colig)	650	650

2.2.6. - Siderurgia, Metalurgia e Mineração - CONTINUAÇÃO

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$ 1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRADO (DEZ/79)
5	EM	48.016	Cia. Brasileira de COBRE (FIBASE)	629.878	1.281.994 (04)
6	EM	48.017	Cia. Brasileira de ZINCO (FIBASE)	22.648	10.700
7	EM	48.020	CARAÍBA METAIS (FIBASE)	4.507.559	10.905.400 (04)
8	EM	48.021	Mineração CARBRASA (CARAÍBA)	130	100
9	EM	48.022	Mineração CARBASE (CARAÍBA)	133	100
10	EM	48.023	Mineração CARBRE (CARAÍBA)	130	100
11	EM	48.024	Mineração CARZINCO (CARAÍBA)	130	100
12	EM	48.025	Mineração CARMEC (CARAÍBA)	130	100
13	EM	48.027	Min. VIÇOSA (CARAÍBA)	233.124	149.125
14	EM	48.044	SIDERBRÁS	32.287.362	21.650.791 (04)
15	EM	48.045	USIMINAS (SIDERBRÁS)	15.985.730	7.714.000
16	EM	48.046	USITA (SIDERBRÁS)	1.371.377	2.768.943
17	EM	48.047	Cia. de Ferro e Aço de Vitória S/A (SIDERBRÁS)	1.738.165	1.112.495 (04)
18	EM	48.048	Aços Finos Piratini S/A (SIDERBRÁS)	1.768.343	1.876.000
19	EM	48.049	AÇOMINAS (SIDERBRÁS)	10.764.057	11.634.262 (05)
20	EM	48.050	COSIPA (SIDERBRÁS)	25.852.039	17.693.714 (04)
21	EM	48.051	Cosipa Processamento de Dados SC Ltda.	3.103	1.000
22	EM	48.052	Min. Ferro e Manganês S/A (COSIPA)	81.939	50.000
23	EM	48.053	TUBARÃO (SIDERBRÁS)	4.007.609	3.440.351
24	EM	48.055	Cia. Sid. de Mogi das Cruzes COSIM (SIDERBRÁS)	551.552	299.880
25	EM	48.056	Cia. Siderúrgica Nacional - CSN (SIDREBRÁS)	31.424.387	11.681.475
26	EM	48.057	Empresa Carbonífera Prós- pera S/A - (CSN)	435.620	254.631
27	EM	48.060	Lavador de Capivarí (CSN)	155.903	54.400
28	EM	48.063	Carbonífera Barão do Rio Branco S/A (CSN)	1.899	816
29	EM	49.024	Cia. Siderúrgica da Amazô- nia - SIDERVA	1.345.654	639.199
30	EM	49.032	Cia. de Alumínio do Nordes- te - ALUNE	11.365	10.001

2.2.6. - Mineração, Siderurgia e Metalurgia - Continuação

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$ 1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
31	EM	52.071	Petrobrás Mineração S/A PETROMISA	805.586	1.800.000(05)
32	EM	52.083	SALGEMA MINERAÇÃO	12.411	605
33	EM	52.104	PETROCOQUE S/A	102.405	70.000
34	EM	52.106	Cia.Vale do Rio Doce-CVRD	46.500.732	12.002.544
35	EM	52.107	Caraça Ferro e Aço S/A-DVRD	24.288	6.500
36	EM	52.108	Amazônia Mineração S/A AMZA (CVRD)	4.657.773	4.275.800(03)
37	EM	52.113	Rio Doce Geologia Mineração DOCEGEO (CVRD)	65.992	27.000
38	EM	52.115	Mineração Vale do Parnaíba S/A - VALEP (CVRD)	2.180.794	22.158.000(04)
39	EM	52.116	Rio Doce Engenharia e Plane- jamento - RDEP (CVRD)	(-)11.062	9.170
40	EM	52.118	ITAVALE LTDA. (CVRD)	172.417	71.644
41	EM	52.122	Minas da Serra Geral S/A(CVRD)	219.640	171.013
42	EM	52.123	VALESUL Alumínio S/A (CVRD)	985.667	738.249
43	EM	52.124	VALENORTE Alumínio S/A (CVRD)	598.669	613.792(03)
44	EM	52.125	ALBRÁS (Valenorte)	297.077	209.400
45	EM	52.126	ALUNORTE (Valenorte)	237.881	166.125
46	EM	52.127	MIN.VERA CRUZ (Valenorte)	39.719	130
47	EM	52.131	Itabira Internacional Company - IIPACO (CVRD)	(-)135.755	2.041
48	EM	52.136	Cia.Nipo-Bras.de Polotiza- ção - NIBRASCO (CVRD)	1.296.888	1.130.829(04)
49	EM	52.137	Cia.Ítalo-Bras. de Poloti- zação-ITABRASCO (CVRD)	541.897	216.000
50	EM	52.138	Cia.Hispano-Bras.de Polo- tização (CVRD)	877.549	399.411
51	EM	52.139	MIN.ANDIRA (CVRD)	40	20
52	EM	52.140	MIN.ARAGUAIA (CVRD)	22	10
53	EM	52.141	MIN.BACAJÁ (CVRD)	21	10
54	EM	52.142	MIN.CAETEJU (CVRD)	21	10
55	EM	53.143	MIN.CAJOETRANA (CVRD)	21	10
56	EM	52.144	MIN.CURUÁ (CVRD)	21	10
57	EM	52.145	MIN.GUANHÃES (CVRD)	21	10
58	EM	52.146	MIN.GUAÍBA (CVRD)	40	20

2.2.6. - Mineração, Siderurgia e Metalurgia - Continuação

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$ 1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
59	EM	52.147	MIN.IRIRI (CVRD)	21	11
60	EM	52.148	MIN.ITACAIUNAS (CVRD)	22	10
61	EM	52.149	MIN.ITAPITÁ (CVRD)	40	20
62	EM	52.150	MIN. JAPURÁ (CVRD)	40	20
63	EM	52.151	MIN.JARAUÇÓ (CVRD)	40	20
64	EM	52.152	MIN.JARUPARI (CVRD)	40	20
65	EM	52.153	MIN.JATARÚ (CVRD)	40	20
66	EM	52.154	MIN.MAMOCORÉ (CVRD)	40	20
67	EM	52.155	MIN.MAPUERÁ (CVRD)	40	20
68	EM	52.156	MIN.MARACÁI (CVRD)	40	20
69	EM	52.157	MIN.NOVA ERA (CVRD)	22	10
70	EM	52.158	MIN.QUARAI (CVRD)	40	20
71	EM	52.159	MIN.SANTAREM (CVRD)	21	10
72	EM	52.160	MIN.TAPAJÓS (CVRD)	21	10
73	EM	52.161	MIN.TOCANTINS (CVRD)	226	105
74	EM	52.162	MIN.TUCURUÍ (CVRD)	21	10
75	EM	52.163	MIN.TAPAUÁ (CVRD)	40	20
76	EM	52.164	MIN.TARAUACÁ (CVRD)	40	20
77	EM	52.165	MIN.URUPADI (CVRD)	40	20
78	EM	52.168	URUCUM Mineração (CVRD)	38.387	12.000
79	EM	52.170	Ferritas Magnéticas S/A - FERMAG (CVRD)	3.244	20.000
80	EM	52.172	MIN.TUCUMÃ (AMZA)	92	49
81	EM	52.174	Cia.de Pesquisa de Recur- sos Minerais - CPERM	1.459.792	770.900 (04)
82	EM	52.177	NUCLAN (NUCLEBRÁS)	20.017	21.397 (04)
83	EP	52.181	NUCLEMON (NUCLEBRÁS)	187.983	144.000
84	EM	52.184	Rio Doce Europa S/A RDE (CVRD)	23.968	12.240
85	EM	52.185	MIN.NAQUE (AMZA)	1.011	565
86	EM	52.128	Minas Del' Rey Dom Pedro S/S (CVRD)	(-)175.714	55.000

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação
de Entidades Cadastradas

Obs: (2) as indicações entre parên-
teses ao lado dos valores do capi-
tal integralizado referem-se aos
mês de 1980.

2.2.7. - Indústria Química e Petroquímica

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$ 1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INIEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	EM	48.037	Cia.Nacional de Álca- lis S/A	1.859.359	1.510.121
2	EM	48.038	Álcalis do R.G.do Norte ALCANORTE	1.231.635	913.541
3	EM	48.039	Álcalis Geologia	53	50
4	EM	48.040	Álcalis Mineração	53	50
5	EM	48.041	Empr.Mineração AQUIDAUINA (ÁLCALIS)	50	50
6	EM	48.042	Emp.Mineração JANDAIRA (ÁLCALIS)	50	50
7	EM	48.043	Emp.Mineração RIACHUELO (ÁLCALIS)	50	50
8	EM	52.041	PETROBRÁS	193.100.855	53.602.592
9	EM	52.042	BR-DISTRIBUIDORA	12.059.024	9.000.000 (04)
10	EM	52.049	PETROFERTIL	14.757.862	16.560.088
11	EM	52.050	NITROFERTIL-NE (PETROFERTIL)	2.895.989	3.400.000 (02)
12	EM	52.051	ULTRAFERTIL (PETROFERTIL)	3.163.947	1.557.911
13	EP	52.052	Indústria Carbox.Catari- nense - ICC (PETROFERTIL)	1.888.774	1.200.000 (02)
14	EM	52.053	Cia.Riogrand.de Nitrogenados	333.614	333.726 (04)
15	EM	52.054	GOIASFERTIL	734.739	537.000
16	EM	52.055	FOSFERTIL (PETROFERTIL)	3.985.138	5.743.325 (05)
17	EM	52.056	Fertil.R.G.-VALEFERTIL (FOSFERTIL)	3.002.797	4.750.000 (05)
18	EM	52.057	Araxã S/A Fertiliz.- ARAFERTIL (PETROFERTIL)	619.239	492.194
19	EM	52.058	BRASPETRO	7.924.900	291.600 (04)
20	EM	52.059	BRASOIL (BRASPETRO)	9.123.650	423.300
21	EM	52.060	BRASPETRO ALGERIE	2.486.916	105
22	EM	52.072	PETROQUISA	14.604.460	3.269.684
23	EM	52.073	PETROPLEX (PETROQUISA)	1.765.167	1.082.280
24	EM	52.074	Petroq.UNIÃO (PETROQUISA)	4.046.961	1.498.605
25	EM	52.075	NITRIplex (PETROQUISA)	389.675	236.100
26	EM	52.076	Petroq.do Nordeste-COENE (PETROQUISA)	9.406	9.223.446 (04)
27	EM	52.078	Copesul-Cia.Petroq.do Sul (PETROQUISA)	1.827.052	1.367.179
28	EM	52.079	Cia.Química do Recôncavo (PETROQUISA)	539.537	380.486

2.2.7. - Indústria Química e Petroquímica - Continuação

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$ 1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INEGRA- LIZADO (DEZ/79)
29	EM	52.080	Cia.Pernambucana de Borracha Sintética (PETROQUISA)	921.457	508.901
30	EM	52.082	SALGEMA (PETROQUISA)	1.585.831	2.608.873 (04)
31	EM	52.089	METANOR - METANOL do Nordeste (PETROQUISA)	-	336.150 (03)
32	EM	52.090	C.P.C.Cia.Petroq.de Camaçari (PETROQUISA)	-	-
33	EM	52.091	ACRINOR-Acrilonitrila do Nordeste (PETROQUISA)	2.276.457	491.776
34	EM	52.093	POLIBRASIL (PETROQUISA)	765.540	488.792
35	EM	52.094	Polialden Petroquímica S/A (PETROQUISA)	672.488	597.486
36	EM	52.095	NITROCARBONO - (PETROQUISA)	902.824	1.047.535
37	EM	52.097	DETEN Detergente do Nordeste S/A (PETROQUISA)	-	170.408
38	EM	52.098	POLIOLEFINAS S/A (PETROQUISA)	1.578.043	678.824
39	EM	52.101	Polisul Petroquímica S/A (PETROQUISA)	191.671	157.180
40	EM	52.103	Cia.Brasileira de Estireno CBE (PETROQUISA)	376.570	216.616

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação de Entidades Cadastradas.

Obs: (2) as indicações entre parênteses ao lado dos valores de capital integralizado referem-se aos meses de 1980

2.3. - Comércio e Serviços
2.3.1. - Comércio Internacional

				(em Cr\$ 1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA- LIZADO (DEZ/79)
1	EM	47.032	Cia.Bras.de Entrepós- tos e Com.-COBEC (BB-Colig)	1.420.447	807.606
2	EM	47.033	Brazilian Trading (COBEC)	(-)1.513.453	213.713
3	EM	47.034	Im.Und.Export (COBEC)	965	10.897
4	EM	47.041	COBEC (UK) Limited	(-)153.429	9.544
5	EM	47.042	FRANCE (COBEC)	(-)14.191	1.063
6	EM	47.043	International Corporation (COBEC)	(-)724	-
7	EM	47.050	RIOCELL-TRADE	(-)3.181	1.241
8	EM	52.063	Petrobrás - Com. Inter- nacional - INTERBRÁS	1.373.994	1.454.000 (05)
9	EM	52.064	INTERIOR (Interbrás)	20.629	21.265
10	EM	52.065	INTERBRÁS CAYMAN	80.284	1.252
11	EM	52.066	INTERBRÁS - RL	6.834	7.340
12	EM	52.070	NIGERIA (INTERBRÁS)	(-)24.869	42.375
13	EM	52.132	Rio Doce América - RDA (ITACO)	184.112	158.041
14	EM	52.133	Rio Doce Ltda (ITACO)	(-)9.611	147.791
15	EM	52.167	ITABIRA EISENERZ (CVRD)	3.467	2.482

Fonte: SEPLAN/SEST: Relação
de Entidades Cadastradas

OBS: (2) as indicações entre
parênteses ao lado dos valo-
res do capital, referem-se
aos meses de 1980.

2.3.2. - Abastecimento

(em Cr\$1.000,00)

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO	
				LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
1	EP	43.015	COBAL	4.792.850 (06)	2.781.520 (06)

FONTE: SEPLAN/SEST: Relação de Entidades Cadastradas.

OBS.: (2) As indicações entre parênteses dos valores do capital integralizado referem-se aos meses de 1980.

2.3.3. - Atividades de Hotelaria

(em Cr\$1.000,00)

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO	
				LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
1	EP	47.018	CMB - Grande Hotel Blumenau	23.392	16.170
2	EP	47.045	Hotel da Praia (CEF)	104.570	21.891

FONTE: SEPLAN/SEST: Relação de Entidades cadastradas.

2.3.4. - Atividades Imobiliárias

(em Cr\$1.000,00)

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO	
				LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
1	OA	40.001	Sup. Construção e Adm. Imobiliária - SUCAD	-	-
2	AU	42.001	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	-	-
3	EP	47.019	Cia. Bras. de Prod. e Empreendimentos CIBRAPE	(-) 5.192	1.000
4	EM	48.059	Imobiliária Sta. Cecília - CECISA (CSN)	104.044	66.600
5	AU	51.002	Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha	-	-

2.3.4. - Atividades Imobiliárias. - Continuação.

(em Cr\$1.000,00)

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO	
				LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)

FONTE: SEPLAN/SEST: Relação de Entidades Cadastradas.

OBS.: (1) Quando se tratar de autarquias, fundações e órgãos autônomos, os valores referem-se aos saldo patrimonial.

2.3.5. - Seguros, Administração e Transações Financeiras.

(em Cr\$1.000,00)

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO	
				LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)

1	EM	48.064	Sociedade Téc.de Administração Corretora de Seguros - SOTECMA (CSN)	31.101	10.800
2	EM	48.065	Emissão e Planejamento de Seguros EPLAN (CSN)	11.439	6.627
3	EM	52.134	International Finance - RDIF (CVRD)	2.183.445	423
4	EM	52.135	FENOR - Comércio e Participações (RDIF)	1.143.708	691.469
5	EM	52.171	MGI - M.G.Participações (CVRD)	42.553	33.600
6	EM	52.182	NUSTEP GMBH (Nuclebrás)	534	496
7	EM	53.009	FEDERAL DE SEGUROS (IAPAS)	510.739	180.000

FONTE: SEPLAN/SEST: Relação de Entidades Cadastradas.

2.3.6. - Serviços de Transportes

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
1	EP	52.043	Part. em Empreendimentos e Transportes - PETRASA (BR)	141.167	50.000
2	EM	52.044	Cia. de Transportes ITAIPAVA (BR)	39.508	20.000
3	EM	52.045	Cemape Transportes S/A (BR)	63.982	30.000
4	EM	52.046	Rodoviário Liderbrás S/A (BR)	68.369	30.000
5	EM	52.047	Petrotec Transportes S/A (BR)	33.409	32.400 (04)
6	EM	52.109	Vale do Rio Doce Navegação S/A -DOCENAVE	5.174.909	986.460 (04)
7	EM	52.110	Navegação Rio Doce (DOCENAVE)	112.350	25.532
8	EM	52.111	SEAMAR (DOCENAVE)	1.625.193	893.130
9	EM	52.112	N.B.BULK Carriers (DOCENAVE)	17.920	8.335
10	EM	52.117	VALEC (CVRD)	193	150
11	EM	57.016	Cia. de Transportes Integrados - LLOYD-BRATI.	32.615	13.475
12	EM	57.017	Lloyd Libra Navegação	348.041	163.484
13	EM	57.027	Cia. de Transportes Intermodal - COMODAL (Lloydbrás)	-	18.964 (05)

FONTE: SEPLAN/SES: Relação de Entidades Cadastradas.

Obs.: (2) As indicações em tre parênteses ao lado do capital integralizado referem-se aos meses de 1980.

2.3.7. - Serviços de Saúde

				(em Cr\$1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA LIZADO (DEZ/79)
1	OA	38.001	Hospital das Forças Armadas.	-	-
2	EP	45.082	Hospital das Clínicas de Porto Alegre	760.942	760.911
3	OA	53.001	Central de Medicamentos - CEME	-	-
4	EM	53.010	Hospital N.Sra. da Conceição/RS	215.024	115.736
5	EM	53.011	Hospital Cristo Redentor - RS	43.866	6.600
6	EM	53.012	Hospital Femina/RS	32.670	9.890

FONTE: SEPLAN/SEST: Relação de Entidades Cadastradas.

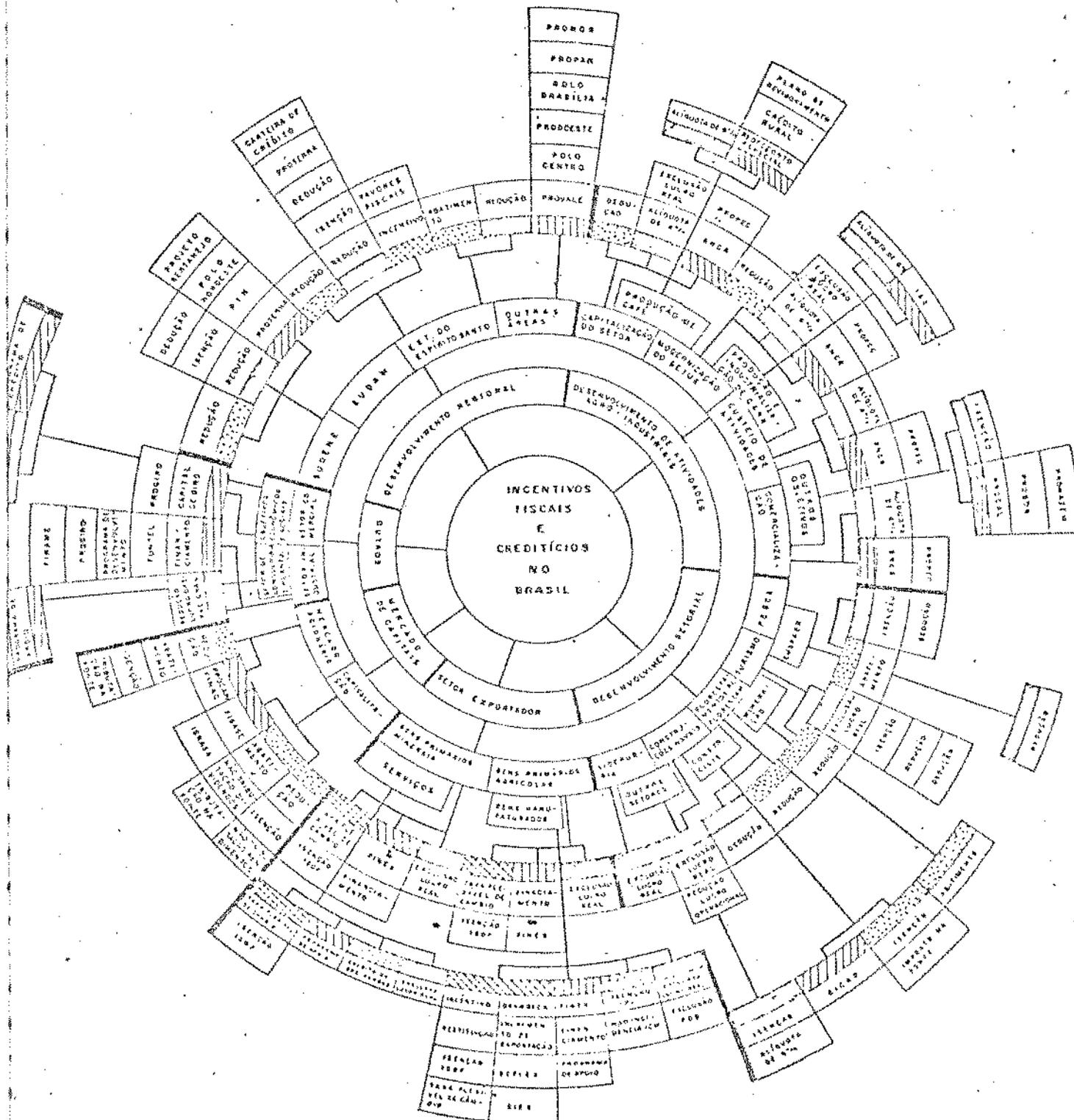
3.0. - Setor Financeiro Estatal (SFE)

				(em Cr\$1.000,00)	
Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRA LIZADO (DEZ/79)
1	EM	43.036	BNCC	1.388.181	869.671
2	AU	47.003	BACEN	302.307.229	-
3	EP	47.007	CEF	47.031.015	12.000.000
4	EM	47.009	SASSE - Cia.Nac.Seguros Gerais (CEF)	696.600	350.000
5	EM	47.024	BB	138.404.019	58.752.000(04)
6	EM	47.025	Braz.Finace and Investment Corporation(BB)	8.797	8.506
7	EM	47.026	Braz.Am.Merchant Bank (BB)	3.050.062	21.265
8	EM	47.035	Banco Unido de Fomento BUF (BB)	584.172	213.361
9	EM	47.036	B.I.Pour L'Afrique Ocid. - BIAO (BANK)	1.116.276	522.966
10	EM	47.037	European Braz. Limited.EUROBRAZ (BB)	1.767.789	1.207.379
11	EM	47.038	Kuwait Pacific F. Comp - KPFC (BB)	278.933	212.650

3.0. - Setor Financeiro Estatal (SFE) - Continuação.

Nº	TIPO	CÓDIGO	SIGLA/DENOMINAÇÃO	(em Cr\$1.000,00)	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DEZ/79)	CAPITAL INTEGRALIZADO (DEZ/79)
12	EM	47.039	Inst.de Resseguros do Brasil	11.903.623	2.000.000
13	EP	48.011	BNDE	116.924.539	90.000.000 (05)
14	EP	48.012	FINAME (BNDE)	32.990.895	19.000.000
15	EP	48.013	IBRASA (BNDE)	7.337.325	4.525.000 (04)
16	EP	48.014	EMBRAMEC (BNDE)	5.474.969	4.400.000 (04)
17	EP	48.015	FIBASE (BNDE)	15.005.872	13.320.000 (04)
18	EM	48.019	Cia.Invest.Árabe e Brasil - ABICO (BNDE)	464.855	210.000
19	EP	48.031	Cia.Incentiv.Ativid. Agrícolas e Ind. CIAAI (BNDE)	290.067	42.310
20	EP	49.014	BNH	50.188.705	25.000.000
21	EM	49.017	BNB	7.545.989	3.750.000 (03)
22	EM	49.018	B. RORAIMA	37.989	34.736 (04)
23	EM	49.019	BASA	3.392.125	2.223.720 (04)
24	EM	49.027	CODESALMA - RORAIMA	37.530	38.000 (02)

ANEXO IV



Fonte: FIPE, Incentivos Fiscais ao Mercado de Capitais - 1979.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AFONSO, C. A. e SOUZA, H. de. O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Porto, Editorial Presença, 1974.
- BENAKOUCHE, R. Acumulação Mundial e Dependência. Petrópolis, Vozes, 1980.
- BOSCHI, R.R. Elites Industriais e Democracia. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CARDOSO, F.H. Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- . O Modelo Político Brasileiro. São Paulo, Difel, 1972.
- CARDOSO, M.L. Ideologia do Desenvolvimento-Brasil:JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. ed., 1978.
- . La Construcción de Conocimientos. México, Ed. ERA, 1977.
- . La Ideologia Dominante. México, Siglo XXI, 1975.
- CIBOTTI, R. y SIERRA, E. El Setor Público en la Planificación del Desarrollo. México, Siglo XXI, 1973.
- DINIZ, E. e BOSCHI, R.R. Empresariado Nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- EVANS, P. A Tríplíce Aliança. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) - Estrutura Industrial e Empresas Líderes. mimeo, 1978.
- GRAMSCI, A. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- . La Política y el Estado Moderno. Barcelona, Península, 1971.

- . Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- . Obras Escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- HIRATA, H. "O Estado como Abstração Real?", in Estudos CEBRAP nº 26, Petrópolis, Vozes, 1980.
- KLEIN, L. e FIGUEIREDO, M. Legitimidade e Coação no Brasil pós 64. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- LAFER, C. O Sistema Político Brasileiro. São Paulo, Perspectiva, 2a. ed., 1978.
- MARTINS, C.E. Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- . (org.). Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo, HUCITEC-CEBRAP, 1977.
- MELLO, J.M.C. de. O Capitalismo Tardio - Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira. Campinas, IFCH, 1975 (Tese de Doutorado, mimeo).
- MUTTI, A. e SEGATTI, P. A Burguesia de Estado. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- O'DONNELL, G.A. Modernización y Autoritarismo. Buenos Aires, Paidós, 1972.
- . "Desenvolvimento Político ou Mudança Política?", in PINHEIRO, P.S. (coord.) O Estado Autoritário e Movimentos Populares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- . "Sobre o Corporativismo e a Questão do Estado", in Cadernos DCP nº 3, UFMG, março/76.
- POULANTZAS, N. e MILIBAND, R. Debate Sobre o Estado Capitalista, Porto, Afrontamento, 1975.
- POULANTZAS, N. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro,

ro, Graal, 1980.

———. A Crise das Ditaduras. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

———. Poder Político e Classes Sociais. Porto, Portucalense, 1971.

———. Hegemonia y Dominación en el Estado Moderno. Córdoba, PyP nº 48, 1973.

———. "Elementos de Análise Sobre a Crise do Estado", in O Estado em Crise, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

SALAMA, P. "Estado e Capital: O Estado Capitalista como Abstração Real", in Estudos CEBRAP nº 26, Petrópolis, Vozes, 1980.

TAVARES, M.C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

———. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1974, (Tese de Livre Docência, mimeo).

———. Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, UFRJ, 1978 (mimeo).

WRIGHT, E.O. Classe, Crise e o Estado. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.